Biblioteca Virtual de Ciências Humanas

CONFLITO NO ARAGUAIA
peões e posseiros contra a grande empresa

Neide Esterci

Sumário

Introdução

1. Era de setenta e dois...

No dia três de março de 1972, em Santa Terezinha, às margens do Araguaia, nordeste de Mato Grosso, um grupo de posseiros defrontou-se com membros da força policial do estado e empregados da Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA), ferindo sete componentes do grupo de policiais e empregados da empresa. O confronto se deu no lugar onde o vigário de Santa Terezinha, padre Francisco Jentel, mandara construir um ambulatório, obra contestada pela empresa que alegava não estar a mesma localizada de acordo com o plano de urbanização da futura cidade. Na ocasião, o oficial de polícia levava consigo uma ordem de prisão contra membros da Missão religiosa católica de Santa Terezinha e se dirigia ao local da obra a pretexto de averiguar um suposto depósito de armas, arsenal do movimento subversivo que, segundo denúncias do pessoal da empresa, o vigário comandava. Em conseqüência do confronto, tropas do Exército ocuparam a área e praticamente todos os homens adultos do povoado tiveram que refugiar-se na mata por mais de cem dias para escapar à perseguição que então se fez. A "briga do ambulatório", como ficou conhecido o episódio, foi a culminância de uma série de disputas que vinham sendo travadas entre posseiros e empresa desde 1967, quando esta viera a implantar-se nas terras de Santa Terezinha. A intervenção do Estado, entretanto, só se fez decisiva a partir deste confronto: através dos órgãos competentes, o Governo federal acelerou o processo de demarcação das terras, reconhecendo o direito dos posseiros sobre suas posses nos termos definidos pelo Estatuto da Terra, deixando à empresa o domínio sobre a imensa maioria das terras, e colocando sob jurisdição da Prefeitura do Município de Luciara, onde se localizava o povoado, uma estreita faixa de terra para expansão da futura cidade. Através dos órgãos judiciários e dos organismos de repressão instauraram-se processos criminais e o vigário, de nacionalidade francesa, acabou sendo definitivamente afastado do país. Ao final da ocupação militar do povoado, o principal líder camponês envolvido na "briga do ambulatório" foi preso, interrogado e espancado, mas, sem ser submetido a julgamento, foi posto em liberdade e mandado de volta a Santa Terezinha. Cerca de um ano mais tarde foi a vez da repressão se abater sobre outros membros da Missão religiosa e, desta vez, não só de Santa Terezinha, mas de toda a Prelazia de São Félix do Araguaia: novos conflitos começaram a eclodir em outros povoados com a instalação de empresas do mesmo tipo. A reação dos posseiros foi se generalizando, apoiada explicitamente pela equipe pastoral de D. Pedro Casaldáliga.

As lutas dos posseiros contra as empresas não eram, no entanto, o único foco de tensões que naquele momento conturbava a área: para realizar as tarefas de implantação, as

empresas lançavam mão de contingentes numerosos de trabalhadores - os peões - recrutados em outras regiões e submetidos a formas de exploração violentas. Estes trabalhadores também reagiram à dominação da empresa e o fizeram, basicamente, através das "fugas", abandonando individual ou coletivamente os locais onde executavam as tarefas para as quais haviam sido contratados. Eram reprimidos nestas "fugas", tanto pelas milícias particulares, quanto pela própria força policial do Estado atuante na área. Aos peões não foi dado desfrutar da relação orgânica pela Missão Religiosa Católica estabelecida com os posseiros, nem dispor dos espaços institucionais por ela propiciados, e dos quais apenas puderam beneficiar-se os posseiros.

Diante desses dois segmentos de trabalhadores rurais, os posseiros, possíveis de serem pensados como um tipo particular de campesinato, e os peões, pensáveis como um proletariado também específico, certas perguntas não poderiam deixar de ser feitas: que campesinato é este, capaz de formular um modelo de relação com a terra distinto e oposto ao modelo de posse e uso do sistema capitalista sem, no entanto, fazê-lo dentro dos marcos de uma ideologia de esquerda? Que forma de subordinação ao trabalho é esta em jogo na peonagem, levando à "fuga", como forma de reação privilegiada pelos trabalhadores? Quais percepções da dominação orientam as ações desses dois segmentos? Quais as condições sociais e institucionais em que se fazem seus movimentos de resistência? Qual a eficácia relativa desses movimentos em cada caso?

Entretanto, na cena política que se configurou na área no momento considerado pela pesquisa, a luta pela terra era a expressão mais forte das contradições de modo que muitos dos alinhamentos políticos, das alianças e oposições entre os grupos sociais em presença foram determinados por ela. Isto explica, por exemplo, pelo menos em parte, o afastamento relativo entre peões, como empregados das empresas e os posseiros, como agentes da resistência à implantação dessas mesmas empresas. Explica também, até certo ponto, o peso maior atribuído, neste trabalho, à etnografia do conflito.

No primeiro capítulo, trato do conflito entre posseiros e empresa e o faço, fundamentalmente, a partir dos próprios posseiros e seus aliados, os membros da Missão Religiosa Católica, embora remeta também às formas de participação e às versões dos representantes da empresa e do Estado sobre os fatos. Partindo do pressuposto de que a terra não é um espaço indiferenciado, procuro distinguir os diversos momentos da luta como confrontos relativos a distintos segmentos do espaço, levando em consideração o valor econômico, a forma de domínio e o significado político de cada segmento. Por outro lado, procuro pensar o movimento dos posseiros de Santa Terezinha como movimento de resistência, distinto de outros movimentos pela terra ocorridos no Brasil nos últimos anos.

No segundo capítulo, analiso o modelo de relação com a terra construído pelos posseiros com base na sua experiência passada e em função da argumentação, no presente, contra as reivindicações da empresa. Considerando o significado da tomada de terras e recursos naturais para o grupo como o de uma expropriação de suas condições de vida, procuro compreender suas categorias referentes às relações entre os homens em função do modelo de relação com a terra e das transformações impostas pela nova ordem.

O terceiro capítulo é dedicado à análise da peonagem, compreendendo-a através de seus elementos constitutivos como uma forma específica de subordinação do trabalho. Os peões são pensa dos como membros de famílias camponesas e neste sentido são compreendidas suas relações com os posseiros, as mulheres da zona de prostituição e suas famílias de origem. Procuro mostrar que o engajamento na peonagem obedece também a estratégias camponesas, não levando necessariamente ao descampesinamento e à proletarização.

Finalmente, como a Igreja Católica e o Estado foram as principais instituições a se defrontarem na cena política que então se configurou, faço algumas considerações acerca do papel dos membros da Missão Religiosa e dos representantes do Estado que interferiram no caso.

2.Terra de índios e camponeses

Na época em que ocorreram os fatos aos quais se refere este livro, o povoado de Santa Terezinha tinha uma população de cerca de 120 pequenos produtores rurais, além de comerciantes, criadores de gado e empregados da empresa. A sede do município de Luciara, ao qual pertencia Santa Terezinha, ficava a muitos quilômetros de distância e lá se chegava através do rio, já que estradas não havia. Mais distante ainda, pois a viagem pelo Araguaia, rio acima, levava dias, ficavam a Comarca e a Delegacia de Polícia de Barra do Garça, município limítrofe, aos quais os habitantes de Santa Terezinha recorriam. As agências estatais mais próximas eram os precários postos de Serviço de Proteção aos índios (SPI), atendendo às aldeias Karajá existentes ao longo do Araguaia e à única aldeia Tapirapé, na Barra do Rio Tapirapé, distante 30 km de Santa Terezinha.

Desse modo, a presença institucional mais forte na área era a da Igreja Católica que, desde as primeiras décadas do século, havia lançado as bases de seu projeto missionário e de evangelização, visando aldeias e povoados desde o sul do Pará até a Barra do Tapirapé (Shapiro 1983; Iami: 1979, capítulo II) . Até o início da década de 70, toda esta área estava sob jurisdição eclesiástica de Conceição do Araguaia (PA) e, foi somente a partir da criação da Prelazia de São Félíx do Araguaia (MT), no então Município de Barra do Garças, que Santa Terezinha passou a subordinar-se à nova unidade administrativa da Igreja, tendo como

primeiro Prelado o Bispo D. Pedro Casaldáliga.[1]

Com respeito às terras de Santa Terezinha, pode-se dizer que as levas de camponeses que entraram na área desde o início do século, o fizeram, independentemente de qualquer interferência jurídica ou administrativa do Estado, no sentido de restringir ou regulamentar o acesso à terra ou a distribuição do espaço. Se obstáculo houve à penetração, foi por parte dos povos indígenas, pois, ao reivindicarem seus direitos em função de terem "amansado" o lugar, os posseiros se referiam, em parte, ao fato de terem suportado o ônus da reação indígena à invasão do seu território (Total: 1980).

O primeiro ponto alcançado pelos camponeses, fixados na área do Município de Luciara, por volta de 1910, foi o chamado Furo de Pedras, durante muito tempo o posto mais importante para os barqueiros que cruzavam o médio Araguaia trazendo sal, tecidos e óleo e levando, em troca, peles de animais. A partir de certo momento, no entanto, Furo de Pedras tornou-se inviável em virtude das inundações que, no período das cheias, deixavam os moradores isolados, as águas separando as casas - construídas nas margens do rio - das plantações - feitas na mata - e dificultando a criação do gado o qual, sem pastagens, se perdia nos alagados.

Parte daqueles, saídos do Furo de Pedras, veio mais tarde juntar-se ao povoado em início de crescimento, em torno do Morro de Areia, distante 2 ou 3 km, na mesma margem do rio. Desde 1931, missionários dominicanos e Conceição do Araguaia haviam construído sobre o Morro alguns prédios destinados à capela, à escola e ao abrigo missionário - era um ponto estratégico importante para os objetivos missionários, pois facilitava o acesso às aldeias Karajá e Tapirapé. Foi a partir dessa localização dos missionários que o lugar recebeu o nome de Santa Terezinha, escolhida por eles como padroeira. O povoado foi crescendo em torno das edificações da Igreja no Morro de Areia, bem na margem do Araguaia; as casas e as roças dos moradores foram se expandindo em direção à mata, para o interior.

Nas décadas seguintes, outros povoados foram surgindo: Lago Grande (1922), Crisóstomo (1932) e Cadete, bem próximos e referidos a Santa Terezinha; Mato Verde, mais tarde Luciara, sede do Município (1934) e Porto Alegre (1949); todos no Município de Luciara. No Município limítrofe de Barra do Garças, surgiram: São Félix (1934), Santo Antônio do Rio das Mortes (1950), Vila de São Sebastião ou Chapadinha (1956), Canabrava (1957), Pontinópolis (1960), além de Serra Nova, Azulona, Ribeirão Bonito e Cascalheira (nos anos seguintes).

A época da eclosão dos conflitos, entre o final da década de 60 e meados de 70, todos

[1] Outras igrejas cristãs só começaram a aparecer em Santa Terezinha depois de 1950, com a chegada de empregados - entre os quais havia uma família de protestantes - da primeira empresa instalada na área.

estes povoados estavam sob jurisdição administrativa de dois únicos municípios - Barra do Garças e Luciara -, posteriormente subdivididas, dando origem aos novos municípios de São Félix e de Santa Terezinha, ambos tendo como sedes municipais os antigos povoados do mesmo nome. Por outro lado, e isto importa para os fatos que vão ser tratados, todos estes centros populacionais e pontos de conflito estão dentro da Prelazia de São Félix, abarcando uma área de cerca de 150.000 km2.

Voltando à questão da presença do Estado, a grande extensão das unidades administrativas municipais, as enormes distâncias entre os povoados e as sedes municipais e entre estas e os centros de decisão estaduais e da União, sem que houvesse, até o final da década de 60, estradas permanentes nem linhas de comunicação regulares sugerem um quadro de ausência de motivação política e econômica com relação à área, indicando uma notável fragilidade da presença do Estado e de ausência de outros grupos sociais. Entretanto, a partir de 1952, o governo do Estado de Mato Grosso iniciou um processo de alienação de terras públicas, vindo a repercutir sobre todos os povos e aldeias indígenas mencionadas. A história da alienação de terras públicas do Estado de Mato Grosso mereceria, sem dúvida, uma reconstrução detalhada; o que se segue, no entanto, é apenas uma indicação do que se passou.

Em 1955, o governo estadual firmou contratos com cerca de vinte empresas, caracterizadas como de colonização. Tais contratos tornavam-nas concessionárias de 4.000.000 de há na área. Os contratos de concessão assim como as transações de compra e venda que se seguiram foram denunciados pela oposição ao governo estadual como "fraude à Constituição", porque atingiam terras da União e porque as vendas a particulares, feitas conforme o módulo estabelecido por lei, eram apenas um artifício através do qual superfícies muito maiores, que ultrapassavam o módulo previsto, passavam na verdade ao domínio de pessoas físicas através de transferências feitas pelos originalmente beneficiados - todos parentes e prepostos - dos verdadeiros interessados. Se o espírito da lei era que a alienação das terras públicas beneficiasse o maior número de cidadãos, o que se via era a apropriação de enormes extensões de terras por parte de um pequeno número de comerciantes de terras. Diante da denúncia de "fraude", os contratos de concessão chegaram a ser suspensos, mas a pretexto de que algumas empresas de colonização já haviam contraído compromissos com terceiros, o governo decidiu emitir títulos de propriedade em seu favor.

Foi através desses mecanismos que se alienaram as terras do povoado de Santa Terezinha, as quais passaram pelo domínio de várias empresas colonizadoras e imobiliárias até chegar, através de inúmeras transferências, no final de 1966, à CODEARA, empresa ligada ao Banco Nacional de Crédito. A nova empresa submeteu, então, à aprovação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) , órgão criado naquele

mesmo ano, um projeto de exploração da área pelo qual passaria a usufruir dos benefícios garantidos pela lei de incentivos fiscais, também votada em 66. Ao contrário das empresas anteriores, que não chegaram a ser percebidas pelos pequenos produtores como ameaças de expropriação, a CODEARA logo entrou em atrito com os antigos moradores, na medida em que procurou imprimir um ritmo mais acelerado a sua implantação, mesmo porque havia prazos a cumprir para apoderar-se dos incentivos facultados pela lei. A área do projeto da CODEARA aprovado pela SUDAM para fins de incentivos totalizava cerca de 150.000 ha e, tanto a sede do povoado quanto as casas e áreas de serviço dos pequenos produtores existentes ao redor da sede, ficavam dentro deste domínio. Uma das cláusulas do contrato de compra e venda firmado entre a CODEARA e o proprietário anterior rezava sobre a existência de "ocupantes com direito a posse", mas embora em termos métricos a soma dessas posses fosse irrisória com relação à superfície global adquirida pela empresa, esta não quis abrir mão dessa parcela em virtude da sua localização geográfica estratégica - próxima ao rio, única via de transporte, naquela época, e de fácil acesso ao porto fluvial. Como os posseiros também não se dispusessem a ser transferidos para outro local, mais distante, conforme proposto pela empresa, teve início a disputa que durou de 1967 a 1972.

3. História da pesquisa

Em 1967, estive pela primeira vez em Santa Terezinha de passagem para a aldeia Tapirapé, onde cheguei como auxiliar de pesquisa do Prof. Roberto Cardoso de Oliveira, à época desenvolvendo um projeto sobre contatos interétnicos. Eu não tinha, então, intenção de estudar posseiros e peões, mas o que vi e ouvi foi a motivação para retornar, anos mais tarde.

Em 1973, tendo acompanhado pela imprensa os fatos ocorridos em 1972, tentei voltar à área, mas não pude realizar meu objetivo em virtude da forte repressão que se abatia naquele tempo sobre os membros das equipes religiosas locais.

Em janeiro/fevereiro de 1974, tendo como mediadores Jether Pereira Ramalho, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e D. Tomás Balduíno, Bispo de Goiás, cheguei a São Félix, sendo acolhida pela Equipe Pastoral da Prelazia.

São Félix era, então, um importante ponto de afluxo de trabalhadores das empresas: elas se instalavam em grande número ao redor. Tive então a primeira oportunidade de falar com os peões e o fiz através de entrevistas coletivas realizadas nos barracos onde alguns deles estendiam suas redes. Como quase sempre acontece, apesar das explicações de que eu era professora e de que estava escrevendo um livro, o entendimento que tiveram da minha presença foi, às vezes, muito mais conforme às determinações de sua própria realidade, de forma que me compreenderam como "promotora" ou "federal" e, neste sentido, me pediam

para providenciar-lhes documentos, mandavam recados para o presidente e chegaram a me procurar onde eu estava hospedada para, em comissão, pedir providências com relação a um gato que fugira com o dinheiro a eles devido. Além disso, os peões contavam histórias de incêndios em barracos, na mata, que lhes haviam queimado roupas, sapatos e documentos, citavam números de carteiras de reservistas, falavam em nomes de comandantes sob cujas ordens teriam servido e os que não tinham nada disso chegavam a fazer exercícios na minha frente para mostrar que os haviam aprendido no tempo de serviço militar. Naquele amontoado de gente, onde não faltava nem arroubos de trabalhadores revoltados, mostrando facas e marcas de espancamento, nem a entrada intempestiva da polícia, fui aprendendo que os peões queriam me dizer uma coisa muito simples: eram homens dentro da lei, embora não tivessem documentos e apesar do que se dissesse deles.

Com mais este interesse forte em mim despertado pelos peões a nortear minhas indagações, segui para Santa Terezinha, onde os posseiros acabavam de sair do sufoco em que vinham vivendo há anos: depois de estarem se confrontando quotidianamente com a polícia e os homens da empresa desde 1967, haviam suportado, em 1972, mais de cem dias de refúgio na mata, sob ameaça de prisão e, em 1973, haviam visto seus principais aliados, os membros da equipe pastoral, serem presos e espancados sob acusações muitas vezes assustadoras para eles. O ano de 1974 foi um tempo de relaxamento de tensões: todos os presos haviam voltado, menos o padre Francisco, os títulos de terra começavam a ser distribuídos e as forças de repressão apareciam agora sob a forma de uma inofensiva ACISO (Ação Cívico-Social), pela qual o Exército prestava serviços médico dentários, fornecia documentos e controlava a Região. Os posseiros queriam falar sobre o ocorrido, resgatar com detalhes os momentos vividos como vitória e as demonstrações de abuso dos homens da empresa e da polícia. Eles me tomavam como mais um membro da equipe religiosa, "povo da Missão", e só aos poucos foram percebendo alguma diferença na medida em que eu sempre chegava e ia embora de novo e, além do mais, estava invariavelmente apegada a um gravador ou a um caderno de anotações. Eu também me identificava muito com os membros da equipe religiosa e custei a me dar conta de que nunca os havia entrevistado formalmente; tinha com eles longas conversas e muita convivência.

Em julho/agosto do mesmo ano de 1974, voltei a Santa Terezinha, para dar continuidade ao estudo do conflito e com a preocupação de caracterizar os posseiros como camponeses, de acordo com a literatura sobre o tema. Passei, então, períodos mais ou menos longos em suas casas na mata e fiz observações acerca da divisão do trabalho no grupo doméstico, relação de troca entre as unidades camponesas, conceitos de relação com a terra. Nesta ocasião, tive também novos contatos com os trabalhadores das empresas e aprofundei a

compreensão sobre a peonagem como forma de organização do trabalho, sobre a extração social desses trabalhadores e sobre as formas de reação e adaptação às condições que lhes eram impostas.

De volta à área, em julho/agosto de 1975, devido a fatores de ordem pessoal e conjuntural, me dispus a finalizar a pesquisa. Elaborei então, previamente, um relatório no qual enfatizava a relação entre posseiros e peões, com o intuito de descobrir os elementos da oposição entre estes dois segmentos e levantar algumas indicações acerca das identidades sociais e de interesse entre eles que pudessem sugerir alianças e formas de ação comum. O relatório foi entregue, na ocasião, à equipe pastoral de Santa Terezinha, e alguma discussão foi feita. Deixei a área sem ter idéia de como ou quando voltar. Como bolsista da Fundação Ford realizei os três períodos de trabalho de campo entre 1974 e 1975.

O relatório resultante dessa primeira fase de trabalho foi discutido com professores e alunos do Departamento de Antropologia Social do Museu Nacional, no âmbito do Projeto "Emprego e Mudança Social no Nordeste", coordenado pelo Prof. Moacir Palmeira.

Em 1981 e 1982, fui procurada por membros das equipes locais de Porto Alegre (MT) e Conceição do Araguaia (PA) para discutir questões ligadas à peonagem e ao surgimento dos garimpos. O Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) propiciou-me então duas idas à área na qualidade de assessora de sua equipe e com o objetivo de compreender os efeitos da abertura dessas frentes de trabalho na luta dos posseiros.

Voltei à área mais uma vez em 1983, como pesquisadora do CNPq e professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ. Nesta ocasião retomei as entrevistas com posseiros, com mulheres das zonas de prostituição e consultei os arquivos da Paróquia de Santa Terezinha onde, entre os documentos encontrados, um relato histórico do padre Antônio Canuto foi de particular importância para a pesquisa.

Como professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ, durante todo o tempo em que se desenvolveu esta pesquisa, encontrei sempre entre alunos e professores o maior estímulo à realização desse trabalho.

Agradeço, portanto, a todos estes grupos, instituições e pessoas, mas gostaria ainda de mencionar aqueles que estiveram mais próximos.

Os que me contaram suas histórias - homens e mulheres de Santa Terezinha, São Félix, Porto Alegre e Vila São Sebastião.

Os que me acolheram e me ensinaram coisas - membros da Equipe Pastoral de D. Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Félix do Araguaia, especialmente o padre Antônio Canuto e Ely Pires.

Os que dividiram comigo a tarefa de cuidar dos meus filhos: Santos, Dayse, Lucília,

Cynira, Jacyra e Zelinda.

Os que partilharam comigo saber e amizade em diversos momentos - José Sérgio Leite Lopes, Vera Echenique, Alfredo Wagner B. de Almeida, Laís Mourão, Tatiana Lins e Silva, Eurípedes Dias, Afrânio Garcia, Marie France Garcia, José Roberto Novaes, Regina Reyes Novaes, Maria Antonieta da Costa Vieira, Gilberto Velho, Eliane Cantarino O'Dwyer, Luciano Padrão e Maria Cecília Iorio.

O professor Juarez Rubens Brandão Lopes que me ensinou acerca de como trabalhar junto, academicamente, em liberdade.

Especialmente agradeço a Yvonne Maggie e Maria Rosilene Barbosa Alvim, amigas, além de tudo, que leram os manuscritos ou me ouviram e fizeram sugestões.

Quero dividir com José Ricardo Ramalho a satisfação de concluir este trabalho porque, a cada passo, ele dividiu comigo as dificuldades e a alegria de fazê-lo.

I

Uma Luta de Resistência

E, então, de dentro do medo tem que vir a coragem... Porque depois de começar aquela explosão, aí volta a coragem, porque é obrigado; porque de lá não tem jeito de correr, então, é enfrentar (Eloy, posseiro).

QUANDO se fala em conflitos de terra ou lutas pela terra para referir-se aos movimentos do campesinato contra a introdução das grandes empresas, na Amazônia, nos últimos decênios, se opta por designações que remetem, sem dúvida, ao item principal das disputas em questão - a terra -. Minimiza-se, no entanto, o fato de ser a terra um espaço diferenciado, passível de ser decomposto em vários segmentos, tanto do ponto de vista da utilização quanto do ponto de vista do significado social ou político representado pelas atividades sociais desenvolvidas sobre cada segmento.

O movimento dos posseiros de Santa Terezinha se desdobrou em confrontos diversos, no tempo e no espaço, conforme estivessem em jogo um caminho cortado por uma cerca da empresa, uma propriedade[2], uma reserva de mata, uma aguada ou pastagem natural, um espaço urbano concebido para localização de instituições comunitárias. Diferenças também havia com relação à forma de domínio que, sobre cada parcela do espaço, exerciam os membros do grupo: alguns.

Um segundo ponto para o qual gostaria de chamar atenção é que o caso de Santa Terezinha nos coloca frente a um movimento de resistência, diverso de outros movimentos camponeses que têm ocorrido na Amazônia e que devem ser pensados, mais adequadamente, como sendo movimentos de ocupação ou de recuperação de terras, conforme sugere Hobsbawn (Hobsbawn: 1974; páginas 120 a 122). Dizer que o movimento dos posseiros de Santa Terezinha foi um movimento de resistência implica, neste sentido, dizer que foi marcado por um caráter essencialmente defensivo, os posseiros se opondo à tomada das terras por eles já ocupadas, e sobre as quais se julgavam com direitos, fosse em função de seus

---

[2] Alguns termos aparecerão sempre em itálico, por designarem conceitos cujos conteúdos não estão perfeitamente dados no uso corrente que deles se faz entre nós. Serão tratados como categorias do pensamento do grupo, no sentido proposto por Durkheim (cf. Durkheim, 1968; páginas 23 a 28). As categorias que se referem às relações dos homens com a terra serão objeto do segundo capítulo. Serão aspeadas as palavras e expressões que forem utilizadas no texto de acordo com o uso dos informantes sem, no entanto, estarem sendo tomadas como categorias, no sentido anteriormente proposto mas parcelas eram apropriadas particularmente pelas unidades domésticas, enquanto outras eram percebidas como áreas comuns. As diferenciações do espaço de acordo com a utilização e as formas de domínio estavam referidas, fundamentalmente, às qualidades naturais e aos recursos existentes sobre cada parcela, mas as atividades dos homens sobre esses segmentos também lhes podiam conferir valores especiais, alguns deles, pelo menos, diretamente relacionados ao contexto político da luta.

próprios critérios de acesso à terra, fosse em função da compreensão que tinham, naquele momento, da definição de direitos a partir dos critérios do código oficial.

Outras questões poderiam ser discutidas a partir do caso de Santa Terezinha e se referem, por exemplo, à participação das diversas categorias de atores na cena política do conflito.

Posseiros, por um lado, e representantes da empresa CODEARA, por outro, foram os agentes polares que se defrontaram nesta cena. Entre os posseiros, não estavam todos os moradores nem mesmo todos os pequenos produtores que ocupavam as terras de Santa Terezinha, em termos da relação de posse, tal como definida na legislação brasileira referente à terra: alguns mantiveram-se afastados da luta e outros chegaram a aliar-se à empresa, sendo identificados como seus prepostos; outros foram feitos posseiros sem que pudessem ser incluídos na condição de pequenos produtores. Entre os que participaram da luta, alguns se destacaram como lideranças e sua proeminência esteve ligada a esferas diversas de ação, delineadas no desenvolvimento e organização da resistência: houve líderes militares que se destacaram nas ações de confronto direto, outros que assumiram funções de retaguarda como encarregados de instituições como a Cooperativa de produção e consumo[3], outros foram mensageiros, ou ainda, como as mulheres e as crianças, realizaram tarefas de apoio e vigilância.

Entre os aliados, moradores da área urbana do povoado, houve quem assumisse a posição de representante dos posseiros frente à empresa e às autoridades e houve comerciantes que também prestaram seu apoio embora sua posição não representasse o conjunto dessa categoria, nem eles se dispusessem a tornar manifesto seu compromisso.

Mas os aliados mais fortes, que de várias formas expressaram seu comprometimento, e estiveram sob muitos aspectos identificados aos interesses dos posseiros, foram os membros da Missão Religiosa Católica, entre os quais se destacou o padre Francisco Jentel, feito representante da comunidade dos posseiros, ouvido como orientador no encaminhamento das lutas, aglutinador e organizador de espaços institucionais da resistência. Entre os membros da Missão Religiosa houve outros, entretanto, que se dedicaram a funções específicas como professores, enfermeiros, técnicos agrícolas, gerentes e contadores da Cooperativa. Como clérigo, não esteve presente na luta somente o padre Francisco Jentel: os documentos e os relatos dos posseiros se referem também à presença do padre João Chaffarod, vigário do povoado antes de Jentel passar a dividir suas funções entre o trabalho junto aos índios Tapirapé e à população de Santa Terezinha. Já em 1972, com o afastamento de Jentel da área

[3] A Cooperativa Agrícola Mista do Araguaia (CAMIAR) foi criada pelo padre Francisco Dentel em 1965 e será discutida no último capítulo.

e a culminação do conflito, veio a substituí-lo o padre Antônio Canuto, que atuou na fase final de negociações com o Estado e a empresa e nos desdobramentos da luta que se deram a partir de então. Com relação à hierarquia religiosa da Igreja Católica, esteve presente à cena do conflito Dom Tomás Balduíno, primeiro como superior de Jentel, enquanto Santa Terezinha esteve subordinada a Conceição do Araguaia, e depois, como bispo de Goiás. Criada a Prelazia de São Félix do Araguaia, Santa Terezinha passou a se subordinar à nova jurisdição, contando com o apoio e a presença do novo bispo D. Pedro Casaldáliga.

Nem todos com a mesma perspectiva quanto ao significado político ou à forma de encaminhar a luta, os membros da equipe religiosa mantiveram todo o tempo esta identidade de compromisso com o objetivo de não admitir que os posseiros fossem expulsos de suas terras.

A empresa, por sua vez, na ausência quase absoluta, a nível local, de seus responsáveis por excelência, proprietários e diretores, esteve basicamente representada pelos gerentes que se sucederam ao longo do conflito. Eles estiveram em contato direto com os posseiros, seus representantes e aliados, no cotidiano da luta. Outros trabalhadores da empresa, como peões, empreiteiros e "jagunços", também jogaram seu papel no conflito, embora, como veremos, papéis diferenciados, nem sempre de fato correspondentes às versões da empresa sobre sua participação e comprometimento.

Finalmente, o Estado se fez presente, às vezes assumindo a nível manifesto a condição de árbitro, embora, também como ficará claro, seus representantes quase sempre fizessem pender a balança da arbitragem para o lado da empresa, sendo exceções aqueles que tiveram uma posição francamente simpática à causa dos posseiros ou mais pautada pelas prescrições legais. O comum foi o destacamento local da força policial do estado de Mato Grosso colocar-se como braço direito da empresa. Vale a pena considerar: os representantes do aparelho de Estado que interferiram no caso não atuaram de modo inteiramente homogêneo e, ao longo do conflito, atitudes diferenciadas fizeram com que algumas vezes a correlação de forças favorecesse a resistência dos pequenos produtores.

Todos estes pontos para os quais chamo atenção em caráter preliminar estarão colocados neste capítulo sob a forma de uma etnografia do conflito, cuja exposição será feita através de uma narrativa organizada, em parte, pela ordem cronológica dos fatos e, em parte, pelas lutas travadas em torno dos diversos segmentos do espaço. As questões que cada um desses pontos suscita serão tratadas, ao longo dos capítulos seguintes, conforme se refiram aos pequenos produtores, aos trabalhadores da empresa, à Igreja ou ao Estado.

1. O povoado

Para acompanhar os eventos da história é preciso dispor de alguns elementos sobre a organização espacial do povoado, fruto da acomodação de seus moradores ao longo dos anos que antecederam a luta.

Ao chegar a Santa Terezinha, os pequenos produtores se localizaram primeiro próximos à margem do rio, fazendo aí suas primeiras casas e primeiros cultivos. À medida que as matas virgens iam sendo esgotadas, os pequenos produtores se expandiam para o interior, procurando as melhores matas e os lugares de maiores recursos naturais (cursos d'água, por exemplo) .

No terreno já desbravado, ia crescendo e se organizando a vila, enquanto que para o interior, no sertão, iam sendo construídas outras casas, sítios, roças e áreas de serviço de cada família. Se alguns mantinham casas e quintais na vila, ao mesmo tempo abrindo suas roças no sertão, outros se mudavam inteiramente para o sertão[4]. Um ou outro desses pequenos produtores acontecia de ficar isolado no interior, e mesmo estes, por ocasião do conflito, vieram juntar-se aos núcleos já existentes. Na sua maioria, entretanto, os posseiros já estavam organizados em núcleos de unidades domésticas, concentradas em torno de uma liderança, e ligados entre si por vínculos de compadrio, afinidade e parentesco. A rede de relações, então se constituindo, base de trocas, ajuda mútua, reciprocidade e cooperação no trabalho, tinha fundamento nos vínculos construídos de acordo com regras e critérios culturalmente estabelecidos. Falando desse tempo passado de construção do espaço social, urna velha camponesa dizia por exemplo:

> *De primeiro nós fazíamos muitos parentes: era afilhado e madrinha, irmão e irmã, compadre... Dava aquela volta na fogueira de mão dada e repetia aqueles versos. Os dias eram de São João e de São Pedro; era uma brincadeira, mas valia porque tinha aquela consideração como um parente mesmo, não podia brigar* (Maria Rocha, moradora de Santa Terezinha).

Alguns núcleos eram muito referidos no contexto do conflito, indicação de sua importância; costumavam ser designados, espacial e socialmente, pelo nome do chefe de família da unidade doméstica em torno da qual se concentravam as demais unidades: falava-se "no Antônio Grosso", "no Joaquim da Mata", "no João Nunes", como sinônimos de pontos de concentração de posseiros. A atribuição de maior ou menor importância a este ou àquele núcleo se fazia em função da capacidade de resistência contra as ameaças representadas pela empresa, o que tinha a ver com a disposição subjetiva dos membros do núcleo, mas também com as condições objetivas tais como recursos e peso numérico dos homens adultos passíveis

[4] Autores brasileiros registram dicotomias semelhantes encontradas em outras áreas de ocupação camponesa na Amazônia. Sobre a decomposição dessas categorias nos elementos da percepção do grupo ver Velho, 1976; páginas 203 e 204.

de serem recrutados para a luta.

Ao nível da produção e da cooperação no trabalho, podia-se observar a existência, por exemplo, de uma só casa de farinha, propriedade do chefe de família mais antigo, de mais prestígio e recursos. Ali se processava a transformação da mandioca das demais unidades domésticas, com ou sem alguma forma de retribuição, de acordo com os vínculos existentes entre proprietário e usuário. Também se podia observar cooperação em termos de mutirão e troca de dia no exercício de determinadas tarefas.

Todos os núcleos convergiam do sertão para a vila através de estradas ou caminhos, em sendo construídos no ir e vir dos moradores.

Entre a vila e o sertão, que iam se espraiando, um no terreno desbravado e deixado para trás, outro na mata virgem, ficou uma área de utilização comunal, quer por suas características naturais, quer pela organização imprimida ao espaço pelos pequenos produtores. Destacava-se pela existência de uma aguada, um cerrado e uma mata de coqueiros. A mata de coqueiros era uma reserva de palha para a cobertura das casas, além de outros recursos tais como frutos silvestres e bens medicinais. A aguada e o cerrado conjugados representavam um valor inestimável na medida em que serviam de refúgio para o gado. Este, na época das chuvas, tinha de ser recolhido dos varjões alagados para o cerrado, mata rala, em terra alta, protegida das cheias e pródiga em ração. Nenhum desses recursos era apropriado particularmente: cerrado e aguada, pelo tipo de tecnologia usada, não interessavam ao cultivo, e como pastagem estavam vedados ao monopólio dos criadores. De fato, se quase todos tinham algumas cabeças de gado para tração, abastecimento de leite, ou para serem vendidas como fonte de recurso em tempo de precisão, havia os moradores com rebanho maior, os criadores, mas estes mantinham o grosso de sua criação fora do povoado, em geral na Ilha do Bananal, à margem oposta do rio. O arranjo faz sentido em termos da diferenciação interna do grupo, já que "criar na Ilha" implicava no pagamento de taxas por cabeça de gado, impostos devidos aos órgãos estatais encarregados das reservas indígenas e do parque florestal. Além disso, como as condições de morada na Ilha eram ruins, devido às cheias e à inviabilidade de cultivo, quem tinha gado na Ilha, tinha casa, roça e sítio do lado de Mato Grosso, onde ficava Santa Terezinha, e se obrigava a manter vaqueiros para cuidar do rebanho no interior da Ilha. Muitos desses vaqueiros eram homens solteiros ou mesmo casados que, remunerados à base do sistema de "sorte"[5] , tinham nesta ocupação uma forma de obter a chamada "semente de gado", com a qual se deslocavam, então, para Mato Grosso para montar

---

[5] Trata-se de uma forma de remuneração pela qual o vaqueiro é compensado pela partilha da cria anual do gado cabendo-lhe, conforme o contrato, um em cada três ou quatro bezerros. Esta forma, muito generalizada em determinados momentos, tende a ser liquidada com a modernização da atividade pecuária.

sua própria unidade.

Pode-se, pois, visualizar a disposição de Santa Terezinha da forma seguinte: a vila localizada nas imediações do rio, com as casas dos moradores - tendo ao fundo pequenos quintais de criação doméstica e fruteiras -, as casas comerciais, a escola, os templos, etc.; depois, a área de criação comum (aguada e cerrado) e extração da palha (mata de coqueiros) ; em seguida, a mata ou sertão, onde se dispunham os principais núcleos de posseiros (na linha de frente, de um lado "o João Nunes", de outro o "Antônio Grosso" e "o Papa-Mel", no centro; em linha reta, para quem chegava da vila, como se fosse a porta de entrada para o sertão, "o Joaquim da Mata".

Vejamos, pois, como se deram as lutas entre os posseiros de Santa Terezinha e a empresa CODEARA em torno da apropriação dos diferentes espaços do povoado. Estas lutas abarcam o período que vai de 1967 a 1972 e os acontecimentos aqui relacionados se deram, grosso modo, de acordo com a seguinte ordem cronológica: as lutas contra o fechamento dos caminhos, pela manutenção da propriedade e pela preservação da mata, ocorreram logo no primeiro ano do conflito, em 1967; a iniciativa de opor uma resistência à expropriação da aguada foi tomada em 1968, num período de conjuntura favorável, quando os direitos à propriedade e ao uso da mata estiveram, momentaneamente, resguardados; já a luta pelo espaço urbano, que começou a ser ameaçado pela empresa em 1969, só se expressou de forma coletiva, em 1972, através do episódio que ficou conhecido como a "briga do ambulatório", constituindo-se o ponto alto do conflito, provocando a interferência decisiva do Estado e desencadeando a ação repressiva de maior vulto contra os moradores do povoado.

2. As cercas da empresa e a luta pela abertura dos caminhos

As cercas usadas pelos posseiros, antes do advento da ordem que a CODEARA representava, tinham a finalidade de proteger as lavouras contra a invasão do gado criado solto - eram cercas em

Em torno de áreas cultivadas, não eram cercas que servissem de limites entre propriedades. Esta era, no entanto, a finalidade principal das cercas com as quais a empresa começou a recortar as terras do povoado, logo no início de suas atividades e, como as terras haviam sido adquiridas sobre o mapa, sem levar em consideração a organização espacial já existente, seus limites cortavam caminhos, separavam espaços que antes eram contínuos, obrigavam os moradores a percursos mais longos, dificultando o tráfego das pessoas e o transporte de cargas. A primeira reação dos posseiros, em 1967, foi contra a cerca construída em torno da área que seria a sede da empresa o local escolhido para a sede ficava, exatamente, entre a vila e o sertão onde antes havia apenas as propriedades de dois antigos moradores que

concordaram em ser desapropriados[6] - todo o resto dessa área era constituído da aguada, do cerrado e da mata de coqueiros, anteriormente referida. A cerca em torno da sede obstruía, pois, o tráfego entre a vila e o sertão:

> *Pois é, eles cercaram as estradas. Ficou do ponto que nem ninguém podia passar aqui para a vila e nem podia passar para lá, para o sertão* (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Os posseiros se indignaram, mas começaram a contornar a cerca, obrigando-se a um percurso maior, até que alguém resolveu assumir o enfrentamento, cortando a cerca no ponto de passagem:

> *Foi indo até que um dia, até vir um que cortou o arame, lá na estrada* (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

A empresa desencadeou uma onda de perseguição e ameaças sobre os moradores visando descobrir o autor da iniciativa, porém, mais do que isso, de acordo com a percepção dos posseiros, como um pretexto para desestimular sua permanência na área:

> *E aí eles só queriam achar um jeitinho que era para eles abusarem. Então eles pegaram o caminhonete, botaram a polícia dentro e saíam nesse sertão todinho, de casa em casa, querendo pegar esses moradores. Disseram que iam pegar todo mundo e bater, porque não sabia quem é que tinha cortado o arame* (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Acontece que aquele que cortara a cerca não estava em disputa por terra com a empresa de Santa Terezinha, pois já tinha sua posse garantida através de acordo com outra empresa vizinha, a TAPIRAGUAIA, que o alocara no limite de suas terras com a CODEARA, próximo aos moradores do sertão de Santa Terezinha, cuja vila era o único ponto urbano de referência próxima para todos os núcleos de moradores de uma extensa região, nem todos atingidos pelas pretensões da mesma empresa. Foi o corte desta cerca que o atraiu para a luta ao lado dos posseiros, na verdade, o tornou um deles, dando início à trajetória de uma grande liderança do movimento:

> *Mas sempre o povo falava, e ele não tinha medo não. Ele confiava em alguma coisa, e ele não temia, não tinha medo. Era dos homens de mais coragem mesmo, de mais fé, que a gente tinha aqui, era ele. Ele não esmorecia ninguém, ele dava coragem a todo mundo* (Eloy, posseiro).

No desenrolar do conflito, outras cercas foram colocadas pela empresa e muitas foram sendo cortadas:

---

[6] Um desses moradores era funcionário da empresa que transferiu seus direitos à CODEARA. Além de vender sua posse à nova empresa tornou-se um dos encarregados de fiscalizar a área contra a ocupação das terras. Tornou-se também proprietário do primeiro hotel do povoado, no qual se hospedava a força policial local e homens da empresa. O outro morador era filho de família de pequenos produtores e tornou-se empreiteiro da empresa. Apesar de ter sido considerado posseiro nos termos da lei e como tal beneficiado com um lote de terra na época da demarcação, os posseiros recusavam-lhe este título e preferiam referir-se a ele como peão ou

De outra vez, botaram uma cerca cercando as roças dos posseiros, tapando a estrada. O fulano deu um alicate para ele cortar, ele cortou. No outro dia, a Companhia levantou a cerca; veio outro e cortou, e ela não sabia quem continuava a cortar. Mas um posseiro bate-pau[7] *falou ... porque pouca gente sabia. Aí a Companhia veio em cima dele: `- Quem é que está cortando o arame?' `- Não sei'. `- Sabe'. `- Está bem, se a companhia quer saber, que bote um fiscal para tomar conta que eu não sou fiscal de cerca'. Aí prenderam de novo, mas não bateram* (Auderina, posseira).

Muitas cercas, no entanto, ficaram, e mesmo depois de solucionadas várias disputas com a empresa, os moradores ainda reclamavam da obstrução de suas antigas estradas. Muitas vezes eram viúvas já idosas que dependiam dos produtos da roça de seus genros ou filhos para se manterem, outras vezes era a própria família que se dividia, espacialmente, entre os cuidados com os filhos na vila para freqüentar a escola, e o trabalho na roça para produção de víveres:

- Olha, nós éramos acostumados a caminhar por uma estrada que tinha ali, olha. Eles taparam a estrada... caminhava mais direto ... Eles taparam essa estrada aí. (Antes) nós

saíamos lá da ru ... tinha relógio, nós chegávamos lá em casa com uma hora e quinze minutos.

Você vai muitas vezes lá?

É muitas vezes. Tem vez que eu vou toda semana, é muito difícil passar uma semana para eu não ir, porque é onde a gente tem a comestia, é lá, não é?! O mantimento todo está lá. Agora, eu não estou, por exemplo, para ocupar um cavalo, com os meninos lá, todos trabalhando. Eu não vou abusar eles para dizer: `Meu filho, pega um cavalo vai me deixar a carga. Não! Às vezes, eu vou lá porque quero, tenho precisão de ir, eu vou. Faço uma trouxona, oh, boto aqui e dobro para trás, sozinha (Rita, viúva de Joaquim da Mata. Nesta ocasião, morava na vila com sua filha solteira e um filho, tocador e cantador de festas, que consertava instrumentos musicais; outros filhos eram casados e moravam no sertão).

Outras vezes, a cerca posta pela empresa separava as próprias áreas de trabalho dos posseiros, cortando as trilhas de acesso entre os sítios e capoeiras, por exemplo, e as roças novas. Acontecia de assim estarem organizadas espacialmente as atividades dos posseiros devido à inexistência de terreno fértil para as novas plantações, nas áreas contíguas às plantações mais antigas; mas também houve casos de posseiros que, durante o conflito, concordaram em se transferir de um lugar que já ocupavam para um ponto de maior concentração para facilitar a demarcação dos lotes, em função da presença da empresa. A precipitação da empresa em se apossar dessas áreas através da construção de cercas como limites de propriedade eram, então, um novo foco de disputas:

_ ... justamente é uma estrada antiga, que justamente meu sítio está ligado ... na roça que já está no terreno novo ... mas justamente eram as minhas capoeiras, são os meus direitos mesmo. Então, tem a estrada de caminhar

---

"jagunço".

[7] "Bate-pau" é uma expressão empregada para designar os olheiros da polícia.

para a outra roça, agora essa outra estrada que ele está falando fica mais ou menos um quilômetro acima ... e foi combinado que eles não fariam passar a cerca antes de ser resolvido o problema. Agora, acontece que eles passaram a cerca na divisa, agora... com carga, com carro de boi tem que viajar quase um quilômetro acima.. (Conceição, morador de Santa Terezinha).

A resistência dos posseiros às cercas se fazia também em função do fato de muitas vezes eles serem obrigados a cruzar as áreas já postas sob o domínio da empresa: era como cruzar o território inimigo. Quando antes seguiam pelos caminhos costumeiros, faziam pequenas paradas nas casas dos outros moradores, ao longo do trajeto: traziam recados, tomavam água ou café, descansavam. Entretanto, quando a empresa construiu a sede entre a vila e o sertão, quantas vezes eu os vi resistirem a tomar um copo d'água na casa de um empregado da empresa. Outras vezes, as próprias dificuldades impostas ao livre trânsito pelo tipo de controle e de utilização da área por parte da empresa os indignava:

era para eu ir com os meninos lá para o Furo de Pedras; lá tinha família nossa. Era um burro e um cavalo bravo, que não aceitava garupa. No cavalo ia eu com o menino pequeno no colo, no burro iam os outros dois meninos, com medo. Os meninos ouviam contar as coisas e tinham medo, não queriam ir. E tudo alagado, cheio de colchete que a Companhia tinha colocado. Os meninos ouviam dizer que nos colchetes estava cheio de soldados; chegava nos colchetes o menino maior tinha que apiar do burro para abrir, e tinha medo por causa da água também. `- Apia, tem que apiar'. O burro não queria andar. Enganchei a rédea dele no cavalo... Teve uma hora que os arreios viraram em cima do cavalo e quase caí com a pequena dentro d'água ... morria tudo! (Auderina, posseira).

O relato se refere a um momento crítico do conflito e indica o uso do controle sobre os caminhos por parte da empresa no desenrolar da própria luta, mas, na vida cotidiana, o simples uso de uma área de passagem, como foi dito, podia causar transtornos:

- Esta cerca da companhia, toda em volta de nós, quer dizer que nós estamos dentro de um círculo. Esta área cheia de gado, como é que nós vimos cá? ... Temos criança, temos mulher, temos tudo, então ficamos para lá, dentro do círculo (...) (Conceição, morador de Santa Terezinha).

Por se tratar da área situada entre o sertão e a vila, o que o autor do depoimento sugeria era que esta área, a primeira a ser ocupada pela empresa, fosse devolvida ao domínio público:

Bem, eu vivo pensando, eu sou pensado, eu penso assim: que se, por exemplo... ficasse pelo menos este lado aberto, vago, para o pessoal transar de lá para cá sem ser dentro do círculo de gado da Companhia... Porque na minha opinião, trata de reconhecer os direitos uns dos outros, era pelo menos esta parte de baixo ficar emendada de lá para aqui, para o pessoal passar sem ter epidemia nenhuma (Conceição, morador de Santa Terezinha).

Esta reivindicação sobre a área entre a vila e o sertão foi sustentada pelos posseiros até o final, quando o Estado veio arbitrar o conflito. No dia 14 de junho de 1972, as autoridades

civis e militares que assumiram o controle do povoado, depois da "briga do ambulatório", convocaram para uma reunião todos os seus moradores, além de um representante dos posseiros, um representante da Missão Religiosa e um representante da empresa. Os encaminhamentos e discussões havidos durante a reunião são ilustrativos, sob vários aspectos, principalmente, no que se refere ao confronto Igreja-Estado. Aqui interessa tomá-los no que diz respeito à solução dada à disputa em torno da ligação entre a vila e o sertão.

O representante dos posseiros era, na verdade, um pequeno produtor, antigo morador do povoado, que nunca se dispôs a tomar partido no conflito. Foi chamado pelas autoridades para representar os posseiros na reunião, porque era dos poucos homens adultos que não sentiram necessidade de se refugiar nas matas e porque foi julgado de confiança dessas mesmas autoridades por suas posições menos comprometidas. Entretanto, ele colocou logo em questão o domínio sobre a área entre a vila e o sertão, defendendo que ela fosse deixada livre. São dele aliás as últimas formulações a esse respeito, anteriormente, citadas. No decorrer da reunião, sua intervenção irritou o gerente, representante da empresa, porque os caminhos camponeses eram trilhas que partiam de diversos pontos em várias direções moldados pelas relações entre roça e capoeira, entre cada roça e a vila, entre um vizinho e outro. As estradas da empresa obedeciam a uma racionalidade diversa e não se coadunavam com a ótica do representante dos posseiros:

> Silveira (gerente): - Agora, já existe aqui Dr. Peixoto, (procurador-geral do INCRA), eu quero lhe informar que a Companhia já fez e mantém uma estrada cascalhada de 20 metros que permite a passagem livre dos posseiros. Duas estradas, uma aqui por baixo, e a outra cá por cima. Está certo isto Conceição?
> Conceição (representante dos posseiros): - Está certo, mas aquela estrada ali fica muito dependida, porque agora mesmo, a minha roça, porque a minha roça era ligada....
> Silveira: - Mas eu não posso cortar a área toda de estrada! (Trecho da gravação da reunião de 14 de junho de 1972; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Na verdade, a vila e o sertão eram "emendados" e a empresa ao se apossar da área intermediária, comunal e livre, rompia a continuidade existente, que os posseiros tentaram todo tempo, e sem sucesso, recuperar. A solução foi mesmo a estrada como via pública cortando as terras que ficaram como propriedade da empresa:

> *Dr. Peixoto* (Procurador-Geral do INCRA*):* [8] *- Estou vendo que toda a divergência vai se resumir na ligação ou não das duas áreas. Agora o poder público, evidentemente, tem condição de resolver com arbítrio de autoridade. Mas se nós pudéssemos admitir a viabilidade desta interligação, claro que sairíamos daqui mais tranqüilos.*
> *- Silveira: - Perfeitamente. Oitenta por cento deste acesso já está pronto, e eu me comprometo a aprontar daqui a dez dias.*

[8] Instituto de Colonização e Reforma Agrária, criado em 1970, que substitui o INDA e o IBRA

- Dr. Peixoto: - Sim, mas eu digo um acesso bom, um acesso franco, um acesso sem possibilidade de cerca nem de barreira... ao invés de uma estrada aberta, um corredor, cercado de ambos os lados... para que os posseiros não tenham que atravessar porteira da CODEARA, não tenham que atravessar a cancela da CODEARA, não tenham que atravessar pasto da CODEARA, é razoável. (...) É uma rua, é uma servidão de passagem que é muito comum em qualquer propriedade (...) (Trecho da gravação da reunião de 14 de junho de 1972; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Quando o representante do INCRA se referia a "acesso franco", "sem possibilidade de barreira", ele estava, sem dúvida, referindo-se a fatos acontecidos durante o conflito, quando em ocasiões de maior tensão e disputa a empresa lançava mão do expediente de obstruir os caminhos, colocando cancelas e homens armados para controlar o trânsito das pessoas. Entretanto, ele se referia também ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária, criado em 1970, que substituiu o INDA e o IBRA.A uma experiência muito mais próxima que sabia ser um ponto de honra tanto para os próprios posseiros quanto para os membros da Missão Religiosa.

De fato, logo depois da "briga do ambulatório", em março de 72, foi colocada uma guarita com homens armados no limite das terras da empresa com a área da vila, de modo que todo morador que quisesse sair em direção às roças teria que submeter-se à revista e à apresentação de documentos para ter acesso à estrada que ia dar no sertão e que passava por dentro da sede da empresa. Era tempo de colheita - abril, maio, junho - os homens de cada casa estavam refugiados na mata, e era preciso colher o arroz que, passado o tempo de colher, se perde, levar recados, fazer visitas, incutir ânimo e confiança aos homens escondidos. O trator da equipe missionária transportava gente para colher arroz, mulheres para visitar seus maridos, padres e leigos que levavam apoio às famílias do sertão. Foi o tempo da empresa usar seu poder para controlar e, muitas vezes, proibir o trânsito que se fazia, necessariamente, por dentro das terras já apossadas por ela. Por isso, quando o representante do INCRA na reunião de 14 de junho encontrou uma solução alternativa à preservação da área livre entre a vila e o sertão, o padre levantou de novo a questão do controle sobre a estrada:

Padre Canuto: - Com relação à estrada, existe mais um pequeno detalhe. Esta estrada aqui era a primeira passagem dos posseiros que estavam localizados aqui e que passa bem dentro da sede da CODEARA. Essa passagem aqui, eu pessoalmente, com mais de 20 pessoas, na carreta do trator, nós fomos impedidos de cruzar, porque se diz que agora isto é passagem particular e não pode passar mais.
Silveira: - Dr. Peixoto, eu explico. Dr. Peixoto, esta passagem aqui ela está exatamente dentro da área da sede da Companhia e não há motivo nenhum para que o pessoal passe por ela... a não ser que seja um capricho.
Dr. Peixoto: - Eu vou explicar ao padre em termos concretos. (...) eles não podem impedir, a não ser que temam ameaça ou violência. Eu faço uma pergunta: alguma vez algum posseiro pretendeu passar por aqui sozinho, não com uma carreta com um de vocês e foi obstado a passar?

Silveira: - Depois do tiroteio é que nós tomamos esta decisão.
Dr. Peixoto: - Não, não, antes dessa atitude de violência?
Silveira: - Antes era livre, inteiramente livre.
Dr. Peixoto: - Entendeu? Agora, a carreta com o padre Jentel ou com o padre Canuto com 20 posseiros... (Trecho da gravação da reunião de 14 de junho de 1972; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Enquanto o passar livremente por dentro das terras da empresa, para ter acesso aos homens escondidos na mata ou mesmo para de fato colher o arroz, era, para os posseiros e seus aliados, uma forma de desafiar o poder do adversário (o que tinha um valor simbólico na manutenção do ânimo em condições adversas), o ter de se submeter à revista e à apresentação de documentos numa cancela sob guarda de homens armados, para chegar às roças, era uma humilhação que os familiares dos homens escondidos na mata tinham dificuldade de aceitar. Ao interpretar a obstrução da empresa como uma atitude de autodefesa da empresa, o representante do Estado validava a noção de que "20 posseiros" (que o padre dizia que eram "uma criançada") e um padre compunham uma força suspeita de atos de violência.

Passados mais de dez anos desde a disputa em torno das terras de Santa Terezinha ter sido dada como encerrada, as cercas, cancelas e guaritas postas sobre os caminhos continuam sendo objeto de indignação por parte dos posseiros. Nelas vêem a representação da dominação da empresa:

> *Continua do mesmo jeito. Vocês não vê quando a gente vem por aí, pela estrada que vem de São Félix para cá, entrando cancela e mais cancela, até chegar aqui? Pois é, só aí você vê, você assunta como é que é. É a dominação da fazenda, está dominando, tem guarita para todo lado* (José Carlos, posseiro, 1983).

Voltarei à questão da passagem do trator pela estrada da Companhia por ocasião da "briga do ambulatório". Aqui encerro a exposição das disputas em torno das estradas e caminhos lembrando que não só os posseiros têm dificuldade em se utilizar dos caminhos construídos pela empresa (não lhes servindo do mesmo modo que suas próprias estradas lhes serviam), como também têm que se defrontar com o fato de seus caminhos serem usados por pessoas estranhas. Estes circulam pela área e não têm a noção ou não se sentem no compromisso de respeitar as regras de convivência do povoado. Por exemplo: motoristas, peões, empreiteiros e fiscais passam pelos caminhos, tradicionalmente utilizados pelos posseiros e que cortam suas propriedades, mais ou menos próximos de suas casas, roças e sítios. Ora, passar por caminhos dentro das propriedades supõe regras com relação às plantações, às grotas de água, ao acesso à casa, à família e aos espaços em torno da casa. Os posseiros estão seguros a respeito dos moradores e vizinhos, mas se sentem ameaçados quando se trata de desconhecidos. Há frutas que se podem pegar e outras que não se podem; há formas de usar as grotas e de se aproximar de urna casa, reconhecendo, pelo movimento,

quem está em casa, se o chefe da família está presente ou não.

3. O tempo das derrubadas e a presença dos peões

O ciclo de atividades agrícolas dos pequenos produtores de Santa Terezinha começa no mês de maio, quando, terminadas as colheitas da safra anterior, é tempo de se iniciar a preparação do terreno para as roças novas. O "roço" ou a "broca" (corte dos arbustos finos) das capoeiras pode ser feita em prazos menos demarcados, mas a derrubada da mata virgem deve ser realizada impreterivelmente até o mês de julho, porque em setembro começam a cair as primeiras chuvas e agosto é um mês cheio de prescrições com relação ao corte de árvores:

> *- O mês próprio é junho, julho ... O mês de agosto não é próprio não, não é bom. É abuso do pessoal.*
> *- Mas, o mês de agosto, o que tem esse mês que faz acontecer essas coisas?*
> *- É porque o mês de agosto sempre todo é feriado. Olha, a primeira segunda-feira de agosto é feriado ... para brocar uma roça não é muito perigoso, mas uma derrubada é perigoso, não é bom não. Outra: dia quatro é dia de São Domingos, já é feriado, não é bom; no dia seis é dia de Bom Jesus da Lapa, no dia dez é São Lourenço, dia quinze é Senhor do Bonfim ... e aí vem vindo, tudo feriado.*
> *- E nesses dias, então, vocês não trabalham de derrubada? - Não, não trabalha de derrubada* (Papa-Mel, posseiro).

Para os pequenos produtores, de acordo com esse calendário de santos, a ruptura das prescrições com relação à derrubada nos feriados pode causar acidentes graves, mas de acordo também com suas técnicas de produção, *strictu sensu*, entre o fim da derrubada e a queimada, fase seguinte de preparação do terreno, deve passar-se um mês, para que os paus sequem o suficiente e a roça queime direito. Ora, as datas julgadas ideais para botar fogo nas derrubadas são os dias vinte e sete de agosto e sete de setembro. Naturalmente, essas datas podem ser expressão de uma lógica cabalística, mas também correspondem a variações climáticas que interferem diretamente na atividade produtiva - no final de setembro começam as chuvas; se o produtor não tiver preparado o seu terreno em tempo hábil, corre o risco de não queimar bem a sua roça, prejudicando a colheita da próxima safra.

Portanto, logo no primeiro ano de atividades da CODEARA, em 1967, em Santa Terezinha, chegado o tempo das derrubadas, a tensão começou a crescer: a empresa queria derrubar grandes extensões de mata para formação de pastagens e afirmação de seus direitos sobre as áreas pretendidas, e os posseiros queriam dar início às atividades do novo ciclo agrícola, abrindo clareiras na mata para realização das roças novas que os proveriam de víveres para o ano seguinte. Era o tempo, portanto, de um barrar o avanço do outro sobre as áreas de sua pretensão e avançar o mais que pudesse com suas próprias benfeitorias. Como as objeções mútuas atingissem diretamente a atividade produtiva e ameaçassem os direitos pleiteados, fortes reações se anunciavam de ambos os lados. De fato, foi uma fase de

recrudescimento dos confrontos a nível local e de tentativas de sensibilização dos órgãos governamentais visando os representantes de cada uma das partes garantir o respaldo do poder público para contenção do adversário. Neste sentido, o padre Francisco Jentel se dirigia às autoridades, denunciando a nova prática de intimidação da empresa sobre os posseiros, visando afastá-los da área:

> *A CODEARA, (...) já fez declaração de que reconhece o direito dos posseiros, mas está agindo no sentido contrário. Está fazendo derrubada, respeitando os terrenos dos posseiros, porém avisou que vai tocar fogo na derrubada, o que na prática, obrigará os posseiros a se retira* (Relatório do padre Francisco Jentel, junho de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

A empresa, por sua vez, denunciava a reação dos posseiros, mas tratava de descaracterizá-la, dizendo-a "instigada" e ilegitimando os líderes do movimento, na medida em que sugeria não serem eles produtores rurais:

> *Agora na fase de derrubadas de mata para formação de pastagens, iniciou-se forte reação dos posseiros contra essa atividade instigada por um indivíduo de nome Eloy Reis, posseiro urbano que explora um botequim em Santa Terezinha* (Relatório dos representantes da empresa ao SNI, 4 de julho de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Na verdade, Eloy Reis era um antigo morador de Santa Terezinha, membro de uma extensa família de pequenos produtores e que conjugava o trabalho na roça com um pequeno comércio na vila, posto aos cuidados de sua mulher.

Ambos os textos, no entanto, indicam que a reação às derrubadas da empresa eram ações coletivas, diversas das iniciativas individuais características das ações contra o fechamento dos caminhos: embora a coletividade assumisse a atitude cúmplice de encobrir a identidade do autor, a iniciativa era isolada. Diante da ação coletiva, a empresa percebia que, com suas próprias forças de repressão, seria difícil eliminar a resistência dos posseiros e passava a apelar para o aparelho policial do Estado:

> *Existe, em Santa Terezinha, um Destacamento Policial composto de um cabo e de um soldado que se julgam impotentes contra a reação dos posseiros que visam impedir os trabalhos nas terras de propriedade da Empresa...* (Relatório dos representantes da empresa ao SNI, 4 de julho de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Ao mesmo tempo, contraditoriamente, não querendo enfatizar a oposição que lhe faziam os antigos moradores, procurava justificar o pedido de reforço policial, apelando para a "necessidade de manutenção da ordem", supostamente ameaçada. Este foi o momento em que os representantes da empresa procuraram somar aos "intuitos de subversão da ordem", a noção de que a presença dos trabalhadores que viriam realizar as derrubadas, os peões, representava um novo fator de acirramento dos ânimos, tornando o clima propício a

violências incontroláveis - a velha versão de que a infiltração ideológica entre as "massas incultas" é que produz as rebeliões populares:

> *Há 15 dias, o Sr. Governador do Estado (...) recebeu a solicitação no sentido de ser reforçado o destacamento policial de Santa Terezinha, menos pelo que pudessem fazer os posseiros, pois não há indício de tal reação, do que pela necessidade de manutenção da ordem no momento em que chegarão de fora da região, cerca da região, cerca de 400 homens para os serviços em vista. É justificável o receio de maiores complicações e desencadeamento de violência em face da evidência de intuitos de subversão da ordem e infiltração ideológica espúria entre pessoas incultas, incapazes de* discernimento (Relatório dos representantes da empresa ao SNI, 4 de julho de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Como mediador dos posseiros, o padre também se dirigia às autoridades denunciando jogar a empresa com a chegada dos trabalhadores para amedrontar os posseiros:

> *Enquanto isto, (a empresa) procura ganhar tempo e já trouxe 150 peões que estão acampados às margens do Araguaia para fazer número e amedrontar a população. Há mais 250 homens em Miracema, aguardando transporte para Santa Terezinha* (Relatório do padre Francisco Jentel, junho de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Denunciando a tentativa de instrumentalização dos trabalhadores trazidos para executar as tarefas de derrubada, o padre argumentava, no entanto, que o fator de maior tensão residia no fato de a empresa ter escolhido para realizar os primeiros desmatamentos justamente a área de maior concentração de posseiros. De fato, as terras pleiteadas pela CODEARA tinham 180 km de fundo por 30 km de frente, às margens do rio Araguaia; os núcleos mais importantes de posseiros ficavam no máximo até 6 km da margem do rio e, entre os dezoito lotes já então demarcados pela empresa para serem desmatados, ela escolhera aqueles nos quais se encontrava maior número de posseiros.

A tática da empresa de referir-se aos peões como um instrumento de intimidação dos pequenos produtores se expressava de forma menos sutil, a nível local, no debate travado, por exemplo, entre um posseiro e uma outra figura muito destacada nos confrontos diretos, como preposto da empresa, o gerente:

> *Promessa que tem aqui é para roçar tudinho, indenizar, e o posseiro que diz que não sai por bem, mas sai na fumaça do fogo. Que eles tocam fogo aí, queimam com tudo, com criança, com tudo:*
> *- O Cícero, você também é posseiro? - Sou sim senhor.*
> *- Você mora onde? - Moro bem aqui.*
> *- Eu, numa fazenda de São Paulo, fazenda do meu pai, não é, posseiro que não queria sair, eu fiz lá um adjunto, teve vez de nós matarmos para mais de quarenta posseiros.*
> *Rubião falando para mim, não é, que tinha costume de matar de quarenta posseiros e apanhar as filhas moças, mais assim aquelas mulheres novas para servir de cozinheiras para os peões dele, não é. E aquela criançada, aquela molecada mais menor, que não servia nem para puxar água, então jogar dentro das grunhas de serra. ...*
> *- Eu fiz e provo, e se vocês não desocuparem a terra, eu vou fazer aqui.*

- Pois é, sr. Rubião... pelo menos enquanto eu existir vivo, acho que não tem uma fera para pegar um filho meu, eu olhando, para levar para uma grunha de serra, ou minha mulher, minha filha, para largar num barracão de peão. Eu olhando, eu vivo, não.
E aí ele juntou esta turma, estava esperando esta turma chegar de Araguaia; já tinha chegado uma turma, não é, então juntou a outra turma. Diz que ia dar a cada um 38, para o posseiro que chegasse no serviço eles matarem..., os outros peões matarem que tinha um ordenado bom, não é" (Cícero, posseiro; reprodução do diálogo travado entre ele e Rubião, gerente da empresa, na época das derrubadas de 1967).

Muitos detalhes dessas formulações acerca do possível confronto peões e posseiros são indicativos da percepção que foi sendo construída sobre estes dois personagens: o posseiro como membro e guardião, responsável por uma casa e por uma família ameaçadas pelos peões, estes, como homens desconhecidos e sem escrúpulos, vivendo em barracões, capazes de pegar em armas para matar a soldo da empresa e de se apoderar das mulheres e filhas dos posseiros. Veremos, mais adiante, como se articulam estas noções, e como elas entram em conjunção com o processo de recrutamento de trabalhadores utilizado pela empresa; ao mesmo tempo veremos que estas noções entram em contradição com a forma pela qual os trabalhadores, assim referidos, realmente, se comportavam e se relacionavam com as famílias de posseiros e com suas próprias famílias de origem; finalmente, veremos como eles rearranjavam suas relações familiares dentro das condições que lhes eram impostas pelo processo de recrutamento e pelas condições de trabalho.

Aliás, os próprios posseiros relativizavam a ameaça sugerida pelo gerente, preposto da empresa, porque reconheciam naqueles trabalhadores membros de famílias camponesas, circunstancialmente colocados na condição de trabalharem para outros, capazes, portanto, de compreender-lhes o argumento. A própria experiência de vida dos posseiros de Santa Terezinha, esta circunstância de estarem afastados temporariamente da família, trabalhando em troca de salário, não era coisa estranha. O próprio posseiro cujo depoimento se segue já havia sido peão da empresa SUIÁ-MISSÚ, a primeira que se instalara na Região, próximo a São Félix, antes de tornar-se morador de Santa Terezinha, e um dos líderes do movimento de resistência à CODEARA:

> *Mas eles vieram como peões, mas tudo gente criada com os pais, acostumada a trabalhar também, também posseiro aí por Maranhão, Araguaína, não é?! Quando chegaram, que nós reclamamos a eles, que não era para fazer, roçar a roça de mandioca nossa, lugar de cana, de bananal, dentro de nossas capoeiras, não precisava roçar, não é, então, eles também aquietaram, não é, não foram fazer o serviço que eles também compreendiam um pouco (...) e acharam que aquilo era errado mesmo* (Cícero, posseiro).

O padre Francisco também, de um ponto de vista diferente, relativizava a ameaça da empresa, desqualificando a sugestão de unanimidade entre os peões acerca do direito ou

legitimidade da empresa de implementar o serviço de derrubada nas áreas ocupadas pelos posseiros:

> *Os trabalhadores da Companhia, em grande proporção (150 de um total de 400 homens), fugiram ou fizeram greves e continuam fazendo. Então, a Companhia se utilizou dos homens mais atrevidos para entrar entre as roças dos posseiros e completar o cerco das ditas roças para queimar tudo depois. (...) Boa parte dos trabalhadores trazidos pela Companhia logo perceberam a manobra de que iam ser instrumento e se rebeleram contra o gerente..* (Relatório do padre Francisco Jentel, 30 de julho de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Não podendo contar com a unanimidade dos peões para cumprir seus propósitos, o gerente recorria à polícia e a alguns entre os trabalhadores que conseguia recrutar e armar para exercer pressão sobre os posseiros. De qualquer modo, a situação, nestes meses de derrubada, era muito tensa. A empresa, dizendo suas as terras, procurava impedir que os posseiros derrubassem qualquer pedaço de mata, sob alegação de que eles deveriam ser deslocados para um núcleo de colonização em local a ser determinado; queria impedir a todo custo que eles ampliassem suas benfeitorias no sentido também de diminuir possíveis obrigações indenizatórias. Além disso, precisava tanto quanto os próprios posseiros de ampliar ela mesma suas benfeitorias, para do mesmo modo que os posseiros ter fonte legal de comprovação de investimentos sobre as terras. Para impedir desmatamentos por parte dos posseiros, a empresa colocava homens seus, armados, em serviço de permanente vigilância. Ao gerente cabia o comando dessa vigilância, como representante máximo de empresa a nível local, responsável e subordinado, merecedor de crédito ou não da diretoria, conforme sua capacidade de vencer a resistência dos posseiros com o mínimo de desgaste para a empresa cujos proprietários a dirigiam à distância. Parece que o primeiro gerente foi escolhido para o cargo de acordo com um curriculum que o abonava como experiente em tarefas desse tipo, seja pelo que ele próprio invocava no diálogo anteriormente reproduzido com um dos posseiros, seja pelo que acerca de seu desempenho, em outras empresas da região, dizia um relatório do padre:

> *A Companhia (diz que) não quer expulsar os posseiros, mas contrata como gerente o sr. Domingos Rubião conhecido na região como `especialista' na expulsão de posseiros, já tendo atuado com êxito na Companhia SUIÁ-MISSÚ, a 80 km a oeste de São Félix, expulsando 80 famílias de posseiros, que somente retornaram às suas terras com a intervenção do presidente Castelo Branco, devido a um abaixo-assinado dessas famílias* (Carta do padre Francisco Jentel ao Presidente da República, Gen. Arthur da Costa e Silva, 8 de setembro de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

O fato é que, por ocasião das derrubadas, os posseiros tiveram de, pela primeira vez, se dirigir coletivamente aos trabalhadores da empresa, dentro da mata, com o intuito de

dissuadi-los de realizar as tarefas ordenadas. Os relatórios falam em "choque", mas apesar da tensão evidente, quem resistia aos argumentos dos posseiros não eram os peões e sim os empreiteiros que comandavam as turmas de trabalhadores e, mais que os empreiteiros, os gerentes, estes sim mais comprometidos com os objetivos da empresa. Não quer dizer que não fosse possível à empresa recrutar entre os peões um ou outro que se dispusesse a se armar e a se juntar a força policial para pressionar os posseiros sob as ordens do gerente.

> *Agora, o interessante era isso: peão que a gente era acostumado a ver pegado na foice, quando era nesses dias estava pegado no fuzilão, no meio da polícia, todo fortão* (Pedro, posseiro).
> *A primeira turma já entrou em choque com os posseiros que se reuniram e procuraram dissuadi-los de prestar mão forte à Companhia* (Relatório do padre Francisco Jentel, junho de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

A situação ia num crescendo de tensão e, apesar de seu curriculum, o primeiro gerente não conseguiu contornar a disputa em proveito da empresa, sendo, pois, substituído. Por várias vezes, neste período, Santa Terezinha esteve a ponto de assistir a um confronto armado entre os posseiros, a polícia e a força armada da empresa. Foi neste contexto que as autoridades municipais, às quais recorriam ora os representantes dos posseiros, ora os da empresa, sentindo se pressionadas e incapazes de solucionar o conflito, tiveram que intervir para neutralizar, momentaneamente, as ações de uns e outros para evitar o confronto que parecia iminente. No dia primeiro de julho de 1967, foi publicado um edital suspendendo as derrubadas:

> *... ficam suspensas as derrubadas de matas na zona vizinha ao povoado, não só por parte da CODEARA, como também pelos posseiros, até segunda ordem emanada de autoridade superior; ... o Destacamento Policial local, auxiliado pelos policiais da Sede, fica autorizado a cumprir as determinações deste mandato, evitando assim possíveis atritos entre posseiros e a CODEARA... em face das reações de grande número de posseiros sediados nas vizinhanças do povoado de Santa Terezinha... , a ponto de pegarem em armas na defesa de seus legítimos direitos de posse. . .* (Edital da Prefeitura de Luciara, 1 de junho de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Na verdade, as autoridades municipais oscilaram durante todo o desenrolar do conflito entre a força eleitoral do povoado de Santa Terezinha, o mais populoso do município, o poder de convencimento do padre como representante dos posseiros e o poderio econômico e as alianças políticas da empresa a nível extra-regional. No caso da área rural, os motivos dessa oscilação não são tão claros porque a questão escapava à competência do poder municipal, já que estava afeta a órgãos nacionais como o INCRA. A fragilidade do poder municipal ficou mais clara no caso da disputa em torno da área urbana como posteriormente se verá.

Mas a avaliação constante do edital sobre a disposição dos posseiros de, nesta fase do conflito, enfrentar pelas armas os representantes da empresa é reforçada pelos depoimentos

dos próprios posseiros que às vezes reivindicavam o mérito de ter contido os companheiros mais aguerridos; e outras vezes atribuíam ao padre a iniciativa de desviá-los, coletivamente, do intento de um confronto:

> *Ele era um bom companheiro, ele era agitado ... Quando ele ficava sem paciência, por ele nós resolvíamos logo, nós matávamos, nós morríamos... Então, eu sempre tinha atenção a ele, e falava para ele: `Não é assim, a gente tem que ter calma; não pode ser violento assim não. Nós temos que ser violentos no último caso. Nós não estamos guerreando, nós não estamos fazendo briga para ser bonito, nós estamos fazendo uma defesa nossa e de muitas pessoas que vão nos agradecer* (Eloy, posseiro).
> *Se não fosse o padre, naquela época, nós já tínhamos resolvido isso. Não precisava muita gente não, só uns oito dava para nós resolvermos* (Cícero, posseiro).

O próprio padre, por sua vez, reivindicava esta atitude de inibir o uso da força por parte dos posseiros:

> *Todos os meus esforços têm sido para preservar meus paroquianos afastados da violência. Como cristãos, eles devem guardar seu coração aberto para a caridade universal. É preciso tanto paciência quanto firmeza* (Carta do padre Francisco Jentel, 18 de maio de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).
> *... somente minhas tentativas junto aos órgãos governamentais no sentido de obter uma solução tem evitado que recorram à violência"* (Relatório do padre Francisco Jentel, sem data; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Ao mesmo tempo que comunicava sua disposição de conter a reação violenta dos posseiros, Jentel sabia que nessa violência contida e na sua ascendência sobre os posseiros residia seu trunfo nas negociações com o Estado, em defesa das reivindicações que assumia como porta-voz dos mesmos e como mediador entre eles, o governo e a empresa:

> *Os posseiros esperam com muita ansiedade a intervenção do governo. Receiam que seu silêncio seja interpretado como uma autorização aos posseiros desesperados para que resolvam o caso por conta própria. Será o início das violências. As conseqüências disso ninguém poderá prever"* (Relatório do padre Francisco Jentel, junho de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Toda esta impressão de conflito iminente, comunicado às autoridades, ora pela empresa, ora pelo representante dos posseiros, fez com que encarregados dos órgãos de segurança das Forças Armadas, e logo em seguida, um delegado da Delegacia Regional de Segurança Pública do Estado se deslocassem para Santa Terezinha: os primeiros para interrogar o padre e o segundo para realizar uma sindicância no povoado com investigações de ambos os lados:

> *De repente, a tranqüilidade do céu da Aldeia Tapirapé foi quebrada pela passagem em vôo razante de dois caças bombardeiros. Era o dia 13 de julho de 1967. Metralhadora em punho, um sargento foi encarregado de tomar conta dos aviões estacionados. Os índios aterrorizados fugiram. E começou imediatamente um interrogatório em regra, dirigido por um oficial das*

> *Forças Armadas, enviado pela Polícia Política e pela Segurança Nacional. Eu havia sido denunciado ao Ministério do Interior, ao Ministério da justiça e a todos os serviços oficiais do governo de Cuiabá, Brasília, Rio e São Paulo* (Carta do padre Francisco Jentel a seus parentes e amigos na França, 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

A sindicância do Delegado Regional em Santa Terezinha durou dez dias e dela resultou uma portaria cujo texto deixa clara a dificuldade de resolver a questão a nível normativo e policial, porque, evidentemente, a solução só poderia ser dada a nível político, com a interferência das instâncias superiores do aparelho do Estado. De fato, a referida portaria, elaborada a partir de audiências com os diversos agentes de ambos os lados da disputa, resultou ser um obsessivo ensaio normativo de regras fundadas nos códigos legais tentando regulamentar as atividades dos representantes e empregados da empresa, por um lado, e dos posseiros e seus aliados por outro. O grau de detalhamento das regras prescritas para as atividades é em si mesmo um atestado da inoperância prática dessa portaria. Veja-se, por exemplo, a regulamentação imposta no que concerne às queimadas, um apenas dos onze itens da portaria, a que se seguem mais de uma dezena de considerações legais, e que tem o objetivo de impedir que com as queimadas o fogo colocado por uns se alastrasse sobre as áreas reivindicadas e as benfeitorias do outro:

> *... os posseiros deverão fazer, com o auxílio do maior número possível de trabalhadores da Companhia, aceiros entre o perímetro de suas roças e as zonas desmatadas, devendo as áreas contidas nesse raio, serem queimadas em primeiro plano (em datas anteriores à queimada das matas), cujo fogo deverá ser ateado ao anoitecer partindo de duas frentes, iniciando uma do lado das plantações e, a outra, do lado das matas derrubadas, para encontrarem-se no centro do citado raio; (...) Referidas queimadas somente poderão realizar-se com a presença e fiscalização dos militares que integram o Sub-Destacamento Policial de Santa Terezinha, ou outros legalmente designados, em número de dois para cada trecho que for queimado, os quais deverão postar-se em lados opostos, um junto à linha de fogo iniciada pelos posseiros, e o outro, junto à linha da Empresa. Cada um desses policiais ficará na obrigação de fiscalizar o desenrolar desse trabalho e, com a maior atenção e cuidado, a vigilância sobre os elementos que lhe forem indicados como responsáveis pelo desenvolvimento dessas operações, prevenindo assim qualquer ato de sabotagem que poderá lesar o interesse de qualquer das partes ou gerar atritos, desentendimentos ou contendas* (Portaria assinada pelo Delegado Regional de Polícia, Luciara, 3 de agosto de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Se esse item era tão complicado, ambíguo e inoperante com relação a seus resultados, outros eram sem dúvida desfavoráveis aos posseiros:

> *A Companhia não poderá derrubar ou roçar qualquer local que esteja sendo trabalhado pelos posseiros, enquanto que esses, por sua vez, não poderão ultrapassar um milímetro sequer das zonas realmente beneficiadas, ou preparadas para o plantio, ou com sinais evidentes de uso contínuo e permanente* (grifos meus).

Ora, é característico da forma de cultivo dos pequenos produtores o uso de terra nova

para a roça de cada ano, sendo a área já utilizada reaproveitada somente quando de novo a mata cresce. Neste sentido, pela portaria, os posseiros não poderiam derrubar uma parcela de mata para fazer a roça nova que afinal é de onde eles tiram o substancialmente necessário para a manutenção da família no ano seguinte. De fato, como se verá, os posseiros foram impedidos de botar roças neste ano de 1967.

Outro item também prejudicial aos posseiros referia-se ao porte de armas, pois a portaria proibia:

> *... indistintamente, o trânsito ou uso de armas brancas ou de fogo, em todo o território onde se localiza o povoado de Santa Terezinha.*

O problema é que, em primeiro lugar, o que é chamado "arma branca" são facões, instrumentos de trabalho dos posseiros e, a pretexto de serem armas, tanto os facões quanto as espingardas de caça poderiam ser recolhidos. Claro que, nos momentos de confronto, instrumentos de trabalho e caça viraram armas de defesa e de ataque. Retirá-los era uma forma de expropriação dos posseiros face à exigüidade de seus recursos. Por outro lado, e uma vez que a polícia esteve sempre sob o domínio da empresa, desarmavam-se os posseiros mas a companhia continuava a dispor de homens armados. O desarmamento da população, com a expropriação de seus instrumentos de caça e trabalho foi uma das formas pelas quais a repressão atuou nos conflitos ocorridos, posteriormente, em todos os povoados da área, em momentos críticos da luta. Em Santa Terezinha, entretanto, não se deu ainda nesta ocasião e só foi ocorrer em 1972, depois do episódio conhecido como "a briga do ambulatório".

Assim passou, para os posseiros, o tempo das derrubadas, e chegou setembro. Sem terem podido fazer a roça nova no ano de 67, haviam plantado alguma coisa nas capoeiras, ou logrado abrir pequenas brechas na mata, longe da vigilância dos fiscais da empresa. Os que moravam mais afastados, cediam um pedaço de terra preparada a companheiros mais visados. Foi nesse tempo que começou a disputa em torno da propriedade de Joaquim da Mata, que durou até janeiro de 1968.

4. A propriedade de Joaquim e a luta pela preservação da mata

Os pequenos produtores de Santa Terezinha que moravam no sertão costumavam se referir à sua condição como distinta da condição daqueles moradores que, embora tivessem suas roças no sertão, moravam em casas na vila. Mata e rua formavam o par dicotômico utilizado neste contexto e seus termos adquiriam, então, conteúdos especiais: a mata sendo o lugar do trabalho duro, da falta de recursos que amenizassem a existência, da proximidade com a natureza, com os animais, e no passado, da convivência com a ameaça representada pela possibilidade de ataque dos índios e das doenças características que se opunham à

percepção das condições de vida na rua.[9] Veremos mais adiante que tal concepção acerca dos dois espaços coincidem de certo modo com a percepção dos posseiros da mata a respeito da participação diferenciada dos moradores do sertão e da vila, no conflito.

Como já foi dito, o nome de Joaquim da Mata servia para designar um dos núcleos de posseiros que cumpriram um papel importante durante o conflito. O nome "da Mata" era descritivo e atribuído em função da localização da propriedade: ficava bem no começo da mata, logo em seguida à área de cerrado, aguada e coqueiros, na porta do sertão. Ultrapassar a barreira imposta pela morada de Joaquim significava para a empresa dar continuidade à área da qual já se apropriara, efetivamente, com a construção de casas e formação de pastagens. Para os posseiros, seria como minar-lhes a possibilidade de resistência e a garantia de permanecer em Santa Terezinha, pois se lhes fosse retirada aquela área de mata, só lhes restaria deixar-se transladar para outro ponto qualquer, o que era aliás a proposta inicial da empresa. Os posseiros conservariam o direito de uso de suas posses e teriam acesso a uma pequena área para a roça de cada ano até serem transferidos para um "núcleo de colonização":

> *(...) Serão garantidos aos posseiros o uso de suas posses anteriores ao presente convênio, na base de 2,5 ha para cada família.*
> *(...) Terminado o desmatamento e a queimada, a Companhia entregará a cada família de posseiros rurais 1,5 ha por ano, a partir de 1967, até que o governo e a companhia possam localizá-los no Núcleo de Colonização a ser aprovado, organizado e realizado por intermédio do INDA*"[10] (Proposta da CODEARA, 1967, arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Estaria em jogo, na aceitação da proposta, a perda do povoado, de modo que os posseiros, suas lideranças e o padre, seu representante, logo se opuseram à transferência, alegando que perderiam o acesso ao rio, às benfeitorias do povoado, além do que não estavam garantidas nem a localização nem a qualidade das terras para as quais seriam transferidos. Por tudo isto, a investida contra a propriedade de Joaquim teve repercussões que acabaram produzindo a mais forte disposição coletiva de luta dos posseiros na área rural.

A empresa usou de dois pretextos para pressionar a família de Joaquim da Mata. Primeiro, se pôs a retirar madeira na reserva de mata próxima à sua casa, alegando precisar dessa madeira para construção de currais na área vizinha, onde já começara a construir a sede da fazenda:

> *Isso aí, eles fizeram isso aqui, mas só a fim de amedrontar que era para ver se ele saía. Se nós deixávamos o lugar..., que era para eles tomarem conta ali, daquele lugar. Por causa disso aí eles estavam mandando tirar uma madeira, diz que iam fazer um curral, ali bem na sede. Eles estavam*

[9] O termo rua designava o mesmo espaço físico da vila, mas se referia, fundamentalmente, ao fato de ali se realizarem as atividades pensadas como mais leves - o comércio por exemplo. Neste sentido, se vila se opunha a sertão, rua se opunha à mata, lugar, por excelência, das atividades produtivas realizadas pelos pequenos produtores".
[10] Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola, órgão extinto em 1970.

começando aquele serviço ali na sede, nesse tempo. Agora, o rapaz foi tirar madeira lá encostadinho à casa nossa, bem pertinho assim, na beira daquele capoeirão... , que lá de casa a gente ficava enxergando, assim, as folhas dos paus mexendo lá, quando eles derribavam (Pedro, filho de Joaquim da Mata).
Eles estavam tirando madeira, mas assim, bem pertinho. A gente olhava lá de casa e ficava vendo eles tirarem os paus (Maria, filha de Joaquim da Mata).

Quando os posseiros dizem que era "na beira daquele capoeirão", ou que "a gente olhava lá de casa e ficava vendo eles tirarem os paus", e que era "lá encostadinho à casa", estão afirmando seu domínio sob uma área que não é propriamente uma área já trabalhada, mas uma reserva sobre a qual se julgam com direitos para realização de atividades a serem desenvolvidas e que é próxima à área já beneficiada representada pelo capoeirão, por exemplo. Capoeira é uma área que já foi plantada e que está em pousio e na qual, eventualmente, ainda existe algum produto a ser colhido, geralmente a mandioca que pode ficar na terra de um ano para outro depois de retirados os frutos das plantas de ciclo mais curto. Ora, o capoeirão não tem mais frutos a serem colhidos, necessariamente, mas por outro lado representa um beneficiamento da terra mais antigo porque é uma terra já cultivada em anos anteriores e que já está em pousio há mais tempo, o que implica que poderá, num prazo menor, ser novamente utilizada para plantio de uma roça nova. Dizer que a empresa mandara fazer um serviço próximo ao capoeirão, assim como próximo à "casa nossa", significava dizer que a empresa estava violando o domínio de uma propriedade de acordo com os critérios prescritos por suas próprias regras de domínio e controle sobre a terra e seus recursos. Além do que os posseiros percebiam, tanto quanto a empresa, a importância estratégica da localização da propriedade de Joaquim com relação às demais e ao domínio sobre a área de mata mais próxima à vila. Era setembro, os posseiros desdobravam seu argumento contra a nova investida da empresa no sentido de afirmação dos seus direitos, jogando outros elementos na argumentação.

Nessa época o pai não fez roça porque eles não aceitaram ele fazer derrubada na mata virgem. Ele roçou um capoeirão bem na porta (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

No tendo podido fazer a roça nova na mata virgem, Joaquim tentava aproveitar o capoeirão e, ao mesmo tempo, por já estar indisposto com a empresa, devido às pressões que esta fazia para tirá-lo daquele lugar, deixava a mulher e os filhos cuidando da casa e do plantio feito no capoeirão, indo trabalhar em "pedaços de roça" cedidos por parentes e amigos:

E nessa vez, que ele ficou escondido, teve um cunhado meu que deu um pedaço de roça para ele, outro amigo dele deu outro, então ele ficou lá cuidando da roça, escondido para lá (Rita, mulher de Joaquim da Mata).

Nesta situação, os filhos é que negociavam com os trabalhadores da empresa, sob orientação do pai:

> *... lá no serviço, (...) meu pai falou para nós: - Olha, quando eles vierem, vocês falam para eles que é para tirar madeira assim mais longe, porque essa madeira aqui de perto, eu vou precisar. Porque eu não fiz roça na mata virgem, agora esse ano, (...) e aí preciso da madeira para cerca.* (Pedro, filho de Joaquim da Mata).
> *... e tiravam aquelas madeiras de lei* (Antônio, genro de Joaquim da Mata).

Aparece, nestas formulações, a disputa não só sobre a mata em si como área de plantio, mas também sobre seus recursos. A madeira utilizada para feitura de casas e um sem-número de outros objetos necessários ao pequeno produtor, é retirada, a cada ano, da mata derrubada para a roça nova, e serve também para a feitura de cercas que impedem o gado e outros tipos de criação de entrarem nas roças. A capoeira e mesmo o capoeirão não têm madeira, daí que o posseiro reivindicasse a madeira da mata próxima, não utilizada naquele ano, alegando inclusive a disponibilidade maior de recursos da empresa para transportar madeira de outros pontos da mata mais distantes:

> *... eles vieram e nós fomos e falamos para esses peões que estavam tirando madeira. Aí eles falaram que não, que já tinham tirado um bocado de madeira ali, e tal e tal. Mas eu disse: `- Não, acontece o seguinte, a fazenda tem carreiro, tem trator, tem tudo, pode muito bem pegar uma madeira mais fora. (...) Essa aqui, nós não aceitamos* tirar (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Mas a empresa não estava disposta a abrir mão dessa possibilidade de colocar uma cunha na resistência dos posseiros: ao mesmo tempo em que os impedia de beneficiar a área próxima da casa, investia ela mesma sobre a reserva de mata disputada. Os peões podiam ceder à argumentação e à pressão dos posseiros mas o gerente voltava à carga com a ajuda da polícia local:

> *Bastou isso! Não sei nem de que tamanho foi essa mentira que ele contou lá para o gerente da fazenda e para a polícia aí. (...) a polícia chegou lá e prendeu papai e um irmão meu. E só por causa disso!* (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Foram as primeiras prisões ocorridas durante o conflito de Santa Terezinha e a indignação foi grande:

> *Porque, o motivo da fazenda aqui foi começado assim. Logo eu vou contar o que se passou comigo, assim que eu achei que era impossível. Quando eu tinha dezessete anos de idade, eu me vi pegado pela polícia militar aqui em Santa Terezinha, algemado como um criminoso, e retirado de dentro da minha casa, até sem camisa. Uma coisa injusta, sem motivo nenhum, só mesmo para cumprir a paixão da fazenda* (José da Mata, filho de Joaquim da Mata).
> *O Joaquim tinha saído para ver um fogo no mato e voltou com a polícia: - Olha, mulher, vendo algemado, como um criminoso. - Por que assim? - Não sei! O soldado, com o revólver, deu ordem de prisão para o Zé, e tirou a peixeira que ele tinha na cintura. O Zé reclamou que tinha dezessete anos: -*

É, devia ser seu irmão, o Luiz, mas ele não está, vai você mesmo (Rita, mulher do Joaquim da Mata).

*Prendeu eles quando acabou, chegou ali na sede, encostou lá no barracão dos peões da fazenda, o sargento aí falou: - Agora vocês podem fazer a derribada. É para fazer tudo! Aí o que é certo é que botou ele na cadeia, e esperou que eles fossem fazer aquela derribada. Aí a peãozada entrou na mata. Era uns roçando e era outros derribando, atrás. Que é certo é que fizeram aquele serviço aí, até ali na casa nossa, até alguns serviços nossos, que nós tínhamos ali, eles derribaram ... (*Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Como a empresa estivesse articulada com a polícia local, desenvolvia-se, desde algum tempo, um tipo de intimidação que se fazia através de prisões sob pretextos os mais diversos: porque um bebeu, porque o outro brigou. Os intuitos da empresa eram registrados pelo padre e pelos posseiros, mas não só por eles. Um agente da polícia federal vindo de Santa Terezinha no final de julho, relatou a seus superiores o clima que se criava:

Em contato mantido com o padre, bem como com 136 agricultores estabelecidos na área, constatamos existir um clima de constante intranqüilidade por parte de todos, face à existência de uma Companhia Colonizadora (CODEARA), que se diz proprietária de toda a zona, num total de mais de cem mil hectares, que por sua vez está efetuando algumas derrubadas de matas, sempre junto às terras ocupadas pelos lavradores, impedindo-os de abrirem novas roças, além de que ali a terra é fraca, não dando para cultura alguma, após dois anos de uso, temem os mesmos, não conseguir colher o suficiente para o sustento da família, que de modo geral é numerosa dentre os lavradores. Apelam assim, para que seja encontrada uma solução para este angustiante problema criado com a presença da Cia., que mantém sob seu domínio o Sargento encarregado do Posto e dois soldados fortemente armados, que freqüentemente fazem demonstração pública de força, prendendo sob qualquer pretexto qualquer pessoa que não esteja ligada à Cia. e mesmo funcionários da mesma, quando tentam reagir a ordens absurdas ditadas por esta. (...) Em contato mantido com o Sargento encarregado do Posto tive oportunidade de constatar fidelidade incontestável aos interesses da Cia., revelando ódio mortal ao padre, acusando-o de agitador e comunista sem contudo apontar latos que possam justificar tais acusações, além de dizer que o mesmo impede os entendimentos da Cia. com os agricultores (Do Relatório do Agente Auxiliar de Polícia Federal ao Diretor da Divisão de Operações, 31 de agosto de 1967; cf. Histórico do padre Antônio Canuto, página 11).

O que havia de diferente na prisão de Joaquim da Mata era que, segundo os próprios posseiros, pela primeira vez uma prisão se fazia, explicitamente, em função direta da disputa sobre a terra.

Joaquim e seu filho foram levados presos para Luciara, sede do município, a 150 km de distância. Ao serem liberados foram obrigados a vir a pé até Santa Terezinha, sendo ajudados pelos índios Karajá, que os transportaram de canoa a partir de sua aldeia já próximo à vila. Joaquim já era um homem de idade avançada e isto foi entendido como uma violência praticada pela polícia sob as ordens da empresa. Sua doença e morte ocorridas algum tempo depois foram atribuídas ao fato. Os posseiros guardaram esta imagem de indignação e quando a empresa pôs em prática uma nova forma de pressão sobre a família de Joaquim, havia uma

disposição a mais para juntar-se em torno da defesa de sua propriedade. De fato, na ausência de Joaquim e de seu filho, durante a prisão, os homens da empresa começaram a reclamar contra as criações.

Como já foi dito, os pequenos produtores usavam a cerca em torno das plantações e os animais eram criados soltos. Foi esse o pretexto para a empresa voltar à carga contra a propriedade de Joaquim: como a propriedade confrontava com os pastos da empresa, a criação de pequeno porte não podia ser impedida de invadir os pastos, ultrapassando as cercas da empresa, adequadas somente para a contenção do gado. A solução para a família de Joaquim era cercar seus animais, o que significaria mais investimento do posseiro nas terras das quais a empresa queria apropriar-se, e portanto, maior legitimidade para as reivindicações do antigo morador. Daí que os homens da empresa recusassem esta solução e proibissem a construção da cerca, que entretanto foi construída:

> *Depois que os dois foram levados para Luciara, e enquanto estavam lá, a Companhia veio reclamar que os porcos estavam estragando o pasto, que não podiam ficar. Eu respondi que o que podia fazer era levantar uma cerca e a Companhia disse que não admitia fazer cerca na terra dela. Eu respondi que não estava querendo fazer cerca no alheio mas no que era meu, no terreno que nós estávamos ocupando* (Rita, viúva de Joaquim da Mata).
>
> *Eles disseram que os porcos estavam estragando o pasto, então nós não tínhamos outra coisa a fazer, nós fomos fazer aquele quintal ali, que era para nós fecharmos nossa criação ali dentro. Aí, eles foram, proibiram, que não era para fazer. Deram um prazo: que nós esperássemos até o dia dez de dezembro. A gente esperou, venceu esse tempo que a fazenda disse que ia dar andamento, tirar essa terra para esses moradores todos. E o certo é que venceu esse prazo e eles nunca arrumaram nada disso. Aí, nós fomos, fizemos a cerca* (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

A família de Joaquim não só construiu a cerca, apesar da pressão da empresa, mas a construiu com arame, tornando-a uma benfeitoria mais valiosa que as cercas de madeira o eram. Fizeram-no como uma forma de obter mais garantia de seus direitos sobre a terra nos termos da lei oficial, de acordo com o que lhes fora revelado:

> *Ele, nessa época, ele estava precisando de fazer essa cerca aqui por causa que essa chácara nossa aqui era cercada de madeira. E aí foi preciso a gente fazer um cercado mais garantido, para poder cercar os cavalos da gente aqui, ou o que fosse, um porco... Aí nós resolvemos fazer de arame, porque a cerca de madeira nem todo animal não fica ali dentro dela.*
>
> *(...) E é que, já a fazenda estava querendo tomar mesmo, e a pessoa tendo uma benfeitoria assim de mais valor, ela tem mais segurança no lugar. Por isso que a gente resolveu fazer outro serviço de arame* (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

A reação dos homens da empresa não se fez esperar: com a ajuda da polícia invadiram a propriedade de Joaquim, derrubaram a cerca e inutilizaram o arame:

... eles foram no dia três de dezembro de 1967, eles foram e derrubaram, cortaram o arame todinho. Só não prenderam tudo outra vez nesse dia por causa, deu certo nesse dia, que nós não estávamos em casa. Mas eles foram com a polícia, derrubaram a cerca e voltaram e ficaram perseguindo, sempre entrando lá, e falando que o dia que meu pai chegasse na casa com os filhos dele, que iam prender, (...) que iam bater muito porque era teimoso (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Parece que a prisão de Joaquim e a invasão de sua propriedade, somadas às outras formas de pressão que sobre certos moradores vinham sendo exercidas produziu neste tempo o efeito de amedrontar os posseiros. Entretanto, provocaram também uma reação, traduzida na elaboração de uma consciência coletiva da situação e, mais do que isso, na aproximação de lideranças que iam se forjando:

E o que é certo é que o povo foi se assombrando com aquilo, e correndo e se escondendo para lá. Aí, foram se reunindo. Assim, passou um mês, esse povo com essa luta. Depois eles foram e pensaram: Sabe de uma coisa, nós não temos jeito a fazer. A gente está morando aqui; nós, pelo menos aqui, nunca ninguém soube, ninguém nunca matou, ninguém nunca desonrou ninguém. Eles vivem Jazendo tudo isso. Assim nós não devemos nada a eles, assim nós vamos lá para a casa do Joaquim, vamos esperar. Porque eles falam que o dia que ele chegar na casa, eles vão pegar. Aí foram lá, aí fizeram a cerca (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Uniram-se, então, Joaquim, vítima da invasão e ator da resistência contra o avanço sobre a "mata dos posseiros", e o ator da primeira reação contra a colocação da cerca que fechava o acesso entre a vila e o sertão, vítima, também por isso, da perseguição imposta pela empresa:

Aí o João Cearense, que morava aqui pro sertão, foi lá na rua e estavam fechadas as estradas. Ele cortou o arame. Aí a fazenda soube ... Aí ficou procurando. . ., punha a polícia aí numa caminhonete, saía de inspeção correndo atrás do povo. (...) Eles falavam que iam lá pegar o João Cearense, para prender e bater muito. Aí foi nessa época que o papai tinha saído daqui, que eles queriam pegar ele. Ele estava na casa de uma irmã dele. Aí o João Cearense foi lá e falou com ele: Rapaz, sabe de uma coisa, nós já estamos, eu, escondido, eles querendo te pegar. Agora estão falando que vem me pegar aqui. Nós não matamos ninguém, nós não roubamos ninguém, porque é que nós temos essa razão de estar escondidos? Então nós vamos lá para casa, que nós vamos trabalhar juntos. Se eles aparecerem lá, nós vamos conversar com eles (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Como já foi dito, a propriedade de João Cearense ficava fora das terras pleiteadas pela CODEARA. Convidando Joaquim para trabalhar em sua casa, dava-lhe acesso à roça nova, que Joaquim não pudera plantar aquele ano - partilhar o trabalho era uma forma de resistência. Mas, parece que a intenção de Cearense era dar uma resposta à empresa e organizar o enfrentamento. Acabado o serviço em sua roça, combinou de reconstruírem a cerca de Joaquim juntaram um grande número de homens para a reconstrução da cerca, esperando a reação da empresa. Talvez valha a pena mencionar a associação inevitável entre

essa forma de organizar a resistência e a forma costumeira dos pequenos produtores de organizarem a cooperação no trabalho: um vai à roça do outro ajudar para obter em troca algo de que necessite, ou trocam-se dias de serviço um ajudando o outro a fazer aquilo que um não dá conta de fazer sozinho; de resto a capacidade de convocação para o trabalho em mutirão - Joaquim pela sua ascendência dentro de uma família extensa com muitos homens adultos, João Cearense mais jovem, mas com seu prestígio se afirmando aos poucos com base na sua disposição de luta:

> *Aí eles foram para lá (na casa de João Cearense), trabalharam uma semana na roça dele lá e não apareceu ninguém. Aí ele disse (João Cearense): `- Sabe de uma coisa, eles não vem aqui não; é porque está muito longe. Eles falaram que vão te pegar se você for para a sua casa, então nós vamos para lá,fazer a cerca toda; já terminamos o serviço meu'. Aí vieram: juntaram lá tudo (muitos homens) ... fizeram a cerca e ficaram de prontidão. Lá cada quem tinha, aquele que tinha uma facãozinho, assegurou; e outro cortava o cassetinho e ficou lá mesmo, porque não tinha para onde ir* (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

De acordo com algumas informações chegaram a estar presentes na casa de Joaquim cerca de sessenta homens. A polícia local e os homens da empresa não se dispuseram ao enfrentamento, mas criouse um clima de guerra com mensagens e ameaças novamente cruzando o povoado nos dois sentidos: os posseiros iam atacar a vila, a polícia ia invadir a propriedade e pegar todo mundo. Esta noção de que os posseiros um dia sairiam do sertão, seu lócus por excelência, para atacar a vila, centro dos poderes públicos e no caso, muito especialmente do poder de empresa, parece ser mais geral em termos de movimentos camponeses. Entretanto, em Santa Terezinha, não foi ainda desta vez que os posseiros se dispuseram a deixar o sertão. Assim, esperaram que os representantes do poder chegassem a eles:

> *Aí (os posseiros) foram para lá, fizeram a cerca. Aí, a polícia ficou indo lá... repararam, viram o serviço feito, mas diz que falaram aí para o gerente, e de lá o gerente passava rádio para Cuiabá toda hora, pedindo força, contando as maiores mentiras, contando que os posseiros estavam querendo atacar a vila de Santa Terezinha, fazendo tudo isso, o maior incêndio. Mandaram apanhar polícia em Luciara e São Félix, muitas vezes, umas de Barra do Garças. E o certo é que fizeram uma... de três polícias, e todos armados, metralhadora, tudo isso. Agora eles estavam indo lá, diz que para pegar esses homens, todo mundo, diz que iam prender e bater muito* (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Os apelos da empresa surtiram efeito e chegou a Santa Terezinha um destacamento da Polícia Federal, chefiado por um coronel ligado também ao INCRA. No princípio foi difícil para o coronel estabelecer contato com os posseiros porque, exatamente, estavam ausentes do povoado as duas pessoas reconhecidas pelos posseiros como seus representantes e julgados capazes de se entender em nome deles com autoridades. Uma dessas pessoas era o padre,

como já tem sido visto; outra era um ex-funcionário da primeira empresa que viera para Santa Terezinha. Tendo essa empresa se retirado, o ex-funcionário se estabeleceu no povoado e acabou tornando-se uma espécie de braço direito do padre. Falarei desse personagem oportunamente. Aqui interessa dizer que nenhum dos representantes dos posseiros estava presente em Santa Terezinha, dificultando logo de início a tarefa do coronel e aumentando a apreensão por parte dos posseiros:

> *... veio um coronel do Exército aqui. Chegou aqui, nessa época, não tinha uma pessoa que pudesse entender com autoridade e que pudesse arrumar algum negócio, porque os padres não estavam aqui. Ele estava lá pra Brasília. Aconteceu esta época de apertar (Pedro, filho de Joaquim da Mata).*

O coronel teve que dirigir-se a Joaquim, dono da propriedade onde estavam reunidos os posseiros, através de uma mensagem escrita, cujos termos bem denotam a gravidade da situação e a cautela do representante do poder público:

> *Sr. Joaquim*
> *Necessito urgente manter conversação a respeito das questões de terras entre posseiros e CODEARA.*
> *Sou funcionário do INCRA e Delegado Federal encarregado de tratar do assunto.*
> *Caso afirmativo e para evitar encontro com a polícia, encontro esse que poderá acarretar mortes de ambas as partes, e como trata-se de pais de família, firmamos os seguintes sinais: levantar os dois braços para cima, caso queira conversar. E em caso contrário, levantar os braços abertos, e neste caso não responsabilizarei por vocês.*
> *Irei só à sua casa* (Arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

No verso do bilhete, escrito à mão pelo próprio delegado, havia a seguinte anotação:

> *Foi lançada uma fronha com uma mensagem igual; queira com urgência avisar para tratarmos logo de resolver a questão com humanidade* (Arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Quando ocorreu esta troca de mensagens, já era janeiro de 1968, e a conversação tentada pelo delegado só pôde ser concretizada com a chegada de Jentel:

> *Quando o coronel chegou, logo imediato o padre Francisco chegou aqui. Aí então ele foi lá (...) Quando o padre Francisco chegou esta confusão já estava... aí ele foi conversar com o padre Francisco, para levar ele onde estavam esses homens. Diz que tinha vindo saber que caso foi que aconteceu, porque disse que estavam recebendo mensagem toda hora de Cuiabá, as fazenda mandando pedir polícia, contando que os posseiros estavam atacando aqui a rua de Santa Terezinha. Aí o padre Francisco falou para ele: - Oh, pelo menos, eu cheguei ontem também, quer dizer que esse caso eu não estou nem certo porque que foi esse negócio. Aí ele garantiu, disse que não tinha vindo para fazer mal a ninguém, e disse que não tinha vindo prender ninguém, nem matar e nem nada disso* (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

Através da mediação do padre, os posseiros se dispuseram a ir até a vila falar com o representante do Estado e depois, trazê-lo até a propriedade de Joaquim para que ele arbitrasse

o caso:

> *Nessa época é que veio o coronel e o padre conversou com ele e veio dizer para o pessoal ir lá, na rua, conversar. O pessoal estava com medo, mas o padre garantiu que não acontecia nada. Foram lá e, na reunião com o coronel, o Cearense contou tudinho para ele* (Antônio, genro do Joaquim da Mata).

A arbitragem do coronel foi favorável aos posseiros, determinando, em grande parte, o rumo dos acontecimentos nos meses que se seguiram naquele ano de 68:

> *Aí com ele chegar aqui, ele achou muitas pessoas que informaram o caso certo. Aí (os posseiros) foram lá, chegaram lá ele procurou (perguntou) o caso todo como foi que começou, e meu pai foi, contou para ele o caso todinho, levou ele (...) lá na roça, mostrou o roçado que tinha feito lá, que não queimou, mostrou a cerca que eles tinham vindo e derribado, passaram o trator, derribaram e cortaram o arame, mostrou tudo isso. Aí procurou (perguntou) ele, o que ele achava de uma coisa daquela. Ele disse: - Não, foi errado. Eles não podiam fazer uma coisa dessa, porque se fosse caso que você tivesse cercando terra devoluta, estava certo, eles podiam proibir porque você ainda não sabe onde é que vai ficar a sua posse certa. Mas você cercando só o serviço seu, eles não podiam fazer uma coisa dessa! Aí, ele deu ordem, disse que ele podia continuar com o serviço dele, fechar o quintal dele novamente, ninguém ia aborrecer ele mais. Aí ele tomou a sério de novo o serviço. Foi feita a cerca, aí ficou bom. Passou um ano até bem; a gente já pode fazer uma roça boa nesse ano, mas (...) de tempo em tempo eles formavam uma coisa* (Pedro, filho de Joaquim da Mata).

A forma como foi solucionado o confronto da empresa com os posseiros em torno da propriedade de Joaquim da Mata, o coronel autorizando-o a manter suas benfeitorias, foi o prenúncio de um ano mais tranqüilo, com os posseiros podendo fazer suas roças anuais. Entretanto, talvez pelo menos dois outros fatos devessem ser considerados como interferindo no sentido desta modificação que beneficiou, momentaneamente, os posseiros. O primeiro foi que, no final de 67, o então Presidente Costa e Silva havia assinado um parecer favorável à desapropriação da área, encaminhando, neste sentido, ao Ministério da Agricultura e este ao INCRA para "tomar providências". Esta resolução, que poderia ter-se tornado letra morta, como tantos decretos de desapropriação havidos em outras circunstâncias e outras áreas, foi explorada insistentemente pelo padre Jentel. Por exemplo, logo no início de 68 chegou a Santa Terezinha uma comissão do IBRA[11], que, para dar cumprimento ao despacho presidencial, fez o cadastramento de 109 posseiros, mas em vez de encaminhar no sentido da desapropriação, encaminhou de acordo com o projeto da empresa, de constituição de um núcleo de colonização, para onde os posseiros seriam transferidos. Respaldado pelo decreto presidencial, o padre recusou a solução em nome e como representante dos posseiros. Em seguida, veio uma nova comissão para fazer demarcação da área a ser destinada aos posseiros - fez-se uma reunião de consulta aos moradores e todos recusaram a remoção, em presença

das autoridades, ficando acertado que haveria transferências de posseiros somente no sentido de concentrarem-se os que estavam dispersos nas áreas não ocupadas em torno dos núcleos já existentes.

As derrubadas, então, puderam ser feitas em 68 e voltarei a falar sobre isto mais adiante para examinar a forma pela qual os posseiros trabalharam nestas derrubadas visando garantir a ocupação das áreas de mata por eles privilegiadas.

Além do decreto presidencial de desapropriação tenho, no entanto, a impressão de que outra circunstância, ao nível do aparelho do Estado, favoreceu os posseiros naquele ano de 1968, pelo menos no que dizia respeito à área rural. De fato, no final de 67, houve substituição do Secretário de Segurança de Mato Grosso: o anterior havia se distinguido em confrontos havidos antes pela parcialidade com que encaminhava as soluções em benefício da empresa. Conta o histórico do padre Antônio Canuto que:

> *... duas comissões vêm a Santa Terezinha examinar de perto o novo foco. Um tenente da Polícia Militar do Estado..., enviado pelo Secretário de Segurança..., e elementos do Serviço de Informação da Aeronáutica de Brasília. Ambos os inquéritos apuram a inexistência de quaisquer ligações com atividades comunistas* (Histórico do padre Antônio Canuto, página 6).

O relatório enviado ao então Secretário de Segurança "descreve as agressões da Companhia", mas o referido secretário "faz desaparecer o relatório e ainda tenta apoderar-se de possíveis cópias que pudessem existir" (idem). Ora, a atitude do novo secretário que interferiu no caso da resistência organizada pelos posseiros para defenderem a propriedade de Joaquim da Mata, como se viu anteriormente, foi completamente diferente. Aqui se pode acrescentar o que consta ainda do histórico construído pelo padre Antônio Canuto:

> *... logo depois é o próprio secretário de Segurança Pública, que vem com um destacamento policial reforçado. Os rumores e boatos que a Companhia espalha é de que a mata será invadida, os posseiros presos. Outras vezes promete-se um ataque aberto, com bombas. Fiscais da Companhia andavam por todos os lados, em rígido controle dos movimentos do povo de Santa Terezinha. (...) O sr. Secretário, porém, viu uma situação diferente* (Histórico do padre Antônio Canuto, página 6).

Em vez de fortalecer a cumplicidade da força policial com os interesses da empresa, o novo secretário ilegitimou esta atitude substituindo o destacamento policial da área e desautorizando a força de repressão organizada pela própria empresa, que armava "fiscais" a pretexto de garantir seus direitos. A própria empresa, no entanto, vendo frustradas suas esperanças na atuação do segundo gerente[12] o demitiu. A destituição de seus inimigos imediatos, sem dúvida, representava um elemento importante no fortalecimento do animo de resistência dos posseiros, mas o clima de expectativa era grande e foi nesta situação, com

[11] Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, órgão extinto em 1970, com a criação do INCRA.

denúncias de guerrilha pairando no ar[13], que correu o boato de prisão do padre Francisco Dentel, mobilizando inclusive os bispos a ele mais estreitamente ligados:

> *... Tido como preso, em lugar incerto, pelos seus superiores hierárquicos, conforme o telegrama de protesto enviado ao Ministro da justiça pelos bispos goianos D. Fernando Gomes dos Santos e D. Tomás Balduíno, o padre Francisco Jentel apareceu ontem em Goiânia para esclarecer...* (Jornal última Hora, Goiânia, 9 de fevereiro de 1968; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Esclarecendo a imprensa, o padre dava, logo em seguida, sua versão acerca da origem dos boatos, que mobilizaram seus próprios superiores:

> *Sabendo da chegada do chefe de Segurança Pública de Mato Grosso, em Santa Terezinha, o padre foi apresentar seus cumprimentos ao coronel José Menezes..., sentiu o coronel muito preocupado e acabou sabendo que, baseado em informações da CODEARA ao Ministério da Guerra, o coronel estava procurando depósitos de armas vindas da Tcheco Eslováquia. O coronel teve oportunidade imediata de constatar que não se tratava de guerrilhas... Ele se encontrou inclusive com um `líder da revolta', um roceiro que tinha tido sua cerca derrubada pela Companhia, .. ., que vivia escondido na mata, com medo de ser preso outra vez pela polícia. Frisou ainda o padre que o homem, sentando na frente do coronel, explicou todo o seu caso e perguntou ao coronel se achava isto justo. O coronel respondeu que não..., que o roceiro tinha direito e dever de plantar e cercar as plantas.*
>
> *... o coronel muito bom, mas um pouco excitado, começou a falar tão alto que todos os vizinhos pensaram que `desta vez o padre está preso'. As senhoras começaram a chorar e foram rezar no cemitério vizinho. O boato correu toda a cidade e o Araguaia todo. As pessoas que moravam em Santa Terezinha,amedrontadas, chegaram a pedir socorros em outras cidades, de onde as notícias partiram para o sul do país, preocupando grande número de bispos* (Jornal O Popular, Goiânia, 9 de fevereiro de 1968; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

O quadro reproduzido pelo jornal, com as tintas carregando sobre o exótico, na versão do padre Francisco Jentel, afirma por um lado a relação de estranheza dos posseiros face às autoridades e, por outro, a força da liderança um tanto sacralizada representada pelo padre. O padre nutre mais uma vez a sua força de mediador na autoridade que tem sobre os posseiros. Autoridade conferida pelo fato de ser padre e principalmente, no âmbito da luta que se travava, pelo seu conhecimento de causa no que se referia ao significado de cada recurso, de cada pedaço de chão que importava à sobrevivência do grupo. Ao longo da luta, na sua andança pelos órgãos públicos, conversas com autoridades e funcionários de todos os

---

[12] O primeiro gerente havia sido demitido por ocasião das derrubadas no ano anterior

[13] A relativa proximidade espacial e a coincidência, no tempo, entre o movimento de Santa Terezinha e a presença de forças guerrilheiras no sul do Pará foram influindo cada vez mais na percepção e nas atitudes das forças de repressão com respeito ao caso de Santa Terezinha embora tratando-se de movimentos com características inteiramente diversas. As denúncias de guerrilha partidas da empresa foram tendo eco cada vez maior, mesmo porque o Araguaia era a principal via de comunicação utilizada pelos membros das organizações guerrilheiras encarregados de estabelecer o contato para fora da Região (ver Portela, 1979). A associação entre os dois movimentos tornou-se mais crítica a partir de 1971.

escalões, não só do Estado, mas também da empresa, ele ia adquirindo um saber acerca dos direitos garantidos pela legislação. Baseado nestas referências, ficava difícil argumentar com ele e convencê-lo a satisfazer-se com qualquer concessão. Até o fim ele iria pleitear, nos menores detalhes, o respeito a tudo que os posseiros pleiteavam, recusando-se a abrir mão do que quer que fosse importante para os seus representantes, em nome de facilitar uma solução do caso. Daí, a irritação a se abater sobre os negociadores que com eles se defrontavam, buscando soluções rápidas, ou favoráveis à empresa.

5. A "roça comunitária" e a proteção da aguada

Apesar do clima de apreensão, o saldo de 67 fora favorável aos posseiros, com respeito à solução dada ao caso depois do episódio em torno da propriedade de Joaquim da Mata. O ano de 68 se anunciava como mais tranqüilo. De acordo com um trato verbal feito com o novo gerente da empresa, diante de uma comissão do IBRA que viera a Santa Terezinha logo no início do ano, os posseiros se puseram a fazer suas derrubadas numa área de mata em torno da qual muitos deles já se concentravam e para onde poderiam ser mais tarde transferidos alguns outros posseiros dispersos. Tratava-se de uma área de mata, próxima do varjão - aguada principal onde pastava o gado no verão, período em que os campos ficavam secos e a vegetação neles rareava. Como já foi dito, o gado e os animais de tropa eram criados soltos, nas áreas consideradas comuns. A ação dos posseiros nesta área de mata próxima ao varjão ficou registrada nos relatórios e na memória dos membros da equipe missionária como "roça comunitária", devido à forma de trabalho coletivo que foi usada nas derrubadas e no plantio que então se fizeram e devido também ao fato de terem sido empregadas, no beneficiamento desta área, recursos obtidos pelo padre Francisco Dentel para nela realizar um projeto coletivo:

> *... nova equipe do IBRA vem a Santa Terezinha, consulta os moradores sobre se aceitam serem removidos para o futuro Núcleo Jatobá. Ninguém concorda. Escolhe-se então uma área onde de localizam grande números de posseiros e para onde os demais deviram-se deslocar. (...) Um grupo grande mais ou menos 5 alqueires (24ha)* (Histórico do padre Antônio Canuto, página 18; grifo meu).
>
> *O padre foi lá com um trator que ele trouxe do exterior ... Chegou a plantar, mas não deu bem porque deu muito mato. Hoje, de um lado são os currais da CODEARA, e do outro, da Tapiraguaia* (José Carlos, posseiro).

Por parte dos posseiros, a área viria mais tarde a ser referida como "roça da confusão", não em virtude do projeto missionário mas em função das idas e vindas judiciais que dariam ora à empresa, ora aos posseiros a prerrogativa de direitos sobre ela:

> *... deve ser a que o povo chamou de roça da confusão. Era o lugar que ele (o padre) queria mais. Ali era água corrente e agora a CODEARA represou.*

> *Era por causa da aguada, porque o pessoal que fizesse roça ali tinha lugar onde botar o gado, e tinha água corrente para todo mundo* (José Carlos, posseiro).

Os posseiros tratavam, na verdade, de reunir muitos homens no trabalho de garantir uma área, a maior possível, de modo a poder apropriar-se da aguada e localizar-se de forma a barrar o avanço da empresa sobre suas propriedades:

> *Mas, então, eles empurraram a derrubada daqui para lá, para ir emprensando nós para lá. Aí concordamos. Aí diz* (o padre)*: Atravesse uma roça na frente, ajunta, faça união e junte, e atravesse uma roça na frente da derrubada que eles vão empurrando, senão eles jogam tudo dentro das propriedades de vocês e derrubam até trepar nas propriedades, e lá, a fome acaba com tudo.*
> *- E aí vocês atravessaram uma roça...*
> *- .... Na frente, para eles toparem na nossa, para não invadir a nossa propriedade. (...) Aí fomos concordar. O padre Francisco fez uma reunião, aí deu esse plano. Aí nós juntamos 16 homens, mas tudo posseiro de lá do mato: Vamos atravessar uma roça aqui na frente. Eles iam derrubando tudo para lá e nós fazíamos uma picada e íamos enfiar o rosto na frente... para eles chegarem e toparem na nossa derrubada (...)* (Eloy, posseiro).

Reuniram-se os posseiros cujas propriedades já estavam situadas naquelas imediações e trataram de abrir serviço, o mais que pudessem, garantindo espaço para o desenvolvimento de suas atividades. Diferente da "Mata do Joaquim", quando haviam participado não só os nucleados em torno dele, mas também muitos de outros núcleos, aqui a coisa parecia mais tranqüila, além do que os posseiros de outros núcleos estavam, nesse momento, tratando de ampliar suas próprias áreas de beneficiamento, abrindo as roças novas, depois de um ano em que quase todos haviam ficado sem derrubar.

A tática de fazer uso do trabalho coletivo na defesa de uma área desejada parece ter sido posta em prática mais de uma vez, pois falava-se também na "roça grande" que teria sido realizada em 1970. Neste caso, como no anterior, estava presente a intenção do padre de estimular o trabalho coletivo:

Era para o povo ficar mais acumulado, que naquele tempo não tinha muita gente não, dava de ficar tudo junto. Ia para aquele lado do Ribeirão, da Serra de Areia" (José Carlos, posseiro).

> *Não tinha ninguém lá; era da CODEARA, mas o padre queria que tivesse lugar para botar o povo, que a medição vinha mesmo, e lá tinha mata boa. É onde está o Vicente, casado com a irmã da mulher de Antônio Grosso. Era uma mata boa. Foi idéia do padre, para ver se dava certo trabalhar de mutirão* (Lúcio, posseiro, filho de Joaquim da Mata).

Mas, por que "roça da confusão"? É que a empresa, no caso da área referida, se no primeiro momento admitira abrir mão dela, voltara atrás logo em seguida, tentando avançar com seus trabalhadores sobre a área reservada. Os posseiros, por sua vez, resistiram a esta

investida, colocando homens armados de vigias, enquanto outros se dedicavam ao trabalho.[14] Como a nível local, a empresa não conseguisse reaver a área, resolveu fazê-lo por via judicial e, contratando um advogado com experiência em questões desse tipo, entrou com uma ação de reintegração de posse da qual saiu vencedora:

> *em agosto do ano passado, os suplicados, sob orientação do padre François Jacques Jentel, invadiram em conjunto e numa mesma gleba, uma área de 5 alqueires nas imediações da sede, promovendo derrubadas e plantações e cerca de arame farpado, praticando ato de esbulho. Após esta invasão... não mais permitiram o trânsito de empregados da suplicante, sobretudo daqueles que estavam trabalhando na zona oeste da área invadida, em serviço de retirada de toras - armados e sob ameaças, os esbulhadores se mantêm na área invadida surpreendendo os empregados e colonos da Cia...* (Texto do Mandato de Citação expedido contra os "invasores" pelo juiz da Comarca de Barra do Garças, MT, 14-4-69; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Como representante dos posseiros, o padre Francisco Jentel se dirige ao Presidente do IBRA, argumentando ter sido a área ocupada com o conhecimento do órgão competente e consentimento da empresa, comprometendo assim o gerente e os técnicos do IBRA com a decisão posta em prática:

> *essas roças foram desbravadas com pleno conhecimento dos técnicos do IBRA e também com o pleno consentimento verbal e explícito do gerente da Companhia, sr. Salomão que chegou a me dizer que `se fosse posseiro faria o máximo de roça', pois a Companhia, pressionada pelo IBRA, tinha oficialmente desistido de fazer derrubadas nos lugares onde estão reunidos os posseiros, (...), pouco tempo depois os posseiros surpreenderam os trabalhadores da Companhia penetrando entre as roças... e preparando o cerco... Foi nessa oportunidade que o gerente Salomão me declarou que a Cia. não faria mais derrubada naquele local e só tinha feito um alinhamento para a cerca ficar reta. Sendo assim ... (os posseiros) também alinharam suas roças ... para facilitar a construção da cerca, no local que o IBRA já falava em reservar para os posseiros* (Carta de Dentel, 14 de junho de 1969; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Nestas alturas, o Secretário de Segurança do Estado de Mato Grosso, que atuara favoravelmente à empresa em 1967, voltara a ser integrado em suas funções. O Juiz de Barra do Garças, por sua vez, expediu ordem de despejo contra os posseiros da área em questão, a qual ele mesmo, acompanhado da força policial, veio executar em meados de 1969:

> *Os posseiros se atemorizam diante desta nova investida. A empresa, então, dá prosseguimento a seu processo em busca do domínio total sobre a situação: assina um documento de doação da área para assentamento das posses rurais, reservando-se aquela área litigiosa da roça comunitária* (Histórico do padre Antônio Canuto, página 28).

[14] Esta prática tem sido usada em muitos dos movimentos de posseiros na Amazônia. Ver, por exemplo, Vieira, 1981.

Pelo ato de doação, aprovado por comissão do IBRA, a área voltava ao domínio dos posseiros. Subtraída, no entanto, a parte da "roça comunitária" que assegurava o acesso à aguada, continuava pendente a questão da pastagem. Nesta ocasião, 410 cabeças de gado e 150 animais de tropa, pertencentes aos posseiros, haviam sido cadastrados. Vez por outra, se misturavam ao gado da empresa que se aproveitava dessas situações para minar a resistência de seus opositores, ora retendo os animais em seus pastos, ora castrando reprodutores:

> *O plano apresentado pelo IBRA..., não comporta pastagem que mantenha o gado dos posseiros. Esta situação criou novo atrito entre posseiros e Cia., pelo fato de a Cia. CODEARA ter castrado os touros de 5 posseiros, no decorrer do mês em curso. . . . se não for prevista área suficiente para reagrupamento deste gado... novas complicações surgirão...* (Carta do padre Francisco Jentel ao Presidente do IBRA, 19 de julho de 1969; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

O padre continuaria a luta pela pastagem dirigindo-se à empresa e às autoridades como mediador; os posseiros, a nível local, enfrentariam as retaliações da empresa, pressionando os trabalhadores envolvidos, no caso os vaqueiros. Houve caso de vaqueiros se demitirem por conta dessas pressões, mas esta atitude, favorecedora dos posseiros, não chegou a constituir a norma. Às autoridades chamadas a opinar sobre a questão da pastagem nem sempre escapou a racionalidade da reivindicação dos posseiros, mas a balança acabou pendendo para o lado da empresa: primeiro, pelo poder político e econômico que ela representava, função das prioridades da política de ocupação governamental para a região e, segundo, por não haver no corpo da legislação pertinente, no caso, o Estatuto da Terra, nenhum respaldo legal que contemplasse a forma de domínio do grupo sobre áreas de uso comunal.

De modo que, em 1972, depois da "briga do ambulatório", quando se reuniram em Santa Terezinha, o procurador do INCRA e os representantes das partes envolvidas, a questão foi posta nos seguintes termos: o padre, que na ocasião não era mais Dentel, mas seu substituto, denunciava que a disputa não se resolvia porque a empresa subtraíra uma fração da área, que correspondia à aguada; o procurador, apesar de admitir plenamente, e segundo suas próprias palavras, que a atividade pecuária dos posseiros se aniquilaria com a perda da aguada, em virtude inclusive de não terem eles recursos para implementar técnicas que substituíssem as pastagens naturais, acabou compactuando com o argumento do gerente da empresa de que os seus 150 hectares de pasto não poderiam prescindir da aguada. Foi assim consagrado o domínio, sob a forma de propriedade particular, sobre este recurso natural, e privilegiada a atividade econômica em grande escala que a empresa representava. E os posseiros, perdendo a aguada, perderam também muitos deles a possibilidade de criar, principalmente os de menos recursos. Uma das formas pelas quais muito tempo depois expressavam ainda sua posição à CODEARA, era dizer que agora, apesar do muito gado da

empresa, não havia leite nem para as crianças, e uma década depois ainda sustentavam o argumento da ilegitimidade do domínio conferido à empresa sobre a área em questão:

> *Onde a CODEARA via que era bom, tirava para ela ... escolheu foi o melhor. Fez a sede bem aí, onde a gente vê esses currais, na aguada boa. Essa aí, que o padre Francisco brigou foi para ficar com isso aí. Ela saiu cercando, tomando aqui e acolá, tomou o varjão também. As partes melhores ela tomou.. . A aguada era para ter o pasto para o gado ficar dentro da área dos posseiros. Cada um tinha sua área ali e podia ter sua criação que ia beber na aguada. E foi preciso mudar por causa da briga da CODEARA. Era um lugar rico, era uma riqueza esse vale daí* (José Carlos, posseiro).

6. A luta pelo espaço urbano: confronto decisivo

Até agora tratei da luta dos posseiros pela preservação das matas, dos caminhos e da aguada. Tratarei agora da luta pelo espaço urbano do povoado. Veremos que, tendo perdido a possibilidade de garantir o acesso às pastagens naturais na área obtida para localização das propriedades rurais, os posseiros, através de seus representantes, procuraram incluir uma área para criatório na faixa desapropriável para expansão da vila. Antes, porém, tiveram que enfrentar a investida da empresa sobre sua antiga organização do espaço urbano, o que implicava em resistir à destruição dos seus quintais, pomares, casas e chácaras na vila.

Se a luta em torno das matas, das aguadas (espaço rural) e dos caminhos se tornou manifesta em 1967, a luta em torno da área urbana começou em 1968, exatamente no período em que, como vimos, se configurava uma circunstância favorável aos posseiros com relação às suas reivindicações na área rural. O padre Antônio Canuto assim interpreta o início das disputas em torno do espaço urbano:

> *A área rural começava a ter encaminhamento. A Companhia não se dá por vencida e desfecha novo golpe, desta vez na área urbana. Como compradora, proprietária e dominadora do núcleo urbano, existente há mais de 30 anos, e percebendo que o IBRA se limitaria a resolver o problema rural, elabora um projeto de urbanização, como se em Santa Terezinha nada existisse, fosse terra nua. Consegue a cumplicidade do Prefeito a quem oferece 10 lotes e forja um abaixo assinado dos moradores pedindo à Câmara a aprovação para a referida planta. Muitos dos que assinaram nem moradores eram e os moradores analfabetos assinaram ludibriados, pensando estarem assinando algo diferente.*
>
> *Em 18 de novembro de 1968, é assinada a Lei n. 18 que 'Aprova o Registro da Planta da futura cidade de Santa Terezinha...' Na mesma data é assinado o convênio entre a Prefeitura e a CODEARA `para fins de criação e urbanização da futura cidade de Santa Terezinha'. Vários requisitos legais haviam sido deixados de lado na elaboração da Planta, o que a tornava ilegal* (Histórico do padre Antônio Canuto, páginas 18 e 19).

A Comissão do IBRA que viera a Santa Terezinha, em 68, se restringira à tentativa de solucionar a questão das posses rurais, e foi em função deste desencargo, que a questão da

área urbana começou a ser negociada pela CODEARA, diretamente com a Prefeitura Municipal. Aprovada a planta proposta pela empresa, o prefeito assumiu a iniciativa de reunir os moradores da vila para efetuar a solução da questão, prevenindo-os de que "a Prefeitura não aceitaria intermediários. Que os que não comparecessem. . ., a não ser por motivo justo, perderiam seus direitos" (Edital de 24-2-69, Histórico do padre Antônio Canuto, página 20). Quando o Prefeito chegou a Santa Terezinha, no dia 10 de março de 69, os posseiros, assistidos por um advogado contratado pela missão religiosa, se recusaram a aceitar a doação de lotes nos termos propostos pela Lei Municipal. Faziam, através do advogado, uma série de exigências entre as quais que as posses urbanas fossem respeitadas, independente do seu tamanho e que o deslocamento somente se justificasse em caso de prejuízo evidente para o traçado das ruas.

Diante da resistência oferecida pelos líderes e representantes dos posseiros, a empresa começou a pressionar os moradores impedindo-os de fazerem melhorias em suas casas e oferecendo-lhes compensações a título de indenizações para se mudarem para outros lotes. A um dos moradores da área urbana foi enviada a seguinte intimação:

> *Prezado Senhor*
> *Levamos ao conhecimento de V.Sa. que a CODEARA, como legítima proprietária da área de Santa Terezinha,.., não permitirá expansão de posses, especialmente aquelas localizadas dentro das ruas e, como V.Sa. já tem amplo conhecimento, terão prazo até 31 de julho do corrente ano para mudar-se para um lote que lhes será doado em troca da localização que ora ocupam, aliás, no seu caso, já lhe foi destinado o lote n. 1 (hum) da Quadra 30 (trinta) ...*
> *No entanto, chegou ao nosso conhecimento que V.Sa. está iniciando uma ampliação da sua casa e pelo presente, fica avisado que deverá paralizar imediatamente a construção, sob pena de a CODEARA lançar mão de meios que a lei lhe faculta para preservar a integridade de sua propriedade* (Datado de 14 de abril de 1969; Histórico do padre Antônio Canuto, página 21).

Claro que, em muitos casos, a ampliação das benfeitorias constituía, por parte dos posseiros urbanos, assim como da área rural, uma tática de aumentar seus direitos e a força de suas reivindicações frente aos órgãos públicos, contra as pretensões da empresa e o próprio padre Francisco Dentel foi alvo de advertência no sentido de suspender a realização de benfeitorias urbanas:

> *Vimos por meio desta solicitar a V.Sa. retirar a linha elétrica que inadvertidamente foi construída sobre lotes de terreno de propriedade da CODEARA.*
>
> *V.Sa. dispõe de 8 (oito) dias para efetuar a remoção da linha* (Da CODEARA ao padre Francisco Jentel; também datada de 14 de abril de 1969; Histórico do padre Antônio Canuto, página 21).

Se muitos resistiam, acontecia de outros tantos cederem às pressões da empresa, em

virtude de se encontrarem em situações mais vulneráveis, ou de a própria empresa, por alguma razão, exercer sobre eles pressões mais fortes. Havia, por exemplo, uma rua que dava acesso a um dos portos sobre o rio, ponto almejado pela empresa como canal de escoamento e recepção de mercadorias. Sobre os moradores dessa rua as pressões foram de tal modo que a rua foi praticamente eliminada, compensando-se os moradores com pequenas indenizações e lotes em outros pontos. Outra área, também privilegiada pela proximidade de um segundo porto sobre o rio, era ocupada por propriedades antigas, entre as quais se encontravam casas comerciais e famílias de mais recursos.[15] Um dos moradores desse ponto privilegiado era justamente o senhor Edival dos Reis e a ofensiva da empresa não se fez esperar. Em abril de 69...

> *o gerente Salomão e o agrimensor Marino, com vários outros elementos da Companhia, armados, invadem a propriedade do sr. Edival Pereira dos Reis, líder dos posseiros, destroem as cercas existentes colocando outras em lugar por eles determinado, apesar dos protestos do posseiro* (Histórico do padre Antônio Canuto, página 21).

Conta o padre Francisco Jentel que, no momento mesmo em que se dava a invasão, chegou, inesperadamente, a Santa Terezinha uma comissão da Polícia Federal que vinha de Campo Grande por ordem do Ministro da Justiça. Como a comissão, embora perplexa, não tomasse providências, o padre Jentel se deslocou de táxi aéreo até São Félíx, por onde andava o Juiz de Direito de Barra do Garças e o trouxe até Santa Terezinba. Só então, o Delegado de Polícia Federal tomou providências no sentido de sustar o ato de invasão.

A questão da área urbana do povoado continuaria, no entanto, ao sabor das pressões e da política a nível municipal; a prefeitura cedendo, ora às pressões da empresa, ora às reivindicações dos posseiros e de seus representantes. Em 1970, por exemplo, um outro prefeito fez votar e aprovar na Câmara Municipal a desapropriação de uma área correspondente a 2.446,83 ha para sede do povoado, medida que correspondia a um acordo feito entre o Prefeito e o padre tanto que, em algum momento, o padre teria se disposto a arcar com o ônus financeiro da desapropriação, já que a Prefeitura alegava não ter recursos para fazê-lo. Na verdade, uma desapropriação de tal proporção poria fim à demanda dos posseiros garantindolhes a continuidade espacial entre a vila e o sertão e também o acesso à área de aguada e à pastagem apropriada pela empresa.

Por outro lado, ficariam na área desapropriada as construções da sede da empresa que, como se viu, anteriormente, fora edificada na área livre entre a vila e o sertão. A proposta dos representantes dos posseiros era que se respeitassem as áreas construídas que ficariam sob o domínio da empresa, contidas na área desapropriada e posta a cargo da Prefeitura Municipal

[15] Sobre a distribuição espacial da vila de Santa Terezinha, ver Lizanski, 1980; páginas 53 a 57.

através da criação do distrito de Santa Terezinha. Era uma solução legal, mas inaceitável para a empresa e, de qualquer modo, o padre desistiu de prover a prefeitura com os recursos necessários à execução da desapropriação e, a pretexto de não haver verbas, a lei não foi promulgada.

Os ânimos foram se acirrando ao longo dos anos 70 e 71, exercendo a empresa todo tipo de pressão sobre os moradores da vila:

> *Uma rua inteira foi destruída, recebendo os proprietários indenizações irrisórias de até 300 cruzeiros, quando qualquer lote era vendido por Cr$ 1.300,00. Para estas transações servia-se de um intermediário, antigo morador do local, sr. José Bonilha* (Histórico do padre Antônio Canuto, página 29).

A título de exemplo, o padre Antônio Canuto continua relatando um dos casos ocorridos:

> *O sr. Alfredo, casado com Dna. Juvenília, é doente, sendo todos os negócios realizados por sua esposa, que era também a legítima proprietária da posse.*
>
> *Pois bem, o sr. Bonilha, após ter conseguido executar a transferência de quase todos os moradores daquela rua... investe mais seriamente sobre o sr. Alfredo, não querendo defrontar-se diretamente com Dna. Juvenília, porque era mais firme em suas opiniões. No dia 6 de maio de 1971, o sr. Alfredo é abordado pelo sr. Bonilha que consegue convencê-lo a fazer um acordo com a Companhia... O sr. Alfredo então pediu Cr$ 6.000,00 de indenização. A CODEARA ofereceu-lhe Cr$ 600,00 e o sr. Alfredo cedeu em vista de que, segundo o ameaçavam, seria despejado sem qualquer direito. (...) E assim assinou o acordo. E em plena hora do almoço, quando D. Juvenília colocava o almoço para seus filhos, um trator invade a propriedade, derruba as fruteiras, arrasa a horta diante do olhar irado e impotente de d. Juvenília e seus filhos* (Histórico do padre Antônio Canuto, páginas 23 e 30).

Outros casos como estes teriam acontecido. Nem mesmo os acordos feitos teriam sido honrados pela empresa. A resistência na vila parecia mais difícil de ser organizada; por outro lado, as autoridades e órgãos governamentais pareciam ainda mais indecisos e omissos com relação à área urbana, favorecendo uma situação de confronto direto: a empresa mandou construir um prédio, o maior da vila, onde funcionaria seu armazém e o fez em desalinho com o arruado das casas considerando-se o traçado original da vila. Por sua vez, a missão religiosa, dona, desde 1968, dos direitos de posse sobre um lote mais ou menos próximo, resolveu transferir para aquele local o funcionamento dos serviços de escola e ambulatório que até então funcionavam no alto do Morro de Areia, lugar de suas primeiras edificações e já muito distante com relação à maioria da população que se expandira pelas áreas planas. Esta construção da missão não se coadunava com o traçado projetado pela planta da empresa.

Os moradores de Santa Terezinha nunca deixaram de mencionar a arbitrariedade que significava, desde seu ponto de vista, a construção do armazém da empresa, rompendo com a organização do espaço por eles já consagrada: diziam que o prédio estava no meio da rua. De

fato, a rua da Palha, que mudava de direção sob a forma de uma curva suave e abaulada, fazia agora, com a edificação do armazém da empresa, uma estranha esquina aos olhos dos posseiros, afastada do antigo traçado. As casas já construídas de antigos moradores ficaram em diagonal em relação ao novo traçado imposto. Entretanto, nada puderam fazer os antigos moradores e a crítica foi a única forma de resistência que se pôde manifestar. Já por parte da empresa, e com relação à construção feita por ordem da missão, a reação foi diversa. Logo que se colocaram os alicerces e se depositaram no lote os materiais para construção, o gerente, capitaneando um grupo armado de empregados da empresa, deixou a sede da CODEARA e deslocou-se para o local, onde fez executar sua ordem de destruir não só os alicerces mas também todo o material armazenado. Isto se deu a 10 de fevereiro de 1972; o padre Jentel estava ausente de Santa Terezinha. Ao saber do ocorrido, foi encontrar-se com o bispo de São Félix para discutir a atitude a tomar. Nestas alturas, a convicção do padre Jentel de que as coisas se poderiam resolver pelas vias legais e institucionais não tinha mais sustentação. Ao que se juntavam a indignação dos membros da missão à afronta que significava este ataque e uma visão de que, uma vez fragilizada a este ponto, a Igreja não mais poderia sustentar o apelo de resistência dos moradores de Santa Terezinha. De volta ao povoado, portanto, padre Jentel reuniu-se com seus liderandos. "Indignados com esta nova agressão, propuseram que se reconstruísse a obra, que eles não permitiriam fosse mais uma vez demolida". Padre Jentel "aceita o oferecimento do povo", mas de qualquer jeito, e fazendo ainda uma concessão ao seu senso legal, "dirige reclamação ao juiz de Direito, fazendo constar que `dada a urgência da referida obra... será reiniciada de imediato" (Histórico do padre Antônio Canuto, página 32). A reclamação foi assinada pelo padre e dez posseiros, sob a alegação de que a obra atenderia a interesses dos moradores do povoado. A partir daí, em Santa Terezinha, as mensagens começaram a correr nos dois sentidos: que os posseiros iam defender a "construção do padre" e que a CODEARA destruiria a construção tantas vezes quantas ela fosse reiniciada.

Pedreiros foram contratados e novo material adquirido. No final de fevereiro, dezenas de posseiros da mata se deslocaram para o povoado e organizaram a defesa do ambulatório, com suas armas de caça, animados pelos membros da equipe pastoral, assistidos pela Cooperativa e pelas famílias dos moradores próximos no que se refere à alimentação necessária nos longos cinco ou seis dias em que ficaram à espera da invasão anunciada pelos representantes da empresa.

Mas, naqueles dias de espera, preparavam-se as forças de ambos os lados, na expectativa do que pudesse acontecer. Os representantes da empresa mobilizavam, a nível local, seus homens de confiança, ao mesmo tempo em que procuravam atrair reforços

externos, denunciando ao Serviço de Segurança do Estado a existência de um depósito de armas escondido atrás do ambulatório em construção. Os posseiros também se organizavam e percebendo que, simplesmente ocultos atrás dos pés de banana nos fundos da construção, seriam alvos fáceis dos possíveis invasores, cavaram trincheiras para protegê-los:

> *- Nós confiamos que eles não vinham mesmo, ficamos atrás das moitas de banana... Quando foi dia de quinta-feira - que eles iam chegar na sexta, como chegaram - eu fui e falei para a turma: - Minha gente, nós estamos todos mortos em pé, sem saber como ... O homem vem e vai nos acabar. O que é que essa moita de banana aqui vai nos guardar?! (...) Vamos todo mundo fazer um buraco e entrar para dentro. Eles falaram: - Como é que nós fazemos esse buraco? Eu falei: - Faz uma valeta no chão, assim, e coloca a terra para frente. E fica todo mundo dentro. (...) Nós estando aqui dentro da valeta, nós poderemos escapar, porque se ele atira de lá, então nós atiramos de cá também, por dentro da terra, que na terra eles não vêem.*
>
> *- E antes vocês nunca tinham cavado buraco?*
>
> *- Não, só atrás das matas de banana. (...) E aí cada quem no seu local fazia a sua valeta no chão, jogava a terra para frente. Que eu nunca tinha visto; ouvia falar de outros lugares, mas eu não sabia como fazia. Só que nesse dia me veio aquela idéia. Num instante, todo mundo fez e foi a nossa salvaguarda! (...) E aí quando vieram, que baixaram fogo, então... graças a Deus, fomos felizes, porque as balas passavam roçando, em cima* (Eloy, posseiro).

Mas nem todos se postaram atrás das trincheiras, do bananal. Na suposição de os policiais e homens da empresa poderem vir por dois caminhos, um que dava nos fundos do bananal, atrás da construção, outro que pegava a construção pela frente da rua, eles se dispuseram em quatro posições, de modo a não serem surpreendidos:

> *Então, tinha uma descida aqui que eles vinham também. Então nós ficamos de lá, uns aqui dentro da casa, uns no tambor, outros no bananal, e ficaram outros de costas, daqui, guardando as costas dos outros que estavam lá, para os que viessem daqui de cima. Porque nós ficamos com medo de eles atacarem de lá e atacarem daqui* (Eloy, posseiro).

Além de posicionarem os homens preventivamente contra um ataque menos provável pela retaguarda, os posseiros também dispuseram seus homens de acordo com o prestígio militar atribuído a alguns, naquele momento:

> *- Disseram que tinha uns tambores...*
>
> *- Tinha. O João Cearense e o Cícero estavam atrás dos tambores. (...) Estavam assim ... meio de frente, mais descobertos... Mas os outros estavam localizados* (Eloy, posseiro).

Parece ter sido a função desses dois a de aparar o ataque mais provável e incutir confiança nos demais. Entretanto, algumas espingardas eram velhas, armas de caça da rotina de sobrevivência dos posseiros. Entre os líderes havia pelo menos um plenamente confiável e uma função que, de acordo com todas as versões, foi bem desempenhada:

- De quem foi a espingarda que falhou? Teve um que a espingarda falhou; de quem foi? Foi a do João Cearense? - Não, a do João Cearense não falhou não. O dele era um 38. Ele atirou ... foi ele que atirou para dar coragem nos outros (Eloy, posseiro).
Eu só via ele pulando, feito um tição, chegava ficava azul, com as balas riscando o corpo dele (Cícero, posseiro).
- E foi muita bala?
- Foi muita bala, foi muito tiro. - E vocês não ficaram com medo?
- É, nós ficamos com medo, passamos medo, sabe (ri). É que nunca... quando a pessoa vê aquelas instruções e luta, não é..., mas não tinha um homem desses que dissesse: eu já briguei em algum lugar'. Nem um só. E se achar dentro de um tiroteio daqueles, tem medo, não tem?
- É para ter medo, o certo é ter medo ...
- É. E então dentro do medo, tem que vir a coragem, não é?! Porque depois de começar aquela explosão, aí volta a coragem, porque aí é obrigado, porque de lá não tem jeito de correr, então, é enfrentar (Eloy, posseiro).

O enfrentamento no ambulatório, ou a defesa "da construção do padre", foi tão marcante que muitos dizem ter sido a coisa mais importante a ter-lhes acontecido na vida. De resto, com relação aos vários episódios de confronto com a empresa, cada posseiro que os contava, fazia-o sempre na primeira pessoa, colocando-se como o centro de uma pequena cena, ampliada em seu discurso, a partir de sua própria ótica do ocorrido. Esta importância atribuída ao enfrentamento contra a grande empresa encarnada em seus prepostos locais se expressava, mesmo muito tempo depois, nas decepções pessoais que vieram a separar antigos companheiros - cada um acusava o outro de ter esmorecido:

O Fulano, junto, ele tinha aquela balela... Mas a gente não confiava muito nele não, porque na hora aí, também (...) ele foi o único que esmoreceu (A falando de B).
Ali é o Fulano, o Beltrano e o Cicrano - todos três esmorecidos: se aperta eles correm, depois manda uma carta para a família vender os trens e ir embora (B falando de A).

Quantos eram os que se postavam em torno da construção para defendê-la, não se sabe ao certo: os posseiros falavam em 30, em 40, a repressão falava em 70, outros, em 60 - dependendo do que cada um quisesse enfatizar. De qualquer modo, nem todos estavam presentes no momento do confronto e alguns se evadiram ao começar o tiroteio:

- Mas muita gente foi embora, desses 44 não estava todo mundo lá, na hora?
- Desses 44 parece que no fim, ficaram uns 20 e poucos. Tinha dois que vinham chegando, correram; outros que saíam rolando, também corriam. Na hora, foram uns vinte e poucos que agüentaram o chacoalhar (Eloy, posseiro).
Na hora dos tiros, debandada geral. De um lado tinha 30, ficaram 12. Do outro lado (dos invasores) fugiram todos (Cícero, posseiro).
constatamos que os agressores eram em número de 70 homens (Capitão Edno dos Santos Moreno, PM, "Relatório Reservado"; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha, sem data).

Certo é que, apesar do ir e vir das informações que cruzavam o povoado nos dias precedentes ao tiroteio, nem os representantes da empresa, nem a repressão oficial chegou a

avaliar bem a força da resistência escondida atrás da "construção do padre". Os pequenos aviões da empresa sobrevoavam o local, mas não podiam ver quantos homens se escondiam sob as folhagens. Os posseiros também não tinham idéia do que viria contra eles, nem podiam prever a hora do ataque. No dia três de março de 1972, um posseiro da linha de frente andava pela rua a comprar comida quando foi avisado:

> *Se apressa que eles vêm aí, e são três carros* (Um morador da vila).

Chegando ao local da construção, os policiais e homens da empresa renderam os pedreiros e uma ou outra pessoa que ali se encontrava. Ostensivamente, pediam cordas para amarrar os detidos e ameaçavam matá-los, intimidando os posseiros que estavam em guarda. Para levantar o ânimo de seus companheiros, um dos líderes gritou "fogo", e o primeiro atingido foi exatamente o gerente da empresa. Entre os invasores, outros mais foram atingidos (ao todo, sete pessoas), mas entre os que defendiam a construção ninguém se feriu. A perplexidade e o abatimento dos invasores foram assim expressos:

> *A nossa situação no local, tornou-se delicadíssima, sem meios de defesa, visto que nos encontrávamos num ponto que não nos oferecia nenhuma segurança, e os emboscadores entrincheirados em local privilegiado; ainda sob jogo cerrado procuramos meios de transportar os feridos... Ao deslocarmos de Santa Terezinha solicitamos ao piloto que sobrevoasse o local da ocorrência onde constatamos que os agressores eram em número de 70 homens, protegidos por barricadas, razão pela qual podemos constatar que o movimento fora planejado minuciosamente por pessoas inteligentes e conhecedoras da ação de guerrilha* (Relatório do Capitão Edno dos Santos Moreno, PM, sem data; arquivo de Santa Terezinha).

As forças invasoras da construção eram compostas de "dois capitães, que não estavam fardados, e cinco soldados. O gerente da Companhia trazia consigo dez ou doze capangas armados" (Fragoso: 1984; página 118).

Pegos de surpresa, os atacantes bateram em desarvorada retirada, deixando no local alguns objetos, os veículos da CODEARA que os haviam trazido, e um motorista apavorado - troféus de guerra dos vencedores do embate:

> *E aí, diz que depois vocês acharam umas coisas que eles deixaram lá, como é que foi?*
> *Não, nós achamos lá as conduções deles que eles não deram conta de carregar... nós furamos os pneus, rasgamos tudo com facão ... Ainda ficou algum lá no banco da caminhoneta... E aí queriam matar ele. Eu falei: - Não, não mata o homem não. O homem gelou, ficou, coitadinho... pedindo por tudo quanto era santo ... que ele não estava brigando, que ele tinha ido enganado. Enganado, como? Como que ele tinha ido enganado se ele era motorista? Só que ele não saiu para brigar. Aí, mata, não mata, eu falei: - Não, não mata, não; deixa o homem ir embora'. Aí, ele sai e corre, mas corre mesmo (ri). Ele correu e eles atiraram no homem, mas não para matar, sabe?! (...)*
> *E os outros fugiram a pé?*
> *Os outros correram a pé. Todos eles, todos, todo mundo. Não tiveram tempo*

de apanhar nenhuma condução (Eloy, posseiro).

Num outro veículo abandonado no local, os posseiros encontraram ainda uma arma - "uma automática" - e o relato dos que a encontraram sobre a reação provocada pelo desconhecido objeto é difícil de ser reproduzido na sua devida dimensão: curiosidade, atração e medo. Terminado o confronto, tudo quieto no lugar, os posseiros saíram de suas trincheiras e descobriram a arma largada no banco de um dos veículos. Um foi pegá-la, o outro gritou: "- Não mexe nisso que dispara, e sai tiro para todo lado". Recuaram e voltaram a observar até que um mais determinado a tomou nas mãos. O que fazer com aquilo? "Fica, não fica", resolveram entregá-la aos membros da Missão que posteriormente, parece, a devolveram ao dono ou às autoridades.

O outro achado tinha valor diferente - era a pasta de um dos capitães, e nela se encontravam telegramas ordenando a operação e esclarecendo os móveis da interferência da Polícia do Estado. "Lá estava escrita a condenação de vocês", dizia um posseiro aos representantes da equipe religiosa algum tempo depois. De fato, a força policial havia sido enviada a Santa Terezinha com ordens de investigar a denúncia sobre o suposto depósito de armas, mas já trazia ordem de prisão para várias pessoas entre as quais "gente da missão", e foram estas ordens as apreendidas pelos posseiros como saldo do confronto.

Naturalmente, como depois do ocorrido, estivesse em jogo um processo criminal de julgamento dos envolvidos, as versões de um lado e de outro, procuraram esquivar-se da iniciativa com relação ao tiroteio, deixando nebuloso este ponto. De qualquer modo, vale a pena confrontar o depoimento de um dos moradores, vizinho da construção, com a versão do Capitão encarregado do Inquérito Policial Militar, baseado na exposição dos capitães que participaram da invasão:

> *Com o conhecimento dos preparativos para a realização de um movimento armado sob a orientação do indiciado* (padre Francisco Jentel), *e da denúncia de ter o mesmo distribuído armas e munições, já depositados próximo ao local da construção, para lá se deslocaram os Capitães, PM, Delegado Especial e Delegado Regional, já citados, acompanhados de cinco praças, a fim de constatar in loco a veracidade da denúncia. Chegaram em Santa Terezinha no dia 3 do corrente mês, às 17:00 horas, saíram do aeroporto diretamente para o local do litígio, numa camioneta dirigida pelo próprio gerente da CODEARA, sr. José Norberto Silveira. Mais atrás, seguiram, em outra viatura o sr. Nazário Joaquim Cayres, administrador da Fazenda, que estava mais ao par do local objeto da denúncia e várias pessoas, a maioria curiosos e outros com finalidade de fazer compra na vila, todos desarmados, por recomendação expressa dos Delegados. Chegando ao local, o carro que conduzia os policiais e que ia em primeiro lugar, parou em frente à construção, onde se encontrava o construtor Roberto Martins e seus pedreiros, num total de 12 homens, os quais procuraram se afastar do local, saindo em direção oposta à referida construção. Os policiais saltaram rapidamente, correram em direção aos pedreiros e cortando-lhes a fuga e intimando-os a parar. Neste momento, mais atrás*

parava o Jeep, e os ocupantes deste veículo, mal começaram a saltar foram surpreendidos pelo tiroteio vindo de vários lugares em redor da construção, atingindo várias pessoas (Histórico do padre Antônio Canuto, páginas 33 e 34).

Sou o vizinho mais próximo das construções do conflito do dia 3 de março de 1972. Minha casa fica a uns 20 metros das construções do lado direito das mesmas, para quem as olha de frente. Eu me encontrava na Ilha do Bananal desde o dia 29 de fevereiro e cheguei à minha casa pelas 3 horas da tarde do mesmo dia 3 de março. Depois de estar um pouco em casa fui ver o andamento das obras. Na hora em que os pedreiros sus penderam o serviço ia-me retirando com eles. Neste momento chegaram 3 carros da CODEARA com 2 capitães e cinco soldados mais um grupo da CODEARA. Quando as viaturas pararam os policiais deram ordem para que todos parássemos e perguntaram pelo responsável. Nós já nos encontrávamos no fim da área da construção, bem perto de casa. O senhor Roberto apresentou-se dizendo ser ele o construtor. Um dos capitães deu ordem para que ninguém se mexesse do lugar e os soldados estavam com armas apontadas para nós. Um dos capitães pediu, então, cordas para nos amarrar. Enquanto isto acontecia, o pessoal da CODEARA invadiu a construção, todos armados com revólveres na mão. Depois que os policiais pediram cordas para nos amarrar, começou o tiroteio entre os posseiros e os funcionários da CODEARA. Diante disto os policiais recuaram para a calçada de minha casa, obrigando-nos a irmos com eles. O primeiro que vi ferido foi o Silveira que, com o braço atingido, ainda parou na porta da construção da escola com revólver na mão procurando ver se localizava algum posseiro. Como não conseguiu ver ninguém, veio sentar-se à minha porta. Ao sentar se é que guardou o revólver. Os policiais gritaram para que cessasse o fogo e para que o pessoal da CODEARA viesse refugiar-se em frente à minha casa. Em frente à minha casa, passaram os homens da CODEARA, todos armados. Conheci o Perciliano que estava ferido e com revólver na mão, Nazário também armado, o guarda noturno também. Os outros não conhecia. O Adi saiu pelo lado oposto ao da minha casa. Quando o tiroteio quase havia terminado os policiais e feridos se retiraram da porta da minha casa usando os pedreiros e outros trabalhadores da obra como reféns (Peça da defesa no processo movido contra o padre Francisco Jentel; Histórico do padre Antônio Canuto, página 33).

Como foi dito, anteriormente, entre os que assumiram a defesa da construção havia, segundo me disseram, apenas dois não posseiros e estes eram dois peões que tinham sido postos a serviço do grupo por um comerciante do povoado. O fato chama a atenção para o tipo de participação dessa categoria de morador do povoado, o comerciante, que nunca assumiria, explicitamente, a posição ao lado dos posseiros e da Missão, mas dava mostras de aliança tácita com eles, em várias ocasiões, durante o conflito, fosse fornecendo munições, fosse passando informações. Claro que este apoio nunca foi unânime por parte da categoria e os posseiros enumeravam entre os comerciantes aqueles nos quais podiam confiar, sem nunca poder contar inteiramente com eles. De resto, sobre a participação do pessoal da vila e do sertão, os posseiros sempre faziam uma distinção mais geral, dizendo que os últimos sustentaram a luta, enquanto os primeiros teriam adjutorado.

Os dois peões postos a serviço dos posseiros desapareceram e não mais se ouviu falar

deles, enquanto que os posseiros mesmos se viram, imediatamente depois do enfrentamento, na contingência de ter que discutir e organizar o enfrentamento face à repressão que necessariamente viria.

Mas, deixando de lado a questão da repressão que se abateu sobre Santa Terezinha, e a forma pela qual os posseiros e seus aliados foram atingidos e reagiram a ela, gostaria de retomar o caráter específico desse confronto na medida em que ele ocorreu no bojo da disputa entre posseiros e empresa em torno do domínio sobre o espaço urbano. Desde o início da colocação do tema ficou indicada a existência de um choque entre duas concepções do espaço urbano: a da vila e a da cidade. A primeira vivenciada pelos posseiros que, durante anos, foram imprimindo suas marcas e sua racionalidade sobre a terra; outra representada pela planta da empresa, encomendada a uma firma de engenharia. A primeira expressão dessa divergência assumiu um caráter radical que só ao longo do processo de luta foi se amenizando. De fato, a empresa propunha de início a transferência dos posseiros para um "núcleo de colonização" a ser por ela organizado. Como a resistência se mostrasse muito forte, ela passou a fazer um loteamento da vila de Santa Terezinha, loteamento que previa para cada morador uma área muito inferior àquela normalmente ocupada por uma propriedade com quintal (para criação de animais de pequeno porte) e fruteiras; além disso, a planta da cidade, construída em função de atendimento às necessidades da empresa e em função das regras de urbanização padronizadas pelos critérios de planejamento estabelecidos à revelia da concepção camponesa do espaço, não se adequava aos padrões locais. Esta divergência ficou claramente expressa na consideração feita pelo representante do INCRA encarregado da solução do caso de Santa Terezinha a nível executivo:

> *Agora, é evidente que o interesse da Companhia, o interesse da Prefeitura, o interesse dos posseiros é fazer deste arruado desordenado, disto que está aí, uma montoeira de casas, (...), uma cidade com um mínimo de planejamento. (...) O núcleo de uma cidade não pode ser feito assim, desordenado, numa época de planejamento* (Procurador do INCRA, na reunião do dia 14 de junho de 1972 em Santa Terezinha; arquivo de Santa Terezinha).

Em parte, a solução dada à questão das posses urbanas representou um ganho para os posseiros, o próprio representante do INCRA fornecendo, na reunião de 14 de junho de 1972, o argumento favorável a esta decisão. Na verdade, como representante de lei, ele formulou uma interpretação do direito de posse escapando ao "rigor da lei ou do conceito jurídico", em função da realidade e da organização dos posseiros no espaço:

> *- Prefeito: Uma pergunta: um elemento aqui, que está dentro do povoado, é posseiro, dentro do povoado, sendo posseiro na área rural? Mas a condição aqui não é de posseiro, porque ele não pode ter duas posses.*
>
> *- Dr. Peixoto: Exato. Não, espera aí. Ele pode ter duas posses. Pode. Não deve ter porque no sentido jurídico, como já disse, uma posse é a relação*

real entre a pessoa e a coisa e, geralmente, uma posse numa área rural se afirma pela moradia, pelas culturas, por aquilo que é o ambiente de vivência dele. Mas ninguém pode levar o rigor da lei, ou do conceito jurídico ao ponto de negar que alguém que tenha uma roça aqui a 1.500m.... não tenha posse desta área porque sua mulher e seus filhos moram aqui por uma questão até de proximidade de escola, ou de atendimento, ou de sociabilidade, ou de incapacidade de viver lá, ou talvez ele tenha tido condição de fazer um barraco aqui e não tinha tido recurso econômico para fazer uma casa lá, na posse (Trecho da gravação da reunião de 14 de junho de 1972; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Por outro lado, como símbolos do reconhecimento das forças em conflito, ficaram as duas construções: aquela "casa mínima, plantada em cima de uma rua, que foi objeto de um tiroteio... uma quina de casa, jogada em cima de uma rua, por pirraça. . . " (palavras do procurador do INCRA) e o armazém da empresa, chamado PLANTA S.A., cravado no largo da rua da Palha, renegado pelos posseiros como marco do novo poder com o qual tiveram que passar a conviver. Na casa, objeto do tiroteio, foi instalada a farmácia, organizada sob a forma de cooperativa de consumo de remédios, com o nome de UNICAS, assistida por uma enfermeira da missão; todos os anos, desde então, o dia 3 de março tem sido relembrado com festas que acabam com uma concentração em frente à farmácia, recontando-se os feitos e homenageando-se os enfrentastes daquela data.

Mas, nem a argumentação favorável do representante do Estado com relação ao direito de posse, nem a conservação da "construção do padre", fora do alinhamento proposto pela empresa, nem a representação de vitória vivida pelos posseiros e seus aliados representam bem o que, na prática, foi decidido, à margem da participação dos posseiros e seus representantes, sobre a área destinada à vila de Santa Terezinha. De fato, por ocasião da reunião de 14 de junho de 1972, os posseiros contavam ainda com o impacto causado pelo tiroteio e foi feito um acordo, mediado pelo procurador geral do INCRA, segundo o qual a CODEARA liberaria a área de 2.446 há à Prefeitura Municipal, de tal modo que, além da titulação dos lotes já ocupados, pudesse a vila expandir-se. A área combinada era importante porque atendia ainda a outras pretensões, não consideradas no acordo, mas fundamentais: a primeira, porque ela resguardava a alguns posseiros a possibilidade de manter a propriedade rural antiga localizada nas imediações da vila (a chácara) , complementando o módulo a que tinham direito (100 ha), com um terreno de mata em outro lugar. Assim, para ter acesso à mata não precisariam renunciar, no momento da demarcação, ao trabalho já investido em plantações permanentes e edificações. A segunda, porque dava aos posseiros acesso a uma faixa de terreno úmido propício à criação de gado, e que ficara excluída da área destinada às posses rurais. Entretanto, passado o impacto que favorecia os posseiros no momento da negociação, os diretores da empresa voltaram atrás e rejeitaram o acordo firmado por seu representante. Da primeira vez, o procurador do INCRA, órgão que assumira a posição de

árbitro na disputa, interveio e fez promulgar a lei municipal de 1970, que estipulava os mesmos 2.446 há para a vila, confirmados na reunião de junho. Mas, passados alguns meses, a empresa voltou à carga e, usando de pressões exercidas sobre o prefeito, a quem ficava afeta a questão da área urbana, com a cooperação de autoridades estaduais e federais presentes no acampamento militar das forças de repressão que ocuparam Santa Terezinha depois da "briga do ambulatório", fez firmar um novo acordo pelo qual a lei municipal de 1970 foi revogada, destinando-se agora à vila a área contínua de apenas 250 há! Juntando-se as superfícies cobertas por estradas públicas ligando vila e sertão, perfazia-se uma parcela de mil e tantos hectares; a vila mesmo ficava reduzida aquém de qualquer expectativa e como dizia uma velha posseira, indignada:

> *Santa Terezinha ficou em cima de um toco!* (Rita, viúva de Joaquim da Mata).

Evidentemente, a reconstrução e defesa do ambulatório tinha um caráter mais amplo em termos do que significava nas contas a acertar desde 67 entre os posseiros, seus aliados, e a empresa. A destruição do ambulatório fora um ataque ao padre, mediador e representante dos posseiros, um golpe desferido contra a força que ele representava, não só para os posseiros, mas também para outros segmentos de moradores da vila que viam nos seus empreendimentos, tais como a cooperativa, a usina de beneficiar arroz, as estradas construídas, elementos de valorização e progresso do lugar. Não foi por outra razão que, entre os posseiros que defenderam o ambulatório, havia os dois peões colocados a serviço da defesa por um comerciante local. Por outro lado, para o padre e para os posseiros mesmos, manter a construção de pé, fora do alinhamento proposto pela empresa, era uma forma de contestação da nova ordem espacial e política que se queria implantar na vila, ignorando a organização já existente e boicotando a atividade assistencial da Missão através da qual ela construía também, ao nível não estritamente religioso, seu poder e sua legitimidade. Ambulatório e escola, saúde e educação, atividades às quais se destinava a construção, não poderiam ser esferas de iniciativa mais legitimadoras, dada a ausência do Estado no que se referia a tais funções e dada a relevância que adquiriam aos olhos dos moradores de Santa Terezinha. Todos estes componentes faziam da defesa da construção um ponto de honra, cujo significado extrapolava a questão do espaço físico e remetia à disputa de poder entre os contendores. Neste sentido, a vila foi o locus, por excelência, do desfecho do conflito, através da disputa em torno da "construção do padre".

Este caráter de fato decisivo que a "briga do ambulatório" veio a ter foi em parte resultante da forma pela qual ela repercutiu entre os representantes do aparelho de Estado, já tão abalados com a ameaça de guerrilha envolvendo posseiros e questões de terra na Região.

Mas não se pode negar que pelo menos alguns posseiros já há muito se dispunham a assumir uma iniciativa do gênero, na expectativa de acelerar a solução do impasse:

> *0 que aconteceu em 72, era para ter acontecido em 67; um molhe de cipó tem que ser cortado logo, porque depois que ele cresce fica mais difícil. Naquele tempo, a Companhia não tinha nada e nós tínhamos dois mil sacos de arroz... Tinha gente para fazer isto, mas o padre Francisco sempre segurando. Até que nesse tempo ele falou: - Agora, vou precisar de vocês* (Cícero, posseiro).

Foi a "briga do ambulatório" que Maroto, poeta e morador de Santa Terezinha, preso em 1972 e levado para a cadeia de Cuiabá, registrou nos versos que se seguem:

> *Era de setenta e dois,*
> *Era de revolução*
> *Do Silveira com os posseiros*
> *E este povo da Missão.*
> *Silveira bateu no peito*
> *Feito um grande valentão,*
> *Quando a taboca rachou*
> *Silveira rolou no chão.*
> *Ele saiu na carreira*
> *E caiu no colonião,*
> *Mexeu com a pobreza*
> *Da Virgem Conceição.*
> *Formaram esta briga*
> *Por causa da construção.*
> *O Silveira é muito rico*
> *Mas é da parte do Cão. (...)*
> (Versos de Maroto, morador de Santa Terezinha; 1972).

Da história do conflito entre posseiros e empresa em Santa Terezinha, resulta que, à diferenciação do espaço, correspondia também o caráter diferenciado das táticas de enfrentamento e das bases de legitimação da ação do grupo. Por outro lado, as medidas postas em prática para solucionar o caso, embora reconhecendo o direito às posses individuais nos termos da lei, em dimensões inclusive que 9escaparam às expectativas dos posseiros e seus representantes, implicaram em alterações profundas quanto à organização do espaço e ao uso dos recursos, com perdas substanciais para os posseiros.

No que se refere ao cercamento dos caminhos, vimos que os enfrentamentos se faziam a partir de ações individuais de corte das cercas da empresa, realizadas por atores individuais, atingidos diretamente em sua liberdade de fazer os percursos costumeiros. As atitudes individuais se transformavam, no entanto, em causa coletiva, na medida em que o grupo assumia a cobertura e a proteção do autor, diante da repressão desencadeada pela empresa. Ao final do conflito, prevaleceu a racionalidade imposta pela empresa e sancionada pelas autoridades, de modo que os muitos caminhos trilhados pelos antigos moradores foram substituídos por algumas poucas vias públicas, às quais os usuários tiveram que se conformar, embora muitas delas os obrigassem a percorrer trajetos bem maiores.

A luta contra as derrubadas indiscriminadas da empresa foi assumida coletivamente e colocou em confronto direto os posseiros e os trabalhadores da empresa, entre os quais os posseiros perceberam os peões como aqueles que se mostraram mais sensíveis à sua argumentação, e que, como grupo, nunca se dispuseram a desafiar lhes a determinação - foram os empreiteiros e, mais incisivamente, o gerente, que eles acusaram de assumir as determinações da empresa contra seus direitos. A luta contra as primeiras derrubadas da empresa se fez não tanto como proteção da mata, e sim em defesa das casas e das plantações que seriam atingidas pelo fogo das queimadas, afetando diretamente a permanência dos posseiros na área. A intervenção do Estado, naquele momento, se fez através da autoridade policial, no sentido normativo de suspender, temporariamente, as atividades de derrubada de ambas as partes e evitando um confronto que parecia iminente.

A luta em torno da propriedade de Joaquim da Mata teve o duplo caráter de afirmar o direito particular de um morador antigo, capaz de mobilizar uma extensa rede de parentesco, compadrio e vizinhança, e manter sob o controle dos posseiros a porta de acesso à mata. A intervenção do Estado, fazendo-se através de uma autoridade policial que também representava o IBRA, favoreceu momentaneamente os posseiros, na medida inclusive em que a este órgão estavam afetas as questões relativas a pequenas propriedades. Esta particularidade do órgão marcou por muito tempo a divergência entre os representantes do Estado, opondo as decisões do IBRA às da SUDAM, órgão que representava os interesses dos grandes proprietários e cuja força política foi crescendo a partir de 69.[16]

A luta pela aguada se configurou como a mais difícil de ser travada: sobre aguadas não há benfeitorias que atestem direitos de posse, nem as leis oficiais reconhecem para camponeses, como o fazem no caso de povos indígenas, áreas de controle comunal. A tentativa dos posseiros e seus representantes foi de garantir a aguada, incluindo-a na área global em que seriam assentadas as posses individuais. Os posseiros perderam o controle sobre a aguada, como perderam o controle sobre os campos e todas as áreas que eram reservas de recursos naturais usados pela comunidade como um todo. Coerente com o modelo concentracionista de alocação de todos os tipos de recursos, as reservas naturais foram postas sob o controle da empresa.

Sobre a disputa em torno da área urbana, além do que já foi explicitado acerca do seu significado político, é preciso dizer que só a mobilização para defesa dos direitos do padre foi capaz de fazer com que os "posseiros da mata" se deslocassem para a vila com disposição de enfrentar a polícia e os homens da empresa. Anteriormente, nos momentos de maior tensão,

[16] A SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, foi criada em 1966. Sobre a evolução da política governamental para a ocupação da Amazônia, no sentido do fortalecimento dos interesses legados a este

os adversários chegaram a supor, e denunciar, que os posseiros iriam invadir a vila; entretanto esta possibilidade parecia inteiramente estranha aos posseiros: para os homens da empresa expressava a imagem da ameaça representada por rebeldes incontroláveis, para os próprios posseiros parecia uma acusação sem sentido - de ambos os lados a noção de que a mata e o sertão é que eram o espaço por excelência dos posseiros. Mas a defesa dos direitos do padre, como contrapartida de uma aliança, foi o elemento necessário e suficiente, legitimador da ação coletiva dos "posseiros da mata" no espaço urbano - lugar de outros segmentos sociais, dos poderes constituídos do Estado, mas também do poder da Igreja -; foi no espaço urbano do poder da Igreja como aliada que os posseiros se dispuseram e ousaram exercer sua força. Neste espaço a Igreja, personificada no padre Francisco Jentel, apareceu envolvida também na qualidade de posseira, na medida em que seus direitos e seu poder político e social é que estavam sendo diretamente contestados na objeção à construção do ambulatório. A empresa não logrou obter o monopólio do controle da vila. Reduzida, embora, a dimensões mínimas, a vila se manteve como espaço partilhado e passou a se opor à sede - lugar das casas, oficinas e escritórios da empresa, entre a vila e o sertão.

Certamente, tanto da parte da empresa quanto da parte dos posseiros havia razões suficientes que justificavam a reivindicação sobre a área do povoado - já se falou no acesso ao rio e na existência de benfeitorias - mas havia também razões de ordem simbólica que se podem inferir da situação. De fato, a empresa não aparecia apenas como usurpadora do direitos sobre a terra e demais recursos. Em vários relatórios de representantes da empresa e mesmo de autoridades, a denominação "Fazenda Santa Terezinha", conferida às instalações da empresa, significava a usurpação do nome do lugar que identificava posseiros e Igreja através da Santa padroeira, escolhida pelos primeiros missionários. "Fazenda Santa Terezinha" seria uma denominação síntese do domínio imposto pela nova ordem, vitória sobre Igreja como aliada dos posseiros, feita tabula rasa de sua prioridade no lugar. Os posseiros, por sua vez, transferidos para o "Núcleo de Colonização Jatobá", seriam colonos, perdendo a identidade de posseiros, conferida primeiro pela forma jurídica de relação com a terra de acordo com a definição legal e depois pela solidariedade e comunidade de interesses forjados na luta. Desde o início, foi como se os representantes da empresa suspeitassem da força da categoria posseiro que se ia construindo segundo uma nova ótica. Argumentavam que os iriam dotar de "títulos de propriedade", sem conseguir sensibilizá-los, positivamente, com a promessa. Era como se a ambigüidade da categoria posseiro, pertencente agora a duas ordens classificatórias, permeasse o diálogo dos contendores: ilegitimidade conferida pelo discurso da ordem dominante, como sinônimo de relação precária com a terra e ação de resistência indevida, re-

---

órgão, ver Bandeira, 1975; e Martins, 1984; páginas 39 a 47.

construída e assumida na autoclassificação dos posseiros como elo de interesses iguais, título de coragem, lealdade e resistência. A dualidade de acepções persistia ainda na etapa de solução dos impasses: a autoridade governamental, discursando por ocasião da distribuição dos primeiros títulos de terra, já em 1972, proclamava que agora os moradores de Santa Terezinha não seriam mais posseiros, e sim proprietários, conforme a lei, enquanto os próprios seguiam autodenominando-se, orgulhosamente, posseiros, numa referência aos valores forjados na luta. Afinal, é preciso que se diga, o povoado ficou sendo Distrito e depois sede do Município de Santa Terezinha; CODEARA foi como ficou sendo chamada a fazenda, com todas as conotações negativas atribuídas à empresa também no processo de luta.

Foi colocado, no início, que a luta dos posseiros de Santa Terezinha foi um movimento de resistência. O termo tem sido empregado como referência genérica aos movimentos pelos quais os camponeses expressam sua capacidade de sobrevivência enquanto grupo social face ao desenvolvimento das relações capitalistas no campo. Aqui, no entanto, pretendo conferir ao termo um sentido mais restrito, na tentativa de contribuir para a construção de uma classificação dos movimentos camponeses relacionados à terra. Hobsbawn, no artigo anteriormente citado, refere-se a movimentos de "ocupação" ou "invasão" de terras do campesinato peruano, e propõe distingui-los de acordo com os seguintes critérios: situação legal da terra ocupada em termos do sistema legal imperante; das normas legais efetivamente aceitas pelo grupo; dos argumentos acionados pelos atores da ocupação em defesa dos direitos pretendidos sobre a terra em questão. Chega, por esta via, a distinguir três tipos de movimento de ocupação: movimentos de recuperação, de invasão propriamente dita, e de expropriação. No primeiro tipo estariam os casos em que a terra ocupada pertencesse, no passado, aos camponeses e tivesse sido alienada por meios que o grupo não reconhecesse como válidos; a reivindicação, nestes casos, poderia estar fundada na posse de algum documento oficial ou mesmo no testemunho da memória oral do grupo, guardada e transmitida pelos mais velhos. Do segundo tipo, o exemplo mais comum seriam aqueles casos em que a terra ocupada fosse reivindicada, simultaneamente, pelos camponeses e por grandes proprietários, sem que todavia nenhum dos dois pudesse acionar qualquer critério válido do ponto de vista da lei oficial ou das prescrições costumeiras no sentido de legitimar sua reivindicação; nestes casos os atores da ocupação teriam como legitimador de suas pretensões o princípio geral segundo o qual "a terra pertence a quem a cultiva por meio de seu trabalho". O terceiro tipo seriam as ocupações de terras pertencentes de modo inquestionável a "alguém diferente dos invasores", em virtude de critérios ou documentos legais aceitos pelo próprio grupo; seriam os casos mais raros que, segundo Hobsbawn, ocorreriam nos movimentos diretamente influenciados pelo que o autor chama de "modernas ideologias

políticas" (Hobsbawn: 1974; páginas 120 e 121).[17]

O que estaria em jogo no caso de Santa Terezinha? Em primeiro lugar, não se trata de um movimento de ocupação ou invasão; em segundo lugar, é evidente que o movimento tem uma base legitimadora fortemente arraigada no grupo. Quais são os itens dessa base de legitimação? Poderíamos pensá-los como sendo três princípios gerais - o trabalho investido, a antigüidade da ocupação, a morada. Entretanto, acresce que estes itens são ao mesmo tempo prescrições legais de acordo com o código oficial brasileiro e, cada um a seu modo, critérios de acesso à terra segundo as normas do próprio grupo.

Tratava-se, portanto, para os camponeses de Santa Terezinha, de fazer pôr em prática, pelo menos no que se refere às posses individuais, as prescrições do código oficial da nova ordem com que se depararam. Neste sentido, o movimento era de fato uma luta legalista e o padre Francisco Jentel representava o papel de um mediador do grupo frente ao Estado nos moldes mesmos das postulações do grupo representado. O ilegalismo estava do lado dos representantes da empresa e também dos representantes do Estado, na medida em que desfavoreciam o cumprimento da lei. Diferente era o caso das reivindicações com relação às áreas comuns para as quais, somente nos critérios prescritos pelas normas de uso camponesas, era possível encontrar respaldo.

O desenvolvimento contraditório da ocupação da Amazônia levou, no entanto, à emergência de tipos de movimento que talvez possam ser classificados, nos termos propostos por Hobsbawn, como de ocupação e recuperação. Vejamos como trabalho, antigüidade e morada se articulam no modelo de percepção da terra construído pelos camponeses de Santa Terezinha, em contraposição ao modelo representado pela nova ordem.

---

[17] Para uma classificação semelhante ver Martins: 1981.

II

A Medição da Terra e o Advento da Nova ordem

A terra, tal como a liberdade, tem que estar subordinada a algum controle para ter uso e valor. A terra, como a liberdade, está sujeita a interpretações e disputas infindáveis. Finalmente, acontece com a terra, do mesmo modo que com a liberdade, que quanto mais escassa ela seja e quanto mais usos uma civilização possa fazer dela, mais vital e mais desejada ela se torna (Paul Bohannan: 1967).

Os posseiros de Santa Terezinha eram pequenos produtores do tipo camponês e a dominação de posseiros surgiu e se consolidou no seu universo como categoria autoclassificatória no bojo da luta com a empresa. O termo foi introduzido primeiro como designador de uma figura jurídica, sujeito de direitos sobre a terra, cuja base, a posse, implica numa forma especial de domínio definida no Código Civil Brasileiro como distinta de outra forma de domínio que é a propriedade. Como tal, a noção de posse não tinha, necessariamente, um equivalente no modelo dos pequenos produtores, embora o fato de eles se identificarem como posseiros, falarem em posse e direito de posse, pudesse sugerir tal equivalência. Entretanto, no bojo do conflito que então se deu, a noção foi se reelaborando até tornar-se uma categoria autoclassificatória, acrescida de conteúdos forjados na luta e pelos quais os pequenos produtores passaram a identificar aqueles entre eles que se comprometeram com a luta na medida do esperado.

Neste capítulo, pretendo pois considerar como as noções de posse e posseiro do código oficial, ao serem introduzidas no universo dos pequenos produtores de Santa Terezinha, foram por eles interpretadas à luz das suas próprias noções de propriedade e proprietário pelas quais percebiam as relações com a terra. E uma vez que a relação dos homens com a terra deve ser entendida como uma dimensão da relação dos homens entre si, considerarei também as noções de morador, chegante e vizinho, pelas quais, no código camponês, se definiam as relações entre os membros do grupo e como nestas noções entram os elementos tempo, morada e trabalho.

Veremos como, no contexto da oposição, os pequenos produtores explicitavam sua compreensão das novas relações sociais, elaborando a categoria dono de terra e como a "medição", interferindo na organização anterior do espaço, introduziu o conceito de terra como coisa divisível e alienável.

Em seguida, tratarei de distinguir a forma de apropriação da terra realizada como propriedade pelo grupo doméstico, da forma de apropriação dos espaços comuns, nos quais a

própria natureza das atividades produtivas era diversa da natureza das atividades realizadas no âmbito da propriedade.

Finalmente, farei uma aproximação entre o que foi observado no caso de Santa Terezinha e as formulações construídas por outros autores sobre a questão das formas de relação com a terra.

1. De proprietário a posseiro

A primeira evidência produzida pelo discurso do pequeno produtor sobre a noção de posseiro é que ela é recente em seu universo, tendo sido introduzida a partir de fora, percebida como "dada" ou "criada" por outros. Cientes de que a noção se referia à relação do homem com a terra, espontaneamente, os pequenos produtores a contrapunham à noção de proprietário que lhes era própria, e cujo conteúdo não coincidia com a noção designada pelo mesmo termo e pertencente ao código em que estamos acostumados a pensar:

> *- Antônio, D. Alzira estava me falando dessa palavra posseiro. Quando é que você usou esta palavra pela primeira vez? - Esta palavra, faz muito tempo já; foi no tempo que começou esta questão aqui, eles deram esta palavra de posseiro* (Sr. Antônio - morador de Santa Terezinha, 1975).
> *- E como que apareceu esta palavra posseiro?*
> *- É, posseiro, apareceu esta palavra posseiro depois dessa greve*[18] *que teve aqui em Santa Terezinha. Aí que eles criaram essa palavra.*
> *Vocês achavam esta palavra ruim?*
> *De posseiro? Não! De primeiro até que não achávamos ela ruim não. Até que não sabíamos era dizer esta palavra posseiro. Só dizia: Ele é um proprietário velho. Então, quando era novo dizia: A situação de proprietário. Quando era novo que estava começando a fazer o lugar, para muitos anos, dizia assim: Está começando uma propriedade. Quando era uma propriedade velha, dizia proprietário* (D. Alzira, moradora de Santa Terezinha, 1975).

Além da formulação de que as duas noções se distinguem como uma categoria nativa se distingue de uma categoria estrangeira ("nós não sabíamos era dizer esta palavra"), o discurso do pequeno produtor começa a indicar os elementos que compõem a noção expressa no par propriedade-proprietário, quando coloca a idéia de que uma propriedade ou um proprietário são status e relações construídas no tempo ("estava começando uma propriedade", "começando a fazer o lugar, para muitos anos"). E, à medida que falava, o pequeno produtor ia preenchendo esta noção de que a propriedade é construída:

> *Proprietário, justamente, eu moro aqui, tenho esta propriedade aqui, tenho o sítio já formado, o bananal, a casa que eu moro; é minha propriedade* (Sr. Antônio).

A construção da relação de propriedade e do status de proprietário passam, pois, pelo

---

[18] O termo greve teve para os posseiros de Santa Terezinha um sentido diverso daquele a que estamos acostumados. Não se refere a um movimento de paralisação do trabalho, mas a uma situação de enfrentamento.

tempo de realização do trabalho consubstanciado na casa, no bananal, no sítio "já formado". Aqui se vê que não é só o trabalho materializado que está em causa, mas também o morar ("eu moro aqui", "tenho a casa que eu moro"). E como a completar esta nação de propriedade-proprietário, o pequeno produtor estabelecia um outro confronto, do qual se podem deduzir outros elementos de seu pensamento acerca da relação com a terra e com os homens:

> *- Os proprietários chegavam e combinavam: um fica ali, outro aqui, outro acolá...*
> *- Esses, então, tinham terra?*
> *- Não, proprietários que eu digo eram aqueles antigos moradores do lugar. (...) No dia de colher, colhiam todos juntos. O que não tinha na casa de um, buscava na casa de outro. Não comprava nada, ninguém era capitalista. (...) Os donos de terra quando chegavam tinham recurso, cercavam. Aí o pessoal não ia ficar na terra deles* (Severino, morador de Santa Terezinha).

Os atributos de proprietário estão, pois, associados aos atributos de antigo morador e, se atentarmos bem, esta última expressão explicita a noção de tempo como duplamente essencial à definição do status de alguém como proprietário, na medida em que associa a relação com a terra - espaço físico - à relação entre os homens. De fato, se por um lado a casa, o sítio "já formado", o bananal são coisas que levam tempo para serem construídos, por outro lado, o ser morador implica também um período de maturação que tem a ver não apenas com o ciclo de desenvolvimento das plantas e edificações mas com as próprias relações sociais também construídas no lugar - estas, sim, fazendo de alguém um morador. Neste sentido, o morador não se distingue apenas dos donos de terra, mas também do chegante - ou seja, daquele que, recém-chegado ao lugar, carece não só da base material de uma propriedade, mas também das relações sociais necessárias ao seu pleno reconhecimento como pertencente ao círculo de cooperação, de trocas e de conhecimento existente entre os moradores. Esta condição não exclui o chegante das formas de ajuda indispensáveis na fase de estabelecimento da nova unidade familiar e de produção, pelo contrário, o suposto é que deva ser auxiliado nesta fase a fim de poder se fixar. Por exemplo: supõe-se que até o chegante poder completar o ciclo dos primeiros plantios, alguém lhe forneça, a título de empréstimo ou como contraprestação de serviços, o necessário à sua manutenção e à de sua família. Isto, naturalmente, implica em algum grau de aceitação prévia do pretendente a morador: o chegante aborda o morador numa sondagem acerca da possibilidade de acesso à terra e aos recursos disponíveis no lugar e esta abordagem propicia ao morador uma oportunidade de avaliação das qualidades de vizinho do chegante. Vizinho, mais do que relação de mera proximidade espacial, expressa uma relação social e se realiza no trabalho sob a forma de cooperação em mutirões, troca de dia e adjutório; nos agrados feitos por ocasião de caçadas e matança de porcos ou gado para consumo, destinando-se aos vizinhos, segundo uma hierarquia, partes e quantidades desiguais de carne obtida; nos laços rituais, através dos quais

se elegem compadres, padrinhos, afilhados e mesmo pais, irmãos e filhos "de fogueira":

> *Aí eu achei que ele podia ser um bom vizinho e deixei, mostrei onde podia trabalhar...* (Cecílio, morador de Santa Terezinha).
> *De primeiro, nós fazíamos muito parente: era afilhado, madrinha, irmão, irmã, compadre. Dava aquela volta na fogueira de mão dada e repetia...* (Maria Rocha, moradora de Santa Terezinha).
> *Vizinho não é só porque mora perto. Pergunta assim: - Você vizinha com fulano?*
> *- Não, eu não vizinho com ele, só com fulano e cicrano. É o mesmo que dar coisas: quando um tem o que o outro não tem, e dá, é vizinho* (Maria Rocha, moradora de Santa Terezinha).
> *Isso era no dia de São João e São Pedro. Era uma brincadeira mas valia, porque tinha aquela consideração, como parente mesmo, não podia brigar* (Maria Rocha, moradora de Santa Terezinha).

Estas formulações acerca de vizinhos e parentes rituais estão remetidas ao passado, como um tempo de harmonia nas relações sociais e fartura de alimentos, mas as relações em jogo persistiam e cumpriam suas funções no momento em que a pesquisa foi realizada. Idealizadas ou não, elas constituem o modelo das relações entre proprietários (ou antigos moradores) e servem para pensar, por oposição, as relações estabelecidas com o advento dos donos de terra. Enquanto os primeiros "combinavam" e alocavam todos os que desejavam morar e trabalhar no lugar, os donos de terra chegavam com recurso, cercavam a terra e tinham como conduta expulsar os que nela encontravam. A idéia dos pequenos produtores era a de que um proprietário facultava aos chegantes a possibilidade de se estabelecerem e os ajudavam a ultrapassar a fase de implantação da nova unidade, enquanto o dono de terra excluía os demais da prerrogativa de se estabelecerem. Pode-se mesmo pensar que, se no código jurídico oficial referente à relação homem-terra, a posse está colocada como um direito menor, mais frágil do que o direito de propriedade, conforme definição desse mesmo código, a idealização do pequeno produtor, quanto à conduta dos proprietários entre si e face aos chegantes, carregava de uma certa ilegitimação os donos de terra, referindo-se à usura, à não partilha de terras e recursos, e ao caráter de exclusão que, ao contrário da ordem anterior, a nova forma de domínio implicava:

> *Aí, dava aquela gratificação de 400, 500 contos. Saía pelo mundo. Para ficar numa currutela, não dava, porque tudo é comprado. Saiu foi muita gente daqui.*
>
> *Agora está saindo muita gente do Riozinho, porque os donos estão chegando lá. Não plantam mais, porque não têm terra para planta* (Severino, morador de Santa Terezinha).

Este peso negativo com que o pequeno produtor carregava a categoria dono de terra representava, pois, uma inversão dos termos legais da ordem dominante. De fato, quando foram prometidos títulos de terra aos pequenos produtores, os representantes do poder estatal formularam mais de uma vez a sua própria concepção acerca da distinção entre posseiros e

proprietários:

> *Agora, vocês não serão mais posseiros, e sim proprietários. Não vai haver mais nenhum posseiro. Todo mundo vai ter seu título (Coronel, representante do INCRA).*

Esta formulação, manifesta no momento de implementar a solução governamental dada ao conflito, também já indicava uma suspeição por parte dos próprios representantes do Estado do conteúdo em jogo na categoria, recriada, de posseiro, associando-a não apenas ao status jurídico da relação com a terra, mas também à imagem do posseiro como ator de resistência e do confronto organizado e armado face ao projeto político e econômico do governo para a região. Ou seja, também por parte dos prepostos da nova ordem, a categoria posseiro foi acrescida de conteúdos novos, ao passar pela experiência do enfrentamento entre as duas ordens e os dois códigos.

Além desses elementos explícitos, a fazerem com que, na representação dos pequenos produtores, os donos de terra não sejam proprietários, há também o elemento trabalho, a interferir no conteúdo de cada relação. Enquanto o proprietário o é em função do trabalho investido ao longo do tempo na construção de um lugar, os donos de terra não têm na benfeitoria, nem no morar, a base dos direitos reclamados. Eles são donos de terra nua, por ordem de direitos adquiridos a partir de outros critérios e consubstanciados em papéis, documentos comprovadores de uma transação de compra legitimada em outra instância, e não em uma relação de aceitação e conhecimento conferida por antigos moradores do lugar.

A noção de propriedade, no código dos pequenos produtores, implica, certamente, uma fixação de limites a qual, se por um lado é mais vaga e imprecisa do que a noção de limites necessária à definição de uma propriedade tal como reconhecida pelo código oficial, é, por outro lado, suficiente para o arranjo dos pequenos produtores com relação à delimitação dos direitos de cada um sobre o espaço disponível. A casa, a roça, o sítio e mesmo as capoeiras são produtos do trabalho já realizado e constituem o núcleo da propriedade. A casa inclui um espaço circundante, desmatado, destinado a atividades como a feitura da farinha e à criação de animais domésticos e de pequeno porte; o sítio é o espaço ocupado pelas árvores frutíferas; a roça, o espaço ocupado pelo plantio do ciclo agrícola anual em curso; as capoeiras são a "roça velha", de dois ou mais anos, onde se encontram as raízes de mandioca não colhidas, ou onde, depois de ter sido feita toda colheita, a terra está em pousio, até que possa prestar-se a novas semeaduras. Mas a propriedade dá direito a espaços ainda não trabalhados e que são pensados e utilizados como reserva para o cultivo das novas roças anuais, além da retirada de madeira para reparo da casa e construção de cercas. Como a unidade produtiva assim composta em termos espaciais está associada ao grupo doméstico, a dimensão da propriedade, incluindo as áreas de reservas, deve manter um equilíbrio entre as

posses do grupo (braços para o trabalho, recursos e implementos disponíveis que interferem na capacidade de produção) e suas necessidades de consumo e reprodução. De modo que, a um chefe de família com três filhos homens adultos, parece legítimo realizar a derrubada de uma grande área, porque ele tem braços suficientes para cobrir a terra desmatada com o cultivo e colher em tempo hábil os produtos do plantio. O que parece ilegítimo, e os pequenos produtores sempre mencionam como predatório, é derrubar um tanto de mata que o grupo doméstico não dê conta de plantar e colher. Da mesma forma, um chefe de família com muitos filhos pequenos - muitas bocas para alimentar e poucos braços para trabalhar - tem que esticar suas forças até onde possa para derrubar e plantar, e suprir suas necessidades não atendidas pelo trabalho na sua própria roça, através de contraprestações em alimentos e dinheiro por serviços prestados por ele mesmo e sua mulher, seja na colheita de cereais ou na feitura da farinha de um vizinho com mais recursos.

A delimitação da propriedade fica ao encargo dos chefes de família e passa pela consideração dos elementos mencionados que, apesar de um tanto fluidos, são avaliados e sancionados ou não pelos demais moradores. O controle exercido por cada chefe de família sobre a propriedade remete, pois, às relações entre os proprietários, moradores e chegantes:

> *Como quando eu cheguei aqui, eu não conhecia nada, mas a gente procurava assim: Quem é dono dessa mata pra cá? Aquele vizinho lá da terra dizia: - Não, eu tenho uma propriedade, bem aqui; você arredando daqui cem, duzentos metros da minha casa, você pode fazer sua casa e morar* (Eloy, morador de Santa Terezinha, chegado no início da década de 60).
>
> *Meu pai comprou uma casa com o sítio de um homem. Era perto da casa do velho Cecílio. Aí meu pai falou com o pai dele, e ele aceitou que meu pai fizesse roça naquele lugar (Maria Rocha, moradora do Furo de Pedras de onde veio para Santa Terezinha).*

Esta noção de delimitação de propriedade não marcada pela presença de cercas (os donos de terra é que cercam), não baseada numa avaliação em termos métricos da área sobre a qual um grupo doméstico exerce seu direito, se opõe ao que os pequenos produtores de Santa Terezinha identificam como característico do tempo da "medição", associado ao aparecimento dessa outra categoria de sujeito com direito à terra que são os donos. A "medição" marca o advento da cerca e da propriedade nos moldes do código oficial. Neste sentido, a delimitação das propriedades nos termos dos pequenos produtores remete a um controle difuso dos antigos moradores-proprietários, expressa na noção de que o chegante tem que se dirigir a alguém já estabelecido para poder ele mesmo se estabelecer. Esta forma de controle exercida pelos moradores-proprietários se articula com uma noção de território comum, de terra devoluta, do Estado, por oposição à existência de terras de dono:

Agora, aqui, no ano que eu cheguei, não tinha ninguém, só um morador mesmo, de frente, aí

na beira da mata. Então tinha o Pedro Carlos, o Silvino Carlos - eles moravam na beira da mata. (...) Mas, a gente entrava e fazia roça onde queria. Não tinha oposição.

> *- Mas você foi falar com eles?*
> *- Quando eu cheguei falei com eles; eu falei com o Pedro Carlos que era mais de frente... Diz: `Não, compadre, é que aqui a gente saiu da beira da roça do outro,... pode botar sua roça, aqui é do Estado. Tem tempo que nós moramos aqui; aqui é assim: quando a gente chega a gente faz a nossa roça e faz nossa propriedade, e pronto'" (Eloy, morador de Santa Terezinha).*
> *- "E a terra, como era?*
> *- Não tinha dono a terra: era comum, era devoluto, podia trabalhar (...) Cada um plantava onde dava vontade: chegava, roçava, plantava, não tinha impedimento nenhum* (Cecílio, morador de Santa Terezinha).

As noções aqui expressas de terra comum, devoluta, do Estado, facultando o livre acesso dos chegantes com o intuito de trabalhar e fazer uma propriedade, encontra limites apenas nas propriedades já constituídas dos moradores já estabelecidos.

De acordo com os relatos acima, as respostas dadas pelos moradores aos chegantes expressam, por um lado, o aspecto tênue desses limites de propriedades não cercadas nem submetidas a critérios de "medição", mas, por outro, faz supor que haja um relativo consenso acerca dos limites fixados pelos critérios a que me referi anteriormente (posses versus necessidades do grupo doméstico).

Este consenso é que parece estar em causa na forma de avaliação do uso da terra comum, porque, se por um lado vimos formulações do tipo "aqui a gente saiu da beira da roça do outro... pode botar sua roça" ou "a gente entrava e fazia roça onde queria", ou ainda "cada um plantava onde dava vontade", por outro lado, os pequenos produtores têm um senso agudo acerca do uso predatório que se opõe ao uso necessário dos recursos materiais. Da mesma forma que ao caçar, mesmo tendo possibilidade, não caçam mais do que o que são capazes de consumir socialmente - seja diretamente, no grupo doméstico, seja para fazer face às regras de reciprocidade entre vizinhos e parentes -, também não consideram lícito destruir as reservas de mata a não ser para substituí-la por trabalho na terra, colhendo seu produto:

> *- D. Alzira, como é que vocês entendiam antes, esse negócio de terra? Por exemplo, quando a sra. estava num lugar, vinha um outro morador e queria morar ali, como é que era?*
>
> *_Quando chegava um, e ele estava trabalhando no lugar, que ele interessava em fazer tantos plantios, tanta beleza naquele lugar, para quando chegasse um amigo dele ele representar como ele estava trabalhando com interesse, naquele lugar, estava certo. Chegava o amigo, e procurava assim: Eu vou trabalhar naquela ponta de terra ali. O outro dizia: Vai, pode trabalhar. Aí é para nós trabalharmos, que nós precisamos. Bom, na hora que ele não queria trabalhar, queria só devorar a mata, fazer aqueles capoeirões e não fazer nada de futuro, não fazer um plantio de um sítio, uma roça, queria só ficar no a toa ... então, logo dizia: Você não serve. Você vai procurar outra turma, porque você não serve para trabalhar de roça. Você vai trabalhar de vaqueiro, vai ser pescador ou vai ser caçador.*

> *Deixa a terra para quem interessa. Porque o interesse de primeiro, era o interesse do velho de trabalhar, de fazer aquele plantio, de fazer aquele tanto de idéia, um sítio muito bem feito... Chegava o tempo da planta da roça, ele plantava de tudo da roça. Menino, dez anos, já interessava em fazer um plantio. Quando ele ia crescendo que ficava um rapaz, ele tinha o direito de trabalhar. No dia que ele casava dizia assim: Já tenho meu lugar arrumadinho, já posso levar minha família para* lá (D. Alzira, moradora de Santa Terezinha).

Voltando um pouco atrás, vimos que, com relação à noção de propriedade, os pequenos produtores não se referiam apenas a um tempo passado, critério de antiguidade expresso na classificação de morador antigo - dimensão social -, ou identificação de um sítio "já formado", "um lugar de muitos anos já" - dimensão de trabalho -, mas se referiam também a um tempo futuro: "era para os filhos e os netos". O depoimento diante do qual estamos agora também se refere a este tempo futuro e me parece que aqui é mais evidente o sentido de um social que ultrapassa o domínio do familiar e doméstico. Ninguém pode "devorar a mata, fazer aqueles capoeirões e não fazer nada de futuro" - terra é "para quem interessa", o trabalho investido legitima a apropriação da terra frente aos "amigos" para "representar como ele estava trabalhando com interesse, naquele lugar". Do contrário, "não serve para trabalhar de roça", deve "procurar outra turma", e deixar a terra "para quem interessa". Parece estar, agora, a reprodução do grupo social mais amplo em questão - reprodução dos que "trabalham de roça", se identificam como tais e abrem espaço, pela submissão às regras do uso da terra e seus recursos, à reprodução de novas unidades do mesmo tipo.

Eu interpretaria estas formulações como indicativas de um certo controle por parte dos proprietários-moradores, se exercendo não mais apenas sobre as propriedades individuais mas sobre o território. Não vejo, no entanto, nesse controle, que parece ser de caráter muito mais tênue que o controle exercido sobre as propriedades, nada que se assemelhe a uma relação do tipo propriedade comunal, pois não vejo também que entre os pequenos produtores de Santa Terezinha haja relações que os caracterize, definitivamente, e em quaisquer circunstâncias, com uma comunidade. O que me parece, sim, é que a experiência da luta com a empresa em torno da terra produziu, no momento em que o confronto se deu, uma identidade política dos posseiros, excluindo de sua comunidade, neste sentido, os opositores e os que não se comprometeram com a luta.[19] Com relação ao controle sobre o território, e no contexto da luta, o que pude observar, não em Santa Terezinha, mas em outros povoados da região, que passaram por movimentos de luta semelhantes, foi a organização dos posseiros, em vista do enfrentamento ter produzido formas de controle do acesso às terras do povoado mais sólidas e baseadas em critérios de avaliação, privilegiando os pretendentes julgados como capazes de

---

[19] Sobre esta concepção mais complexa de comunidade, que articula os membros de um grupo, não em termos de sua territorialidade somente, mas das identidades que se fazem em contextos específicos, ver Gertz: 1967;

resistência e enfrentamento. Neste sentido, não se admitia às terras de um povoado aquele que tivesse abandonado suas terras em outro povoado, por não se dispor a lutar, junto com seus companheiros, pela conquista da terra disputada com outras empresas. Não se aceitava também pretendentes não reconhecidos como dispostos a investir na terra em termos de trabalho. Porque o trabalho fundamenta o direito e isto não somente face ao código dos pequenos produtores, pois as benfeitorias eram elementos importantes da argumentação dos pequenos produtores contra as pretensões das empresas. Em muitos lugares em que as lutas se deram depois, já quando os sindicatos tinham sido criados, esse tipo de controle esteve articulado à organização sindical local. Não observei, em Santa Terezinha, este desdobramento assim tão organizado.[20]

O controle sobre o território em Santa Terezinha, outro que não esse observado em outros povoados, e em momentos posteriores, pareceu-me muito mais tênue e restrito aos núcleos de proximidade espacial. Vê-se de fato, pelos relatos acima, o chegante procurar não um líder, depositário de algo como a autoridade ou representação de uma comunidade, mas um proprietário estabelecido nas proximidades da área pretendida pelo chegante. A exigência era o chegante respeitar os limites das propriedades vizinhas e, em termos mais coletivos, que não "devorasse as matas", ou seja, que não exercesse uma prática predatória com relação às reservas de recursos naturais.[21] Na verdade, se expressa aqui uma noção do que seja predatório bem diversa daquela pela qual se costuma pensar a agricultura desses pequenos produtores. Se do ponto de vista deles não é legítimo "devorar a mata", é plenamente justificável que não só o pequeno produtor pratique o rodízio de terras como também ele abra novas áreas de serviço não necessariamente contíguas às terras onde primeiro se estabelecem:

> *- Como é que era: uma família plantava um ano aqui, depois mudava, ou ficava toda vida aqui?*
>
> *- Ficava, às vezes, trabalhando ali, toda vida. Outros mudavam, para aqui, para acolá, caçando um mato bom; às vezes enjeitava um capoeirado, ia caçar muito mais melhor na frente. Era assim (Cecílio, morador antigo, vindo de Furo de Pedras para Santa Terezinha).*

Duas observações é preciso ter-se em mente ao analisar as categorias e relações referidas pelos pequenos produtores de Santa Terezinha. A primeira é que a elas se referiam

---

páginas 255 a 278.

[20] A luta pela terra, em Santa Terezinha, foi anterior à criação dos sindicatos na área. Embora o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Terezinha tenha sido o primeiro a ser criado, ele o foi, somente, em 1975, portanto, depois da solução dada ao caso.

[21] Na visão de quem a vê de fora, a forma de utilização dos recursos por parte dos pequenos produtores, com seu sistema de rodízio de terras, aparece como predatória. Segundo esta visão, tem sido dito que a agricultura dos pequenos produtores na Amazônia "consiste na devastação da mata para pequenas roças que são abandonáveis um ou dois anos depois, para em seguida ser aberta uma clareira na mata. É, portanto, uma agricultura de técnicas rudimentares que apresenta um mínimo de rendimento e exige constante destruição de matas..." (Ver Dias: 1959, conforme citação de Ianni: 1978; página 147).

como coisas do passado, recente ou mais longínquo, e isto porque tinham a exata noção de que estariam vivendo um período de mudança, de passagem para um outro código de relações dos homens com a terra e entre si, tendo sido a mudança e o ônus da passagem intensamente vividos e marcados pelo conflito. A segunda observação é que o caráter positivo das referências ao passado são significativos neste contexto porque este é um contexto de oposição à nova ordem. Eles são capazes de se referir ao passado transmitindo uma visão menos idílica quando se colocam como "desbravadores" do lugar e, então, colocam ênfase nas doenças, no medo que os animais da mata virgem e mesmo os índios lhes infringiam, na falta de recursos e no isolamento em que viviam no começo, dada a ausência de estradas e transportes. Mas tanto a visão idílica ("ninguém comprava nada", "colhia junto", "combinavam", "fazia muitos parentes"), quanto a visão de que o pior eles mesmos tinham enfrentado denotam uma oposição à nova ordem, no primeiro caso, e uma argumentação sobre a legitimidade dos seus próprios direitos sobre o lugar que eles "amansaram", no segundo caso. Servem, pois, neste sentido, para pensar o presente e os novos agentes sociais com os quais têm de se defrontar. De qualquer modo, o que eles estão opondo é o passado, como o tempo do controle exercido pelos proprietários, e o presente, como o tempo do domínio dos donos de terra.[22]

Num momento seguinte, os pequenos produtores tentam romper com a oposição, assimilando as categorias recém-introduzidas aos critérios de legitimidade da ordem anterior, visando, desta forma, a garantia dos seus direitos sobre o espaço de morada e trabalho. Como se verá, esta assimilação, como uma tentativa de síntese, não é fácil de fazer, e se mostra um terreno escorregadio para os pequenos produtores:

> *- Quando a senhora ouviu essa palavra posseiro, o que a senhora achou que era?*
> *- Ah, eu achei que eles tinham tirado a palavra propriedade, eles mudaram para posseiro, daí, por ser posseiro, ele tinha aquele direito de posse.*
> *- Não era mais igual ao outro?*
> *- Não era mais. . . Era sempre igual, sempre igual. A palavra que foi trocada: proprietário para posseiro. É a mesma.*
> *- Mas só que quando vocês usavam a palavra proprietário ninguém impedia vocês de fazer o serviço?!*
> *- Ninguém empatava nós no serviço. - E quando falaram em posseiro?*
> *- Quando falou em posseiro, todo mundo achou que essa palavra não estava*

[22] Moacir Palmeira tem uma forma interessante de conceber a dissonância entre o discurso atual do trabalhador na cana de Pernambuco sobre o modelo de morada e as condições efetivas em que existe o morador hoje. Recusando a idéia de ingenuidade ou alienação dos trabalhadores, ele prefere pensar o discurso desses trabalhadores como uma espécie de explicitação, por parte deles, das prerrogativas perdidas e das quais pretenderiam ainda poder desfrutar: "Efetivamente, o morador - e isto não é privilégio seu - ao referir-se ao passado, idealiza-o. Mas essa idealização é mais do que a simples aposição de um sinal positivo sobre o que já foi. Trata-se como que da construção de um tipo ideal "selvagem", em que as regras da coexistência social nos velhos engenhos são dadas em "estado puro" e, mais ainda, segundo as melhores recomendações weberianas, "exageradas", "absolutizadas" ou levadas às últimas conseqüências" (Palmeira: 1976; páginas 103 e 104).

> *certa. Muitos diziam: Deve isso não estar certo, posseiro. Ele é dono de posse.*
> *- E o que é que vocês entendem por posse?*
> *- Quando fala tem direito de posse, nós achamos que aquilo, nós estamos direto (há muito tempo), ali, então é uma coisa que nós temos direito. Nós estamos naquele lugar com garantia.*
> *- Mas aí não é garantia do terreno não? É só das coisas que vocês puseram no terreno?*
> *- Não! Nós entendemos que temos direito no terreno* (D. Alzira, moradora de Santa Terezinha).
> *Mas quando vocês ouviram essa palavra posseiro, que é que vocês acharam que era?*
> *Bom, nós achamos que posseiro era dono de uma área, de uma posse, de uma propriedade. Isso que nós sempre esperamos que seja essa palavra.*
> *Mas a dona Alzira explicou que vocês se chamavam proprietários?!*
> *Proprietários, justamente. Eu moro aqui, tenho essa propriedade, tenho o sítio já formado, o bananal, a casa que eu moro, então é minha propriedade, então eu tenho a minha posse de terra, por causa do meu direito de muitos anos de eu morar aqui.*
> *Então quando falava propriedade era por conta do serviço que tinha ali?*
> *Por conta do serviço: aquela propriedade, aquela casa, com sítio, o bananal.. .*
> *E posseiro, o que é que vocês entendem que era?*
> *Eu compreendia assim: que o posseiro podia ser assim como uma propriedade, que o posseiro tinha aquela propriedade, então ele era posseiro, tinha aquela posse, aquela área de terra que ele era dono dela, era o posseiro dela* (Sr. Antônio, morador de Santa Terezinha).

Não se pode dizer que, na noção de propriedade, estivessem em jogo somente as benfeitorias - a terra também estava em jogo, mas a terra contígua às benfeitorias, reservas para uso e trabalho, não medida em termos métricos mas medida em termos da relação recursos versus necessidades do grupo doméstico. Os pequenos produtores não falavam em terra no contexto do tempo anterior ao advento da nova ordem: falavam em espaços plenos de trabalho (casa, sítio, roça) , ou já trabalhados (capoeiras) , ou reservas (matas). É como se terra, enquanto pedaço, parte, não existisse a não ser submetida à relação de propriedade tal qual vem sendo definida. E para que fique claro o fato de não só o trabalho e nem todo trabalho investido criar a relação de propriedade, basta pensar nas "áreas de serviço" que os pequenos produtores abriam na mata para fazer uma roça quando não havia mata contígua à propriedade. Estas "áreas de serviço", depois de colhidos os frutos do plantio, voltavam a ser terra comum. Às vezes, os pequenos produtores usavam o termo lugar com o sentido de espaço construído ou em construção - fruto do exercício de atividade do homem sobre a natureza: "estava começando a fazer o lugar", "já tenho meu lugar arrumadinho, já posso levar minha família". Lugar significando o espaço de morada trabalhado ou para trabalho e propriedade remetendo, além disso, à relação do homem com o espaço em questão.

Ao fazerem a adequação ou a passagem da sua compreensão acerca dos direitos para o código da nova ordem, começavam a ressaltar noções que são próprias da nossa compreensão

acerca da relação com a terra e que colocam em relação o homem com a terra em si mesma, independente do trabalho investido e como coisa divisível e apropriável em termos de lote, pedaço, área de terra; portanto, passavam a dar conta da relação do homem com um pedaço de terra: "posseiro... era dono de uma área", "posseiro... tinha aquela área de terra que ele era dono dela".

Ao nível da prática com relação à terra, vai acontecer entre os pequenos produtores, transformados em proprietários no sentido jurídico do código oficial, a venda do todo ou de partes da propriedade, como expediente para obter moeda e adquirir bens, de algum tipo, no mercado de consumo. Antes, o produto da venda de animais é que lhes facultava recursos para a compra de uma bicicleta, para fazer uma viagem, enfrentar uma precisão, agora, a concepção de terra como coisa divisível e alienável, fruto, na prática, da "medição", abre para os pequenos produtores - sujeitos, agora, de outra forma de domínio sobre a terra - as portas do mercado fundiário.[23]

Mas, se a concepção da terra como coisa divisível e alienável correspondente à introdução do novo código de terras, de que tipo eram as transações realizadas antes? Como foi dito, logo no início deste capítulo, os pequenos produtores de Santa Terezinha falavam em direito de posse e também em compra e venda de direito de posse. Suponho que estas expressões e as práticas que lhes correspondem tenham se constituído no momento em que a "medição" já era um fato esperado. O mesmo eu diria sobre as expressões do tipo lote, área e posse como pedaço de terra e relação do homem com um pedaço de terra:

> *... eles tinham tirado a palavra propriedade e mudado para posseiro e daí por ser posseiro ele tinha aquele direito de posse* (D. Alzira, moradora de Santa Terezinha).
> *Se a medição viesse, como veio, todos tiravam um lote assim ... Agora, eles retiraram o lote, estão trabalhando cada um no que é seu* (Josefa, moradora de Santa Terezinha).
> *posseiro era dono de uma área ...* (Sr. Antônio, morador de Santa Terezinha).
> *Papai pegou o lugar e vendeu, antes de começar as confusões..., e nós viemos para cá, para dentro da Ilha do Bananal.*
> *Mas eles tomaram as terras das pessoas?*
> *Nessa época que nós estávamos lá não tinham tomado ainda... só estavam cortando os terrenos para os donos. Outros, eles cortavam aqueles lotes que os donos tinham e aí aqueles iam saindo. Nós mesmos fomos um: papai vendeu o terreno dele lá e saiu.*
> *Mas vocês não tinham título, não? Era posse, não tinha título não. Sempre*

[23] Esta questão da venda da terra, conquistada por parte de posseiros envolvidos em árduas disputas até obterem seus direitos, constitui uma das grandes preocupações atuais das lideranças camponesas e daqueles que trabalham junto ao campesinato. Naturalmente, a compreensão do que se passa tem a ver com as condições objetivas em que se encontram e que são desfavoráveis à sua reprodução enquanto pequenos produtores, mas tem a ver também com as transformações do significado da terra. Junto com Maria Antonieta da Costa Vieira e em colaboração com a equipe pastoral da Diocese de Conceição do Araguaia, estou começando uma reflexão sobre este tema no sul do Pará.

vocês tinham posse?
É toda a vida de posse. E ainda hoje estamos morando no terreno aí, sem ter posse de terra, nada, comum mesmo. Aqui não teve medição ainda (Morador no núcleo Crisóstomo, de Santa Terezinha, não abrangido pelas pretensões de propriedade da mesma empresa CODEARA).
- "E ele não tem mais posse, seu pai, não tem mais?
*- Papai não tem não ... Ele vendeu; um pedacinho que ele tinha lá, ele vendeu. (...) Nós temos essa posse aqui, acha que temos porque com dez anos que moramos aqui, é possível ter direito, não é?" (M*oradora do núcleo Crisóstomo, de Santa Terezinha).

Todas essas formulações se referem ao tempo em que a "medição" era anunciada. Por um lado, cabe dizer que a posse se constitui nesse momento e os pequenos produtores consideram que o reconhecimento da posse e do direito é algo que lhes escapa, vem de fora - o Estado confere o direito que os pequenos produtores pleiteiam em função dos anos vividos e trabalhados no lugar. Ao vender a posse, transferem o direito a outro, portanto há uma expectativa de que o direito vá ser reconhecido. A "medição" quando vem sedimenta o direito e significa "garantia":

Quando fala `tem direito de posse', nós achamos que é uma coisa que nós temos direito. Nós estamos naquele lugar com garantia (D. Alzira, moradora de Santa Terezinha).

Neste sentido é que num dos depoimentos acima, o do pequeno produtor de um núcleo onde não se sabia se a "medição" viria ou não, expressava uma certa insegurança.

Nós temos essa aqui; acho que temos porque com dez anos que moramos aqui, é possível ter direito, não é? (Morador de Santa Terezinha).

Não tendo havido "medição", a terra é comum, como no passado. Agora é chegado o tempo da terra de dono ou de posse; como esses direitos se excluem um ao outro, a ameaça agora existe, quando não existia no passado. O reconhecimento da posse através de "medição" representa garantia, no passado representada pela terra comum.

Nesse tempo passado, não se falava em compra e venda de terra, nem, como já dissemos, em pedaços de terra enquanto algo apropriável. No que se falava então?

... quando a gente chega, a gente faz a roça e faz a nossa propriedade... Mas eu já não fiz a propriedade, eu já comprei de outro, a roça de outro... (Eloy, morador de Santa Terezinha, referindo-se à sua chegada, quando a terra era comum). *Meu pai comprou uma casa com o sítio de um homem. Era perto da casa do velho Cecílio... Aí meu pai falou com o pai dele, e ele aceitou que meu pai fizesse roça naquele lugar* (Maria Rocha, moradora de Santa Terezinha, referindo-se à chegada a Furo de Pedras, no tempo em que a terra era comum).

O que isto quer dizer? Uma benfeitoria podia ser objeto de transação, assim como uma propriedade, mas não um pedaço de terra - esta não é divisível, nem apropriável sob a forma de um bem alienável. Esta é uma percepção adequada ao sistema capitalista, de mercado, em que se construiu o conceito de propriedade tal como o conhecemos (Bohannan:

1967 e 1963).

2. O cercamento dos campos e das reservas naturais

Tudo o que foi visto até aqui se refere ou às "áreas de serviço", ou ao espaço que, no conceito dos pequenos produtores, estava sob o domínio da propriedade, onde a família ou o grupo doméstico desenvolvia suas atividades agrícolas e a criação de animais de pequeno porte. Resta, no entanto, pensar os espaços comuns nos quais os pequenos produtores exerciam outras atividades que não aquelas materializadas na casa, no sítio, na roça e nas capoeiras. Refiro-me ao campo, ao varjão, às aguadas e às reservas de recursos florestais.

De fato, a criação do gado, em Santa Terezinha, não se desenvolvia no âmbito da propriedade, mas nas pastagens naturais dos espaços comuns. A criação em pastagens naturais supunha acesso a faixas complementares de terreno de tal modo que no verão, período de estiagem, o gado pudesse ser colocado nos varjões - terreno alagadiço, baixo, que conserva a umidade acumulada no período das chuvas. No inverno, quando as águas cobrem o capim dos varjões, o gado tem que ser retirado para os campos, terrenos secos, mais altos, que ficam a salvo dos alagamentos e conservam uma vegetação que lhe serve de alimento - aí torna-se necessário garantir o acesso do gado às aguadas existentes.

Uma das razões pelas quais os habitantes daquelas paragens, no passado, deixaram o lugar chamado Furo de Pedras, onde primeiro se instalaram, está relacionada à falta de equilíbrio adequado entre os tipos de terreno necessários não só à criação, mas também à conjugação da criação com a atividade agrícola. É preciso que haja pastagem para o gado e matas para a agricultura:

> *O pessoal foi saindo de lá, porque na época das chuvas fica muito difícil de caminhar... E para o gado também é ruim, porque fica tudo cheio de água e o capim morre. Furo de Pedras fica em cima de um torrão* (Maria Rocha, moradora de Santa Terezinha).
>
> *Mas o povo está assim: um mora num capão, outro mora na beira do rio, outro nem mata não tem ...*
>
> *Então eu falo assim para ele: É melhor você esperar... para tirar pela qualidade da mata. Aqui não pode mais criar gado solto, tem que criar fechado. Para criar fechado, então procura as matas que é onde tem qualquer capim que serve para a criação. No varjão, o capim do varjão não cria; só se for muito alto, se for mundo de terra. Do contrário, não cria não. Se deixar um pedacinho de chão para criar, não cria não. O capim morre todo. No inverno, não tem onde o gado ficar.. Agora, quando é no verão não... Tem tudo que procurar as matas para trabalhar, porque de certo que eles podem criar um gado ali, pouquinho, mas não pode trabalhar* (Livino, morador de Santa Terezinha, referindo-se a Furo de Pedras).

As matas são "para trabalhar", para a agricultura, o varjão e o campo são para a criação. Com o advento da "medição", os pequenos produtores perderam as áreas comuns de

criação e passaram a ter que "criar fechado", ou seja, a ter que colocar no mesmo espaço a roça e a criação e proteger a roça do gado usando a cerca. Além disso, tiveram que optar pela mata por ser a agricultura a atividade privilegiada, ou então, tiveram que formar pastos artificiais nos terrenos de mata para poder criar. Quando, no passado, eles optaram por Santa Terezinha, saindo do Furo de Pedras, o fizeram porque em Santa Terezinha a mata era abundante e os campos e a aguada cobriam uma extensão menor do espaço. Aqueles que, de acordo com suas condições e opções, se dispunham a investir na criação, tinham sempre a possibilidade de levar o gado para a Ilha do Bananal, do outro lado do rio, onde a qualidade da terra para criatório era conhecida. Podiam fazê-lo mantendo suas casas, roças e sítios em Santa Terezinha. Estes compunham um segmento mais rico dos pequenos produtores que inclusive podiam colocar algum vaqueiro a seu serviço, remunerado através do sistema de "sorte", para cuidar do gado na Ilha. Aos que privilegiavam a agricultura, mesmo mantendo algumas cabeças de gado, os campos e a aguadade Santa Terezinha eram indispensáveis. Cercar os campos veio a romper este equilíbrio relativo, devido em parte ao controle sobre o espaço que permitia deslocamentos oportunos quando, pelo crescimento populacional, matas ou campos tornavam-se escassos:

> *- Porque que é que vocês estavam saindo de um lugar para outro?*
>
> *- Não, é porque... não é porque o povo não é bom não. É que os lugares que a gente habitava não tinham mata para trabalhar. O mato era pouco, a gente tinha que arribar. Outro lugar era bom para lavoura, mas já era ruim para criação. Então, por causa disso, a gente foi mudando* (Livino, morador de Santa Terezinha).

É como se neste contexto pudéssemos entender a migração como uma forma de restabelecer o equilíbrio entre necessidades e recursos disponíveis através do deslocamento espacial. A questão remete à condição mais genérica do pequeno produtor em situações que se caracterizam pela existência de espaços abertos, de terras livres, e talvez seja uma sugestão para pensar noções tanto do tipo que leva a caracterizar o homem do campo como naturalmente nômade, como noções de que sempre que migra, o pequeno produtor o faz em função de pressões exercidas por outros grupos sociais. É possível ser o deslocamento no espaço também uma regra social interna ao grupo[24].

A solução dada, com a chegada da empresa a Santa Terezinha, à disputa de terra entre ela e os pequenos produtores facultou a estes últimos a conservação das áreas de propriedade, mas sob a forma de espaços fixos, retirando-lhes o acesso às áreas comuns:

> *- José Carlos, agora todo mundo é proprietário, mas antes de ter essa confusão toda, não era assim. E aí, como é que era o uso de uma aguada?*

---

[24] Para uma rediscussão dos conceitos de migração, ver Almeida e Palmeira: 1977. Para análises concretas das estratégias camponesas postas em prática nas migrações, ver Garcia: 1984 e Esterci: 1977.

> *- A aguada era de todo mundo, mas... dava para todo mundo se localizar e aí saber dividir a aguada.*
> *- Mas isso, já pensando em dividir a terra, mas antes não era dividido?!*
> *- Não, não era não. O gado era solto aí, o gado de todo mundo ficava, ia para todo lado (...)*
> *Como o povo aqui, tinha o varjão, criava gado aí. Todo mundo tinha o gadinho aí. ... (O padre) queria essa parte do varjão para o povo ter sempre um lugar para ter o gado. Ele não queria que a CODEARA tomasse isso aí, e acabou tomando mesmo. (...) Onde a CODEARA via que era bom, tirava para ela... escolheu foi o melhor. Fez a sede bem aí, onde a gente vê esses currais, na aguada boa... saiu cercando, tomando aqui, acolá, tomou o varjão também. ... a aguada era para ter o pasto para o gado ficar dentro da área dos posseiros. Cada um tinha sua área ali e podia ter a criação que ia beber na aguada* (José Carlos, morador de Santa Terezinha).

Se o cercado do varjão e da aguada representou uma perda para a atividade pecuária dos pequenos produtores, o cercado dos campos, lugar seco, do tipo cerrado, significou a perda de outros recursos também apropriados comunalmente pelos pequenos produtores de acordo com suas necessidades: a palha utilizada em lugar de telhas para a cobertura das casas ficou cerceada, assim como perdido ficou o cascalho utilizado para pavimentação de casas e de vias públicas. Ainda em 1984, ouvi de um morador:

> *Passa bem pertinho a cerca dela. Toda coisa que quiserem de palha, é tudo do lado de lá, da CODEARA. (...) Tem o cascalho também, para encascalhar a rua e para a gente fazer serviço com cascalho também. (...) aterrar a área da casa (...) E o cerrado (onde fivava o cascalho) fica bem dentro da CODEARA, perto da sede.... e outra parte mais longe, mas é dentro da CODEARA também.*
> *- Está perto - no cerrado, não serve para plantar, então ficava lá, era de todo mundo. Era assim?*
> *- É de todo mundo. Era a mesma coisa que no tempo que tinha o gado solto: todo mundo botava o gado junto. Nesse cerrado também, todo mundo participava junto. (...) Tirava o cascalho, botava o gado, tirava a palha. Todo mundo tinha a liberdade de tirar a palha também* (José Carlos, morador de Santa Terezinha).

Não é sem razão que muito tempo depois as referências às áreas e recursos de utilização comum vêm ainda carregadas de uma oposição muito forte à empresa. O fato é que, se no que concerne à área das propriedades os pequenos produtores de Santa Terezinha viveram o desfecho da disputa com a empresa como uma vitória, no que diz respeito às pastagens e recursos das matas virgens e dos cerrados, o que eles experimentaram foi a expropriação pura e simples de bens necessários à manutenção de sua condição de vida anterior. Por isso, as cercas e cancelas postas pela empresa representam a "dominação", a "usura", a "implicância" da CODEARA que mantém acesa a chama da indisposição dos pequenos produtores com relação a ela, muito tempo depois de passado o período das lutas.

Onze anos depois da demarcação das terras e titulação das áreas destinadas às propriedades dos pequenos produtores, o mesmo morador já mencionado assim se expressava:

> *- Continua do mesmo jeito. Você não vê como a gente vem por aí, pela estrada de São Félix para cá, entrando cancela e mais cancela, até chegar aqui? (...) Pois é, só aí você assunta como é que é. É a dominação da fazenda; está dominando. Tem gurita para todo lado. Gente que plantou, e para tirar a palha tem que passar naqueles chefes, naqueles guriteiros, para receber uma licença ... lá no escritório para poder tirar palha, para poder tirar madeira, para poder tirar qualquer coisa dentro do terreno da CODEARA.*
> *- E o pessoal precisa muito dessa palha, dessa madeira? - Precisa, precisa demais.*
> *- Por quê? Não é em toda mata que tem palha, não?*
> *- Não, não é ... E assim acabou, a palha está pouco, e agora é que acabou mesmo porque eles araram a terra todinha, onde tinha coqueiro, derrubaram, com implicância, com usura.*
> *- Você acha que eles não precisavam fazer isso, não?*
> *- Não precisava. Pelo menos deixava a mata de coco aqui perto da cidade, essa reserva, deixava* (José Carlos, morador de Santa Terezinha).

A destruição da reserva de certos recursos naturais que o pequeno produtor reclama da empresa agride a forma pela qual ele se relacionava com a natureza, de acordo com a sua percepção de predatório a que já me referi anteriormente. Se tinha que fazer uma roça numa mata de coco, derrubava as demais árvores e deixava os coqueiros e, como não havia coqueiros em todas as matas, os existentes constituíam uma reserva que podia ser usufruída pelos demais.

> *No ano que eu cheguei, a primeira mata que eu derrubei foi aqui ... era mata de coco, mais beleza do mundo. Nós derrubávamos, só deixávamos os coqueiros* (Eloy, morador de Santa Terezinha).

Como já foi dito anteriormente, nada justifica a compreensão da relação com as áreas comuns ou com as reservas de recurso naturais como uma relação do tipo propriedade comunal. Seria muito mais adequado pensar estas relações como algo semelhante ao que significa no nosso código o conceito de usufruto e, a sanção tácita, sob a forma de crítica social, parece ter sido a única forma de expressão do controle coletivo sobre o uso dos bens naturais. Sanção que se expressa na denúncia dos que "devoram" ou "estragam" as matas e derrubam os coqueiros ou cercam as fontes de água, cascalho, etc.

O cercado das pastagens naturais atingiu diferentemente os pequenos produtores e provocou adaptações também diversas à nova situação. Alguns, simplesmente, deixaram de criar, dedicando-se apenas à atividade agrícola - esta estratégia foi levada a cabo por pequenos produtores pobres que possuíam todavia braços suficientes para a lavoura. Pequenos produtores pobres, com falta de braços para a atividade agrícola, começaram a usar o expediente e destinarem áreas de sua propriedade, capoeiras principalmente, a produtores sem terra que, depois de utilizá-las para o plantio de uma roça, as devolviam com capim plantado. Estavam assim formando pastos que alugavam aos criadores, ou seja, a produtores com mais recursos cuja tendência era de romperem com a situação camponesa, explorando as suas

próprias terras, inclusive através de trabalhadores recrutados fora do grupo doméstico e em troca de salários.

Estas estratégias não esgotam o conjunto das alternativas postas em prática pelos pequenos produtores de Santa Terezinha. A tese de Judith Lizanski pode fornecer mais elementos sobre isto, inclusive porque a autora se propõe exatamente a estudar o processo de adaptação que se seguiu à introdução das empresas na área (Lizanski: 1980). Eu queria, no entanto, observar que todo esse processo pode ter contribuído para a diferenciação interna e para o descampesinamento de alguns desses pequenos produtores porque o advento do mercado de terras levou muitos deles a alienarem total ou parcialmente suas terras em favor de camponeses mais ricos, empregados da empresa e comerciantes interessados e com recursos suficientes para se dedicarem à criação; e os que venderam suas terras muitas vezes o fizeram com o intuito de montarem negócio.

Esta coexistência e complementaridade de áreas de apropriação familiar, destinadas fundamentalmente à atividade agrícola e áreas de usufruto comum, destinadas à criação pecuária, pode se dar envolvendo unidades produtivas heterogêneas não só em termos de uma diferenciação interna a um grupo camponês, como é o caso de Santa Terezinha, mas também em termos de relações que se passam entre pequenos e grandes produtores não camponeses. Parece que a condição para que isto se dê não depende tanto da lógica camponesa em si mesma, mas também de condições exteriores de abundância de terras e falta de recursos, ou motivação, para investimento em benfeitorias como a construção de cercas.

Tive ocasião de observar em Quixadá, no sertão cearense, através de uma pesquisa realizada com Alfredo Wagner B. de Almeida, em 1977, a existência de algo semelhante. Lá encontramos as chamadas "soltas" ou "terras soltas", um espaço partilhado por grandes fazendeiros de gado e algodão, pequenos proprietários do tipo camponês e parceiros das grandes fazendas. Diferentemente do caso de Santa Terezinha, o estatuto de área de utilização comunal conferido às pastagens e aguadas em Quixadá se sobrepunha ao estatuto de propriedade privada conferido às mesmas áreas (Almeida e Esterci: 1977).

3. A terra divisível e a ordem da dominação

Entretanto, o que estava em jogo, na instalação da empresa CODEARA em Santa Terezinha e na realização do processo de "medição", era a instauração de uma nova ordem que define os conceitos e as relações com a terra dentro da tradição do sistema ocidental. Vejamos, pois, como se pode compreender esta nova ordem através de alguns elementos mínimos que compõem a tradição da qual ela decorre.

Preocupado com a investigação transcultural dos modelos de relação com a terra, Paul

Bohannan assim se expressa sobre o que resulta, para este tipo de estudo, da própria tradição antropológica:

> *É um princípio há muito tempo firmado na Antropologia que antes que possamos compreender o comportamento do homem, é preciso compreender a interpretação dada pelos que assumem tal comportamento. De acordo com este princípio temos que investigar o que cada povo entende por terra, e os conceitos culturais com os quais fala sobre ela* (Bohannan: 1963; página 101).

Aplicando este princípio à compreensão do sistema ocidental do pesquisador, portanto -, ele procura esclarecer que, entre nós, a terra é concebida como algo "mensurável", "divisível" em partes percebidas como "coisas". Os ocidentais construíram um complexo conjunto de convenções, técnicas e instrumentos cartográficos através dos quais marcam pontos sobre a superfície terrestre e os relacionam às posições dos astros de modo que lhes é possível:

> *Localizar e medir parte da superfície terrestre, registrar as informações em mapas. Estas partes passam a ser, para alguns propósitos pelo menos, coisas " identificáveis"* (Bohannan: 1963; página 102).

A noção de terra como mensurável, divisível em partes, pedaços, lotes seria o primeiro elemento específico da concepção ocidental de terra que abre as possibilidades para o nosso sistema de relação dos homens com a terra:

> *Esta complexa noção de terra com a tecnologia que a acompanha é absolutamente essencial tanto para o sistema ocidental de relação com a terra como para a economia ocidental voltada para o mercado* (Bohannan: 1963; página 102).

E por que, segundo Bohannan, a existência do mercado de terras está condicionada à noção de terra como lote, pedaço? Porque...

> *Somente se a terra for divisível e as divisões precisamente calculáveis e mensuráveis é que a terra pode ser tida (held) . Somente se a terra for recortada em unidades definíveis pode entrar no mercado ou, do ponto de vista jurídico, ser sujeita a contrato. Contrato e mercado de terra criam tipos específicos de relação entre os homens e a terra* (Bohannan: 1967; página 53).

Foi a "medição", percebida pelos pequenos produtores de Santa Terezinha como algo vindo de fora, que introduziu entre eles a noção de partes de terra precisamente definidas. Expressões do tipo "tirar um lote" e "área de terra" se introduziram no seu discurso no contexto da "medição" ("quando viesse a medição, como veio, cada um tirava o seu lote") e se distinguem de expressões um tanto vagas usadas fora desse contexto ("bem pertinho da casa da gente", bastava "não pisar na roça do outro…", "afastou daqui cem ou duzentos metros…"). Antes, ou fora do contexto da "medição", os pequenos produtores de Santa Terezinha falavam em pedaço, em parte referindo-se não à terra em si mesma, mas à terra

indissociável dos recursos existentes sobre ela ("pedaço de mata"), ou do trabalho objetivado ("um pedaço de roça" - terra preparada para o plantio, ou já plantada). Foi somente no contexto da "medição" que os pequenos produtores começaram a se referir a si mesmos como sujeitos de uma nova relação com a terra em si: "sou dono de uma área de terra". É como se, na direção indicada por Bohannan, assistíssemos à passagem da sociedade de consenso para a sociedade fundada no contrato, pelo menos no que se refere à terra, objeto desta reflexão.

Tendo concluído sobre a relatividade cultural da relação homemterra, Bohannan prossegue em sua argumentação para examinar outra unidade - a relação homem-homem ao nível do sistema social:

> *Entretanto, ter um pedaço de terra como propriedade numa sociedade caracterizada pelo mercado livre é mais do que uma relação entre um homem e um pedaço de terra. De acordo com o que nos tem sido dito pela mais balizada jurisprudência, trata-se de uma relação entre pessoas. Propriedade tem a ver com direitos à terra contra ou com outras pessoas. Portanto, além da unidade homem-terra, usualmente chamada `sistema de propriedade' pelos ocidentais, temos também uma unidade homem-homem usualmente referida como parte de um sistema social* (Bohannan: 1967; página 53).

E assim chegamos ao que Bohannan chamaria de a "dimensão social" da relação com a terra: antes da "medição" e do mercado, na terra comum, do Estado ou devoluta, as relações entre os moradores, e deste com os chegantes, era uma relação entre proprietários atuais ou em potencial, no sentido de que todos tinham ou poderiam ter acesso à terra, sendo o acesso garantido pela disposição de trabalhar ("fazer a propriedade") e morar de acordo com as regras de respeito à propriedade do outro e de uso não predatório dos recursos e áreas comuns. Ora, a nova ordem cria a relação entre proprietários - já no sentido do código jurídico estatal e não-proprietários, relação esta que se estabelece entre o conjunto de pequenos produtores e a empresa, na medida em que esta se apropria, privativamente, das áreas comuns e dos recursos naturais, excluindo os pequenos produtores do acesso a bens necessários à manutenção de suas condições anteriores de vida; e entre os próprios pequenos produtores beneficiados com lotes de terra e aqueles que, de acordo com critérios estabelecidos pelo Estado, foram preteridos - homens solteiros, famílias sem o tempo de permanência prescrito por lei. Da relação entre proprietários e não-proprietários emerge a "dominação" da empresa referida pelos pequenos produtores ao reclamarem do cercado das áreas de recurso. Entre os pequenos produtores surgem diversas formas de arrendamento, que antes não se justificavam, e de assalariamento. Estas, embora já existissem, eram de caráter circunstancial para aqueles que se assalariavam em tempos de precisão e pique de atividade produtiva dos pequenos produtores de mais recursos, ou na fase de instalação de uma nova unidade produtiva - do chegante, ou do rapaz em fase de preparação para o casamento. Até o momento em que

realizei a pesquisa, e talvez por tê-la realizado sobretudo com os pequenos produtores beneficiados com lotes de terra, não havia se consolidado uma formulação acerca da relação entre os novos proprietários e os excluídos do acesso à terra, como forma de dominação. Entretanto, casos de conflito entre uns e outros já se registravam sendo interpretados como casos isolados de "roubo" ou quebra do contrato verbal firmado entre as partes envolvidas.

No que se refere à perda para o conjunto dos pequenos produtores de acesso às áreas comuns e recursos naturais, e também no que se refere à exclusão de parte dos pequenos produtores do acesso ao lote familiar, que significa uma diminuição do estoque de terras à disposição de pequenos produtores, é sem dúvida pertinente a consideração feita por José de Souza Martins quando se refere à distância entre "o código de direito popular, construído na experiência diária e concreta dos lavradores" e as leis de terra, inclusive o Estatuto da Terra que "proclama e consagra a propriedade empresarial, fundamentalmente capitalista, e não cria nenhum espaço para reconhecimento das formas de ocupação da terra que estão se desenvolvendo. . . " (Martins: 1980; página 44). Embora as formulações de Martins tenham outras implicações acerca das formas de ocupação da terra postas em prática pelos pequenos produtores, talvez elas possam ser discutidas mais adiante, aqui vale a pena retê-las na medida em que o impasse surgido ao final do conflito em Santa Terezinha explicitou, em parte, exatamente a ausência de respaldo legal às reivindicações dos pequenos produtores e seus representantes no tocante às áreas comuns.

Mesmo depois de uma solução ter sido dada ao caso, beneficiando os pequenos produtores no que se referia às posses particulares, o impasse permanecia no tocante às áreas de pastagem, à área do povoado e às ligações entre as roças e o povoado - ou seja, às áreas de utilização comum. Em nenhum desses casos, ao contrário do que se passou com respeito às áreas do domínio particular, os pequenos produtores lograram ter suas reivindicações atendidas. Isto apesar de o próprio representante do órgão máximo de competência no assunto, presente à reunião na qual se tentou firmar o acordo final, reconhecer, com base no bom senso, a legitimidade das pretensões dos pequenos produtores sobre as áreas de pastagens. Não se pode dizer, é claro, que as decisões implementadas o fossem, sempre, nos termos da lei - muitas vezes as decisões tinham cunho político -, mas o que importa ressaltar, e nisto Martins tem razão, é o fato de a lei não ter amparado as pretensões dos pequenos produtores sobre as áreas de uso comum.

Vejamos, pois, os termos em que se travou a discussão acerca da aguada, área reivindicada em função da atividade pecuária dos pequenos produtores, entre os representantes destes últimos, da empresa e do Estado:

Silveira (gerente e representante da empresa) - *... formou se aquele processo*

> *de comum acordo com os posseiros, representados pelo padre; aceitaram ficar em uma determinada área à escolha deles...*
> *Dr. Peixoto* (procurador geral do INCRA e representante do Estado) - *Padre Canuto, a área foi escolhida pela Missão? Padre Canuto* (representante dos pequenos produtores) - *Foi o Padre Francisco. (...) se pretendia uma certa área, foi dada uma bem menor e ainda desta pequena área foi subtraída uma parte que correspondia a uma certa aguada. (...) ela estava a 5.584,89 há.*
> *Dr. Peixoto: - Esta foi doada!*
> *Padre Canuto: Não, foi 5.582 há; foram subtraídos dois hectares e um pouco.*
> *Dr. Peixoto: - uma diferença de dois hectares, eu duvido que exista aparelho técnico que dê esta precisão.*
> *Padre Canuto: - É problema de água.*
> *Dr. Peixoto: - Agora, eu sei, eu perguntei de propósito. Sei que a disputa é a aguada e não os dois hectares. Então, o problema é grave* (Gravação da reunião de 14 de junho de 1972, em Santa Terezinha; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Ou seja, incapaz de solucionar o impasse nos termos da lei, no caso, o Estatuto da Terra, em que estava baseado, e ao qual fez freqüentes referências, o representante do Estado interrompeu a discussão, deixando a questão da aguada, como "detalhe", para ser resolvida no plano político resultante da correlação de forças entre as partes em disputa. E o representante do Estado sabia que a aplicação da lei, no plano jurídico, tem sua limitação e sua extensão dadas pelo plano político a cujas forças estão de certo modo referidos os órgãos estatais. Assim, o procurador do INCRA se colocou, primeiro, como árbitro, na medida em que em última instância representa o Estado, teoricamente acima das partes, representante da "ordem" e da "justiça":

> *Não vamos discutir se a Missão errou, se a Missão acertou, se a CODEARA errou, se a CODEARA acerto... O Governo Federal com uma representação... do melhor escalão de autoridade, de responsabilidade chega até o ponto deste território para conciliar dois interesses* (Gravação da reunião de 14 de junho de 1972, em Santa Terezinha; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Mas como dentro do aparelho estatal ele representava o INCRA, um instituto de reforma agrária encarregado de assentamento de pequenos produtores, atuando numa área de instalação de grandes empresas aprovadas e beneficiadas pela SUDAM, ele invocava por um lado a prioridade do órgão que representava como tendo "competência nacional" contra o caráter "regional" da SUDAM; invocava também a ascendência do Estatuto da Terra sobre o estatuto da SUDAM, para finalmente levantar a suspeição sobre a justeza da forma pela qual a empresa logrou adquirir a extensão de terras da qual se fez proprietária:

> *... talvez não tenha sido regular no sentido jurídico puro; porque quando a lei limita a concessão de terra pública, a lei exatamente faz com que a terra pública seja repartida por um maior número possível de interessados, de pessoas que tenham acesso à terra, porque a terra é vendida baratíssimo... eu sei que o patrimônio da CODEARA se formou da transferência de 20 ou*

22 títulos..., certo?! Então o governo não pretende dar à CODEARA 196.000 ha, nem daria, porque a Constituição limita, as leis limitam ... Mas e o direito destes posseiros que estavam aqui trabalhando? (Palavras do procurador do INCRA. Gravação da reunião de 14 de junho de 1972, em Santa Terezinha; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

E dando seqüência à definição da competência do órgão que representa, coloca-se como procurador dos direitos dos pequenos produtores:

Mas uma coisa é certa - quando há uma divergência entre dois interesses, entre duas pessoas... É o judiciário quem decide, está certo? E, no instante em que o judiciário for motivado pela CODEARA, o INCRA entra do lado do posseiro, não tenha dúvida. Então, a CODEARA deve pensar nisto tambem (Palavras do procurador do INCRA. Gravação da reunião de 14 de junho de 1972, em Santa Terezinha; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Contudo, e mesmo apelando para o respaldo do decreto presidencial que teve por objeto o caso específico de Santa Terezinha[25] ao ser transferida ao campo das forças políticas, em nenhuma das suas reivindicações sobre áreas e recursos de uso comum, como já foi dito, os pequenos produtores foram atendidos. Perderam a aguada, perderam a área que ligava as roças diretamente ao núcleo urbano e deste, de uma área reivindicada e já votada pela prefeitura municipal, de 2.446 ha, só lograram conservar cerca de 250 ha...

Os posseiros permaneceram inconformados com a perda de suas áreas de uso comum e com a expropriação dos recursos naturais. Isto já deve ter ficado claro nas formulações mencionadas, anteriormente, sobre a percepção da "dominação", relativas aos campos, à aguada e às cercas postas pela empresa. Vale a pena, entretanto, citar as denúncias feitas pelo boletim ALVORADA, muitos anos depois:

... a única mata perto de Santa Terezinha, onde se podia tirar lenha era da CODEARA. (...) A CODEARA mandou derrubar a mata e o povo não vai ter mais onde tirar a lenha. E enquanto ainda há madeira, os fiscais, com brutalidade, obrigam as mulheres a deixar lá os feixes de lenha já amarrados. (...) E mais ainda: a CODEARA derrubou o único total que havia perto da cidade, onde o povo tirava palha para cobrir suas casas. (...)

E como dizem as donas de casa: - Em Santa Terezinha, pobre vai ter que comer cru, e morar em toca, que nem onça (ALVORADA: julho/agosto de 1982; página 21).

***

Seria importante, para fins comparativos e mesmo para avaliar o alcance das propostas de Bohannan no estudo do campesinato brasileiro, poder refletir sobre outras situações, seja

[25] Refiro-me ao Decreto n. 70.430, de 1972, que determinava ao INCRA assistir aos posseiros das áreas em que atuavam empresas beneficiadas pelos incentivos governamentais, no sentido de não deixar que eles fossem desalojados.

de camponeses em confronto recente com grupos sociais dominantes que lhes disputam a terra, como é o caso de Santa Terezinha e tantos outros na Amazônia, seja de camponeses já estabelecidos em áreas de ocupação antiga, como é o caso, por exemplo, do campesinato marginal à plantation, no Nordeste. Naturalmente, o conjunto de categorias e práticas relativas à terra que compõem o modelo em cada caso deve variar de acordo com a situação vivida pelo grupo.

Para apenas mencionar uma situação bem distinta daquelas com que nos deparamos na Amazônia, eu citaria o resultado da pesquisa realizada por Afrânio Raul Garcia Jr., junto aos pequenos proprietários do Brejo Paraibano (Garcia J.: 1983). O autor fala de um campesinato que é proprietário de pequenos lotes (nos termos do código oficial) , que convive e depende da plantation canavieira e que não tem conceitos específicos que definam a relação com a terra, mas que distinguem a terra conforme a atividade produtiva que nela se faça: terra de trabalho - terra de gado. Nesta distinção não está em jogo a forma de domínio, em termos jurídicos, mas o fato de ser ou não a atividade aí desenvolvida voltada para a produção de meios de sobrevivência do grupo. Esta é uma diferença significativa em relação à situação que está sendo analisada neste trabalho, mas penso que o aprofundamento da comparação nos levaria a identidades significativas em outro nível: por exemplo, Afrânio Garcia faz uma longa análise da concepção de terra em si e aponta para o fato de o discurso do camponês, neste contexto, não comportar referência à terra mas sim à vegetação encontrada sobre ela. A este respeito cita também o resultado da pesquisa de Laís Mourão sobre os pequenos produtores da Baixada Maranhense (Garcia Jr.: 1975; capítulo V e Mourão: 1975; capítulo 3).

Uma outra situação, mais próxima, que permitiria estender a análise num outro sentido, é aquela estudada por Octavio Ianni no sul do Pará (Ianni: 1978). O autor se propõe a reconstruir a história da ocupação do Município de Conceição do Araguaia, no sentido de mostrar "como as relações econômicas e políticas dos homens produzem várias metamorfoses no significado social da terra" (Ianni: 1978; página 5). Percorre, detalhadamente, as fases de exploração da região, acompanhando o processo de transformação do significado da terra até chegar ao momento conflitivo de sua realização como mercadoria (Ianni: 1978; páginas 144 a 162). Um dos capítulos do livro de Ianni é particularmente sugestivo com relação ao tema de que estamos tratando. Seu título: "Sitiantes, posseiros e colonos" (Ianni: 1978; páginas 130 a 146). Entretanto, para uma leitura produtiva é preciso distinguir, claramente, as categorias classificatórias dos grupos em questão, daquelas que fazem parte do pensamento do observador, extraídas, seja do discurso científico, seja do código dominante. Diz o autor:

> *No caso do campesinato amazônico, ele é principalmente formado de posseiros. Isto é, compõem-se de ocupantes antigos e recentes de terras devolutas... Dentre os posseiros houve e há pequenos, médios ou mesmo*

> *grandes fazendeiros* (Ianni: 1978; página 132).

E mais adiante:

> *Mas comecemos por reconhecer que no município de Conceição do Araguaia, em 1977, o campesinato está subdividido em três grupos. O primeiro, de formação mais antiga, compõe-se de sitiantes; o segundo, relativamente recente, compõe-se de posseiros; e o terceiro, recente de poucos anos ou mesmo meses, compõe-se de colonos* (Ianni: 1978; página 134).

A distinção estaria feita, em termos de tratamento da área explorada ("pequenos, médios ou grandes..."), ou em termos de alocações no tempo (antigos, relativamente recentes, mais recentes), mas o próprio autor introduz outras categorias que se referem a relações sociais (fazendeiros, camponeses) e indica a complexidade desse sistema classificatório. Sitiantes, posseiros e colonos

> *não são sempre distintos um do outro; freqüentemente, mesclam-se ou confundem-se. Entretanto, distinguem-se, não só como grupos no seio do campesinato, mas também como expressões históricas da formação e crise desse campesinato* (Ianni: 1979; página 134).

O conceito de campesinato, usado no texto, está claramente definido (Ianni: 1978; página 132) e também está clara a interpretação do autor de que as três categorias (sitiante, posseiro, colono) são "expressões históricas da formação e crise desse campesinato". Entretanto, por que será que o autor diz que "são grupos no seio do campesinato" e ao mesmo tempo que "freqüentemente mesclamse e confundem-se"? Não estaria aí a indicação da necessidade de identificação dos contextos em que tais categorias, como parte do sistema classificatório dos grupos, aparecem? O próprio autor fornece elementos para definição desses contextos, úteis de serem explorados e que permitiriam eliminar as aparentes confusões. Por exemplo, a categoria sitiante está articulada a um tempo (passado), a uma atividade principal (extração da borracha - seringueiros), a uma atividade complementar (?) (sítio), a uma forma de organização social no espaço (freguesia - freguês x barracão - patrão) (Ianni: 1978; páginas 124 a 136). Neste sentido, sitiante se refere a um momento da formação do campesinato, ou, poder-se-ia dizer, a uma fase da biografia do grupo. Mas quando é que este campesinato se confunde (melhor seria, se autoclassifica) com o posseiro? Não seria, exatamente, quando se coloca em um outro contexto o da luta pela terra?

A categoria posseiro, de fato, está articulada a um tempo (recente), a uma atividade principal (a agricultura), a uma forma de organização social no espaço (povoados) , a relações sociais (fazendeiros, peões, grileiros) e evidentemente ao processo de transformação da terra em mercadoria (Ianni: 1978; capítulos XII a XVI).

Haveria ainda uma outra distinção a fazer no texto: posseiro, às vezes, refere-se ao sujeito em virtude, simplesmente, de sua relação jurídica com a terra ("Dentre os posseiros há

pequenos, médios e mesmo grandes fazendeiros"; página 132) e, às vezes, às relações sociais e políticas, como anteriormente referido. Num caso, trata-se de uma classificação jurídica do código oficial, no outro, trata-se de uma categoria do grupo. E não seria exatamente por isso que posseiro, não o grupo, mas a categoria pela qual se autoclassifica num contexto determinado, é "recente", enquanto que sitiante, tanto a categoria, quanto o grupo que assim se refere, é "antiga"?

Um outro trabalho, desta vez de Maria Antonieta da Costa Vieira (Vieira: 1980), permite indagações sobre outro aspecto de terra. De fato, a reflexão e o rico material de pesquisa produzidos por Maria Antonieta sugerem que é a própria análise da categoria terra que poderia ser levada adiante no sentido de compreender mais adequadamente seu significado para os camponeses. Seus entrevistados restringem o uso do termo a contextos bem específicos. Tal como no caso dos posseiros de Santa Terezinha, o grupo estudado por Maria Antonieta, ao referir-se ao passado, não fala em terra para significar uma parte da superfície terrestre, mas usa termos que indicam recursos naturais, produtos do trabalho ou relações sociais que ali se fazem: "saímos de lá porque as matas estavam ficando poucas", "os matos estavam tomados", "falei com o dono da roça", "fiquei morando de acordo todos moravam".

O termo terra aparece em três sentidos. Primeiro, como nome da matéria, do elemento natural: "cobri as covas com a terra", "terra seca". Aparece também como entidade ou terra em geral, em expressões tais como "a terra não demove de lugar nenhum, o povo é que corre de um lugar para outro", "Deus deixou a terra para os homens desfrutarem", "terra-mãe", "terra de Santo", "terra de Deus". Finalmente, o termo aparece relacionado à introdução da nova ordem, do mercado de terras e das disputas. Destes contextos, extraem-se as seguintes expressões: "terra de documento", "terra de dono", "terra medida", "pedaço de terra", "compra de terra", "terra de grilo", "dono de terra", "problema de terra". Todos os elementos que compõem o sistema ocidental de relações com a terra aparecem nestas expressões que se referem à experiência atual dos membros do grupo estudado por Maria Antonieta.

A partir da análise do caso que estuda, Maria Antonieta conclui:

> *A forma de ocupação da terra desenvolvida pelos posseiros em áreas distantes dos centros dinâmicos da sociedade brasileira, gerou historicamente uma forma específica de conceber a relação com a terra* (Vieira: 1981; página 147).

José de Souza Martins, em vários de seus trabalhos, exprime sua preocupação com a particularidade da forma camponesa de relação com a terra e propõe inclusive que se considere, no Brasil, a existência de:

> *uma clara oposição entre diferentes regimes de propriedade: de um lado... o*

> *regime de propriedade capitalista; de outro, os regimes de propriedade familiar, como o dos pequenos lavradores do sul e de outras regiões; o da propriedade comunitária dos povos indígenas; e o da posse, difundido em todo o país, sobretudo na chamada Amazônia* Legal (Martins: 1980; página 41).

A análise que venho desenvolvendo leva-me a concordar com a existência de "regimes de propriedade" alternativos e sugere a necessidade de aprofundar a compreensão dos conceitos em cada caso, pois, como já se viu, a própria noção de `"posse", mais próxima das situações que vêm sendo referidas, precisaria ser melhor qualificada.

Entretanto, há divergências com relação a esta perspectiva de interpretação dos processos de transformação no campo, que tem a ver, diretamente, com algumas das formulações feitas, ou endossadas, neste trabalho. Por exemplo, é possível diferenciar a posição dos autores que tratam do tema, considerando a ênfase colocada por alguns nos processos de descampesinamento e proletarização, no sentido de desenvolvimento pleno das relações capitalistas - penso ser Iami um bom representante desta tendência; assim como Martins representa bem a vertente que aposta na permanência de relações alternativas no processo de transformação. Por outro lado, não se pode ignorar as críticas que recaem sobre as próprias noções de especificidade e resistência, as quais, no que se referem ao aspecto analisado, têm a ver com a posição que estou assumindo. Maria Emília Lisboa Pacheco (Pacheco: 1980) e Otávio Guilherme Velho (Velho: 1983) chamam atenção para a heterogeneidade interna do campesinato, recusando uma suposição de homogeneidade a qual, segundo eles, estaria em jogo nas noções de especificidade e resistência do campesinato. Sem entrar na discussão conceitual a respeito da aplicação do conceito de modo de produção (Pacheco: 1980; Introdução e Primeiro Capítulo), suponho referir-se à especificidade do campesinato ao nível do funcionamento interno das unidades produtivas dos grupos de alguma forma controladores da terra em que trabalham e recrutam a força de trabalho, essencialmente, entre os membros do grupo doméstico (Garcia: 1975). A noção de especificidade não se contrapõe à percepção de diversidades significativas de situações, nas quais o campesinato aparece submetido a diferentes formas de subordinação.

Já a noção de resistência pode ser pensada em dois sentidos. Primeiro, como capacidade de grupos concretos se oporem ao processo de expropriação; segundo, de formularem modelos conceituais e práticos alternativos do modelo capitalista de relação com a terra. Em ambos os casos, penso ser necessário distinguir setores do campesinato que, de acordo com suas condições, formulam e põem em prática estratégias que conduzem ora ao descampesínamento, ora à manutenção de suas condições de reprodução enquanto camponeses. O caso de Santa Terezinha mostra que nem todos se envolveram igualmente na luta ou foram sensíveis à formulação de um modelo conceitual de oposição à nova ordem.

Mostra também que nem todos, uma vez conquistada a terra, permaneceram nela como camponeses.

Quanto à posição enfatizadora dos processos de descampesinamento e de proletarização, talvez ela possa ser, sob certos aspectos, repensada à luz de uma etnografia das relações de um segmento que tem sido colocado como o "proletariado emergente" da Amazônia, talvez necessitando ser melhor qualificado. Refiro-me ao contingente maior que compõe a força de trabalho das empresas e que são os peões - objeto do próximo capítulo.

III

Campesinato e Peonagem

Hoje em dia, quem trabalha para outro
é peão, mas, de primeiro, ninguém chamava por esse nome: era trabalhador de fulano
(Antônio, posseiro).

No momento em que ocorria o conflito entre os posseiros de Santa Terezinha e a CODEARA, os peões eram o contingente mais numeroso de trabalhadores da empresa. Desde o início eles foram trazidos em grandes levas, a primeira das quais, como se viu, teve que ficar acampada às margens do rio, devido à resistência dos posseiros em admitir que as matas próximas fossem derrubadas. No discurso dos posseiros sobre a empresa havia muitas referências aos peões, nem sempre relacionadas à disputa em torno das terras mas, freqüentemente, derivadas da perplexidade diante dos maus tratos impostos pela empresa aos seus trabalhadores, ou diante de sua condição de trabalhadores "cativos" e "mandados" que os posseiros opunham, comparativamente, à sua própria condição de gente que trabalhava no que era seu. No tocante à participação dos peões no conflito, havia referências a contatos tensos e a casos individuais de um ou outro peão que se dispusera a servir como força de repressão da empresa, mas nunca a choques entre turmas de peões e grupos de posseiros, conforme chegara a ser algumas vezes anunciado. Também não havia indicações de expectativa, por parte dos posseiros, de que as turmas de peões fossem se colocar a seu lado na luta contra a empresa.

De fato, do ponto de vista dos posseiros, os peões apareciam associados a uma série de fatores de desorganização da sua vida social: a ameaça de expropriação e destruição de suas casas e áreas de cultivo, a presença incômoda de um enorme contingente de estranhos, às vezes, equivalente ao número de homens adultos do povoado, ao surgimento da zona de prostituição. O termo peão logo adquiriu uma conotação pejorativa e passou a designar uma categoria carregada de conteúdos negativos: homens desconhecidos, "sem família", "sem compromisso", "largados", "bêbados", "vendidos". Os posseiros opuseram resistência a que suas filhas se relacionassem com peões e, na própria distribuição espacial da vila, se expressou a distância e a oposição com relação a esses trabalhadores.[26] Entretanto, houve

[26] Na vila, por exemplo, uma das ruas dava acesso direto à sede da empresa; nela e nas suas imediações, até uma espécie de praça que marcava a descontinuidade com as ruas seguintes, estavam concentrados os quiosques que vendiam bebidas e]atarias, as casas comerciais maiores que ofereciam confecções, calçados e rádios de pilha, os ranchos improvisados onde alguns trabalhadores armavam suas redes, as "pensões de peões", a zona de prostituição. Nas ruas seguintes, estavam a capela, a Cooperativa dos posseiros, as casas dos membros da equipe religiosa, a maior parte dos posseiros que tinham rasas na vila e algumas casas comerciais, duas das quais de proprietários de origem camponesa. Noutro povoado, observei que os peões restringiam-se a. circular na área dos bares, pensões e zona de prostituição e que as notícias que mobilizavam as passos num ponto e noutro da vila

casos de peões que se casaram com viúvas ou filhas de posseiros e, através da aliança contraída, se engajaram na luta e se tornaram também posseiros.

Na tentativa de expulsar os posseiros, os homens da empresa manipularam a oposição, fazendo circular entre os peões a versão de que as terras pertenciam à empresa e de que os que as ocupavam indevidamente não as faziam produzir porque eram "beirosos" ("preguiçosos da beira do rio") , mesmo porque disputava com eles, exatamente, a parte do povoado que dava acesso à via fluvial. Entre os posseiros, por outro lado, faziam correr a notícia de que os peões iam se revoltar e de que se dispunham a enfrentar os moradores que os impedissem de realizar as tarefas para as quais haviam sido contratados.

A presença dos peões não teve para todos os moradores do povoado as mesmas implicações negativas que dela decorriam para os posseiros. De fato, o tempo das grandes derrubadas da empresa, e não só da CODEARA, mas também das empresas que foram sendo instaladas nas áreas próximas, constituiu o pique do movimento comercial da vila, para onde convergiam os trabalhadores nos momentos de recrutamento e nos intervalos entre a realização de uma tarefa e doutra. Os preconceitos com relação aos peões, no entanto, estavam sempre presentes e eram manipulados conforme os interesses de cada um, porque a cadeia de exploração que começava no espaço de trabalho tinha desdobramentos na vila envolvendo intermediários (empreiteiros e gatos) , comerciantes, donos de pensões e polícia.

Vou analisar, neste capítulo, a peonagem como forma de subordinação do trabalho distinta do assalariamento tipicamente capitalista, considerando a instituição da dívida, a figura do intermediário e o contrato de remuneração por produção como elementos que compõem a relação.

Em seguida, examinarei as formas de reação dos peões à exploração a que estavam submetidos, tentando compreender estas formas de reação como decorrência da própria característica que confere particularidade à relação e como função da percepção tida por estes trabalhadores do seu engajamento naquele tipo de contrato de trabalho.

Finalmente, indicarei alguns aspectos da relação dos peões com seus companheiros de trabalho e com as mulheres da zona de prostituição que me parece ser o modo pelo qual, afastados de suas comunidades de origem, eles reconstruíam suas relações sociais e familiares dentro das condições a eles impostas pelo tipo de recrutamento da força de trabalho.

Antes, porém, preciso chamar atenção para alguns pontos que me permitam esclarecer, mais adequadamente, a que trabalhadores estou me referindo e a que situação se refere o modelo por mim em construção.

Havia, mesmo na fase inicial de implantação das empresas, outros segmentos de

---

nunca eram as mesmas por mais extraordinário que fosse algum caso ocorrido (cf. Esterci: 1980; página 134).

trabalhadores que nelas se empregavam e que não estavam incluídos na peonagem. O termo peões podia ser usado para referir-se tanto a trabalhadores diretos como indiretos (peões, propriamente, e empreiteiros), desde que contratados por empreita, remunerados à base da produção, dedicados a tarefas tais como derrubadas, demarcação de limites, abertura de estradas, sem vínculo empregatício juridicamente reconhecido pela empresa e sujeitos a uma alta rotatividade, circulando de uma empresa para outra por toda a região.

Neste sentido, distinguiam-se os peões dos mensalistas, assim chamados, justamente por serem contratados por tempo de serviço, remunerados à base de salários mensais, para realizar tarefas ligadas à administração, fiscalização, operação de máquinas e cuidados com o gado, sujeitos a uma rotatividade menor; daí, inclusive, serem pensados como trabalhadores "fixos". Entre os mensalistas havia os chamados empregados que, do ponto de vista dos peões (assim como dos posseiros), se supunha representarem, mais fortemente, os interesses das empresas. Incluíam-se entre os empregados, fundamentalmente, os gerentes e fiscais.

Um outro segmento da força de trabalho das empresas era constituído por mestres de ofício e seus auxiliares para realizar tarefas tais como construção de casas, cercas e estábulos. Os oficiais eram contratados também sob o regime de empreita e, por sua vez, podiam contratar seus auxiliares como diaristas.

Atualmente, os trabalhadores temporários empregados nas empresas continuam sendo chamados peões, mas o significado do termo tende a se transformar e o modelo de peonagem que aqui será descrito pretende ser adequado apenas à situação vigente na fase de instalação das empresas. As relações pelas quais se organiza, atualmente, o cultivo do arroz, da cana, dos seringais nas empresas não serão objeto de análise e talvez os peões da fase já produtiva das empresas sejam muito mais comparáveis aos bóias-frias e volantes, no Centro-sul do país, e aos clandestinos, no Nordeste. Alguns indicadores da transformação ocorrida podem ser apreendidos nas referências do boletim ALVORADA de 1982:

> *Nas matas estão os peões, trabalhando sem salário, enquanto as mulheres lavam roupa para sustentar os filhos na escola e no de comer. Os peões não sabem o que fazer. Não têm terra e são obrigados a sair para as fazendas, ganhando uma diária de Cr$ 700.00*" (Redator do boletim ALVORADA; julho/agosto de 1982).

> *Antes, na minha pensão não faltava nada, tinha muito dinheiro e muito peão e se fazia movimento. Eram os peões que entravam na mata e derrubavam. Aí foram chegando as máquinas e mandando os peões embora. Os de fora foram saindo, só ficando os moradores, que hoje estão servindo de peões para a plantação de* seringa (Dona de pensão; transcrito do boletim ALVORADA; julho/agosto de 1982).

Nestas formulações, as distinções entre os trabalhadores das empresas que hoje são chamados peões e aqueles que antes eram assim também chamados se expressam no ser

"morador" e não ser "de fora", ter mulher e filhos no lugar e não hospedar-se nas pensões, trabalhar nas plantações e não na realização de tarefas de implantação, ser remunerado à base de diárias e não mais, essencialmente, por produção. Tais distinções remetem, pois, a mudanças havidas nas necessidades das empresas na forma de recrutamento da força de trabalho, no tipo de atividades predominantemente realizadas, nas formas de contrato de trabalho. Mas o que me parece fundamental é estarem ausentes, na situação atual de Santa Terezinha, as condições existentes no período de implantação das empresas e que propiciavam e tornavam necessária a instituição da dívida. Sob este aspecto, inclusive, as relações de hoje, entre os novos peões e as empresas, são muito mais próximas daquelas que se dão entre bóias frias, volantes e clandestinos e seus empregadores (D'Incao: 1975; Martinez-Allier: 1975; Sigaud: 1979).

Caberia ainda dizer que, ao contrário dos posseiros, os peões que me prestaram informações não estavam todos referidos à mesma empresa CODEARA, nem foram todos contactados em Santa Terezinha, mas muitos deles foram entrevistados em São Félix do Araguaia, Porto Alegre do Norte e Vila de Santo Antônio (também chamada Chapadinha), tendo passado por várias empresas não só do Estado de Mato Grosso mas também do Estado do Pará.

1. A particularidade da peonagem

A forma assumida pela ocupação da chamada Amazônia Legal, depois de 1960, disseminou, por toda a Região, um modo de subordinação que logo passou a ser conhecido como uma espécie de nova e espúria escravidão. "Comprei este escravo" - era como se iniciava a matéria de um repórter descrevendo sua aventura em Barra do Garças, Mato Grosso, da qual saíra acompanhado de três peões e com a impressão de que "era o único sujeito. . . neste mundo que tinha no bolso um documento de posse de gente..." (Oleari: 1972). "Escravidão e feudalismo no Norte de Mato Grosso" é o título de um informe denúncia do bispo de São Félix do Araguaia, redigido em 1970 (Casaldáliga: 1970). Dos próprios peões era possível ouvir expressões como a seguinte: "Porque nós estamos aqui, presos num curral, e nossos companheiros já fugiram..." (Diálogo de Cícero, posseiro, com peões da Codeara em 1967).

A literatura sociológica produzida sobre a Região, referindo-se à peonagem, nem sempre atribuiu um peso tão significativo às indicações de coerção constantes dos relatos de terceiros ou depoimentos dos próprios trabalhadores acerca de suas condições de trabalho, tendendo a enfatizar muito mais o caráter de proletariado emergente desses novos personagens como "assalariados temporários,... categoria especial de operários do campo"

(Ianni: 1978; página 118). Entretanto, o rótulo de escravismo pelo qual se tem condenado a relação sugere que estejamos atentos aos mecanismos de coerção sobre os quais repousa esta forma de subordinação do trabalho porque eles podem ser indicadores de alguma particularidade desta relação. Significativamente, a mesma associação havia sido feita, antes, com relação a outras formas de subordinação e coerção surgidas em outras circunstâncias históricas e referidas como peonagem:

> *Em diferentes países, notadamente no México, a escravidão foi dissimulada sob uma forma que leva o nome de peonagem. (...) Por meio de adiantamentos a serem deduzidos do trabalho e que se transmitem de uma geração a outra, não somente o trabalhador isolado, mas ainda sua família, tornam-se propriedade de outras pessoas e suas famílias* (Marx: 1968; página 122).

O que está em jogo, num caso como nos outros, é a perda, por parte do trabalhador, da condição de livre possuidor de sua força de trabalho. Através da instituição da dívida, ele passa de "livre a escravo, de possuidor de uma mercadoria a mercadora" (Marx: 1968; página 121).

Já tive oportunidade de expor esta concepção a respeito da peonagem (Esterci: 1979). Aqui pretendo explorar os elementos que produziram a aparência de trabalho escravo como indicativos dos mecanismos de coerção sobre os quais repousava essa forma particular de subordinação do trabalho. Neste sentido, a dívida adquire uma relevância singular porque através do endividamento se justifica o cerco aos trabalhadores e se configuram como "fugas" suas tentativas de deixar as áreas de serviço. A constituição da dívida, no entanto, está associada à forma de exploração e controle sobre a força de trabalho que as empresas exerciam através dos intermediários e da remuneração por produção. A intermediação, a remuneração por produção e a dívida são, portanto, os elementos da peonagem a serem examinados em seguida.

2. Os intermediários

A demarcação de limites de terra entre empresas vizinhas, a repartição de áreas internas de serviço, o desmatamento de grandes superfícies para formação de pastagem e a construção de estradas na mata virgem exigiam o concurso de conjuntos numerosos de trabalhadores que executassem estas tarefas nos períodos anuais de estiagem, entre maio e agosto, aproximadamente. Lidando com 400, 500 trabalhadores, na fase de implantação, as empresas contratavam um certo número de trabalhadores indiretos encarregados de recrutar, organizar e fiscalizar o trabalho da grande massa de peões. As designações atribuídas a esses intermediários fornecem indicações significativas a respeito da diferenciação entre eles. Embora todos pudessem, em determinados contextos, ser identificados como empreiteiros ou

gatos, considerando-se esses termos como sinônimos, o termo gato, denominação jocosa e meio pejorativa, aplicava-se aos intermediários quando estava em jogo a tarefa de recrutamento e remetia à capacidade de seduzir com "falsas promessas" de alta remuneração e boas condições de trabalho e assistência. Aludia também às diversas formas de "roubo" na medição das tarefas contratadas, no acerto de contas, na apropriação de uma "comissão" ou "porcentagem" julgada indevida e na fuga com o dinheiro devido aos trabalhadores ao final do cumprimento de uma tarefa. Neste último sentido, o termo podia ser aplicado aos empreiteiros, não como recrutadores, mas como intermediários e responsáveis pela organização do trabalho. Pelos diminutivos (empreiteirinho, gatinho) costumavam ser chamados os intermediários que assumiam o controle de pequenas turmas de trabalhadores, contratando tarefas diretamente com a empresa ou mesmo com outro intermediário, numa relação de subempreita e, por sua vez, repassando as tarefas aos peões também sob a forma de empreita. Enquanto os empreiteiros maiores podiam lidar com turmas de dezenas e até centenas de trabalhadores, os outros se responsabilizavam por pequenos grupos de trabalho e cinco ou dez homens.

Havia, entretanto, pequenos intermediários chamados chefes-detime que, embora também se encarregassem de tarefas de recrutamento, comando e organização do trabalho, acerto de contas com a empresa ou com o intermediário, diferiam dos demais pelo fato de participarem, eles mesmos, diretamente, do trabalho produtivo. Sob este aspecto seria válido, seguindo as indicações fornecidas pela própria classificação dos trabalhadores, distinguir entre os empreiteiros, os não trabalhadores (os "parasitas" referidos por Marx) e um outro tipo (os chefes-de-time), que seria mais adequadamente pensável como o "operário principal", referido por Marx (Marx: 1968; página 464). Os chefes-de-time, via de regra, recrutavam seus "companheiros" a partir de vínculos anteriores de conhecimento ou parentesco e não subempreitavam o serviço aos demais trabalhadores mas formavam com eles uma "sociedade", repartindo com eles tanto as tarefas quanto o saldo obtido. Como os chefes-de-time se incumbiam de tarefas tais como aquisição de mercadorias, acerto de contas com a empresa, distribuição do saldo devido aos trabalhadores, sua posição no time era diferenciada e podia derivar tanto da liderança exercida entre os próprios componentes do time, quanto da confiança conquistada entre os empregados da empresa encarregados de realizar as contratações. Neste sentido, é possível pensar a posição de chefe-de-time como um passo na escala de ascensão na estrutura da peonagem que leva à condição de empreiteiro. É possível pensar também que, algumas vezes, a autoclassificação como chefe-de-time fosse usada como um eufemismo pelos próprios empreiteiros no sentido de negar sua própria condição de exploradores da força-detrabalho. Esta última possibilidade é significativa por revelar exata-

mente o fato de, aos olhos dos peões, a posição de empreiteiro carecer da legitimidade atribuída à posição de chefe-de-time. O time aparece, na verdade, como um espaço no qual as relações de solidariedade e companheirismo se expressam nas próprias regras de divisão do trabalho. Tratarei disto num item à parte.

3. O salário por produção

Os contratos firmados tanto entre as empresas e os empreiteiros quanto entre estes e as turmas de peões podiam ser de dois tipos: "livre", quando as despesas com alimentação durante o período de realização da empreita corriam por conta daqueles que subempreitavam o serviço a outros e "cativo", quando tais despesas eram descontadas do montante devido aos trabalhadores no final da tarefa. O preço das tarefas variava de acordo com o tipo de contrato e também de acordo com a maior ou menor dificuldade de realizá-la. A demarcação de limites, conhecida como "abertura de picada", era considerada a tarefa mais difícil, pois exigia o deslocamento dos trabalhadores, carregados de tralhas de cozinha, ferramentas, mantimentos, roupas e redes de dormir, por grandes distâncias dentro da mata, percorridas entre o ponto de saída e de chegada, à medida que a picada ia sendo aberta. A derrubada era outra tarefa considerada pesada e entre uma e outra derrubada a dificuldade variava também, de acordo com o tipo de mata - mais ou menos densa, formada de árvores mais ou menos grossas. A derrubada do mato fino para limpeza de pastos era especificada como "juquira" (ou roço), tarefa considerada de mais fácil execução.

Como a margem de ganho oferecida no contrato era maior para tarefas mais difíceis, os trabalhadores costumavam dizer, por exemplo, que a empreita que mais compensava era a "abertura de picada", o que expressava um dos aspectos da percepção do salário por produção, pois o trabalhador privilegiava neste tipo de formulação, não a avaliação do desgaste de força-de-trabalho, mas sim a possibilidade de, em menos tempo, acumular um ganho maior.

De fato, os peões costumavam pensar o contrato por produção como mais vantajoso que o contrato por tempo, na medida em que avaliavam poder aumentar sua margem de ganho pela intensificação voluntária da força-de-trabalho e pela redução intencional de gastos. Neste sentido, inclusive, tendiam a ter na realização do saldo uma espécie de comprovação de sua capacidade de trabalho e contenção de despesas.[27]

---

[27] Maria Rosilene Barbosa Alvim faz uma análise do mesmo tipo de ilusão produzido pelo salário por peças sobre a percepção dos artistas que trabalham na "arte do ouro", em Juazeiro, no Ceará (Alvim: 1972). Talvez fosse possível falar-se no "fetichismo" do -salário no mesmo sentido empregado por José Sérgio Leite Lopes ao analisar a percepção que os operários de uma usina de fabricação de açúcar de Pernambuco têm sobre a relação entre seu trabalho e sua remuneração (Leite Lopes: 1976; capítulo III). De fato, na ânsia de saldar, os peões intensificam voluntariamente o uso de sua força de trabalho e estendem sua jornada de modo a vencer o tempo e o acúmulo de despesas necessários à realização da tarefa contratada. Quando fracassam na busca de obtenção do saldo, não questionam o salário mas revelam outros aspectos da exploração a que estão submetidos, denunciando

Os intermediários, entretanto, raramente falavam em saldo e costumavam dizer que tinham sempre "prejuízo". E as acusações, naturalmente, se faziam nos dois sentidos: os peões alegando que os empreiteiros lhes davam o "tombo" (fugiam com a remuneração que lhes era devida) , "roubavam" na medição das tarefas, cobravam preços extorsivos pelas mercadorias, colocavam nas contas itens por eles não consumidos, subtraíam do montante pago pela empresa porcentagens julgadas excessivas, cobravam itens, como remédios, por exemplo, que não deveriam ser cobrados. Os intermediários, por sua vez, alegavam que também os peões davam o "tombo" (abandonavam o serviço antes de concluí-lo e sem ter compensado os gastos já feitos) e que, uma vez no serviço, não trabalhavam direito, e, por isso, tinham de ser despachados da mesma forma, sem ter compensado os gastos. Daí o "prejuízo" dos empreiteiros. Importa ressaltar que a presença dos intermediários livrava a empresa das acusações de uns e outros, na medida em que os peões tendiam sempre a ver nos empreiteiros os autores da exploração de que eram vítimas e estes tratavam sempre de repassar aos trabalhadores diretos os ônus maiores da exploração. Esta forma de percepção parece que se modificava quando turmas pequenas de trabalhadores, sob a liderança de chefes-de-time, contratavam serviços diretamente com a empresa e não através de subempreita com os intermediários. A tendência indicada, por ocasião da pesquisa, era de que estas pequenas turmas viessem a ocupar o espaço deixado pelos grandes empreiteiros e ainda aqui os peões alegavam que as empresas estavam optando pelos times em função dos "rolos" criados pelos empreiteiros, pois teria havido caso em que, tendo o empreiteiro dado o "tombo", a empresa se vira obrigada a assumir a remuneração devida aos trabalhadores. Além disto, os abusos cometidos contra os trabalhadores teriam gerado a intervenção da Polícia Federal, atingindo não só empreiteiros mas também gerentes e fiscais. Parece, no entanto, mais plausível que, uma vez passada a fase de instalação, as empresas tenham podido prescindir de contingentes tão numerosos de trabalhadores, passando a substituir as grandes turmas de trabalho sob o comando de empreiteiros por pequenos times, muitos deles contratados diretamente pela empresa. Mas isto é apenas uma hipótese que só uma pesquisa da situação posterior poderia confirmar ou não. Entretanto, a formulação de que os empreiteiros serão eliminados traduz a oposição dos peões aos não trabalhadores e a percepção que eles têm de que são os empreiteiros os agentes da exploração.

4. A dívida

Embora gatos e empreiteiros pudessem ficar em débito com as empresas, não

---

as várias formas de "roubo": o preço extorsivo das mercadorias, o "roubo" na conta e na medição das tarefas e mesmo as dificuldades não previstas que ocorrem no período de realização do trabalho.

disponho de elementos para discutir esta relação. Os depoimentos tanto dos intermediários quanto dos próprios peões referiam-se, fundamentalmente, à dívida destes com a empresa ou com os intermediários.

Configurava-se como dívida do trabalhador a diferença entre o montante das despesas que lhe haviam sido debitadas e da remuneração que era devida favorável ao empregador. Não tendo outro recurso para saldar a dívida, o trabalhador tinha que engajar-se em uma nova tarefa até que ela fosse liquidada. Três eram os tipos de despesas debitadas aos trabalhadores: o "abono", as despesas de viagem e o "fornecimento".

O "abono" era a quantia cedida ao peão no ato de recrutamento e dispendida por ele fora do local de trabalho. Podia destinar-se a suprir, na sua ausência, necessidades da família, na medida em que esta fosse dependente dele enquanto membro do grupo doméstico que se afastava. Outras vezes, o "abono" destinava-se a despesas do próprio trabalhador quando este já se encontrava afastado da família, à espera de um novo recrutamento, entre um período e outro de trabalho. Nestas ocasiões, os próprios peões podiam dizer que o adiantamento recebido era "para zuar", expressão jocosa que se referia a gastos com diversões nos bares e zonas de prostituição existentes nos pontos de recrutamento. Os empregadores costumavam referir-se, pejorativamente, a esta destinação do "abono", como forma de construir uma imagem de "falta de juízo" e irresponsabilidade dos peões que assim consumiriam, inadequada e antecipadamente, parcelas substanciais de seus ganhos. O que importa ressaltar no caso é que, independente da destinação do "abono", ele cumpria uma função privilegiada no estabelecimento da relação de subordinação ao empregador, pois garantia a legitimidade da vigilância e da coerção exercida sobre ele num momento em que outras formas de coerção não teriam condições de se exercer. Suponhamos, por exemplo, que antes de se deslocar para o local de trabalho, mas já depois de ter-se comprometido com um intermediário, outro lhe oferecesse melhores condições de trabalho. Nesta situação, nada poderia restringir suas possibilidades de desistir do primeiro acerto, a menos que algo como o "abono" selasse o trato meramente verbal anteriormente feito, pois, na medida em que já houvesse assumido uma dívida, toda desistência poderia ser caracterizada como "fuga", justificando o emprego de um aparato de buscas ao fugitivo como devedor. Os intermediários costumavam, inclusive, citar situações desse tipo para caracterizar sua posição como sujeita a riscos de "prejuízo" por conta da irresponsabilidade dos trabalhadores com relação aos compromissos assumidos. Ao mesmo tempo em que usavam o "abono" como uma forma de iniciar a relação de coerção sobre a força de trabalho, os intermediários costumavam calcular o montante do "abono" tendo em vista a avaliação da "responsabilidade" e da capacidade produtiva de cada trabalhador, controlando, desta forma, a margem de riscos que estavam dispostos a correr e o

interesse maior ou menor em dispor da força de trabalho desse ou daquele trabalhador. Se, por um lado, se gabavam de sua capacidade de avaliação dos trabalhadores, por outro lado, os empreiteiros sempre contavam exemplos de avaliações benevolentes que resultavam em "prejuízos".

Na medida em que o recrutamento era feito longe dos locais de serviço, as despesas de viagem eram o outro item que se incluía nas despesas do trabalhador: referia-se a gastos de transporte, alimentação e outros tais como gastos com problemas de saúde, feitos durante o percurso. Esta dívida contraída diretamente com o arregimentador da mão-de-obra, o gato, podia ser transferida ao empreiteiro nos locais de serviço. Esta transferência de dívida, que podia se dar igualmente com relação ao "abono", é que tem sido muitas vezes denunciada como "compra" ou "venda de peões". Embora encubram a natureza específica da transação em jogo, estas expressões não são de todo inadequadas, pois apontam para um mecanismo de cerceamento do trabalhador enquanto livre vendedor de sua força de trabalho, o que caracterizaria a relação tipicamente capitalista: uma vez a dívida sendo paga pelo empreiteiro ao gato, o trabalhador ficava obrigado a trabalhar para o pagador até a dívida ter sido resgatada. As despesas de viagem podiam ser cobertas por adiantamentos feitos pela empresa, ou por um empreiteiro ao arregimentador de mão-de-obra, que recebia além disso uma "comissão" ou "porcentagem" pelo seu trabalho. Entretanto, sua margem de lucro podia aumentar ou diminuir dependendo do quanto ele conseguisse debitar a cada trabalhador chegado ao local de trabalho ou do número de "fugas" ocorridas durante a viagem.[28]

Além do "abono" e das despesas de viagem, a dívida incluía ainda os gastos de "fornecimento" que se referiam às aquisições feitas pelo trabalhador no período de trabalho em função de sua realização. Quais itens seriam incluídos no "fornecimento", isto dependia do tipo de contrato estabelecido com o empreiteiro. O contrato de trabalho "livre" implicava que o empreiteiro assumisse as despesas de alimentação dos trabalhadores no período de realização da tarefa contratada, sendo abatidas do saldo somente as despesas "extras" tais como roupas, cigarros e remédios; o contrato de trabalho do tipo "cativo" implicava que do saldo devido aos trabalhadores deveriam ser abatidas todas as despesas inclusive aquelas referentes à alimentação e ferramentas de trabalho. O quantum de remuneração que seria dado ao trabalhador em troca da tarefa realizada variava naturalmente conforme fosse o tipo de

[28] No romance autobiográfico A SELVA, Ferreira de Castro referindo às relações de trabalho nos seringais da Amazônia na época do boom da borracha, que sob muitos aspectos se assemelham às relações da peonagem, nos dá a medida da importância do cálculo do arregimentador sobre as despesas de viagem. Estando o autor sob a tutela do tio, foi por este oferecido a um arregimentador que, vindo do nordeste, passava por Belém, rumo aos seringais. O arregimentador aceitou levar consigo o rapaz somente sob a condição de que este passasse a assumir como suas as despesas atribuídas a um dos recrutados que "fugira" durante o percurso (Castro, Ferreira de. A Selva, Lisboa, Guimarães & Cia Editores, 1975, páginas 31 e 32).

contrato, "livre" ou "cativo", acertado entre ele e o empreiteiro. Por outro lado, a escolha de um ou outro tipo de contrato dependia da avaliação de parte a parte das condições do trabalhado. Por exemplo, um trabalhador que levasse para o serviço mulher e filhos entrava numa relação de trabalho "livre", por um lado, porque o empreiteiro não se dispunha a arcar com as despesas de alimentação dos membros não diretamente produtivos da família; por outro, porque o próprio trabalhador contando com a cooperação da mulher e dos filhos no suprimento de suas necessidades podia tentar reduzir seus gastos a mulher cozinhava e lavava, os filhos carregavam o alimento até o local do serviço, complementavam a alimentação com o produto de uma caça. As discussões acerca do "fornecimento" davam margem a acusações mútuas: os empreiteiros, citando exemplos de peões que abandonavam o serviço antes de concluí-lo e fugiam sem pagar despesas de "fornecimento"; os peões, reclamando do alto preço conferido às mercadorias e à inclusão na conta de itens não consumidos. O trabalhador não ilegitimava o compromisso que lhe advinha do endividamento: enquanto não liquidava a dívida, sabia que não era livre para vender a outro sua força-de-trabalho mas percebia que, muitas vezes, por mais que intensificasse o uso de sua força-detrabalho, por mais que se esforçasse para reduzir seus gastos, corria sempre o risco de não conseguir eliminar a dívida que o aprisionava. Essa percepção, entretanto, não eliminava a ilusão do saldo que, em parte, pelo menos, explicava sua motivação de engajar-se, novamente, na peonagem, pois, apesar das experiências negativas de contratos anteriores, havia também os casos em que se produziam saldos. Se estes eram ou não compensadores, é difícil de avaliar; a questão é que raramente um peão admitia ter obtido um saldo suficiente para realizar a viagem de volta ao seu lugar de origem depois de algum período de trabalho. A própria história da volta à casa, sendo sempre pontilhada de fome, carona e novos engajamentos em trabalho para produzir recursos para mais um trecho de viagem.

Mas a relação entre o saldo e a volta à casa tem outras dimensões não apenas práticas a serem consideradas. De fato, quando um rapaz (homem solteiro), ou um jovem cônjuge deixam sua família

e seu lugar de origem, eles assumem como que um compromisso de compensar a ausência e coroar a aventura com algum ganho material substantivo. Uma questão de honra e orgulho está em jogo. O saldo é então um pouco como um troféu e a dureza da situação enfrentada para obtê-lo, uma espécie de prova de fogo. A volta sem um ganho considerável em alguma medida é uma "vergonha" que faz com que muitos peões perpetuem seu afastamento com relação a suas famílias e, na busca do saldo, acabem por constituir outras famílias nas áreas para onde se deslocaram.

5. A cadeia de exploração no povoado

Existia, porém, um outro elemento fundamental na constituição da dívida que não pode deixar de ser mencionado, porque, inclusive, se refere à relação dos peões com um segmento importante do povoado formado em função da introdução das empresas. Refiro-me aos donos das "pensões de peões". Era nas "pensões de peões" que se hospedavam os trabalhadores nos pontos de recrutamento da Região, quando, terminado um período de trabalho, vinham para os povoados ou pontos de estrada à espera de um novo recrutamento. Nestas pensões, também nos bares, nos "cabarés" e nas casas comerciais, os peões consumiam, muitas vezes, o saldo que haviam obtido. Nos bares, "cabarés" e casas comerciais não havia para os peões a instituição do fiado e, portanto, terminado o saldo, eles simplesmente paravam de consumir. Os "donos de pensão", entretanto, tinham sempre a possibilidade de acordo com empreiteiros e gatos e muitas vezes continuavam aceitando a presença de peões sem saldo na expectativa de que, por ocasião do novo recrutamento, a dívida do trabalhador fosse paga pelo interessado. Também este tipo de transação entre o intermediário e o dono de pensão costuma ser referido como "compra" de peão. Muitas vezes havia acordos prévios entre um certo dono de pensão e este ou aquele gato - não só os donos de pensão concordavam em hospedar os peões que ali eram deixados pelos intermediários até novo período de trabalho, como também estes intermediários concordavam em recrutar e pagar as despesas daqueles trabalhadores que, por sua própria conta, os donos de pensão tivessem abrigado. Havia casos, inclusive, de donos de pensão serem referidos como gatos, numa espécie de superposição de papéis na cadeia de intermediação entre a empresa e os pontos de recrutamento de trabalhos. Aqui, novamente, se acordos havia, também havia acusações mútuas: os donos de pensão acusando empreiteiros e gatos de lhes darem o "tombo" - ou seja, de deixarem sob sua responsabilidade trabalhadores cujas despesas eles não vinham pagar; e os peões acusando donos de pensão de, em comum acordo com os gatos e empreiteiros, não abrirem a possibilidade de um novo contrato de trabalho até a conta estar suficientemente alta. Os donos (ou donas) de pensão podiam, no entanto, se dizerem "pais" ou "mães" dos peões, alegando que continuavam a lhes fornecer alimentos e abrigos quando já não tinham mais recursos e de, ao mesmo tempo, controlarem seus gastos com bebidas, por exemplo, para não aumentarem sua dívida com supérfluos. Pelos donos de pensão, os peões eram apresentados como pessoas "sem juízo", precisando ser tutelados.[29] Não era pouco

[29] Em São Félix, por exemplo, fui levada a um rancho de peões abrigados por um dono de pensão também referido como gato. Constava que não era explorador como os outros e era tido como "pai dos peões". Entretanto, quando os peões que estavam atrelados a ele começaram a expor seus pontos de vista, fazendo-o inclusive como denúncia, na medida em que me tomavam por "federal" ou "promotora", o referido personagem sentiu-se tão ameaçado que não só chamou a polícia para desarmar um peão que trazia uma faca, como também tentou subornar-me oferecendo presentes e dinheiro.

comum que os próprios peões vissem assim sua relação com os donos e donas de pensão, cuja paciência em esperar pelo recrutamento de seu hóspede era tida como uma espécie de benevolência de sua parte.

Entre os comerciantes, diferentemente do que acontecia com os donos de pensão, se havia aqueles que dependiam essencialmente do afluxo de trabalhadores das empresas, havia outros cuja clientela era recrutada basicamente entre os próprios posseiros e demais moradores do povoado. Disso decorria, em parte pelo menos, o fato de uns terem uma certa aliança com os posseiros na luta pela terra enquanto outros eram mais simpáticos às empresas. Aqueles que dependiam do movimento de peões tinham maiores estoques de itens não tão visados pelos moradores do povoado e, se aos moradores admitiam vender "fiado", não admitiam fazê-lo no caso dos peões, além do que costumavam cobrar-lhes preços acima daqueles cobrados aos moradores. Na relação entre empreiteiros, comerciantes e peões, institucionalizou-se o "vale": os empreiteiros, ao final de uma tarefa, alegavam não ter dinheiro vivo e efetuavam o pagamento devido ao trabalhador com um "vale". Chegando à vila, o trabalhador procurava um comerciante que adquiria o "vale" por um preço abaixo da quantia nele estipulada. Quando chegava o empreiteiro que assinara o "vale", este era resgatado de modo que a cada um coubesse uma parte do lucro auferido na transação.

Assim como os donos de pensão, os comerciantes eram um elo imprescindível na cadeia de exploração da força-de-trabalho das empresas representada pelos peões. Acontecia, inclusive, com uns e outros de se mudarem de um lugar para outro, dependendo da maior proximidade de empresas em fase de utilização de um grande número de trabalhadores.

6. A reação dos peões

Além das formulações verbais pelas quais questionavam e denunciavam as formas de exploração de que eram objeto, os peões costumavam colocar em prática formas de reação às condições que lhes eram impostas, fosse por considerarem que tais condições representavam algum tipo de ruptura do contrato, fosse por avaliarem, no decorrer da execução de uma tarefa, que as dificuldades de realizá-la não lhes permitiria constituir um saldo.

Três foram os tipos de reação registrados por ocasião da pesquisa: o primeiro, e mais comumente praticado, consistia em deteriorar a qualidade do serviço, burlando o controle dos empreiteiros e dos fiscais - era a "malandragem"; o segundo consistia no exercício de uma pressão coletiva sobre o empreiteiro ou mesmo sobre o gerente da empresa, ameaçando-os fisicamente - era a "greve"; o terceiro consistia, simplesmente, no abandono individual ou coletivo das áreas de serviço, antes de concluir a tarefa - era a "fuga".

O "raliado", a "quebradeira" e a "cobra" eram as formas de burla do controle sobre a

qualidade da produção. O "raliado" consistia em não derrubar todas as árvores, deixando dentre as árvores derrubadas outras tantas sem derrubar, alegando que elas ultrapassavam o diâmetro combinado - baseando-se no fato de que as empresas às vezes ordenavam que árvores como o jatobá, a barriguda e o pau d'arco fossem deixadas para fazer sombra para o gado depois de formada a pastagem. A "quebradeira" consistia em derrubar as árvores mais grossas sobre as mais finas que assim se quebravam sem serem derrubadas - o problema é que isto formava um monturo que o fogo da queimada, antecedente à plantação do capim, não conseguia destruir. A "cobra" era comum sobretudo no caso de áreas muito extensas dadas como empreita - como a fiscalização era feita, muitas vezes, sem que os fiscais se internassem por estas áreas adentro, os trabalhadores podiam deixar áreas sem desmatar, fora do alcance da visão dos fiscais. Embora o "raliado" pudesse ser uma derrubada feita assim por interesse da empresa, ela era considerada "um serviço mal feito" e, conforme a "quebradeira" e a "cobra", podia ser uma forma de os peões, incluindo os chefes-de-lime, reduzirem o tempo de serviço e as despesas de realização de uma tarefa de tal modo a obterem o saldo.

Já o movimento que os peões denominavam "greve" consistia no exercício, sempre coletivo, de alguma forma de pressão sobre empreiteiros ou empregados da empresa, contra uma atitude que lhes fosse lesiva ou considerada como ruptura de contrato:

> *Quando um gato foge com o dinheiro da empreita, há casos em que os peões identificam a fazenda como responsável. Tem se registro de fatos concretos onde centenas de peões enfurecidos têm cercado a sede da fazenda e exigido o pagamento sob ameaça de depredação da sede e de manter o gerente. Estas revoltas eles denominam greve. Quando acontecem, têm sido vitoriosas. O exemplo firme das greves. . ., levou as fazendas a uma nova prática: só depois que fazem o acerto de contas no escritório com todos os peões, é que chega a vez do empreiteiro* (CPT: 1980).

Se nesta referência a causa da "greve" identificou-se como tendo sido a fuga do empreiteiro (chamado gato exatamente porque estava em questão um tipo de roubo), outras circunstâncias referidas por trabalhadores como "greve" indicam outros itens de motivação para exercício dessa forma de ação. O não cumprimento do contrato relativo à especificação da tarefa a ser realizada e das despesas a serem assumidas pelo empregador, por exemplo, podem constituir um dos móveis da ação de "greve". A eficácia da ação de "greve" se baseia no seu caráter coletivo na medida em que a força dos "grevistas" decorre da própria ameaça física que um grande número de trabalhadores é capaz de representar para aqueles contra os quais eles se voltam. Tanto mais que a cooperação de empregados ou milícias particulares de empresas vizinhas era sempre uma possibilidade que podia ser acionada para subjugar os atores de uma "greve". Na frustração desse tipo de expectativa, ver-se-á que a empresa pressionada pode lançar mão da força policial, caracterizando, por um lado, a conivência do Estado com as empresas e, por outro, a relativa inoperância da interferência policial, no caso

de uma "greve" forte:

> *Aí me enganaram de novo. Os empreiteiros pegaram nós para trabalhar na CODEARA, de avião. Falavam que a gente não pagava a passagem de avião, nem remédio de malária, era por conta da fazenda. Falaram também que era para fazer picada: a picada era mais cara. Quando chegamos lá, já tinha quatro jagunços, todos armados ... E não era picada, era para fazer uma estrada, com a mão, arrancando com picareta, enxadão. E tudo era pago: um comprimido de malária, que na rua era de graça, lá era Cr$ 100,00; Cr$ 500,00 era uma botina que na rua era Cr$ 10,00. (...) Aí resolvi não fazer. Aí, ele disse que já tinha voltado nego no tiro, porque tinha que passar pela sede da fazenda. Aí, juntamos 42 ... Os jagunços foram buscar mais jagunços na porta da Amazônia; lá a fazenda deu conselho, disse que não arrumava, que era melhor dar parte na polícia, que a polícia fazia nós voltar para o trabalho. Sei que foram buscar polícia em São Félix e Luciara - vieram 8 policiais em dois tecos. Nós estávamos parados na casa do empreiteiro debaixo das árvores, aí chegou a polícia com fuzil e cercaram nós. Aí, perguntaram porque era que nós não queríamos trabalhar. (...) Falei com o sargento que ele podia amarrar nós, mas que nós não voltávamos. Aí ele pelejou, mas nós não voltamos, ele liberou nós* (Comerciante, ex-peão; Chapadinha, 1982).

Outro elemento significativo deste depoimento, é que seu autor vinha relatando sua trajetória na peonagem e, somente a partir da enumeração de uma série de engodos, dos quais ele teria saído sempre perdedor e sem condições de tomar qualquer iniciativa de pressão no sentido de recuperar suas perdas, é que introduziu o relato da "greve", indicando como que um aprendizado das tramas da peonagem que permite, aos mais experientes, reagirem a certas formas de exploração. De fato, no decorrer ainda do relato sobre inúmeros casos de engodo, perguntei inadvertidamente: "- Mas vocês não se revoltaram?", ao que ele respondeu: "- Barriga não revolta!" Esta expressão, barriga, no código da peonagem significa, justamente, que o trabalhador em questão é ingênuo, desconhece a vida da peonagem e, por inexperiência e medo, não sabe lidar com as dificuldades. Falarei dessa expressão em outro contexto. Agora, tratarei da terceira forma de reação à exploração que pude captar e que é a "fuga".

É significativo que a "fuga" fosse a forma mais comum de reação dos peões às condições de exploração a que eram submetidos e que eram entendidas como sendo rupturas do contrato verbal acordado entre eles e os gatos ou empreiteiros nos locais de recrutamento. A reação de "fuga" remete em primeiro lugar à imobilização espacial e física pela qual os empregadores procuravam reter, nos locais de trabalho ou mesmo no percurso a partir dos pontos de recrutamento, os trabalhadores recrutados. O argumento sempre acionado por parte do gato ou do empreiteiro era a existência da dívida assumida pelos trabalhadores fosse a que título fosse. O argumento da dívida não teria eficácia se o empregador não dispusesse da possibilidade de uso da força física para conter os trabalhadores. Contavam neste sentido com as "fugas" e dedicavam-se à captura dos que conseguiam evadir-se. Contavam também com cooperação da força policial do Estado em serviço no povoado e cujo atrelamento aos

empreiteiros, gatos e empregados da empresa, já foi tantas vezes mencionado.

As "fugas", diferentemente das outras formas de reação dos peões, colocavam muitas vezes a questão da participação dos posseiros nas ações empreendidas pelos peões contra seus exploradores De fato, em Santa Terezinha, por exemplo, as casas dos posseiros, na mata, constituíam pontos de referência dos peões que para lá se dirigiam, nessas ocasiões, à procura de abrigo, comida e orientação sobre os caminhos a seguir. Também as aldeias Karajá e Tapirapé eram procuradas e de lá muitos peões podiam ser conduzidos pelas canoas indígenas até a outra margem do rio Araguaia, no Estado de Goiás. Logo no início da instalação da CODEARA, quando as relações entre a Missão Religiosa e os representantes do Estado não haviam ainda se deteriorado, os próprios agentes religiosos costumavam obter transportes para as levas de trabalhadores fugidos que, através dos oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB), cujo avião descia no campo da aldeia Tapirapé, conseguiam chegar até Brasília na esperança de se queixarem junto às autoridades. Por essa ajuda aos peões, tanto posseiros quanto missionários foram acusados de incitar os trabalhadores da empresa, sofrendo represálias por isso. Nem sempre as "fugas" eram bem sucedidas e, quando recapturados, os trabalhadores eram tratados como infratores pela polícia que intervinha a favor da empresa:

> *- Quer dizer que aqui, nesse tempo não podia fazer isso não. Chegasse um peão na casa da gente com fome, a gente não podia dar de comer não, que se um outro visse contava para polícia, lá na rua... E por conta disso, eu quase fui preso. Os peões passavam, sempre eles gostavam de andar lá em casa, e eles me falaram que iam fugir para o Tapirapé, para de lá caçar meio de uma FAB, ou atravessar para o lado de Goiás, porque aí, nesse tempo, estava meio feio para eles, não é?!*
>
> *Foi em 67?*
>
> *Mais ou menos. Para as eras de 66, 67... não, 67 mesmo, não é?! E de certo que eles passaram e falaram: - Rapaz, nós estamos passando mal, viu, porque a fazenda só está dando feijão e esse óleo, e nós não estamos dando conta. (...) Aí, eles contaram que se viram apertados num barraco, então fugiram. (...) Aí eles chegaram, procuraram se não podia arrumar uma bóia para eles, que eles estavam com fome. Aí mandei a mulher fritar uns ovos, e ele diz: Pois é, eu quero que você me ensina a estrada do Tapirapé?! Eu digo: - Escuta, e vocês vão para o Tapirapé, fazer o que?! - Não, nós vamos pedir os índios para atravessar nós desse Araguaia, porque nós estamos aqui, presos dentro de um curral e nossos companheiros já fugiram, desceram aí para baixo, e só tem nós 4. (...) Foram. Chegaram na beira do rio, pescaram, fizeram fogo e quando estavam comendo a polícia chegou a fechou. E teve um deles, que estava como peão, mas estava só de vigia, não é, então me condenou: disse que tinha sido eu que tinha mandado eles irem embora. Dessa vez saíram 14* (Posseiro de Santa T erezinha).

Dessas fugas participaram não somente peões mas muitas vezes também chefes-de-time ou pequenos empreiteiros e os posseiros não só os diferenciavam dos outros empreiteiros, mas também partilhavam da versão de que eles eram, tal como os peões,

"enganados" pelos recrutadores com respeito às condições de trabalho:

> *"E esse era empreiteiro?*
>
> *Era o empreiteiro mesmo, não é? Gente que eles trouxeram de fora, também enganado, não é?! Como bem, chega aqui tem uma pessoa, morador no lugar, pai de família, então iludia ele e botava para ajuntar aquele povo que conhecia não é, para trazer, para trabalhar, para ganhar quantos e quantos, e soltava um dinheirinho ali, para deixar para a família um pouco e para dar para os outros também, para agradar, não é, para enganar. E naquela enganação trazia, quando chegava aí, ia matar, não é, de doença, de febre. E matar mesmo para tomar, acho que só a vida mesmo dos coitados porque não tinham outra coisa...* (Posseiro de Santa Terezinha).

A doença, o medo de morrer anônimo, sem cuidados e sem família, no interior da mata, eram uma motivação forte para enfrentar os ricos da "fuga" e da represália por parte da polícia e das milícias particulares das empresas. Um outro caso de fuga, desta vez envolvendo não a CODEARA, mas uma outra empresa próxima, a URUPIRANGA, já na fase posterior à luta dos posseiros de Santa Terezinha contra a empresa, mostra outros aspectos dessa forma de reação dos peões, pois, como se verá, os peões se armaram de modo a poderem enfrentar qualquer força de coerção que lhes obstaculizasse a evasão e retirarem do local de serviço também os companheiros doentes. Como os peões em "fuga" se dirigissem para Santa Terezinha, correu o boato de que iriam atacar a casa do gerente da empresa que lá residia. Fazia parte do grupo de peões um filho de posseiro de Santa Terezinha e é sua mãe quem relata o caso:

> *Ele estava aqui, falou que ia trabalhar lá na mata. Tinham empreitado 12 alqueirões de terra. Aí começou o serviço, trabalhou bastante, mas adoeceu ... Aí vieram umas pessoas de lá e disseram: - Seu filho está doente, muito mesmo'. Aí eu falei para o seu Pedro (o gerente, que estava em Santa Terezinha), para ele trazer meu filho. Ele disse que não, que ele estava era com gripe. Aí, depois, teve um homem que adoeceu lá, peão, que ele tinha muitos peões, muitos... estava na hora de morrer. Esse homem, dizem que reclamava, pedia eles para tirarem ele, mandar para a terra dele, que ele estava naquele estado. Aí eles diziam que não, que não podiam tirar. Quando viram que o homem morria, tiraram. Chegaram bem aqui, no aeroporto, acabou de morrer. Aí, os peões que ficaram lá tomaram o caso a sério: Vamos embora!? Aí, todo mundo combinou para vir embora. E era tudo armado: os que tinham revólver, era revólver; os que tinham espingarda, vinham com espingarda; os que não tinham nada disso, vinham com facão, e os que não tinham nada, cortaram cada um um cacete e vinham todos armados com cacete, espingarda, revólver...* (Marcionília, posseira de Santa Terezinha).

Sempre que se falava em "fuga", estava em jogo uma turma de peões submetidos ao empreiteiro e, neste caso, a "fuga" sempre envolvia os chefes-de-time e seus companheiros. Quando o membro de um time abandonava o serviço, isto nunca era pensado como "fuga", embora os companheiros pudessem recriminar essa atitude. A diferença é que dentro do time não vigorava a instituição da dívida que subordinava os peões aos empreiteiros. No time

funcionava um acordo entre sócios e, quando este acordo falhava, diziam que haviam "descombinado" entre si; outras diziam que um membro do time havia saído devido a um "descontrole" no serviço, de tal modo que não havia expectativa de saldo. Se o "descombinar" indica divergência entre os "companheiros" quanto à organização do trabalho ou as despesas a serem feitas, o "descontrole" remete a uma impossibilidade de chegar a bom termo com a empreita devido a dificuldades decorrentes da própria tarefa assumida:

Sempre ele (o marido) pega o serviço assim da fazenda, é só ele mesmo. Agora, nesse serviço que ele está aí, ele era sócio mais um outro. O outro viu que não dava dinheiro, deixou ele na boca quente.

> *- E agora ele está sozinho ...*
> *- Para pagar a conta dele e do cara.*
> *- Vocês agora estão com conta aí, para pagar?*
> *- Tem ... Quando ele saiu, já estavam devendo. Primeiro eles fizeram esse serviço aí ...*
> *- De derrubada?*
> *- É. Eles eram em três. Aí descombinaram, esse que estava com nós até agora e um outro, os dois descombinaram. Então esse solteiro falou que queria ficar com o Rubem ... -Vamos pegar outro serviço. Pegou esse serviço que o Rubem estava trabalhando e quando ainda não tinha terminado o roço, ele falou que se o serviço não dava saldo ele não ia ficar. Foi embora* (Mulher de chefe-de-time, Empresa TAPIRAGUAIA; 1975).

Se o “descontrole” remete as dificuldades impostas pela própria tarefa contratada e o “descombinar” remete as divergências entre os trabalhadores, estes preferem explicar os fracassos do funcionamento do time como decorrência co “descontrole”, enquanto os empregados da empresa tendem a interpretar as dificuldades doa trabalhadores como decorrentes da falta de acordo entre eles:

> *- Descombinam os dois, eles descombinaram os dois, porque às vezes um quer tocar de um jeito, outro quer do outro; às vezes um quer comprar uma coisa, o outro já não quer. Então ele desgostou do movimento do outro porque eles não combinaram certo no serviço. Ele mesmo pediu que queria sair e largou o serviço para lá, para ele mesmo* (Diálogo travado entre um chefe-de-time e um fiscal da Empresa TAPIRAGUAIA; 1975).

De qualquer modo, estas situações indicam que a sociedade que se realiza no time não é isenta de contradições e que a posição do chefe-de-time requer o exercício de alguma liderança e habilidade em lidar com os "companheiros", além de colocá-lo numa posição diferenciada quanto à responsabilidade assumida frente ao empregador:

> *E como é que era, o sr. trabalhava sozinho ou tinha uma turma de companheiros?*
> *Não, nesse tempo que eu estava na Arauna eu tinha uma turma.*
> *E o sr. era o chefe-de-time?*
> *Eu era o chefe do time. Aí, peguei um lote de 33 alqueires de mato, para roçar e derrubar. Nós entramos em quatro, primeiramente, aí foi descontrolando ... Porque o chefe de time não era eu, era um outro rapaz que tinha uma família lá. Aí ele fez uma confusão lá, queria matar o outro.*

Aí, o gerente mandou ele embora, eu fiquei como chefe-de-time. Não consegui derrubar o lote todo porque descontrolou. Era eu e mais dois e ficamos trabalhando: era todo dia, vai em cima, vai embaixo... os outros engoliram a lua, não é, foram embora.
Engoliram a lua?
É. Deixaram o sol para eu merendar (riso). Aí fiquei sozinho, uma mata... Mas aí não fiz mais os trinta e três alqueires não. Deu sete alqueires e uma quarta ... Rocei. Quando estava faltando três alqueires para eu derrubar joguei dez horas um dia, dez no outro, e acabamos de derrubar o mato. (...) Aí, entreguei para o fiscal, no outro dia fomos fazer as contas (Chefe-de-time, São Félix; 1974).

7. De barriga a urutu cruzeiro: a trajetória dos peões

No código da peonagem, chamava-se "treita" os artifícios de que uns e outros lançavam mão para beneficiar-se das situações e escapar da exploração. "Enganar" e "fazer treita" eram acusações freqüentes entre trabalhadores diretos e intermediários; saber contornar ou enfrentar as "treitas" dos outros era um requisito para ascensão na peonagem, não somente no que se refere às posições hierárquicas dentro da própria forma de organização do trabalho (peão - chefe-de-time - empreiteiro - empregado), mas também dentro do sistema de classificação dos próprios peões entre si, independente dessas posições e das qualificações específicas exigidas pela empresa e pelos intermediários. Assim, dois termos denotavam, por um lado, os mais inexperientes e, por outro, os mais adestrados nas tramas da peonagem. Os termos eram, respectivamente, "barriga" ou "barriga" verde" e "urutu" ou "urutu cruzeiro", sendo os compostos uma forma superlativa dos termos simples. Os peões costumavam dizer que os que entravam na peonagem logo de início eram "barriga" - ou seja, eram facilmente enganados pelos intermediários; "urutu" eram os peões experientes, que não se deixavam enganar e sabiam reagir às tentativas de embuste dos intermediários. Neste sentido, diziam "o barriga não revolta", ou seja, não tem condições de fazer uma "greve" ou meter-se com sucesso numa "fuga" organizada. O tempo de vivência da peonagem não era tudo, de tal modo que alguns peões diziam nunca ter sido "barriga mesmo" por serem "meio inteligentes", enquanto se referiam a outros que, apesar do muito tempo de vivência como peões, continuavam "trabalhando para os gatos", ou seja, dando lucros para os intermediários, sem fazer nada para si mesmos. Facilmente, os peões admitiam, no início, terem sido "barriga", mas só encontrei um trabalhador reconhecido pelos demais como "urutu cruzeiro". Pareceu-me que ele reunia todos os atributos do peão respeitado: "treicheiro", porque estava há muito tempo na peonagem; "sem compromisso", porque não se casara; "gastador" e generoso, porque não se preocupava em guardar dinheiro; "urutu cruzeiro", porque, a par todas estas qualidades, era bom de serviço e capaz de levar a bom termo as tarefas que assumia como chefe-de-time. Fundamentalmente, penso que atuava na valorização positiva desse peão, o

fato de não ter-se tornado um empreiteiro, mas continuar trabalhando em sociedade nos times recrutados à base do conhecimento entre seus iguais, ao mesmo tempo em que conseguia fazer contratos diretamente com a empresa, desvencilhando-se da subordinação a intermediários. Significativamente, seu nome na peonagem era Maré Mansa e, sendo já conhecido na Região, fora convidado a ocupar um lote num dos povoados onde os moradores estavam tentando firmar seus direitos sobre a terra controlando a entrada dos novos pretendentes: o bom peão ia tornar-se posseiro. A condição: que deixasse de trabalhar para as empresas e constituísse família.

8. A divisão de trabalho no time: velhos, doentes e mulheres

Além das tarefas específicas para as quais são contratados, os peões realizam um elenco de inúmeras outras tarefas indispensáveis ao funcionamento do grupo de trabalho. É necessário atentar para estas tarefas porque algumas delas podem passar facilmente desapercebidas, no entanto, seu conhecimento revela aspectos importantes tanto acerca da exploração quanto do funcionamento e da composição interna dos grupos.

Há tarefas que se referem a relações com a empresa: trato com os fiscais para avaliação e entrega do serviço contratado, aquisição de mercadorias para abastecimento dos trabalhadores, acerto de contas, redistribuição do saldo. Há tarefas relacionadas à organização do trabalho: recrutamento de pessoal, orientação para o serviço, distribuição de tarefas, controle dos trabalhadores, tarefas de contabilidade como anotação de gastos e acerto de contas. Que a execução dessas tarefas não seja assumida, indistintamente, pelos componentes do grupo, fica evidente quando se trata de uma turma de peões com seu empreiteiro. Neste caso, todas as tarefas mencionadas são da competência do empreiteiro que pode, no entanto, dividi-las com auxiliares, recrutados ou não entre os próprios peões, dependendo de haver entre eles as qualificações exigidas para tais encargos. A admissão de "contabililistas", por exemplo, pode ser necessária em função da extensão do contingente de trabalhadores sob as ordens do mesmo empreiteiro, ou em função da "pouca leitura" do empreiteiro que, nestas condições, não é capaz, por si só, de realizar as anotações indispensáveis. A própria função de controle pode ser repassada a outros, muitas vezes recrutados também entre os trabalhadores subordinados, os peões: grandes empreitas requerem maior número de trabalhadores, agrupados em pequenas turmas de serviço, dispersas numa área relativamente extensa, inviabilizando o controle direto por parte do empreiteiro.

Quando se trata de um time, a realização dessas tarefas (que também neste caso podem ser repassadas a outros) recai sobre o chefe-de-time ou "dono do serviço". Há, no entanto, no caso do time, algumas diferenças a considerar, devidas tanto ao tamanho do grupo de

trabalho, que é sempre pequeno, quanto ao caráter das relações entre os seus membros. De fato, enquanto um empreiteiro pode ter 200 homens sob suas ordens, o time não passa de duas ou três dezenas e o recrutamento, sendo feito a partir de relações já existentes, faz com que a tarefa de controle seja amenizada.

A divisão de trabalho, no entanto, passa ainda mais facilmente desapercebida quando o que está em jogo são tarefas que respondam a necessidades de sobrevivência dos trabalhadores nos locais de trabalho. É assim porque, à diferença do que acontece com as tarefas que distinguem entre as posições empreiteiro e de seus subordinados, aquelas que são realizadas pelos membros do conjunto de produtores diretos se ocultam por detrás da prioridade atribuída à realização da tarefa para a qual foram contratados e escapam ao interesse de controle da empresa, que as deixa a cargo dos próprios trabalhadores, interferindo, somente, na avaliação da qualidade do produto final do trabalho. A ocultação de tais tarefas se dá tanto no discurso dos próprios trabalhadores, que a elas só se referem quando explicitamente perguntados, quanto do investigador, muito mais sensibilizado para perceber a relação capital-trabalho através do esforço investido diretamente na realização do produto final. Como condição indispensável e anterior à realização desse produto, os trabalhadores se dedicam, no entanto, a tarefas tais como a construção de barracos para abrigar-se no período em que permanecem nos locais de serviço, transporte de víveres e instrumentos de trabalho, feitura de alimentos, corte de lenha, abastecimento de água, caça, assistência a doentes e lavagem de roupas.

Para ter-se uma idéia da importância de considerar-se estas tarefas, basta talvez atentar para o desgaste da força de trabalho que significa, por exemplo, o transporte de carga durante a realização de uma "abertura de picada" na mata. "Abrir uma picada" é fazer uma derrubada de árvores em linha reta, formando um caminho que marca os limites externos de uma propriedade ou os limites internos que a dividem em grandes áreas de serviço.

Suponhamos que o contrato seja de abrir uma picada de quarenta e cinco quilômetros. E suponhamos que dadas as condições de trabalho (grossura dos paus, densidade da mata, maior ou menor dificuldade de locomoção imposta pelo terreno) , os trabalhadores consigam realizar, em média, a derrubada de três quilômetros diários. Eles fariam, portanto, o trabalho em quinze dias. No primeiro dia, deixariam a carga no ponto de partida, onde ficaria também o encarregado de fazer a comida. Os trabalhadores da picada seguiriam até um ponto onde, na metade do dia, o cozinheiro lhes iria levar o almoço. Enquanto o cozinheiro voltasse ao ponto inicial, os outros trabalhadores seguiriam adiante até o final do dia, voltando então para jantar e dormir no ponto de onde haviam partido. O cozinheiro teria percorrido, pois, neste primeiro dia, três quilômetros de percurso, levando o almoço a uma distância de quilômetro e meio e

trazendo o vasilhame de volta, enquanto que os demais trabalhadores teriam percorrido quatro quilômetros e meio, três dos quais caminhando e, ao mesmo tempo, realizando o trabalho.

Se há desgaste com o percurso e carregamento de carga para todos os trabalhadores, ele não é igual para o cozinheiro, e é bom reter esta indicação para prosseguir raciocinando sobre critérios de divisão do trabalho.

No *time,* formado à base de *sociedade,* a tarefa de cozinhar é atribuída a todos os trabalhadores que a assumem na forma de rodízio. Entretanto, tirar um homem por dia da tarefa que tem que ser realizada em prazo o menor possível onera o *time* com o desfalque de uma força de trabalho plena que deveria estar posta a serviço de produzir um saldo maior, já que cada dia a mais ou menos dispendido na realização da tarefa contratada afeta para mais ou para menos o montante do ganho final. O rodízio é, por outro lado, um modo de onerar igualmente os componentes do grupo, porque cozinhar é um serviço considerado "maneiro" e, portanto, estar na cozinha é uma forma de descanso. Desta concepção acerca da cozinha decorrem algumas estratégias adotadas em circunstâncias especiais do *time,* nas quais o rodízio não se faz, ficando alguém encarregado exclusivamente da cozinha. Tais circunstâncias podem ser exemplificadas pela existência entre os componentes do *time* de alguém "fraco" ou "aleijado". "Fraco" se diz um "velho", por exemplo, cuja capacidade de se igualar aos demais na realização da tarefa contratada pelo grupo seja reduzida. Colocá-lo na cozinha é ao mesmo tempo entendido como um expediente de poupar-lhe as forças e de não onerar o grupo com o desfalque de um trabalhador no pleno gozo de suas energias. "Aleijado" se diz de um "companheiro" que tenha sofrido um acidente e esteja, temporariamente, impossibilitado de desimcumbir-se, satisfatoriamente, e sem ônus exagerado, para si mesmo, de um trabalho igual aos outros. Da mesma forma, coloca-lo na cozinha é poupá-lo e permitir que ele participe dos ganhos do grupo, tirando o proveito máximo possível do conjunto de força de trabalho disponível:

> *... se é de 10 ou 15 homens, tem que ficar um direto na cozinha. Agora mesmo, eu estava tocando um time de 10 - era um direto, e levava a bóia no serviço. É o cuca. Tem um que interessa, ou é mais fraco de serviço, pode ser um mais velho também. E quando gosta, ajusta por mês: Eu não quero entrar no time, eu cozinho por mês!*
>
> *- Esse serviço que você estava tocando era de sociedade?*
>
> *- Era sociedade, eu trabalhava junto. O da cozinha era porque tinha três meses que estava aleijado. Ele tinha estragado os dedos trabalhando como vaqueiro numa fazenda. Nós já conhecíamos ele: é José Maria. Os outros estavam todos sadios, e para não judiar com ele... Ele experimentou trabalhar na foice, mas não conseguiu e mesmo para carregar os sacos de arroz, ajudando o César ele estava tremendo todo. Ele tinha falado que agüentava trabalhar. Eu gosto dele, dos pais dele, ele estava se esforçando para ganhar o dinheiro. Antes, a gente tinha pensado: todo mundo cozinha e*

trabalha, mas eu vi que não dava certo, porque eram 10 homens, as vasilhas eram muitas, para trabalhar na cozinha e no serviço; então, se separasse um para a cozinha ficava mais fácil (Maré Mansa, chefe-de-time, Chapadinha; 1982).

A inserção de um homem jovem na cozinha e a implicação paralela de sua não participação no serviço "pesado" teriam conotações pejorativas em circunstâncias normais e é comum ouvirem-se acusações de "preguiça" em casos deste tipo em que não haja, por parte do grupo, reconhecimento da incapacidade real e momentânea de exercício da tarefa principal:

Tem os malandros: vêem a coisa pesada, só querem trabalhar na cozinha para não pegar no pesado (Maré Mansa, chefe-detime, Chapadinha; 1982).

Há, no entanto, razões adicionais para o emprego de trabalhadores na condição de "fraco" ou "aleijados" e estas razões estão referidas a relações sociais dentro e fora da esfera restrita do trabalho em grupo. Um velho "educado" e de "confiança" pode ser

um ponto de equilíbrio a justificar o recrutamento de uma força de trabalho menos rentável; o expediente de prover um meio de manutenção de um trabalhador acidentado é uma forma de reciprocidade e manutenção dos vínculos de "companheirismo" que garantem, no futuro, a disposição de engajamento na composição de novos grupos para novas tarefas:

Às vezes é um velho, ou mesmo um novo mas que é fraco de serviço, mas a gente aceita trabalhar com ele porque é uma pessoa boa, não atrapalha ninguém (Maré Mansa, chefe-de-time, Chapadinha; 1982).

Se o rodízio é a forma, por excelência, de realização dos trabalhos de cozinha no *time,* a contratação de um "cuca" é a forma mais usual quando se trata de uma turma de *peões* com seu empreiteiro. Entretanto, a contratação em caráter diferenciado de um encarregado da cozinha pode acontecer também no *time.* Incluem-se nesta denominação, de modo sistemático, trabalhadores que se oferecem para tarefa específica de cozinhar e na condição não de *sócios* do *time* mas de *mensalistas,* de tal modo que sua remuneração se faça não pela divisão do saldo, mas através de um montante fixo e previamente contratado.

A feitura de alimentos, por ser uma tarefa da esfera feminina, revela, por um lado, as condições especiais em que os homens dela se incumbem e, por outro lado, revela a própria presença de mulheres enquanto força de trabalho na peonagem, presença esta que não tem sido registrada de maneira adequada e que, no entanto, é mais freqüente do que se poderia supor.

A verdade é que a feitura de alimentos é muitas vezes assumida por mulheres na peonagem e isto se dá, especialmente, quando *o time é* a forma de organização do trabalho. É bom lembrar que a especificidade desta forma de organização se baseia no fato de ela não comportar internamente, seja a nível ideológico ou prático, a subordinação que se dá entre

trabalhadores diretos e empreiteiros (ver a parte que se refere ao *time)* . Mulheres podem entrar no *time* na qualidade de mulheres do *dono do serviço.*

O chefe-de-time leva consigo a esposa para o local de trabalho, ou, na ausência de uma esposa, consegue firmar uma relação de exclusividade com determinada mulher e, então, impõe a barreira da exclusividade avocando para si e sua companheira a condição de "família". Nem sempre, no entanto, as mulheres que trabalham no *time* são mulheres do *chefe-de-time* e, com mais razão nestes casos, podem surgir dificuldades, principalmente no que se refere à esfera de autonomia do núcleo familiar (ou do par conjugal) que tem que ser, a todo custo, preservados, de tal modo que a mulher só esteja diretamente subordinada ao marido (ou ao homem que ela acompanha). Se esta regra foi rompida, a presença da mulher se inviabiliza:

> *- Mas tem uns que levam a mulher, não é?* Os *que têm mulher levam, não é?*
> *- Tem homens que levam. Outros não levam não senhora. - O senhor já levou?*
> *- Já levei.*
> *- E dá certo?*
> *- Tem vez que não dá não senhora. O último ano, na derrubada, não deu certo não senhora.*
> *- Por quê?*
> *- Por conta que, por companheiros, não é?! Descombinou. Companheiro queria mandar em nós todos... (e eu, com a esposa lá), eu fui, deixei o serviço.*
> *- Mas ele era o seu empreiteiro? Era.*
> *E o senhor é que levou sua mulher? Eu que levei mulher.*
> *E ele tinha que pagar alguma coisa para ela?*
> *Tinha que pagar. E eram duas mulheres. Era uma minha e uma dum companheiro meu. Elas duas que eram cozinheiras. Agora, cedo nós íamos todos pro serviço, quando eram oito horas mais ou menos, vinha um pra levar a bóia para os outros lá. A mulher não podia ir, por conta do mato alto, né?! A mulher tá andando assim, não dá certo.*
> *Dessa vez o acordo ficou: o companheiro que não tinha mulher pagava àquele que tinha. Pagava 200 contos por mês.*
> *- Nessa outra fazenda que eu trabalhei, era time também, mas eu não era o chefe, era um colega meu e quem cozinhava era a mulher dele. Mas ela não fazia o almoço. O almoço éramos nós que fazíamos. Cada dia um levantava de madrugada, servia o café e fazia o almoço para e nós levávamos. A janta era ela que fazia. O dia que era o marido dela que era para fazer, ela levantava e fazia por ele.*

Para qualquer homem do *time,* levar a mulher é uma forma de obter um ganho a mais e ao mesmo tempo evitar gastos duplos que se fazem tanto no local de serviço quanto no local de moradia.

> *- Porque, às vezes, no momento a gente fica pensando: este ano não vou levar mulher não. Vou deixar aí, agora: tira o fornecimento e deixa cá para a mulher; e vai lá, tira outro fornecimento e fica lá com os companheiros....*

Outra atividade exercida por mulheres na peonagem é a lavagem de roupa: ou o fazem para seus parentes, ou para outros trabalhadores e, neste caso, sempre em virtude de um trato

individual e em troca de alguma forma de remuneração, também assumida por trabalhadores individualmente, e nunca em razão de um trato coletivo do grupo. Esta tarefa parece ter uma conotação diferente da tarefa de feitura de alimentos, pois homens nunca assumem realiza-las para outros, o que é a norma quando se trata de homens cozinharem. De qualquer modo a lavagem de roupas é mais uma fonte alternativa de trabalho e ganho para mulheres na peonagem!

> *- E a lavagem de roupa, quem faz é a mulher?*
>
> *- Não, cada um lava a sua. Às vezes a mulher é esperta. Ela não tem direito (obrigação) de lavar roupa de ninguém, mas pode lavar. Às vezes nem combina preço, aí, no fim, o peão tem consciência, dá unia gorgeta. Neste serviço que eu trabalhei ela não lavava porque estava gestante também. Ela só fazia a janta.*

Às vezes os limites do grupo de trabalho coincidem exatamente com relações de afinidade e parentesco e, nestes casos, nem se justifica o emprego das designações de *time e chefe-de-time,* a mulher exercendo suas funções dentro dos limites das relações familiares representa uma forma de poupança computada de outra forma:

> *Uma vez ele (o marido) ficou trabalhando nas Três Alarias, e a menina (a filha) cozinhava para ele. A empreita era só deles dois mesmo (o marido e o marido da filha), fazendo uma juquira.*
>
> *- E aí quem tem mulher então lucra, não é?!*
>
> *- Lucra. Quem tem mulher lucra. Logo o ordenado é mais. E quem não tem é a conta de ele tirar um sabão, uma roupa, já tira um cigarro, daqui a pouco dá vontade de beber uma pinga... Naquele tempo uma pinga lá valia dez contos... e aqui na rua era dois.*

A assistência aos doentes também cabe à mulher, nos grupos dos quais ela participa. Além de todos os tipos de doença e acidentes de trabalho, existe uma doença que é quase uma rotina nos grupos que trabalham nas matas da região: trata-se da maleita cuja febre deixa o trabalhador prostrado e trêmulo por vários dias. Essa tarefa, por sua vez, tem uma conotação diversa das outras: faz-se como um favor, ou sobre laços de camaradagem e é, em parte, por conta dos cuidados dispensados aos doentes que os trabalhadores costumam referir à mulher que acompanha o grupo como sendo "uma mãe para nós". Nos *times,* essa aproximação ideológica em termos de parentesco não é isolada, pois os membros do *time* fazem questão de enfatizar a igualdade entre eles *(sócios, companheiros)* e o *chefe-dotime* costuma usar com relação aos demais trabalhadores a designação afetiva de *meninos,* bem distinta das designações plenas de sentido pejorativo pelas quais são referidos por empreiteiros *(biés, peões).*[30] Na verdade, a aproximação ideológica em termos de parentesco parece ter também

---

[30] O termo *peão* está registrado no vocabulário do trabalho como amansador de cavalos, trabalhador rural,

como efeito o reforço da barreira sexual entre os membros do *time* e a mulher do *companheiro* ou do "dono do serviço". Sem esta aproximação e sem o reconhecimento da exclusividade da relação entre um homem e a mulher que o acompanha, e pela qual ele é responsável, seria impossível pensar em recrutar mulheres para trabalhar em situações de grande isolamento e escassez de mulheres.

A "responsabilidade" de um homem com relação à mulher que o acompanha e o reconhecimento da exclusividade da relação entre eles permitem que se realize com sucesso a estratégia muito comum de recrutar mulheres para compor grupos de trabalho a partir de contatos na zona de prostituição, situação aparentemente incompatível com as dimensões da "responsabilidade" e da exclusividade presentes nos locais de trabalho.

9. Peões e mulheres do cabaré: reconstruindo as relações familiares

Até aqui tratei da presença de mulheres no espaço de trabalho e, ao fazê-lo, fiz ver que a percepção dos *peões* como homens solteiros e como força de trabalho recrutada em termos individuais precisa ser rediscutida. Neste sentido, gostaria de aprofundar o argumento em duas direções: a primeira visando a consideração do fato de que as formas de classificação desses trabalhadores por parte dos *posseiros* se constroem por referência à família, ou melhor, por referência à ausência ou afastamento da família; e a segunda visando demonstrar que estão em jogo dois conceitos de família: um produzido pela realidade dos *posseiros* e outro produzido pela realidade dos próprios *peões.* Tomarei, portanto, primeiro, as formulações dos *posseiros* acerca dos *peões e, em* seguida as formulações dos próprios *peões* e dos seus pares conjugais, por excelência, as mulheres das zonas de prostituição que se formam nas imediações das empresas.

De fato, o discurso dos *posseiros* dos povoados onde circulam os *peões* constitui uma barreira imposta à percepção das relações familiares estabelecidas pelos *peões,* por ser, exatamente, o discurso da ausência da família; este discurso é muito forte - marcado pela ameaça que os *peões* representam para os *posseiros* tanto no que se refere à luta pela terra quanto no que se refere às relações sociais entre os membros da comunidade. Diziam os *posseiros* que os *peões* "são largados", que deles "ninguém sabe quem é o pai nem a mãe",

---

operário. Etnologicamente, foi construído sobre a raiz latina pes-pedis (pé) e remete "aquele que anda a pé" (Ferreira: 1975). Por oposição, no passado, aos cavaleiros, o termo era uma referência a noções de estamento (Professor José de Souza Martins chamou minha atenção sobre este significado). Carrega, pois, uma noção de inferioridade, relativa à estruturação da sociedade. O fato, no entanto, de remeter ao trabalho de certo modo dignifica seu uso. Mesmo no contexto aqui analisado, com todas as noções negativas que foram anunciadas, a categoria *peão* resguarda, portanto, esta margem de positividade. O termo "bié", entretanto, é referido quase como una xingamento, uma ofensa e mencionado tanto por *peões* quanto por *posseiros* como uma forma absolutamente desrespeitosa de tratamento.

que "não têm juízo", "vivem bêbados". Tais expressões referem-se à condição de homens privados das relações a partir das quais se constroem posições, papéis e identidades sociais. Entre os *posseiros,* tais relações são lastreadas pelo parentesco, pela vizinhança e contatos face a face que permitem estabelecer redes de conhecimento mútuo, direitos, deveres e controle social. Dizer que os *peões* "são largados" remete, exatamente, à indefinição de *status* que o desconhecimento (ou a ausência situacional) dessas relações comporta: casados ou solteiros, não se sabe, o certo é que vivem como se não tivessem família. Mais categórico é dizer que *peão* "não tem compromisso", pois o que ganha no trabalho gasta com coisas e pessoas que não estão vinculadas à vida da casa e da família; os que a têm possuem um "compromisso" e o produto de seu trabalho destina-se prioritariamente ao sustento da mesma. *O peão* "não tem compromisso" porque consome seu ganho no "cabaré' com as prostitutas, e na "zuada" com os companheiros, com bebidas, roupas, rádios de pilha e outros objetos pensados como supérfluos do ponto de vista do sustento da casa e da família. Na expressão "ninguém sabe quem é o pai nem a mãe", a referência à falta de informações sobre a família é explícita, mas a implicação desta ausência é mais abrangente porque, ao colocar em evidência a importância da família de origem, indica a impossibilidade de apelar-se, no caso dos *peões,* para alguém que se responsabilize, que avalize e controle suas ações. A conceituação de que *"peões* vivem bêbados" funciona como uma armadilha, ainda mais quando associada à impressão causada pelo que se vê nas portas das pensões, dos bares e nas ruas das zonas de prostituição. Armadilha que leva, primeiro, a procurar-se uma explicação a nível sociopsíquico: os *peões* bebem porque se angustiam com sua condição social. Para desarmá-la pode-se, no entanto, começar por considerar o fato de que os *posseiros* também bebem, e de que muitas vezes acontece de algum deles cair na rua e precisar ser levado para casa, sem que isto, necessariamente, seja pensado como uma anormalidade ou desvio. A diferença é, pois, que os *posseiros* bebem e caem no tempo adequado das festas, dos fins de semana e feriados, no espaço do povoado em que se acham protegidos pelas relações sociais estabelecidas, enquanto os *peões* bebem no espaço forjado pelo trabalho nas fazendas, inadequado ao calendário do povoado, no meio de estranhos ou de companheiros tão alijados do convívio dos moradores do povoado como qualquer outro entre os *peões.* Nestas circunstâncias, não desfrutam da proteção de parentes, vizinhos e conhecidos, mas ficam sujeitos à repressão e ao aviltamento que implica cair nas mãos da polícia, sem ter quem interceda a seu favor ou assuma por si responsabilidade. A força da ameaça e da suspeição que paira sobre os *peões* não elimina, mas até se nutre das avaliações positivas que convivem com os preconceitos de que são objeto. De fato, poder investir em bens supérfluos, roupas, cigarros e relógios, objetos que ajudam a compor uma áurea de atração para as moças e rapazes do povoado, cria um

status diferenciado para os *peões* na competição por pares conjugais, ameaçando, por este lado, as famílias dos *posseiros.* Seus filhos homens, atrelados às regras de redistribuição no grupo doméstico, trabalhando sob a autoridade paterna, não podem dispor de ganhos traduzidos em dinheiro que lhes facultem um consumo sequer comparável ao dos seus competidores. Num sentido semelhante, se desdobra a formulação de que "o peão vive no trecho". Por um lado, o "trecho" é o lugar fora do povoado, longe da casa, é a estrada, um lugar de ausência da rede de relações estabelecidas que criam o conhecido e socialmente controlado; mas, por outro lado, é no "trecho" que o filho da família camponesa, como *peão,* constrói sua independência com relação à autoridade da família de origem e, mais especificamente, com relação àquele do qual ele, na medida em que entra na fase adulta, se torna um duplo: o pai. Por este outro lado, que além de tudo inclui a vivência de novas experiências com relação a pessoas, coisas e lugares, viver "no trecho" constitui um elemento de valorização e aspiração para os *rapazes* das famílias de *posseiros* e, de atração, para suas mulheres.

Mas, se o discurso dos *posseiros* sobre os *peões* é, como foi dito anteriormente, o discurso da ausência da família, o discurso das mulheres das zonas de prostituição revela o movimento de reconstrução das relações familiares realizado pelos *peões* e por elas próprias.[31]

Muitas das mulheres que vivem nas zonas de prostituição dos povoados da região são de origem camponesa e vieram se inserir na prostituição a patrir de algum tipo de ruptura com as regras ou as expectativas do grupo com relação ao tabu da virgindade ou à perpetuação do casamento. Assim é que as histórias de vida enfatizam sempre um momento de inflexão em suas trajetórias, nos quais "se perderam" ou "se largaram" de seus maridos, deixando então o convívio com a família para viver no "cabaré":

> Os *pais dela vivem na roça, aqui em Porto Alegre mesmo. Ela separou do marido, aí veio para o Cabaré. Agora não quer voltar lá de medo do marido matar* (Mulher do cabaré, falando a respeito de outra; Porto Alegre).
>
> *É quem fica mais aqui comigo, fica direto. Perdeu-se com um rapaz de 12 anos... O moço queria que ela fosse com ele para Goiás... E aí, a família dele queria que ela fosse, não foi. Aí não deu para segurar* (Mulher do cabaré, referindo-se à sobrinha; Porto Alegre).

A passagem à prostituição nem sempre é tão imediata (nem eu poderia dizer que é necessária) e a mulher "largada" do marido pode tentar uma alternativa, inclusive saindo de

[31] Para chegar a um equacionamento das diversas formas de vinda dos trabalhadores do campo para empregar-se numa fábrica têxtil de Pernambuco, Maria Rosilene Barbosa Alvim teve que submeter o discurso tanto dos trabalhadores quanto da própria fábrica a um tipo de relativização semelhante, fazendo embora o caminho oposto: tanto os camponeses quanto os relatórios da fábrica falavam apenas em vindas por grupos familiares, quando na verdade a pesquisa foi produzindo a evidência de vindas individuais de trabalhadores (Alvim: 1984, capítulo III).

onde morava antes para empregar-se de alguma outra forma que lhe permita sustentar-se:

> *Quando eu saí de casa, fiquei empregada na casa de uma dona. Lá conheci um polícia e passei a gostar desse polícia. Aí ele me convidou para eu morar com ele. Eu disse que ia, mas depois que eu criasse o menino que eu tinha. Aí minha mãe mandou dizer que era para eu vir. E ele não queria deixar eu vir. Queria que eu fosse criar lá junto com a mãe dele, na capital de Belém, no Pará. Aí eu falei que não ia ... e fugi. Vim embora.*
>
> *- Aí você veio para Santa Terezinha?*
>
> *- Foi. Aí nunca mais vi ele. (...) Aí eu saí daqui, deixei esse menino com a minha mãe e falei para ela que com quinze dias eu voltava. E me mandei. Cheguei em Luciara, fiquei um mês ... De lá fui para São Félix* (Mulher de chefe-de-time, ex-prostituta; Santa Terezinha).

A passagem pelo "cabaré" às vezes é rápida e a mulher logo se liga a algum que conhece na própria zona: um *peão,* um empreiteiro ou mesmo um comerciante da zona. Começa então uma relação que pode ser mais ou menos duradoura:

> *- Cheguei lá no dia primeiro de novembro. Quando foi no dia quatro ele chegou e no dia quatro nós saímos... Papo nenhum. Papo era que ele perguntou se eu ia morar com ele, eu falei que ia e pronto.*
> *- Gostou dele ...*
> *- É. Tamos juntos até hoje. Já tem oito anos" (Mulher de* chefe-de-time, *ex-prostituta; Santa Terezinha).*
> *- "Vivi com meu marido cinco anos e três meses... Aí separei e depois casei de novo.*
> *- Este segundo marido seu era peão?*
> *- Era peão. Conheci ele lá em São Félix, passei quatro anos com ele. Eu já tinha dois filhos do primeiro marido e um que era de antes de juntar com ele, aí tive mais dois dele* (Mulher do cabaré; Porto Alegre).

Entre relações mais duráveis pode haver relações fortuitas das quais resultem filhos cuja paternidade pode não ser identificada. Esta, entretanto, não é a regra e, mesmo separadas dos pais de seus filhos, as mulheres manifestam a necessidade de identificá-los:

> *- É a mais clarinha e a que eu tenho mais dengo com ela porque é do homem que eu adorava.*
> *- E onde ele está?*
> *-Morreu. Morreu? Como?*
> *-Morreu matado numa briga.* (...) Esse *aí, se não tivesse morrido, eu estava com ele ainda. Mamãe não queria que eu ficasse com ele, porque vivia em encrenca, mas quem gosta não vê isso, não é?!... Este aqui, eu não sei quem é o pai dele; estou preocupada porque não sei o que vou dizer quando ele perguntar* (Mulher do cabaré; Porto Alegre).

Devido, talvez, à contingência das relações, as mulheres do "cabaré" elaboram um discurso sobre a paternidade que remete a uma forma especial de uso das categorias de parentesco e de expectativas com relação a papéis:

> *Tenho dó desse povo (os peões), tenho que ter, porque eles são os pais dos meus filhos ... Eles bebem, a gente puxa fogo, eles bebem. Tem vez que bebem Cr$ 5.000.00... Outro dia um mandou Cr$ 5.000.00 para mim. Levou*

> *meu rapazinho para a fazenda e deu roupa para ele. Porque eu é que ponho tudo na casa de minha mãe. É um dever que eu tenho porque ela olha meus filhos* (Mulher do cabaré; Porto Alegre).

Além dessa paternidade difusa, quase metafórica, que não exclui a identificação do pai biológico de cada filho, nem a experiência de relações duradouras, alternadas com relações fortuitas, o depoimento acima indica o papel das mulheres-mães das duas gerações. De fato, a mulher que falava tinha oito filhos, todos morando com a avó, na área familiar da zona urbana, à exceção do bebê, em fase de amamentação, que ficava com ela:

> *Até ficarem sabidinhos, depois vão para a casa de mamãe* (Mulher do cabaré; Porto Alegre).

Quando a mulher do "cabaré" e o *peão* se unem numa relação duradoura, acontece de irem juntos trabalhar numa empresa. Os recursos, então destinados ao sustento dos filhos e dependentes da mulher, podem vir, no todo ou em parte, do trabalho realizado pelo *peão,* a mulher e os filhos maiores desta. No grupo de trabalho que assim se forma, o contorno do grupo coincide com os laços de parentesco criados (aliança e filiação) e a divisão de trabalho aparece subordinada a estes vínculos: a mulher e mãe, na casa, cozinhando para os filhos e o marido; o marido chefiando o trabalho fora da casa.

> *Você disse que o seu filho foi para a fazenda com um peão, e você já esteve nas fazendas?*
> *Este último, que morreu, eu estive com ele na Vila Rica. Era só ele e um menino meu, o mais velho que trabalhava com ele, de juquira. Eu ficava na casa com a menina mais pequena, fazia a comida e levava. Deixava a pequenininha alimentada, de barriguinha cheia e levava a comida para eles; depois voltava para cuidar da janta. (...) Sempre mandando dinheiro para a mamãe, aqui.*
> *Essa casa que você morava era da fazenda, era na sede? Não; era um barraco de plástico e madeira, dentro da mata. Ele mesmo juntou a madeira, e o plástico a gente comprava na sede e levava para lá.*
> *Você já tinha esta casa aqui?*
> *Tinha. Essa aqui eu deixei alugada e a mamãe recebendo o dinheiro do aluguel* (Mulher do cabaré; Porto Alegre).

A entrada na prostituição, como já foi dito, se faz a partir da ruptura com alguma regra do parentesco; "perder-se" (quebrar com a regra do tabu da virgindade pré-matrimonial), ou "separar-se" (quebrar com a perspectiva de perpetuação do vínculo conjugal) aparecem como dois elementos que favorecem a transição para a prostituição. É como se se fizesse uma dicotomia definitiva entre a vida familiar, plenamente observadora das regras, e a prostituição, como espaço dos infratores dessas regras, social e espacialmente segregados. Entretanto, logo se revelam situações e relações vinculando o espaço da prostituição à família. Pude observar, por exemplo, a existência desse modelo especial de família marcado pela matrifoca]idade e pelo desdobramento do papel de *mãe* em torno de duas mulheres: mãe e a mãe-da-mãe. Embora separadas, espacialmente, elas se complementam: a mãe provendo, economicamente,

a subsistência dos filhos e cuidando deles até os primeiros passos; a mãeda-mãe acolhendo-os em sua casa, no espaço das "casas de família", que é ao mesmo tempo o espaço da escola, do trabalho legítimo, do casamento. A matrifocalidade dupla parece assim ser complementar à transitoriedade dos vínculos conjugais da mãe[32].

Se por um lado, portanto, a introdução à prostituição se faz às custas da ruptura com a família, a reprodução da mulher na prostituição pode comportar recomposições com a família de origem em outros termos. É o que se vê na relação da mulher do "cabaré" com a mãe, de cujo sustento ela se encarrega, e sob cujos cuidados ela deixa os filhos. No caso de sobrinha, que tendo "se perdido" foi morar com a irmã-da-mãe no cabaré, há, por um lado, um reacionamento dos laços familiares dentro do próprio espaço da prostituição; por outro lado, neste caso, a irmã não rompe com a filha prostituída, mas rompe com a irmã, em quem deposita a responsabilidade pelo destino da filha:

> *A mãe dela não fala comigo, diz que foi por minha causa, mas não é verdade, porque nesse tempo eu estava casada.*
> *- Ela mora com você?*
> *- Vive de uma casa pra outra, come na casa da mãe, dorme aqui, me ajuda a beber* (Mulher do cabaré; Porto Alegre).

A necessidade dessa ruptura talvez decorra em grande parte da proximidade espacial em que se encontravam as duas irmãs de status social diverso: uma, "mulher de cabaré", outra casada, porém vivendo com o marido, dono de um bar, na mesma rua. Mas também pode ser, simplesmente, uma forma de expressar socialmente o repúdio à entrada da filha na prostituição sem ter que arcar com o ônus de romper com esse laço muito mais forte que é o da filiação.

Os depoimentos até aqui citados indicam manutenção ou recomposição de laços familiares dentro da peonagem ou da prostituição. Na verdade, as trajetórias de *peões e* mulheres do "cabaré" podem conduzi-los de volta às condições camponesas. Isto pode acontecer quando a família de um ou de outro tem estoque de terras disponível que permita a reprodução de uma nova unidade doméstica.

> *- O seu irmão comprou a terra?*
> *- De um posseiro de Santa Terezinha. Domingo ele falou para o meu marido ir lá para eles combinarem que jeito é que vai fazer.*
> *- O Rubem vai trabalhar lá, só ele mesmo? - Só ele.*
> *- E você está gostando de ir para lá?*
> *- Para essa posse? Eu não sei se é bom, mas a gente vai, não é; é o jeito. Que a gente para enfrentar a dureza tem que ir, não é?! Para começar, tem que enfrentar ... Negócio de ficar trabalhando, fazendo só o dos outros, não*

[32] Sobre a predominância dentro da família dos laços de filiação que unem as mulheres à sua prole em detrimento dos laços conjugais e cios laços de filiação que unem a prole aos homens, em casos nos quais uma circunstância social os afasta de casa por longos períodos mais ou menos duradouros, ver Levi-Strauss: 1972.

> *vai não.*
> *Andar só a mandado dos outros, rapaz... trabalha, quando termina aquele serviço, não tem resultado nenhum. Assim, sendo um serviço que a gente trabalha e vê o resultado, ainda vai* (Mulher de chefe-de-time, filha de posseiros, ex-prostituta; Santa Terezinha).

***

Tentei mostrar, através da análise dos elementos constitutivos da relação dos *peões* com as empresas, ter a associação entre peonagem e escravidão o mérito de chamar atenção para a particularidade dessa forma de subordinação do trabalho face ao assalariamento tipicamente capitalista, pois que ela implica na perda para o trabalhador, ainda que temporária, de sua condição de livre vendedor de sua força de trabalho.

Também propus pensar o engajamento na peonagem não apenas como um indicador do processo de proletarização em curso, comandado pelo movimento do capital, mas como parte da estratégia do próprio campesinato de, pela busca de construção de um patrimônio através da venda da força de trabalho, tentar assegurar a possibilidade de sua reprodução social. A reprodução da condição camponesa não é o único modelo de trajetória concretizado pelos *peões.* O fato de eu ter enfatizado este modelo não significa exclusão das trajetórias que levam ao descampesinamento e à proletarização, havendo, inclusive, várias indicações neste sentido. Uma situação-limite poderia ser citada: a formação de um contingente de homens solteiros, já passada a faixa etária em que, normalmente, ocorrem os casamentos, que circulam constantemente entre as várias empresas da Região (e, nos anos mais recentes, também entre os garimpos). No discurso dos *posseiros,* assim como dos próprios *peões,* estes trabalhadores aparecem como os *peões do trecho,* por excelência, aqueles que não têm parada. Sobre esta situação a questão que se coloca é saber se os *peões,* membros de famílias camponesas que permanecem nesta condição o fazem por atributos e escolhas pessoais ou se sua perpetuação como celibatários seria função de uma situação mais geral do campesinato na Região, marcada pela carência ou dificuldade de acesso a recursos que possibilitem sua reprodução como camponeses. Pierre Bourdieu tem um estudo sugestivo neste sentido sobre uma aldeia camponesa na França, onde ele encontra uma situação de celibato associada a estratégias do campesinato visando a preservação de recursos monetários e fundiários, de tal modo escassos que foi preciso pôr em prática algumas regras de herança e partilha de forma que, a uma parte do grupo pelo menos, ficasse garantido o acesso ao patrimônio, às custas de uma outra parte do grupo que tem que ser excluída do mesmo (Bourdieu: 1962; páginas 32 a 56).

Propus, por outro lado, pensar as "mulheres do cabaré", assim como os próprios *peões,* como membros de famílias camponesas, afastadas de suas condições de vida familiares. Em

ambos os casos me referi a crises que estariam na origem desse afastamento. É preciso deixar claro que as crises referidas dizem respeito a mudanças de *status,* ocorridas dentro do ciclo de vida das famílias e vivenciadas contraditoriamente, e a rupturas de regras de comportamento básicas do relacionamento social e familiar do grupo. É provável que este tipo de crises tenha sempre gerado afastamentos com relação às famílias e às comunidades camponesas. Entretanto, são fatores tais como a redução do estoque de terras camponesas, a introdução do tipo de exploração e o recrutamento de mão-de-obra individual e em grande escala realizado pelas empresas que, associados às referidas crises internas ao próprio campesinato, resultam em situações como as que foram examinadas.

Pergunto-me, ainda, até que ponto a "fuga", pelo menos como uma das formas de resistência dos *peões* à exploração a que os submetem as empresas, não está também relacionada, de algum modo, à percepção e ao significado que tem para eles, como membros de famílias camponesas e, num determinado momento do seu ciclo de vida, o engajamento no trabalho remunerado. Nós tendemos a pensálos como trabalhadores temporários, equiparando-os assim a todos esses segmentos proletarizados do campesinato, empregados, periodicamente, pelas empresas onde quer que seja, mas, pensando naqueles que conservam ainda vinculações com uma família e um patrimônio camponês, eu tenderia a interpretar seu engajamento na peonagem sob a ótica de uma saída contingente que não inclui, necessariamente, o descampesinamento e o engajamento permanente na condição de vendedores de força-de-trabalho.

Finalmente gostaria de fazer algumas considerações sobre o significado social da saída dos *peões e de* sua volta para casa e das implicações que tem este movimento para a compreensão da família camponesa. Estudos recentes sobre o campesinato no Brasil têm mostrado que, chegada a fase adulta, os filhos homens das famílias camponesas passam a implementar, ainda no âmbito da unidade chefiada pelo pai, um projeto de trabalho autônomo que lhes permita fazer a passagem para a construção de uma unidade camponesa nova (Garcia, 1975 e Heredia, 1979). Também há evidências, inclusive nos próprios depoimentos dos camponeses mais velhos por mim entrevistados, de que sair da casa paterna para, através do exercício de uma atividade remunerada, realizar o acúmulo de um pequeno patrimônio inicial, tem sido sempre parte da estratégia de reprodução de novas unidades camponesas. Na região pesquisada, os mais velhos lembram o tempo em que jovens ainda saíram para áreas de garimpo ou buscaram serviço junto a criadores de gado visando, em ambos os casos, obter uma ou outra espécie de recursos com que iniciar-se na fase plenamente adulta, quando lhes cabia constituir sua própria família.

O que o estudo sobre os *peões* parece revelar sobre esta fase do ciclo de vida dos

camponeses é que ela é uma passagem crítica, eivada de conflitos, desafios e ambições. A situação revela uma crise estrutural em que uma ruptura drástica tem que ser realizada entre aquele que ainda é o chefe da família (o pai) e aquele outro que já pode tornar-se um novo chefe de família (o filho adulto). É significativo notar-se que as histórias dos *peões* sobre a saída da casa paterna incluíam mágoas e reclamações com relação aos pais e se referem à autoridade deste como autoritarismo e, ao controle por ele exercido sobre o produto do trabalho familiar, como uma espécie de usura.

Na crise que relatam é comum ouvir-se que saíram de casa sem se despedir do pai, embora fazendo-o sempre com relação à mãe, como se a expressar que a competição era com o primeiro e que, por outro lado, a atitude amorosa entre o filho e a mãe neste momento funciona como garantia de uma possível volta, de uma recomposição das relações com a família de origem, num tempo futuro e sob novas condições. Toda a situação descrita pelos *peões* lembra muito a crise das sociedades de linhagens matrilineares em que o irmão da mãe, chefe da linhagem, e o filho da irmã, pretendente ao posto, entram em conflito, cabendo à mãe o papel de mediadora que permite a continuidade da linhagem para além da crise (Beidelman, 1974).

Por ora, basta lembrar que muitos filhos de famílias camponesas, *rapazes* (solteiros) ou jovens recém-casados, não logram concretizar o projeto de volta à família. Muitos deles se referem à não volta como um resultado da distância entre o projeto de voltar com recursos e a impossibilidade de fazê-lo, como se a obtenção de recursos fosse uma forma de remissão das atitudes tomadas no período crítico e como se voltar sem tais recursos fosse uma violência imposta ao seu orgulho e à sua auto-estima.

IV

0 Papel da Igreja: Espaços Institucionais de organização

- Você está indo para onde?
- Vou à procura de terra para trabalhar.
- Terra aqui tem, mas precisa coragem...
- É, coragem a gente não tem, mas precisando... arranja
(Diálogo entre o padre Francisco Jentel e um chegante; Santa Terezinha, 1966).

De acordo com o que foi visto até aqui, pode-se dizer que aos *posseiros* foi dado organizar-se de tal modo que suas ações surtissem uma eficácia significativa com relação aos fins por eles visados: as perdas que sofreram repercutiram, sem dúvida, sobre suas condições de vida enquanto grupo, mas eles lograram, de fato, impedir que um processo de expropriação mais radical fosse consumado. Quanto aos *peões,* parece que a modificação das formas de exploração do trabalho que caracterizam a peonagem, tal como foi aqui descrita, ocorreram muito mais em função das necessidades dessas empresas ao passarem da fase de instalação para a fase de funcionamento produtivo propriamente dito, quando os grandes contingentes de trabalhadores não eram mais necessários e elas podiam prescindir dos mecanismos de imobilização e coerção utilizados na fase anterior. Se isto é verdade, a questão que se coloca é saber que fatores teriam contribuído para a eficácia diferenciada da ação de *posseiros e peões.*

A começar, os *peões* estavam submetidos a uma forma de exploração do trabalho tão próxima à escravidão que as "fugas" se tornavam para eles a reação mais comum; a remuneração, por produção, por outro lado, criava a ilusão que, como vimos, os impediam de questionar o salário; acresce que o espaço dentro do qual os *peões* travavam suas lutas era o espaço do trabalho, dominado pelas empresas; finalmente, os *peões* não tiveram acesso a um aparato institucional que propiciasse um desenvolvimento de sua organização. De várias formas não só Jentel, mas a própria Prelazia de São Félix, na pessoa de seu bispo, denunciaram a situação dos *peões* e conseguiram que, em 1970, a Polícia Federal chegasse a Santa Terezinha, reprimisse os prepostos da empresa e os fizesse liberar centenas de trabalhadores coagidos. Muitas vezes Jentel entrou na cadeia de Santa Terezinha para de lá retirar *peões* presos e várias vezes os recolheu em sua casa, quando acuados pela milícia das empresas e pela polícia. Mas estas atitudes diferiam substancialmente das iniciativas que ele conseguiu pôr em prática com relação aos *posseiros* e do papel que tais iniciativas tiveram na organização da luta deste segmento.

A dificuldade de lidar com *peões* tem muitas explicações fundadas nas condições

objetivas desses trabalhadores - dispersos no interior das empresas, de passagem apenas pela periferia dos povoados, afastados inteiramente dos seus lugares de origem e de suas redes de relações sociais mais próximas. Várias vezes, nos momentos que se seguiram ao afastamento de Jentel, as equipes religiosas de São Félix do Araguaia se colocaram a questão de como lidar com os *peões* e até hoje a questão se recoloca nas áreas onde se abrem novas empresas e onde o esquema da peonagem é reacionado.[33]

Na impossibilidade de avançar no momento sobre a questão dos *peões,* pretendo refletir neste capítulo o que significou para os *posseiros* terem podido dispor de um aparato institucional propiciador de recursos e quadros, representado pela Missão Religiosa Católica. De certo modo, o papel desse aparato institucional foi evidenciado na descrição das lutas travadas; aqui pretendo tomar em consideração especial o papel da Cooperativa, criada pelo padre Francisco Jentel, e as propostas de trabalho coletivo que foram feitas no bojo da luta. Para tanto, vou considerar, primeiro, como estas iniciativas se enquadravam no projeto político e econômico do padre Francisco Jentel para a área.

1. A cooperativa: objetivos econômicos e eficácia política

A história da disputa entre a Missão Religiosa Católica atuante na área e as empresas que adquiriram terras em Santa Terezinha é anterior à eclosão do conflito com os *posseiros.* Como se sabe, antes da CODEARA, três empresas tiveram o domínio das terras do povoado entre 1954 e o final de 1966, quando a última dessas empresas transferiu seus direitos ao Banco Nacional de Crédito, responsável pela CODEARA. Parece que o fato de as empresas anteriores terem projetos imobiliários não as fez tão interessadas em evacuar a população da área, daí que os moradores tenham sido sempre unânimes em seus depoimentos em afirmar que as primeiras empresas não chegaram a ameaçá-los. Alguns avaliavam, positivamente, sua relação com essas empresas e contavam casos de um ou outro *chegante* que teria sido contemplado com um lote já desmatado, onde instalar sua *propriedade.* Outros, inclusive entre aqueles que se tornaram lideranças do movimento contra a CODEARA, contavam terem se empregado na execução de tarefas de instalação dessas empresas, sem suspeitar que sua permanência futura no lugar pudesse estar sendo ameaçada.

O mesmo não aconteceu com os missionários da Prelazia de Conceição do Araguaia sob cuja jurisdição estava naquela ocasião a área de Santa Terezinha. Depois do caráter amistoso e de cooperação que marcou os primeiros contatos com os representantes da

---

[33] Claudio Perani faz uma constatação mais geral a respeito da dificuldade dos quadros da Igreja em lidarem com trabalhadores rurais para os quais se colocam outras questões que não sejam aquelas relativas à luta pela terra. No caso de *peões,* assim como de *volantes, clandestinos, bóias-frias,* as dificuldades existem também para o movimento sindical, embora alguns avanços venham ocorrendo (Perani: 1984).

empresa que veio se instalar em 1954, as contradições começaram a se anunciar dando origem a uma disputa que durou até 64, quando já começava a haver indícios de novas questões.

Desde 1926, missionários dominicanos visitavam o lugar onde se formou o povoado de Santa Terezinha e, em 1931, construíram, no Morro de Areia, um conjunto de casas destinadas à capela, ao abrigo de confessionais e ao funcionamento de um colégio. Quando, em 1954, chegou a primeira empresa, as casas não estavam, todavia, sendo utilizadas e foram solicitadas a título de empréstimo até que fossem construídos alojamentos próprios. Ao primeiro pedido de devolução das casas, entretanto, a empresa fez saber ao bispo que a capela e o colégio teriam que ser transferidos, adequando-se, espacialmente, ao plano da futura cidade, parte da obra que caberia à empresa realizar. Enquanto insistia neste ponto, uma empresa ia passando as casas ao uso dos novos proprietários aos quais transferia o domínio das terras, de modo que a demanda em torno das casas durou até 64, quando, através de um processo judicial, a Prelazia conseguiu reaver suas propriedades. Proprietária das casas, a Igreja continuaria, entretanto, tolhida na sua intenção de expandir as estruturas materiais do seu plano de assistência e evangelização.Acresce que, neste período, foram se renovando os quadros da Prelazia, e se redefinindo sua posição política.[34]

Sendo, essencialmente, ativo e empreendedor, o padre Francisco Jentel, ainda como responsável pela Missão Tapirapé, e antes de tornar-se vigário de Santa Terezínha, já projetava estradas, poços artesianos, experimentação de sementes, culturas e máquinas agrí-colas. Em matéria intitulada "Araguaia: iniciativa particular supre omissão do Governo", a ação de Jentel e a Associação de Desenvolvimento do Vale do Araguaia (ADEVA), que por sua inspiração fora criada, foram assim referidas:

> *Há seis anos, aproximadamente, chegaria à região o sacerdote secular francês Francisco Jentel... Preocupou-se em promover o progresso econômico daquele setor, base única para obtenção de um melhor padrão de vida. (...) Veio a São Paulo, articulou relações e entendimentos, e acabou conseguindo com o apoio de médicos e outros profissionais liberais a constituição da ADEVA* (O Estado de São Paulo, 29 de agosto de 1964)[35].

O primeiro resultado de vulto, a nível local, das iniciativas de Jentel foi a criação da Cooperativa Mista de Produtores do Araguaia (CAMIAR) e antes que as relações de Jentel com *o status quo* tomassem outro rumo, a Cooperativa foi vista com simpatia:

---

[34] A partir de certo momento, ganhou força, na Prelazia de Conceição do Araguaia, como Administrador Apostólico, D. Tomás Balduíno, hoje bispo de Goiás e que nos anos seguintes iria se tornar um dos expoentes católicos da oposição ao governo e às políticas antipopulares aprovadas pelo regime. Também em Santa Terezínha, o antigo vigário foi substituído pelo padre Francisco Jentel, com o qual D. Tomás logo estabeleceu uma relação de complementaridade nas lutas que se seguiram.

[35] A ADEVA estava ligada a um grupo que no Brasil e, especificamente em São Paulo, representava o movimento "Economia e Humanismo" do Padre Lebret.

Articulou-se com aquela gente simples e conseguiu formar a Cooperativa Agrícola Mista do Araguaia. (...) O resultado: foi excelente. A Cooperativa já conquistou a confiança dos associados, *pois financiou culturas na sementeira, e recebeu quota dos mesmos cooperados. Tudo se rege rigorosamente dentro da legislação cooperativista do País* (O Estado de São Paulo, 29 de agosto de 1964).

As iniciativas de Jentel eram, pois, saldadas por seu caráter de suplência e talvez, a princípio, ele mesmo as visse sob este prisma. Acontece que tais iniciativas faziam parte de um plano de desenvolvimento econômico para a área que incluía o objetivo de melhoria das condições de vida da população, através do aumento da produtividade agrícola das pequenas unidades e da eliminação da intermediação dos comerciantes que expropriavam, via relações mercantis, os pequenos produtores.[36] Incluía, pois, o fortalecimento das pequenas unidades produtivas, o que iria fatalmente se chocar com a política governamental de privilegiamento do desenvolvimento da Região através das grandes unidades de exploração. Assim foi que, em 1966, ano da criação da SUDAM e da aprovação das leis de incentivos fiscais para investimentos na Amazônia, o caráter da própria Cooperativa começa a se redefinir no sentido de tornar-se um instrumento de resistência à dominação da empresa em Santa Terezinha. As palavras de D. Tomás Balduíno ao vigário de Santa Terezinha nesta época deixavam bem clara esta percepção do novo papel que viria a ter a Cooperativa:

Acabo de chegar de Marabá... A Cooperativa de lá está me pedindo para a Prelazia se associar com ela na organização de uma rádio. (...) Frei Alano gostou muito de Santa Terezinha. (...) O Nasser vendeu o patrimônio da CIVA[37] a um pessoal de São Paulo. A turma, em número de 16, esteve lá ... e procurou Frei Alano para uma sondagem. (...) Andaram fazendo reunião com o pessoal da Cooperativa (de Marabá) a fim de propor venda de lote aos posseiros. Estão com a boca cheia de planos de colonização. Em vista disso, estou pensando em pedir ao Dr. Vicente, advogado da Prelazia, que dê uma assistência a vocês em Santa Terezinha, a fim de apoiar mais a turma dos cooperados. Precisamos agir sem barulho e com mais eficácia técnica. Uma vez a coisa organizada, a Companhia não poderá conseguir nada (Carta de D. Tomás ao padre Dentel, 14 de abril de 1966; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Encontrando resistência entre os pequenos produtores à proposta da Cooperativa, o padre Francisco jentel ia explicando a idéia a seus paroquianos, associando o papel que a Cooperativa teria na elevação da produtividade da atividade agrícola com o papel de resistência face à luta que teria que ser travada futuramente:

- O padre Francisco reuniu o povo e disse como ia acontecer aqui, futuramente, no lugar. Pensou que através de uma cooperativa o pessoal era melhor de se organizar...

---

[36] Maria Emília Pacheco Lisboa fez um bom estudo da dominação exercida sobre pequenos produtores pelos donos do capital usurário da Amazônia (Pacheco: 1980).
[37] CIVA - Companhia Imobiliária do Vale do Araguaia, terceira empresa a tentar se instalar em Santa Terezinha e que transferiu à CODEARA seus direito. Michel Nasser era um dos seus diretores.

- Mas como é que ele explicava, como é que ele falava com o povo?
- Ele falava que era para o povo, através da Cooperativa.. . o povo ia ter benefício na lavoura, para ter condição técnica de o povo trabalhar, porque, só a braço, ele viu que não dava. Então, ele queria que tivesse um trator para arar a terra, que o pessoal aprendesse a trabalhar a terra arada. Até fez umas experiências aí ...
- Essas *experiências já eram ligadas à Cooperativa?*
era para dar certo para ficar valendo para a Cooperativa" (José Carlos, posseiro de Santa Terezinha, ex-balconista e ex-presidente da Cooperativa).

A Cooperativa nascia assim sob a orientação de dois objetivos: o econômico, pelo qual se pretendia melhorar as condições de vida e trabalho, promovendo, através do crédito, de novas técnicas e de mecanismos de comercialização, maior rentabilidade e produtividade da atividade dos pequenos produtores; o outro objetivo era eminentemente político, no sentido de organizar os pequenos produtores de modo que, através da Cooperativa, eles pudessem resistir às pressões que viriam.

A Cooperativa Mista de Produtores do Araguaia, criada em 1964 e oficialmente reconhecida em 1965, desenvolveria as seguintes atividades: concessão de crédito para a produção, *fornecimento* de mercadorias durante a realização das tarefas na entressafra, abastecimento dos associados com produtos de consumo, compra da produção dos associados. Acoplada à Cooperativa haveria uma usina de beneficiamento do arroz, principal item da produção dos pequenos produtores.

Cada uma destas atividades previstas gerou problemas que têm a ver, diretamente, com a viabilidade econômica deste tipo de empresa; entretanto, dados os fundamentos doutrinários da própria proposta cooperativista, a frustração que advinha da dificuldade de cumprir a contento as finalidades desejadas acabava gerando complicadores adicionais de ordem política e ideológica, conforme veremos em seguida.[38]

A concessão de crédito para a produção é um investimento feito por uma cooperativa e que está diretamente vinculado à expectativa de obter como retorno pelo menos parte do produto que ela financia. Três problemas, entretanto, ocorriam com relação a este tipo de serviço a ser prestado: os recursos eram escassos para generalizar a concessão de crédito aos

[38] José Roberto Pereira Novaes, através de uma revisão bibliográfica dos ideólogos do cooperativismo, oferece um ponto de partida para a compreensão dos modelos de percepção da realidade e dos princípios doutrinários que podem estar em jogo nas propostas de organização cooperativa. Tomando, por um lado, *a Questão Agrária* de Kautsky e, por outro lado, as formulações dos idealizadores do movimento cooperativista do século XIX, esclarece que, para Kautsky e, dado o contexto político e social dentro do qual ele raciocinava, as cooperativas seriam instituições "de grande importância no sentido de contribuir para a remoção dos obstáculos que bloqueiam o livre desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura" (Novaes: 1983; página 3); enquanto que, para os "utópicos" do século XIX, o cooperativismo deveria se desenvolver como contraposição ao desenvolvimento do capitalismo, com regras próprias, diferentes daquelas que regiam a sociedade - eram, portanto, elementos de transformação da sociedade para uma organização social "superior" (Novaes: 1983; página 6). Em que pesem as diferenças, a motivação que deu origem à Cooperativa de Santa Terezinha está certamente mais próxima da concepção dos "utópicos".

associados; dado que os pequenos produtores muitas vezes não tinham como suprir necessidades básicas de suas famílias, parcelas do crédito obtido eram desviadas da produção para fazerem face a necessidades imediatas como, por exemplo, e este era o caso mais citado, adquirir material escolar para os filhos; finalmente, a incapacidade de muitos associados de ressarcirem as dívidas contraídas pelo crédito. A questão do desvio de parcelas do crédito voltado para a produção é, do ponto de vista de um fiscal de banco, por exemplo, uma atitude inaceitável, entretanto, os dirigentes de uma cooperativa como a de Santa Terezinha, também eles pequenos produtores, tendem a compreender o que se passa e a transigir com esta quebra de contrato. Leilah Landin fez o mesmo tipo de observação com relação ao caso de uma cooperativa por ela estudada em Pernambuco (Landin: 1980).

O fornecimento é um tipo de crédito que tem finalidade diferente: destina-se a suprir basicamente os gastos com a alimentação do pequeno produtor e de sua família enquanto ele está dedicado à produção. Os problemas decorrentes do *fornecimento* coincidem com os problemas acarretados pelo *fiado* - um tipo de venda a prazo sem o caráter do *fornecimento.* Entretanto, os problemas de atraso ou de não pagamento do *fiado* são os mesmos. Para solucionar estes problemas a diretoria podia adotar duas medidas: cortar *o fiado* para todos os associados ou selecionar a quem fiar. Ora, os pequenos produtores não podem prescindir do *fiado e* nisto se baseia a relação que eles estabelecem com os comerciantes, de tal modo que suportam e até justificam os preços mais altos que lhe são geralmente cobrados como se fosse uma contrapartida do *fiado.*[39] Se a Cooperativa não vende *fiado* eles têm de recorrer ao comércio local e isto é uma quebra do compromisso que é esperado dos associados para com a Cooperativa. Por outro lado, os pequenos produtores de Santa Terezinha faziam uma associação entre *fiar e confiar,* daí o corte do *fiado* produzir a mágoa de não ser tido em confiança, no meio daqueles mesmos entre os quais se pregava que deveria haver união, solidariedade e igualdade ... Se os comerciantes podiam *fiar* era, em parte, porque dispunham de maior capital de giro e maior capacidade de pressão no sentido de obter o pagamento da conta. Na Cooperativa as coisas se complicavam também por esse lado porque ou a Cooperativa era "do padre", ou ela era "dos *posseiros"* e em qualquer dos casos esperava-se maior complacência. Mas os comerciantes podiam *fiar* também porque cobravam preços altos das mercadorias e isto leva à consideração da terceira atividade a ser realizada pela Cooperativa: a venda para o consumo.

Esperava-se, com respeito a este item, que a Cooperativa cobrasse preços mais baixos

---

[39] Há um trabalho muito interessante a respeito desse aspecto da relação entre pequenos produtores e comerciantes que se intitula "Relações de Crédito na Irlanda Rural", onde os autores chamam atenção exatamente para a inadequação da visão tida por uma pessoa de fora que se depara com os altos juros cobrados pelos comerciantes e a percepção tida da relação por aqueles que se beneficiam do crédito (cf. Arensberg,

do que os comerciantes, já que um dos pressupostos era que os comerciantes eram exploradores. Raramente, no entanto, a Cooperativa conseguia vender por preços mais baixos. Então, "para que serve a Cooperativa?"

Finalmente, a compra da produção dos associados: muitas vezes a Cooperativa não dispunha de recursos suficientes para adquirir a produção na safra. Isto, de novo, desdobrava-se politicamente: a oposição criada na luta com os comerciantes era grande e entre os mais fortes estava o concessionário da PLANTA SA - um armazém da CODEARA -, sempre capaz de adquirir o arroz produzido pelos *posseiros* ...

Apesar de todos estes problemas, que de resto não são uma particularidade da Cooperativa de Santa Terezinha, a Cooperativa continuou a funcionar. Entretanto, com o afastamento do padre Francisco Jentel, em 1972, a equipe pastoral de Santa Terezinha tomou uma feição inteiramente nova, mas a tendência de muitos pequenos produtores foi minimizar o efeito dos problemas passados, atribuindo ao padre Francisco Jentel a capacidade de sempre resolvê-los:

> *O padre Francisco fornecia; ele não tinha esse problema de gente que não pagava* (Cícero, posseiro, ex-fiscal da Cooperativa).

> *O padre Francisco emprestava dinheiro; não tinha, mas ele arranjava, e quando não pagava ele zangava. Fazia o empréstimo e a cobrança, pessoalmente. Por isso o povo pensa que a Cooperativa é do padre Francisco* (Doca, posseiro, ex-membro da diretoria da Cooperativa).

Formulações desse tipo se faziam muito mais no sentido de uma oposição ao presente, já passados dez anos desde o afastamento de Jentel. O caso é que a nova equipe tinha outra orientação e outra expectativa com relação à Cooperativa e à própria relação que deveria ter a Missão com os *posseiros.* Enquanto Jentel buscava a qualquer custo manter a Cooperativa em funcionamento, a nova equipe pensava que ou ela se automantinha ou deixava de funcionar. O depoimento abaixo dá bem a medida de como se mantinha a Cooperativa nos anos passados:

> *- Agora, como é que foi a tentativa de botar a produção dos posseiros na Cooperativa? No começo dava certo; teve algum momento que deu certo? Como é que funciona isso?*

> *- É, deu sim. Não deu muito certo não, porque sempre a Cooperativa vinha aperreada. O padre Francisco, no início, ele recebia o arroz, mas sempre pagando. Era mais barato, mas sempre pagando e juntando, pra poder beneficiar. E daí, a Cooperativa ajudava um pouquinho na maneira que, satisfazendo e ajudando uni pouquinho na maneira que os associados precisava para derrubar a roça; e também, na hora de colher, na colheita, ela arranjava um pouco de dinheiro. Mas não que tivesse uma verba especialmente para isso, porque não dava não*" (José Carlos, posseiro, ex-balconista e ex-presidente da Cooperativa).

Conrad e Kimbal, Solon, *in Antropologia do direito.* Rio, Zahar, 1973).

Quando se referiam ao período em que estava presente Jentel, os pequenos produtores falavam em problemas, falavam na falta de compreensão do que era a Cooperativa, no não assumir a responsabilidade da Cooperativa; mas com a saída de Jentel eles passam a falar em "crise", em "fracasso" da Cooperativa e começa a se alastrar a idéia de que a Cooperativa pode ou deve acabar. De qualquer modo, nunca há uma compreensão de que a Cooperativa é inviável - os "fracassos" são atribuídos ora a "roubos", ora à "má organização, ora ao não pagamento dos *fiados.* Tudo isto sempre foi motivo para desavenças e conflitos sérios entre associados, entre associados e diretoria. Um dos líderes do movimento dos *posseiros* foi inclusive acusado de ter desviado o dinheiro da Cooperativa e este tipo de acusação que não foi feita uma vez apenas, mas era acionado vez por outra para explicar as crises, nunca podia ser plenamente comprovado.

Agora, a questão que se coloca é a seguinte: diante de tantas dificuldades por que a Cooperativa se mantém há quase vinte anos?Qual o tipo de importância dessa forma de organização? Qual o tipo de eficácia que ela teve no encaminhamento da luta dos *posseiros?*

Em 1983, a Cooperativa atravessava uma crise, desta vez, parece, maior seria do que as anteriores. Várias reuniões dos sócios foram feitas e as opiniões se dividiam - uns achando que seria melhor fechar a Cooperativa, outros relutando em fazê-lo. Afinal, depois de várias reuniões, foi feita uma votação e saiu vencedora a proposta de continuar e tentar contornar a crise. Algumas lideranças do movimento dos *posseiros* já haviam se afastado em virtude de desavenças ocorridas durante ou depois do movimento; outros estavam presentes, líderes ou auxiliares do padre Jentel. O argumento dos que apostaram na continuidade da Cooperativa indica a percepção do papel cumprido por ela como espaço de organização e como elemento legitimador das reivindicações de direitos dos *posseiros* frente às pretensões da empresa:
Eu pensei hoje, fiquei toda vida dentro da reunião pensando... nunca dei uma palavra contra. E é porque eu me lembro, não é de hoje, da maneira como nós estamos, temos cidade aqui, temos tudo ... E como que começou tudo isto aqui? Nós começamos foi com aquela Cooperativa ... Então, porque ela hoje fracassou, nós vamos enterrar ela? Nós nos enterremos também! Então, eu não concordei de acabar. Teve gente que concordou que devia acabar, mas eu concordei de não acabar, e não quero que ela acabe (Eloy, posseiro de Santa Terezinha; 1983).
Agora, você falou que a Cooperativa foi uma coisa importante para o pessoal... Como é que é?

> *Em termos de... por exemplo, as terras, em termos do povo ter direito, endireitar a posse das terras.*
> *É, porque você falou que, quando a CODEARA chegou, o povo já tinha*

aquilo, uma coisa assim ...
É, já tinha, já tava se organizando, organizado, tinha Cooperativa. E a CODEARA chegou aí, e serviu de força mais para o povo, para poder ter ganhado as terras. E aí mesmo quando tinha qualquer problema de, por exemplo, da gente poder falar assim, perante a justiça, qualquer coisa que pra arrumar assim a documentação, tem mais força, porque aí apresentava a documentação: tem uma Cooperativa, tantos sócios, aí ficava mais fácil pra poder... (José Carlos, posseiro, ex-balconista, ex-presidente da Cooperativa; 1983). *Não, não pode mesmo, eu sei que vocês não podem acabar com ela. Eu tenho falado por aí que a Cooperativa é os pés e as mãos de vocês aqui, dos posseiros. Se acabarem com a Cooperativa, acabam com vocês* (Edival Reis, ex-líder dos posseiros; 1983).

Como foi dito anteriormente, os projetos de experimentação agrícola para os quais o padre Jentel obtinha verbas especiais visavam aumentar a produção que deveria reverter em fortalecimento da Cooperativa. Parece não terem sido esses projetos nem sempre muito bem sucedidos, mas o que é certo e importa em termos do objetivo político das iniciativas é que todos o líderes do movimento, sem exceção, estiveram ligados à Cooperativa. Alguns deles não eram mais ou, como no caso de Edival dos Reis, nunca haviam sido pequenos produtores, mas desempenhavam seu papel, participavam das discussões, faziam planos de luta dentro da Cooperativa. Não foi sem motivo que a repressão e os representantes da empresa, desde o início, denunciaram a Cooperativa, suas atividades e seus direitos como estando fora da lei:

Quanto aos objetivos de agitação promovida pelo padre François pareciam ter origem em seus interesses comerciais contrariados, visto que o mesmo manobra uma Cooperativa Mista do Araguaia... O quanto tem sido possível verificar, a referida Cooperativa não possui vida regular. Não tem atas de Assembléia, nem diretorias eleitas. Padre François fala, compra e vende em nome dela, ao que tudo indica em benefício próprio e do indivíduo Reis, que não tem qualquer atividade ligada à produção agrícola (Informe sobre tentativa de subversão da ordem em Santa Terezinha, assinado pelo presidente da CODEARA, datado de 11 de agosto de 1967; arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

Um tipo de acusação semelhante consta do relatório do capelão da Polícia Militar sobre os acontecimentos de 3 de março de 1972:

Padre François Jentel cometeu ainda o delito capitulado no artigo... ao adquirir, transportar, armazenar, ceder e doar arma de fogo e instrumentos de destruição, caracterizados estes por munição distribuída pessoalmente pelo referido padre e ainda através da Cooperativa Mista do Araguaia da qual é Presidente... (Arquivo da equipe pastoral de Santa Terezinha).

O fato é que realmente, nas várias vezes em que os *posseiros* estiveram reunidos à espera de algum tipo de enfrentamento ou refugiados em virtude da ameaça de repressão, foi através da Cooperativa que eles e suas famílias obtiveram alimentos e recursos necessários à sua manutenção:

Teve três meses que os posseiros ficaram na mata, naquele tempo da briga, e a Cooperativa dava tudo; ela arrumava tudo, a despesa, até dinheiro para algumas das mulheres dos posseiros... (Geni, posseira de Santa Terezinha;

1983).

Se estas funções assumidas pela Cooperativa no movimento eram valorizadas e atestam a sua eficiência enquanto espaço de organização e respaldo institucional para os *posseiros* sob vários aspectos, o conflito e a dissensão permeavam as relações entre os que dela participavam. Isto é importante porque demonstra que não é sobre a harmonia de uma união idealizada que se constrói a organização e a capacidade de luta de um grupo.

Falemos agora sobre as propostas de "roça comunitária" e o que elas representaram em termos de organização durante o conflito.

2. O trabalho coletivo como tática de luta

Em 1968, segundo ano de conflito aberto com a empresa, o padre Francisco Jentel obteve recursos para realizar uma experiência de trabalho coletivo numa das áreas de terra pleiteadas pelos *posseiros.* A "medição" não havia sido encaminhada, mas um acordo verbal com representantes da empresa indicava o local onde deveriam concentrar-se alguns dos lotes a serem demarcados. Uma parte da área foi derrubada coletivamente, realizando desta forma o beneficiamento do terreno e servindo de legitimação das pretensões dos *posseiros,* caso a empresa voltasse atrás no acordo feito. Depois da derrubada, os *posseiros* passaram ao plantio, também coletivamente, e foram sustentados durante as tarefas com recursos obtidos por Jentel especialmente para este fim (tratores, arame para cercas) , ou vindos da Cooperativa (alimentos) . O projeto foi denominado "roça comunitária", mas a compreensão que dele tiveram os pequenos produtores não foi a mesma que tiveram alguns membros da equipe pastoral. O que primeiro faz supor que assim tenha sido é o fato de a experiência nunca ter sido referida como "roça comunitária" pelos pequenos produtores.[40] Estes tendiam a ver a ação por eles acatada como uma tática de enfrentamento com a empresa pela qual procuravam firmar direitos sobre a área em questão, beneficiando uma extensão, a maior possível, no período de tempo destinado ao cultivo anual. Neste sentido, para os pequenos produtores era inclusive difícil distinguir a "roça comunitária", de que falavam os membros da equipe, de uma outra experiência semelhante, que parece foi realizada em 1970, também em função da defesa coletiva de uma área disputada com a empresa, e que eles conheciam como "roça grande". A referência mais aproximada da idéia de "roça comunitária" que pude ouvir dos *posseiros* com relação a estas experiências foi a seguinte:

> *Foi idéia do padre Francisco para ver se dava certo trabalhar de mutirão* (Josefa, posseira de Santa Terezinha).

Como se vê, a aproximação foi feita apelando para algo já conhecido em termos de

[40] Para um estudo do modelo de organização que informa as propostas de "roça comunitária" e uma análise das incompatibilidades entre os pressupostos do modelo e as práticas e valores camponeses, ver ESTERCI: 1984.

trabalho coletivo, mas deixava de mencionar a proposta de coletivização da terra e, ainda mais, deixava explícita a percepção de que o *mutirão* posto em prática não correspondia exatamente ao costume do grupo mas era algo proposto pelo padre. A conjuntura de conflito não permitia que a avaliação da ação recaísse sobre a questão da organização do trabalho coletivo ou da apropriação coletiva da terra, fazendo-a recair inteiramente sobre a eficácia da ação conjunta no sentido de garantir a preservação das áreas. Dessa forma, para os membros da equipe religiosa, a idéia que ficava era de que a experiência "comunitária" funcionara bem, e que o seu não prosseguimento se devera a fatores alheios ao projeto e à vontade dos participantes. De fato, no que se refere à experiência de 1968, não se chegou a colher os frutos do trabalho comum, pois logo no início do ano seguinte a empresa conseguiu embargar na justiça os trabalhos dos pequenos produtores.

Tendo se dado nesta fase, a paralisação da experiência favoreceu o fortalecimento da noção de que tudo teria ido bem não fosse a repressão vinda de fora. Eu me pergunto até que ponto o próprio padre Francisco estava muito empenhado na coletivização, pois o momento era muito mais o de tentar ganhar a terra; na perspectiva do padre, o projeto de transformação da ordem social na direção do socialismo parecia não ter um peso tão grande.

Daí a necessidade de considerarem-se as conjunturas em que se fazem certas experiências, as propostas políticas e a formação ideológica daqueles que assumem essas iniciativas (Novaes: 1984; página 65). O não entendimento do que estivera em jogo, na prática, nas experiências de trabalho coletivo realizadas por Jentel durante o conflito, levou alguns membros da equipe que assumiu o trabalho pastoral em Santa Terezinha depois de seu afastamento a considerar que seria possível, agora que os *posseiros* já haviam obtido suas terras, pôr em prática uma nova experiência do tipo que supunham terem sido as experiências anteriores. Não se poderá dizer que o efeito demonstração das experiências "bem sucedidas" de 68 e de 70 tenha tido, por si só, um peso decisivo na iniciativa tomada em 1976, pois outros foram os fatores que, de forma imediata, exerceram o papel mais relevante. Foram estes os fatores: a preocupação com a venda das terras, uma vez tituladas; a intenção de elevar a produtividade da terra; a suposição de que o trabalho coletivo seria mais rentável; a compreensão de que do *mutirão,* como forma de cooperação costumeira, seria possível passar para formas "mais avançadas" de trabalho coletivo (CEDI: 1982; páginas 13 a 18). Examinemos, pois, como estes fatores de motivação atuam na prática. Ao fazê-lo, entretanto, vou me permitir lançar mão não somente da experiência de Santa Terezinha, mas ter também como referência outras situações. Assim sendo, não estarei analisando propriamente a "roça comunitária" proposta em 1976 aos pequenos produtores de Santa Terezinha, pois isto já foi feito em trabalhos anteriores (CEDI: 1982 e Esterci: 1984, páginas 40 a 43). Minha reflexão

será sobre questões que se colocam para os agentes, com respeito aos pequenos produtores, uma vez passada a fase do conflito.

3. A alienação da terra e seu significado

A preocupação com a venda de terras depois de documentadas tem sido uma constante nos casos de vitórias parciais do campesinato que, no momento anterior, resistiu às pressões de outros grupos sociais sobre as áreas por eles ocupadas. Alguns tomam esta atitude do campesinato como um indicativo de que a noção de terra como mercadoria faz parte da concepção dos *posseiros.*

Como o campesinato, mesmo os que têm sido incluídos na classificação de *posseiros,* não constitui um bloco homogêneo, e como a dominância das relações capitalistas não é sem efeito sobre a lógica camponesa, é de se supor que isto seja de fato assim para certos segmentos pelo menos. Entretanto, e uma vez reconhecida a heterogeneidade interna ao grupo, eu me perguntaria de novo, como sugere Bobannan, o que é a terra? E, neste contexto em que estamos agora situados, que vem a ser para eles a terra titulada? Maria Antonieta da Costa Vieira, através da pesquisa que vem realizando no sul do Pará, sugere que a mudança na concepção de terra dos *posseiros* acompanha a evolução mais global das transformações que se processam na Região e que explicam a passagem da terra como valor de uso para a terra como valor de troca. A mesma autora, no entanto, chama atenção para o fato de que é preciso atentar para o caráter da alienação de terras por parte dos *posseiros,* uma vez que nem todos os casos de alienação se equivalem, diferindo entre si seja no que se refere aos móveis da transação, seja no montante de terras alienado em cada propriedade, seja nas repercussões sobre a condição do *posseiro* em questão. Diz Maria Antonieta que um *posseiro* pode vender sua propriedade ou parte dela para pagar uma dívida, para mudar-se de um lugar do qual se "desgostou", ou para "servir" a um parente; que com o produto da venda pode montar um negócio, comprar outra terra mais adiante ou adquirir objetos desejados; que a venda da terra pode ou não implicar na perda da condição camponesa. Em Santa Terezinha, ouvi dizer que *posseiros* vendiam parte de suas terras para fazer uma viagem, obter recursos para uma festa ou arcar com despesas de doença na família; também ouvi dizer que outros deram o que tinham por "quase nada" porque haviam se "desgostado" do lugar em função de brigas com vizinhos e até desavenças familiares; em outros casos se alegava a falta de braços para tocar a propriedade em virtude da ausência dos filhos e da velhice dos pais. Algumas dessas razões alegadas deixavam perplexos os membros da Equipe Pastoral de Santa Terezinha, tanto mais que os preços irrisórios muitas vezes pleiteados como compensação faziam supor um desapego a esse bem julgado fundamental pela própria observação da disposição demonstrada

em resistir à sua usurpação. Do ponto de vista dos grupos dominantes e das autoridades com eles comprometidas, é fácil classificar esta atitude como sendo "posseiros profissionais", descaracterizando globalmente o grupo e ilegitimando as reivindicações e as lutas do campesinato. Colocando-nos, no entanto, do ponto de vista do campesinato, e numa posição menos simplificada, fica mais difícil elucidar a questão, e é preciso reconhecer que há muito que caminhar neste sentido. No caso de Santa Terezinha, a constatação de que "os primeiros que efetuaram estas transações foram os que não se empenharam na luta" reforçava a noção do caráter pedagógico da própria luta na construção da consciência acerca do valor da terra, mas a constatação seguinte de que afinal "quase cinqüenta por cento dos beneficiados se desfez dos seus lotes" (CEDI: 1982; página 14) acabou levando a outras hipóteses vinculadas à capacidade das unidades camponesas gerirem, de modo satisfatório, a exploração das glebas tituladas em seu favor.

Além dessas considerações é preciso observar também que a própria "medição" altera negativamente a condição anterior dos pequenos produtores. No momento anterior, em virtude da existência de áreas livres, eles podiam abrir "áreas de serviço" fora da *propriedade.* Nestas áreas, sobre as quais não se reivindicava uma relação do tipo construída na *propriedade,* plantavam a roça de um ano ou mais, voltando a área a ser livre uma vez abandonada. Faziam-no em casos de rarearem as matas nas imediações da *propriedade e* quando as capoeiras ainda não estavam prontas para novo plantio. Mudavam assim a área de plantio sem ter que renunciar ao trabalho já investido na *propriedade.* Esta possibilidade foi eliminada com a "medição" e inclusive muitos pequenos produtores tiveram que abandonar suas *propriedades* para tirarem seus lotes em terrenos com mata suficiente. A necessidade de mudar em virtude da "medição" aconteceu também pela impossibilidade de tirarem-se áreas de cem hectares contíguos conforme a prescrição legal, para todos os *proprietários* concentrados num mesmo espaço. Uma outra conseqüência dessa transferência foi a liquidação de núcleos de *vizinhos e* de cooperação no trabalho. Restaria apenas lembrar, com relação aos efeitos deterioradores da condição anterior, o impedimento do acesso a recursos naturais disponíveis nos espaços de uso comunal que passaram ao domínio da empresa.

4. O aumento da produtividade como meta e a prática do mutirão

A questão remete, pois, à preocupação com a produtividade das unidades camponesas e à necessidade de desenvolver um esforço no sentido de, pelo apoio financeiro e pela mecanização, modernizar a produção camponesa para alcançar maiores níveis de produtividade da terra e do trabalho. Muitas vezes esse esforço aparece associado à idéia de desenvolver a prática do trabalho coletivo a partir de formas de cooperação costumeiras e,

especialmente, do *mutirão.* Até que ponto, no entanto, ao realizarem *o mutirão,* os camponeses têm, no aumento da produtividade, uma motivação tão importante? Parece, por exemplo, que, em muitos casos, os pequenos produtores estariam, inclusive, dispostos a aceitar a lentidão imposta pelo ritmo do trabalho em grupo para tornar mais amena uma tarefa a ser realizada e explorar a ocasião com o objetivo de estreitar relações sociais.

A convivência com o campesinato faz conhecer a expressão aparente de suas formas de cooperação no trabalho como *a trocade-dia, o adjunto, o mutirão* cujos critérios de participação, cooperação e retribuição muitas vezes nos escapam e fazem supor uma solidariedade irrestrita; as regras particulares do grupo que regem a apropriação da terra e recursos sugere o desapego à propriedade particular. Esta percepção da organização camponesa constitui a base da suposição de que o grupo seja portador dos germes de uma transformação social que o podem conduzir a uma forma ideal de socialismo. Acresce o fato de que, na conjuntura de luta pela terra, a força da solidariedade minimiza as disputas internas e as ações coletivas empreendidas, ao nível da produção, são interpretadas como outras tantas evidências do ethos comunitário do camponês, capazes de concorrer no mesmo sentido idealizado. Fica difícil perceber que as formas de cooperação no trabalho, as trocas de bens e as formas de apropriação têm caracteres específicos, não sendo necessariamente adequados aos parâmetros de outra forma de organização qualquer. Eu citaria alguns exemplos que concretizam o argumento. Em situações normais de vida cotidiana, os camponeses realizam *mutirões,* uma forma de ajuda mútua que se faz através do trabalho coletivo. O que é, e quais são as regras dessa forma de cooperação? Marie France Garcia fez uma leitura de vários autores que realizaram estudos de comunidades rurais em São Paulo (Garcia: sem data) e apreendeu nestas obras alguns pontos sobre os quais estes autores refletem com respeito ao *mutirão.*

O mutirão é convocado (ou oferecido a alguém), quando a força de trabalho do grupo doméstico não é suficiente ou não está em condições (caso de doença ou ausência do chefe de família, por exemplo) de realizar alguma tarefa a seu encargo. Entretanto, a dimensão econômica, de necessidade de realização da tarefa, não é a única motivação para a realização do *mutirão:* a festa, como forma de redistribuição de bens acumulados pelo dono do *mutirão,* o propiciamento de uma ocasião de maior entrosamento social, namoros, competição lúdica, é objeto de atenção de vários autores citados no texto de Marie France que fala no caráter de competição entre os participantes que realizam as tarefas disputando o título de eficiência com outros participantes; Donald Pierson fala no trabalho realizado no ritmo e ao som de músicas entoadas pelos participantes (Garcia: sem data; página 8). Eu mesma pude observar esta duplicidade de funções do *mutirão:*

> *Sempre que a gente convida um companheiro para um mutirão, a gente já falou com o sanfoneiro, que geralmente vai baratinho ou vai por nada mesmo. Às vezes vai lá trabalhar com a gente e de noite toca. São dois, três, quatro que tocam à noite e os outros vão dançar. E tem sempre mulher para dançar! Se tem um mutirão, o pessoal já sabe que vai ter a festinha* (José de Arimatéia e Manoel Rodrigues Matos, lavradores do Baixo Araguaia; CEDI: 1981; página 52).

Situações de conflito, quando o campesinato se vê ameaçado de perder suas terras, são favoráveis à implementação de *mutirões* no sentido de autodefesa do grupo e, então, o caráter festivo pode ser substituído pelo caráter político da cooperação. Vários autores mencionam casos como estes, e, no que se refere à Amazônia, eu lembraria, mais uma vez, o estudo feito por Maria Antonieta da Costa Vieira (Vieira: 1981). Ainda com relação à Amazônia é muito elucidativo outro depoimento dos mesmos lavradores acima citados, através do qual se pode ver que o *mutirão,* mesmo nestes casos de conflito, não é indicativo ou prenúncio de disposição para generalização do trabalho coletivo, nem da apropriação coletiva da terra que despreze os marcos da apropriação individualizada:

> *... quando já tinha dois anos, alguns até com oito anos, chegou o dono de uma madeireira dizendo que a terra era dele... O problema foi a gente se unir para resolver o caso. A gente tem experiência de que um sozinho não faz mutirão, mas cem ou duzentos fazem. Lá cada quem tem sua área dividida em marcação; que seja uma grota, uma pedra, tem sempre uma divisa. A gente faz mutirão na roça de cada um, derrubando, roçando, colhendo, até dar aquela colheita pronta, feita por todo mundo. Mas na hora de vender cada um vende o seu* (José de Arimatéia e Manuel Rodrigues Matos; CEDI: 1982; página 50).

Vê-se a necessidade de autodefesa fazer com que se alterem de certo modo as regras do *mutirão.* Enquanto, normalmente, *o mutirão* se fez num momento determinado da produção (em geral aderrubada ou a colheita de um produto que se perde caso não seja colhido em tempo hábil), no caso de conflito *o mutirão* se estende a todas as etapas da produção, porque é preciso que, enquanto uns estejam dedicados às tarefas produtivas, outros se dediquem às tarefas militares de vigilância e defesa. Entretanto, os autores da reflexão procuram deixar claro que a expectativa é da terra apropriada em termos individuais, assim como é individual a apropriação do produto final do trabalho.

5. A recusa da coletivização em nome da liberdade

Se a busca da produtividade via inversão de recursos e mecanização produz o "medo de contrair dívidas", a modernização da produção via coletivização produz a reação de "não se querer envolver num trabalho comum porque cerceia a liberdade individual" (CEDI: 1982; página 17), alegação que toca diretamente o cerne da proposta de transformação social na

direção da socialização da produção. O que vem a ser então esta liberdade ameaçada e de que modo a coletivização se choca com a organização existente?

Para o campesinato, a base da unidade produtiva e reprodutiva do homem e da mulher, desde que formam uma nova família, e da *propriedade* com seu caráter dinâmico de relação que se constrói no tempo, e sua dimensão espacial perfeitamente identificável, é inconfundível com a dimensão espacial de quaisquer outras unidades já estabelecidas. Embora a noção de *propriedade* possa ser particular do campesinato de Santa Terezinha, forjada na situação de terra livre em que se desenvolveu a organização social, ela remete à condição essencial da definição de um grupo como camponês, na medida em que implica na prerrogativa de controle sobre o espaço de realização da produção e da reprodução do grupo doméstico. Na *propriedade,* as esferas de domínio da mulher e do homem se distinguem e se complementam de maneira complexa na casa - esfera do consumo - e na roça - esfera da produção. Como vimos, em Santa Terezinha, *a propriedade* era o lugar por excelência da realização do trabalho agrícola (a roça) e da criação de pequenos animais; enquanto as atividades de criação (de animais de grande porte) e de extração de recursos naturais se passavam nas áreas de uso comunal. Se, na *propriedade,* o trabalho do homem e da mulher se articulam de maneira complexa na casa e na roça, as áreas de uso comum são o lugar de domínio exclusivo do homem; mas se, na *propriedade,* a atividade da roça (esfera da produção) subordina a casa (esfera do consumo), entre *a propriedade* e as áreas de uso comum, a prioridade cabe à primeira, assim como a atividade agrícola domina a pecuária e o acesso à mata (mais propícia à atividade agrícola, suporte privilegiado da manutenção do grupo doméstico) tem prioridade sobre o acesso aos campos e aguadas (mais adequados à criação) .

Esta prioridade conferida *à propriedade* talvez explique por que a "medição" que preservou os lotes individuais, mas implicou na perda das áreas de uso comunal, foi vivenciada como vitória, enquanto que a proposta de coletivização que implicava na eliminação da *propriedade* foi percebida como ameaça à liberdade - já que ameaçava o espaço de autonomia da unidade camponesa.

Esta compreensão parece mais adequada do que seria pensar que o ritmo, a produtividade e as demais expressões aparentes do distúrbio produzido pelo trabalho coletivo possam ser decisivos para a avaliação da inviabilidade do projeto de coletivização. Entender a liberdade no sentido de autonomia da unidade camponesa implica pensar a forma pela qual esta unidade se organiza internamente com liberdade, ou seja, segundo os padrões socioculturais do grupo. No interior dessa unidade é que o grupo doméstico constituído do pai, da mãe, dos filhos e eventuais membros adotivos, realiza fundamentalmente a produção e

o consumo. Cada membro do grupo desempenha funções na produção e tem acesso à redistribuição do produto do trabalho não de acordo com critérios "neutros", mas sim de acordo com a característica dos papéis já dados pelas relações dentro do grupo. É assim que a mulher, cujo papel é de mãe e reprodutora biológica do grupo, não realiza não importa que serviços, mas sempre algo que esteja culturalmente de acordo com a definição de seu papel. Da mesma forma, o pai ocupa um lugar singular na produção, organizando o trabalho, distribuindo as tarefas, tomando em última instância as decisões acerca do que e o quanto produzir, consultando a mulher naquilo que tem a ver diretamente com as necessidades do consumo imediato do grupo.

Ora, quando os membros de várias unidades são colocados no interior de uma mesma unidade através do *mutirão,* do *adjutório* ou da *troca-de-dias,* a organização existente não é ameaçada porque cada trabalhador se coloca sob as ordens do "dono-do-serviço", ou seja, do pai e chefe de família responsável pela produção daquela unidade. Por outro lado, era na casa, e sob a responsabilidade da "dona da casa", que se alimentavam os *companheiros,* vindos para prestar ajuda, mesmo quando, acompanhando os maridos ou os filhos, outras mulheres vinham cooperar na feitura da comida.

Quando se analisa um caso isolado e se fica preso ao elenco de dificuldades relacionadas pelos agentes, torna-se mais difícil destacar os pontos críticos da resistência à coletivização, porque os problemas aparecem todos colocados. no mesmo plano, como se fossem igualmente explicativos da falência do projeto. Entretanto, quando se toma um número maior de casos, percebe-se que estas colocações têm pesos diferentes e que, inclusive, não se referem todas à proposta de coletivização em si mesmas, assim como nem todas têm a ver com a incompatibilidade entre a organização coletiva e a organização camponesa.[41]

***

No momento em que ocorreram os acontecimentos referidos neste trabalho, a Igreja Católica, através de suas equipes locais, era a única instituição através da qual os pequenos produtores podiam consolidar sua organização e onde podiam buscar interlocutores e mediadores para enfrentar a luta contra a expropriação. Posteriormente, a cena política se complexificou com a presença de partidos políticos e com a explicitação de tendências que

[41] Tive oportunidade de estudar um conjunto de experiências de "roças comunitárias" no Brasil e, através de textos referentes à Rússia, à China, ao Chile e à Nicarágua tive acesso a informações sobre as questões colocadas nos processos implementados nesses países. O que me pareceu da reflexão sobre todos esses casos é que a resistência do campesinato à coletivização está ligada à perda da autonomia da unidade doméstica, pois ela sempre se expressa através da reivindicação de manutenção do domínio sobre uma parcela de terra e um montante de força-de-trabalho com os quais seja possível realizar uma parte substantiva da produção para atendimento das necessidades do grupo.

antes permaneciam inibidas dada a força da repressão que pesava sobre os grupamentos políticos e dado o caráter de oposição que marcava a atuação de todos eles. Os pequenos produtores começaram a participar da luta eleitoral, o movimento sindical na região começou a construir sua história e tudo isto ainda se fez com a participação dos membros das equipes religiosas católicas, entre os quais se recrutaram, inclusive, candidatos a cargos públicos. Entretanto, parte da liderança política, formada no bojo das lutas pela posse da terra, não se adequou ao novo jogo de forças políticas e às novas estruturas de organização. Houve aqueles que se esvaziaram politicamente, houve os que permaneceram atuantes nos espaços já anteriormente dados, na Cooperativa, por exemplo, e houve quem, partindo para outras frentes, se tornasse liderança de movimentos de luta por terra construídos em moldes semelhantes ao movimento de Santa Terezinha, organizado por grupos camponeses tendo em vista a ocupação ou preservação de uma área, independente da Igreja e passando por fora do movimento sindical, recorrendo, no entanto, a um ou a outro como interlocutor ou mediador político nas negociações com as autoridades e com as forças de repressão atuantes na região. Tendo logrado, em muitos casos, manter um estoque razoável de terras, a questão que se coloca para esse campesinato é como organizar-se, formular com clareza e lutar por reivindicações novas que lhe permita manter o controle sobre a terra conquistada.

No momento em que terminei a redação deste trabalho, em dezembro de 1984, estava em gestação a proposta governamental de Reforma Agrária do governo que se instalou no ano seguinte. A discussão e a luta política desencadeada pela iniciativa governamental, assim como o crescimento e a organização mais ampla dos movimentos componeses de reivindicação e ocupação de terras, mostrou que alguns dos temas aqui tratados tais como as formas de titulação e relação com a terra e a prática de venda de terras por parte dos componeses continuam sendo desafios à nossa compreensão e às tentativas de transformação no campo. Por outro lado, a nova conjuntura mostrou também que a prática do chamado "trabalho escravo", outro tema aqui tratado, recrudesceu no momento em que os grandes proprietários se sentiram ameaçados e se organizaram em escala nacional, indicando a estreita articulação a nível político entre a questão da terra e a questão dos direitos trabalhistas e dos cidadãos.

Bibliografia

Almeida, Alfredo W. B. de (1981), A Segurança Nacional e o revigoramento do poder regional. In *Reforma Agrária,* volume 11. Campinas, março/abril.

_____ e Esterci, Neide (1977), Terras soltas e avanço da cerca: sobre o cercamento das pastagens comunais no sertão cearense. In *Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste*, Moacir G. S. Palmeira (coord.). Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeografado).

Alvim, Maria Rosilene B. (1972) *A arte do ouro. Um estudo sobre os ourives de Juazeiro do Norte.* Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social UFRJ. Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeografado).

_____ (1984) *Proletarização industrial e estratégias de trabalhadores.* Tese de Doutoramento apresentada ao Programa de PósGraduação em Antropologia Social da UFRJ. Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeografado).

Alvorada (1982), *Boletim da Prelazia de São Félix do Araguaia*. São Félix, julho/agosto.

Bandeira, Moniz (1975), *Cartéis e desnacionalização: a experiência brasileira: 1964-1974.* Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

Beidelman, Thomas O. (1974), *Social Theory and the Study of Christian Missions in Africa.* África.

Bettanin, Fabio (1981), *A coletivização da terra na URSS: Stálin e a "Revolução do Alto" (1929-1933).* Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

Bohannan, Paul (1963), Land, Tenure and Land Tenure. In *African Agrarian Systems.* Londres, Oxford University Press.

_____. (1967) Africa's Land. In *Tribal and Peasant Economies;* Dalton G. (ed.). Readings Sourcebooks in Anthropology. Nova Iorque. The Natural History Press, Garden City.

Bourdieu, Pierre (1962), Célibat e condition paysanne. In *Études Rurales* 5/6; abril-setembro.

Brandão, Carlos R. (1982), Parentes e parceiros (relações de produção e relações de parentesco entre camponeses de Goiás). In *Colcha de retalhos: estudo sobre a família no Brasil.* São Paulo, Editora Brasiliense.

Brandão Lopes, Juarez R. (1976), Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo. *Cadernos CEBRAP 26.* São Paulo, CEBRAP-Brasiliense.

Canuto, Antônio (1972), Histórico de Santa Terezinha. Santa Terezinha (datilografado).

Cardoso, Fernando H. e G. Muller (1977), *Amazônia: expansão do capitalismo.* São Paulo, Editora Brasiliense.

Casaldáliga, Pedro (1978) *Creio na justiça e na esperança.* Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

Castro, Ferreira de (1975), *A selva.* Lisboa, Guimarães e Cia. Editores.

CEDI (1982), *Cadernos do CEDI, 10.* Rio de Janeiro, Editora Tempo e Presença.

_____. (1983), *Cadernos do CEDI, 11.* Rio de Janeiro, Editora Tempo e Presença.

CPT (1980), Equipe Mato-grossense do Regional Araguaia-Tocantins. O peão entrou na roda, ô pião. Goiânia.

Da Silva, José Graziano e Verena, Stolcke (orgs.) (1981), *A questão agrária*. São Paulo, Editora Brasiliense.

Davis, Shelton H. (org.) (1973), Estudos comparativos de categorias de dívida e contrato. In *Antropologia do Direito.* Rio de Janeiro, Zahar Editores.

_____. (1977), *Victims o f the Miracle.* Development and the Indians of Brazil. Cambridge University Press.

Donzelot, Jacques (1980), *A polícia das famílias.* Rio de Janeiro, Edições Graal.

Durham, Eunice R. (1983), A família e a mulher. In *Cadernos, 18,* V série, maio. Família e sociedade. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos.

Durkheim, Émile (1969), De quelques formes primitives de classification. *Journal Presses Universitaires de France,* 1ª ed., p.395-461. Paris.

Esterci, Neide (1975), O sistema de peonagem. Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeografado).

_____. (1977), Migrações e migrantes: uma nova versão. Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeografado).

_____. (1980), Campesinato e peonagem na Amazônia. In *Anuário Antropológico.* Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro.

_____. (1983), Coletivização e reforma agrária. In *Revista Tempo e Presença,* 183. Rio de Janeiro, Editora Tempo e Presença.

_____. (1984), Roças comunitárias: projetos de transformação e formas de luta. In *Cadernos do ISER, 16. Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da "Igreja Popular" no Brasil.* Rio de Janeiro, Editora Marco Zero.

Fragoso, Heleno C. (1984), *Advocacia da liberdade: a defesa nos processos políticos.* Rio de Janeiro, Editora Forense.

Foweraker, Joe (1982), A *luta pela terra: a economia política da fronteira no Brasil de 1930 aos dias atuais.* Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Galeski, Boguslaw (1972), *Basic Concepts of Rural Sociology.* Manchester University Press.

Garcia, A. R. (1983), *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores.* Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.

_____. (1984), O Sul: caminho do roçado. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ.

Garcia, Marie France (s/d), O mutirão: reflexões a partir da leitura de algumas monografias brasileiras. Rio de Janeiro (mimeografado).

Gnaccarini, José C. (1980), *Latifúndio e proletariado - Formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural.* São Paulo, Editora Polis.

Geertz, Clifford (1967), Form and variation in Balinese Village Structure. *Peasant Society.* Boston Little Brown and Company.

Heredia, Beatriz M. A. de (1979), *A morada da vida; trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil.* Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

Hobsbawn, Eric J. e Rudé, G. (1974), Peasant Land Occupations. *Past and Present, 62*. p. 120-152.

Ianni, Octavio (1978), *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia.* Petrópolis, Editora Vozes Ltda.

D'Incao, Maria C. (1977), O *bóia-fria: acumulação e miséria.* Petrópolis, Editora Vozes Ltda.

Landin, Leilah A. (1978), A Cooperativa do trabalhador: diferenciação social e organização

camponesa. Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeografado).

Leite Lopes, José S. (1976), O *vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar.* Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

_____. (1977), Relações de parentesco em José Lins do Rego. In *Arte e sociedade;* Velho, Gilberto (org.) Ensaios de sociologia da arte. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Levenhagen, Antônio J. de S. (1981), *1915: Código Civil, direito das coisas (comentários didáticos).* São Paulo, Editora Atlas.

Lévi-Strauss, Claude (1972), A família. In Shapiro, Harry *L. Homem, cultura e sociedade,* 2ª ed., Brasil/Portugal, Fundo de Cultura.

Lisansky, Judith M. (1980), *Santa Terezinha: Life Ira a Brazilian Frontier Town.* Dissertation Presented to the Graduate Council of the University of Florida.

Martínez-Allier, V. (1975), As mulheres do caminhão de turma. In *Debate e Crítica,* 5. São Paulo, Editora Hucitec.

Martins, José de S. (1980a), *Expropriação e violência (a questão política no campo).* São Paulo, Editora Hucitec.

_____. (1980b), Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. In *Cadernos do CEAS, 64.* Rio de Janeiro, maio/junho.

_____. (1981), Os *camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais e seu lugar no processo político.* Petrópolis, Editora Vozes Ltda.

_____. (1984), *A militarização da questão agrária no Brasil.* Petrópolis, Editora Vozes Ltda.

Marx, Karl (1969), *Le capital* (livro 1). Paris, Garnier-Flammarion.

Melo Suarez, Maria T. S. de (1977) *Cassacos e corumbas.* São Paulo, Editora Ática.

Meyer, Doris R. (1979), *A terra do santo e o mundo dos engenhos: estudo de uma comunidade rural nordestina.* Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

Moura, Antônio Carlos de (1979), Atuação da Igreja junto aos trabalhadores rurais. In *Ensaios de opinião,* volume 11. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

Mourão, Laís (1975), *O pão da terra: propriedade comunal na baixada ocidental maranhense.* Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeografado).

Myrdal, Jan (1966), *Uma aldeia da China Popular.* Lisboa, Livraria Morais Editora.

Nazareth, Maria e Wanderley, B. (1978), Transformação das relações de produção. In *Mão-de-obra volante na agricultura.* IV Reunião Nacional, 7 a 8 de dezembro de 1978, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Agrônomas. Botucatu, São Paulo.

Novaes, José Roberto P. (1983), Os estudos sobre o cooperativismo: revisão bibliográfica e proposta de pesquisa. Notas para discussão. São Paulo, Unicamp (mimeografado).

Novaes, Regina R. (1984), Mutirões: cooperativas e roças comunitárias. In *Cadernos do ISER, 16.* Rio de Janeiro, Editora Marco Zero.

Oliveira Filho, João P. de (1984), Demarcação: os direitos indígenas à terra. In *Povos indígenas no Brasil/83.* São Paulo, Editora Sagarana.

Pacheco, Maria Emília L. (1980), *Pequena produção sob o domínio do capital comercial e usurário.* Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeografado).

Palmeira, Moacir G. S. (1976), Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. In *Contraponto,* Revista do Centro de Estudos de Ciências Sociais Noel Nutels, 2, p. 103-114. Rio de Janeiro.

_____. (1977), Diferenciação social e participação política do campesinato: primeiras questões. Rio de Janeiro, Museu Nacional (inédito).

Pinto, Lúcio F. (1980), *Amazônia: no rastro de saque.* São Paulo, Editora Hucitec.

Portela, Fernando (1979), *Guerra de guerrilhas no Brasil.* São Paulo, Editora Parma Ltda.

Ricardo, Carlos Alberto (org.) (1983), *Povos indígenas no Brasil, 3.* São Paulo, CEDI. Sampaio, Plínio de A. (1981), Um balanço da reforma agrária na América Latina. In *Reforma Agrária,* Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária. ABRA, volume 11. Campinas, maio/ junho.

Scorza, Manuel (1979), *História de Garabombo, "o invisível":* balada 2. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

Shapiro, Judith (1983), Ideologias da prática missionária católica numa era pós-colonial. In *Religião e Sociedade, 10.* Rio de Janeiro, Tempo e Presença Editora, novembro.

Sigaud, Lygia (1979), Os *clandestinos e os direitos: estudos sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco.* São Paulo, Livraria Duas Cidades.

Stein, Leila; Medeiros, Leonilde e Garcia, Ronaldo C. (1977), As formas de trabalho assalariado e as transformações da agricultura brasileira. Faculdade de Ciências Econômicas. Botucatu, São Paulo (mimeografado).

Thompson, E. P. (1975), *Whigs and Hunters: the Origin of the Black Act.* Nova Iorque, Planton Books.

Toral, André A. de (1980), Os grupos Karajá sem assistência da Fundação Nacional do Índio. Rio de Janeiro, Museu Nacional (inédito). 207.

Tsé-Tung, Mão (1971), Relatório sobre uma investigação feita no humano a respeito do Movimento Camponês. In *Obras Escolhidas,* tomo 1, edições em línguas estrangeiras. Pequim.

Velho, Otávio G. (s/d), A propósito de terra e Igreja. Rio de Janeiro, Depto. de Antropologia da UFRJ, Museu Nacional (mimeografado).

_____. (1976), *Capitalismo autoritário e campesinato: estudo comparativo a partir da fronteira em movimento.* São Paulo, Difel.

_____. (1983), Sete teses equivocadas sobre a Amazônia. In *Religião e Sociedade, 10.* Rio de Janeiro, Tempo e Presença Editora, novembro.

Vieira, Maria Antonieta da C. (1981), *Caçando o destino: um estudo sobre a luta de resistência dos posseiros do sul do Pará.* Dissertação de mestrado, PUC, São Paulo (mimeografado).

Wolf, Eric R. (1972), *Las luchas campesinas del siglo XX.* México, Siglo Veintiuno Editores S.A.